

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IGOR RONYEL PAREDES GOMES

**CIDADES PEQUENAS E REDE URBANA: INTERAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR  
DO SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

DOURADOS  
2016

IGOR RONYEL PAREDES GOMES

**CIDADES PEQUENAS E REDE URBANA: INTERAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR  
DO SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –  
Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas,  
da Universidade Federal da Grande Dourados, como  
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Geografia.

Orientadora: Profa. **Dra. Maria José Martinelli Silva  
Calixto**

DOURADOS  
2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

G633c Gomes, Igor Ronyel Paredes

Cidades pequenas e rede urbana: interações espaciais a partir do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul / Igor Ronyel Paredes Gomes -- Dourados: UFGD, 2016.

212f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Maria José Martinelli Silva Calixto

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Interações espaciais. 2. Estrutura urbana. 3. Rede urbana. 4. Cidades pequenas. 5. Cidades locais. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Diretos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**IGOR RONYEL PAREDES GOMES**

**CIDADES PEQUENAS E REDE URBANA: INTERAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR  
DO SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

---

**Profa. Dra. MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO**  
**Orientador/Presidente**

---

**Prof. Dr. CLAUDIO ANTONIO GONÇALVES EGLER**  
**Membro Titular**

---

**Profa. Dra. MARA LUCIA FALCONI DA HORA BERNARDELLI**  
**Membro Titular**

**APROVADO EM: 29/04/2016**

*Aos pequenos que enchem de alegria os  
meus dias: Geovanna, Eduardo e George*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é produto de uma síntese de trajetórias, que cruzaram nosso caminho no decorrer do desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Foram várias as histórias que dividiram parte de seu tempo, na forma de diálogos, sugestões, paciências, compreensões, emoções, afeições..., nessa “trajetória dissertativa”, que foi se carregando/inundando dessas presenças. Sem essas vidas, que movimentam o espaço de relações ao qual me insiro, nada do que aqui está escrito teria se efetivado.

Cabe, então, deixar registrado aqui, por mais que sempre nos esqueçemos daqueles que nos foram caros ao longo de nossas atividades, os nomes daqueles a quem devemos nosso agradecimento:

À família amada e querida que constituiu a base de apoio para minha formação acadêmica, sendo de fundamental importância os círculos de fraternidade que me rodearam ao longo dessa etapa. Em especial aos meus pais, Maria Goreti e Manoel Lourenço, e a meus irmãos Fabrina, Fagner e Fabrício, e a todas as “ramificações” que se desdobram a partir desses entes queridos.

Aos amigos queridos que nos acompanharam nesses anos. Em especial ao Josimar e Rafael, companheiros de caminhada, ao João e Ailson, irmãos acolhedores, à Fabi e ao Davi, casal amigo, à Alessandra e Josiane, pelo carinho, à Franciele, pelo companheirismo, a Osana pelo zelo.

Aos colegas/amigos da turma de mestrado de 2014. Em especial ao Cássio, parceiro de estudos e discussões, a Ísis, companheira prestativa, ao Oslon, pela atenção que nos depositou.

Aos colegas do grupo de pesquisa ReCiMe. Em especial ao Bruno, pelas conversas sempre inspiradas, e a Juliana, pelo companheirismo.

Aos estimados professores/mestres/amigos Elvis e Gezeli, pelo incentivo/apoio na jornada acadêmica.

Aos Professores Egler e Mara, pelas leituras, análises e sugestões nas bancas de qualificação e defesa do mestrado, contribuindo para a melhora da Dissertação.

À minha orientadora, Professora Maria José, pela dedicação/presteza na condução da pesquisa, também pelo exemplo de compromisso e seriedade no trabalho.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelos recursos materiais confiados, que nos permitiu o desenvolvimento da pesquisa sem entraves.

Aos representantes dos poderes públicos das cidades estudadas, pela recepção e atenção para conosco.

A cada um dos entrevistados nas oito cidades por qual passamos, pela atenção e paciência durante o pequeno diálogo estabelecido.

Por fim, à Inteligência Suprema, causa primária de todas as coisas, da qual este trabalho é um singelo desdobramento, pelo tempo que nos foi emprestado para execução de mais esta etapa da vida.

Muito obrigado!

## CIDADES PEQUENAS E REDE URBANA: INTERAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR DO SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo abordar a rede urbana na escala do território sul-mato-grossense, sob o recorte analítico da região de planejamento Sudoeste, visando a apreender as lógicas que dão sentido às interações espaciais. Para tal, voltamo-nos à análise da estrutura urbana (da distribuição espacial das cidades, seus papéis econômicos e funcionais, seu tamanho/porte populacional) do território do estado de Mato Grosso do Sul atual, a qual é composta, em sua maior parte, por centros urbanos de pequeno porte (53, dos 79 centros urbanos e seus respectivos territórios municipais, no começo da década de 2010, tinham população inferior a 20.000 habitantes), caracterizados também pela baixa complexidade funcional urbana. Os centros urbanos (e seus respectivos territórios municipais) de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho compõem a região de planejamento Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, encaixando-se no grupo de centros de pequeno porte da estrutura urbana estadual. Esses centros podem ser definidos, segundo algumas concepções teórico-metodológicas como cidades pequenas e cidades locais, nas quais a coalescência de funções urbanas centralizam a vida de relações do entorno próximo, ou seja, o alcance espacial de seus papéis limita-se, de acordo com o recorte analítico adotado (o Sudoeste do Mato Grosso do Sul), à escala local e regional (próxima). Com relação ao conjunto de cidades pequenas e cidades locais que compõem a rede urbana sul-mato-grossense, visualizamos que ligam-se/articulam-se aos centros de maior complexidade funcional, que complementam as funcionalidades ausente/inexistentes em suas estruturas intraurbanas. Nessa lógica, podemos destacar quatro centros (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá) de maior complexidade funcional, que centralizam segmentos da rede urbana, na oferta de bens, serviços e funções. Desses quatro centros, podemos ainda destacar dois, Campo Grande e Dourados, classificados pelo IBGE (2008) como Capitais Regionais, ou seja, centros que, pela complexidade de suas funções urbanas, projetam sua influência sobre consideráveis porções do território. Campo Grande (Capital Regional A), também capital político-administrativa do estado de Mato Grosso do Sul, estende seu alcance espacial praticamente sobre todo o território do estado, com exceção da porção Sul e Centro-Sul, sob a influência de Dourados (Capital Regional C), que intermedia as ligações/interações desses centros com Campo Grande. Em relação ao recorte analítico do Sudoeste do Mato Grosso do Sul, visualizamos que as interações espaciais produzidas a partir dos centros urbanos se orientam principalmente à influência da Capital Regional A; se inclinam, todavia, num menor grau de articulação, à influência da Capital Regional C. Além da estruturação da rede urbana, sob a influência desses dois centros, visualizamos que as interações espaciais convergem, com intensidade considerável, para um ponto do Sudoeste, que parece configurar uma coesão horizontal entre os centros urbanos, Jardim. Além da configuração hierárquica que os fluxos da rede urbana tomam, verificamos que as interações espaciais não restringem-se a esse padrão, demonstrando a complexidade do espaço reticular, onde complementariedades, não-subordinações e outras relações socioespaciais parecem reger a lógica dos fluxos.

**Palavras-chave:** interações espaciais; estrutura urbana; rede urbana; cidades pequenas; cidades locais.



## SMALL TOWNS AND URBAN NETWORK: SPATIAL INTERACTIONS FROM THE SOUTHWEST OF THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

### ABSTRACT

This study aims to address the urban network on the scale of South Mato Grosso territory, under the analytical approach of the Southwest planning region. In this perspective, it is to grasp the logic that gives meaning to spatial interactions. For this, we turn to the analysis of urban structure (the spatial distribution of cities, their economic and functional roles and their population size) in the state of Mato Grosso do Sul, which is composed, mostly, by small urban centers, also characterized by low functional complexity. Urban centers (and their respective municipal territories) such as Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque and Porto Murtinho form the Southwest planning region of Mato Grosso do Sul, fitting in the group of small centers. These centers can be defined, according to some theoretical and methodological concepts, as small towns and local cities in which the coalescence of urban functions centralize the life of relations of the near environment, i.e., the spatial range of their roles is limited, according to the analytical approach adopted (the Southwest of Mato Grosso do Sul), at local and regional (nearby). Regarding the set of small towns and local towns that make up the Mato Grosso do Sul urban network, we visualize that bind / articulate to the centers of greater functional complexity, which complement the missing / non-existent functionality at such locations. Following this logic, we highlight four centers (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas and Corumbá), which centralize segments of the urban network in the provision of goods, services and functions. These four centers, we can still highlight two, Campo Grande and Dourados, ranked by IBGE (2008) as Regional Capitals, i.e., centers where the complexity of their urban functions, project their influence on considerable portion of the territory. Campo Grande (Regional Capital), also political and administrative capital of the state of Mato Grosso do Sul, extends its spatial range almost on the whole territory of the state, except for the South and South-Central portion under the influence of Dourados (Regional Capital C), which mediates interactions with Campo Grande. Regarding the analytical approach of the Southwest of the state, we can see that the spatial interactions produced from the urban centers are oriented mainly by the influence of the Regional Capital A; leaning, however, a smaller degree of articulation, the influence of Regional Capital C. In addition to the structure of the urban network, under the influence of these two centers, we can see that the spatial interactions converge with considerable intensity, for a spot of the Southwest, which seems to set up a horizontal cohesion between urban centers, Jardim. In addition to the hierarchical configuration that the urban network flows take, we found that the spatial interactions are not restricted to this pattern, showing the complexity of the reticular space where complementarities, non-subordination and other socio-spatial relations appear to rule the logic of flows.

**Keywords:** spatial interactions; urban structure; urban network; small towns; local cities.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BOL - Bolívia

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CER-3 – Comissão de Estradas e Rodagens, nº 3

CIDEMA – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

GAsPERR – Grupo de Pesquisa sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

MEC – Ministério da Educação

MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEGRAN – Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados

PRODEPAN – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PY – Paraguai

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa das Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso do Sul .....	<b>16</b>
<b>Figura 2:</b> Rede urbana sul-mato-grossense de acordo com a classificação funcional dos centros urbanos. ....	<b>40</b>
<b>Figura 3:</b> Projeção de duas redes (urbanas) comerciais no Mato Grosso (em destaque sua porção Meridional) e no Norte do Paraguai (últimas décadas do século XIX).....	<b>53</b>
<b>Figura 4:</b> Quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul até 1930. ....	<b>58</b>
<b>Figura 5:</b> Quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul até 1960. ....	<b>63</b>
<b>Figura 6:</b> Quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul até 1980. ....	<b>71</b>
<b>Figura 7:</b> Fluxos interurbanos a partir de Caracol-MS.....	<b>155</b>
<b>Figura 8:</b> Fluxos interurbanos a partir de Guia Lopes da Laguna-MS.....	<b>157</b>
<b>Figura 9:</b> Fluxos interurbanos a partir de Bela Vista-MS. ....	<b>159</b>
<b>Figura 10:</b> Fluxos interurbanos a partir de Bonito-MS. ....	<b>162</b>
<b>Figura 11:</b> Fluxos interurbanos a partir de Nioaque-MS.....	<b>164</b>
<b>Figura 12:</b> Fluxos interurbanos a partir de Bodoquena-MS.....	<b>166</b>
<b>Figura 13:</b> Fluxos interurbanos a partir de Porto Murtinho-MS. ....	<b>168</b>
<b>Figura 14:</b> Fluxos interurbanos a partir de Jardim-MS. ....	<b>171</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Sudoeste de Mato Grosso do sul: Quantitativo populacional dos municípios (2010) .....	<b>91</b>
---	-----------

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> População, PIB, atacados e serviços dos municípios sul-mato-grossenses em 2010 .....	<b>35</b>
<b>Quadro 2.</b> Síntese de informações sobre educação e saúde nos municípios sul-mato-grossenses em 2010 .....	<b>38</b>
<b>Quadro 3.</b> Território sul-mato-grossense: Inserção temporal dos centros urbanos (1877-1980) .....	<b>89</b>
<b>Quadro 4.</b> Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Evolução da população municipal, de acordo com a faixa etária (1960-2010).....	<b>94</b>
<b>Quadro 5.</b> Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: Distribuição de renda de acordo com o total de domicílios (rurais e urbanos), com base no Censo de 2010 .....	<b>97</b>
<b>Quadro 6.</b> Dourados-MS e Campo Grande-MS: Distribuição de renda de acordo com o total de domicílios (rurais e urbanos), com base no Censo de 2010.....	<b>101</b>
<b>Quadro 7.</b> Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: Produto Interno Bruto (2012) .....	<b>103</b>
<b>Quadro 8.</b> Mato Grosso do Sul: Estabelecimentos industriais por ramo de atividade (2013) .....	<b>104</b>
<b>Quadro 9.</b> Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: Equipamentos e serviços ligados à cultura e ao lazer.....	<b>107</b>
<b>Quadro 10.</b> Municípios Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Educação e saúde (2010).....	<b>111</b>
<b>Quadro 11.</b> Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Instituições de Ensino Superior (2015) .....	<b>112</b>
<b>Quadro 12.</b> Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Cursos técnicos (2009-2018) .....	<b>114</b>
<b>Quadro 13.</b> Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Agências bancárias (2015) ..	<b>116</b>
<b>Quadro 14.</b> Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Rendimento familiar e deslocamento dos entrevistados.....	<b>140</b>
<b>Quadro 15.</b> Mato Grosso do Sul: Destino dos fluxos populacionais urbanos a partir da região Sudoeste.....	<b>185</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: Aproximando-nos do quadro urbano sul-mato-grossense.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO II: Adentrando o quadro urbano sul-mato-grossense: da formação territorial à rede urbana .....</b>	<b>42</b>
<b>2.1. Considerações sobre a formação territorial do Mato Grosso do Sul e sua estruturação reticular urbana .....</b>	<b>44</b>
<b>2.1.1. Das disputas territoriais às (re)definições socioespaciais no sul de Mato Grosso no século XIX.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1.2. O papel da ferrovia no processo de (re)articulação territorial no início do século XX .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1.3. Das políticas de ocupação territorial: novas ações e objetos técnicos em meados do século XX .....</b>	<b>59</b>
<b>2.1.4. As redefinições socioespaciais a partir da década de 1970.....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO III: Entre a definição e a caracterização das cidades pequenas: estabelecendo bases para entendermos as relações .....</b>	<b>75</b>
<b>3.1. Aproximando-nos da discussão sobre as cidades pequenas .....</b>	<b>78</b>
<b>3.2. Caracterização dos centros urbanos (e suas hinterlândias) que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: as cidades pequenas e locais em números .....</b>	<b>88</b>
<b>3.3. Adentrando nos aspectos econômicos dos municípios do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul.....</b>	<b>102</b>
<b>3.4. Retornando ao urbano: os papéis urbanos, a baixa complexidade funcional das cidades pequenas e das cidades locais e a necessidade do uso da rede urbana .....</b>	<b>106</b>
<b>CAPÍTULO IV: Interações espaciais interurbanas a partir do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>120</b>
<b>4.1. Sobre centralidade urbana: uma discussão necessária .....</b>	<b>125</b>
<b>4.2. A centralidade dos centros urbanos que compõem a Região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e sua estruturação.....</b>	<b>130</b>
<b>4.3. As interações espaciais a partir da concepção dos moradores/agentes sociais das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>138</b>
<b>4.3.1. Sobre as frequências e formas/meios de deslocamentos: até que ponto a renda condiciona a lógica das interações espaciais? .....</b>	<b>139</b>
<b>4.3.2. Consumo do e no espaço dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: sobre a ausência de serviços, funções e bens de consumo .....</b>	<b>146</b>
<b>4.3.3. A disposição espacial dos fluxos: as interações espaciais e a estruturação da rede urbana .....</b>	<b>148</b>
<b>4.3.3.1. Sobre o papel de centralidade de Campo Grande: a estruturação hierárquica da rede urbana .....</b>	<b>149</b>

<b>4.3.3.2.</b> Demais centros que compõem a rede urbana a partir do Sudoeste do estado: hierarquias, complementariedades e outras interações. ....	<b>153</b>
<b>4.4.</b> As interações espaciais a partir da concepção dos representantes dos poderes públicos das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul .....	<b>173</b>
<b>4.5.</b> Sobre a síntese dos fluxos: algumas considerações .....	<b>184</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>198</b>
<b>APÊNDICE I – Questionário aplicado nas cidades do Sudoeste de Mato Grosso do Sul</b> .....	<b>206</b>
<b>APÊNDICE II – População, PIB, atacados e serviços dos municípios sul-mato-grossenses em 2010</b> .....	<b>207</b>
<b>APÊNDICE III - Síntese de informações sobre educação e saúde nos municípios sul-mato-grossenses.</b> .....	<b>209</b>
<b>APÊNDICE IV – Questões para entrevistas com os representantes dos poderes públicos do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (Nioaque e Jardim)</b> .....	<b>211</b>
<b>APÊNDICE V – Organização hierárquica dos centros urbanos</b> .....	<b>212</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa abordar a rede urbana na escala do território sul-mato-grossense, de modo a apreender as lógicas e dinâmicas que dão sentido às interações espaciais. Para tal, centramos a análise nas cidades pequenas e cidades locais (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho) que compõem a região de planejamento Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul.

Na construção dissertativa deste trabalho alguns caminhos foram tomados, levando-nos a trilhar por diferentes categorias geográficas, evocadas como formas de responder às questões construtivas/aproximativas da parcela da realidade abordada. Partindo do conceito de região que abre o trabalho, na proposta de definição analítica de um objeto de estudos (região de planejamento Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul), passamos à discussão do território, numa escala temporal e espacial recente, qual seja o quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul. Essa discussão delineou um resgate espaço-temporal, onde formas, funções e estruturas são chamadas a dar embasamento à construção de uma perspectiva processual do território sul-mato-grossense, aproximando-nos do conceito de formação socioespacial e culminando a análise na discussão da rede, passando por outros conceitos/noções/definições caros aos estudos urbanos com foco na rede urbana<sup>1</sup>, como principal conceito a orientar as reflexões desse trabalho.

Ao nos determos na noção de região somos levados a pensar numa articulação e/ou coesão espacial que reúna elementos ou que articule elementos que permitam diferenciar uma parcela do território de outras. Nesse sentido, poderíamos falar da região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e das cidades que compõem essa subparcela da totalidade do território estadual. Entretanto, seria possível empregar, de modo seguro, essa definição diante do pressuposto de que estamos trabalhando também com o conceito de rede urbana, ou seja, do conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados<sup>2</sup>?

Nessa perspectiva, cada parcela (cidade) dessa “reunião de partes” deveria estabelecer uma articulação funcional com outra parcela, geralmente a cidade que dispõe de maior centralidade urbana. Ressaltamos que, não raro, as articulações interurbanas de uma cidade (dependendo do nível de acúmulo de fixos espaciais em sua estrutura)<sup>3</sup> não se limitam às de-

---

<sup>1</sup> Rede síntese das demais redes sociais espacializadas (CORRÊA, 2011b).

<sup>2</sup> CORRÊA, 2006.

<sup>3</sup> Cf. SILVA, O. T. 2013.

finições zonais utilizadas para a definição de região (no sentido mais tradicional dessa categoria geográfica)<sup>4</sup>.

Desse modo, levantemos outras duas questões iniciais: por que tomar o sudoeste do estado, nos moldes de um recorte regional, se nos propomos a discutir o espaço em rede? As cidades que fazem parte do “conjunto” mencionado apresentam algum grau de articulação considerável, que nos permita falar em uma rede urbana regional do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul?

Com relação à primeira questão, tomamos o Sudoeste do estado como “um recorte” para, a partir de uma parcela de uma “totalidade espacial” (território sul-mato-grossense, sub-parcela da totalidade espacial brasileira), podermos tecer, num escopo delimitado, considerações sobre algumas cidades sul-mato-grossenses e sua inserção na rede urbana. Tal “recorte” não foi por nós definido, pelo contrário, é fruto de um processo de regionalização elaborado pelo Poder Público estadual em 2011<sup>5</sup> (Figura 01), de acordo com a teoria dos Polos de Desenvolvimento<sup>6</sup>. No documento “Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento”, encontramos o critério de regionalização adotado:

A espacialização regional aqui apresentada foi traçada aplicando o conceito de polarização e lideranças urbanas e seu entorno, correlacionando através de eixos de ligação e das relações de influência e dependência que existem entre os municípios polos e aqueles que estão sobre sua influência socioeconômica. (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 9)

Em outro ponto, observa-se:

---

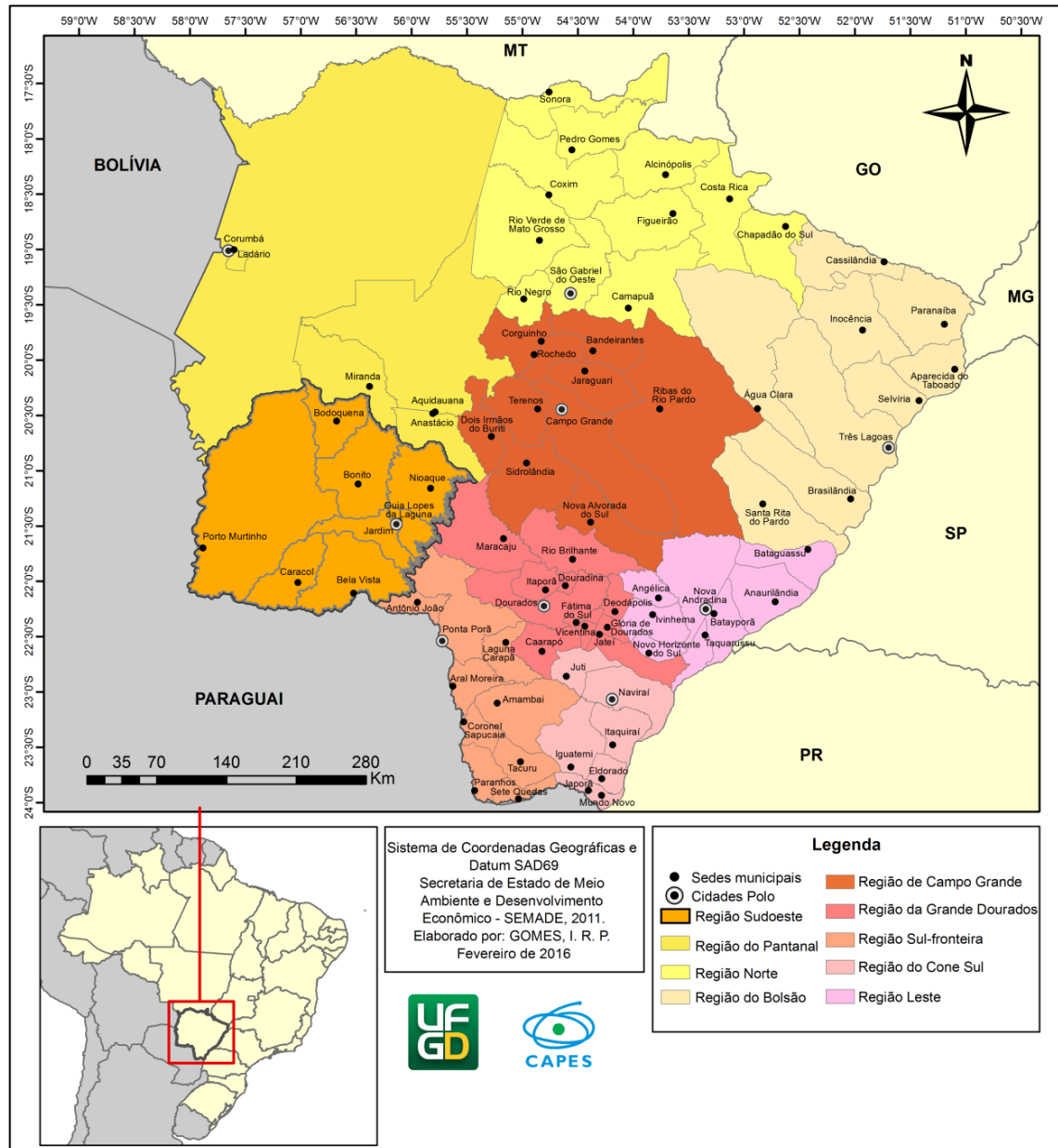
<sup>4</sup> Cf. HAESBAERT, 2010.

<sup>5</sup> O processo de regionalização elaborado em 2011, durante a administração do governador André Puccinelli (1º mandato 2007-2010, 2º mandato 2011-2014), estabeleceu a divisão do estado em nove regiões de planejamento (Bolsão, Campo Grande, Conesul, Grande Dourados, Leste, Norte, Pantanal, Sudoeste e Sul-fronteira), levando-se em consideração a teoria de polos regionais. As regiões foram organizadas de acordo com um centro urbano que exerce um polo de atração sobre os demais do entorno, estabelecendo entre si inter-relações (MATO GROSSO DO SUL, 2011). Convém ressaltarmos que uma regionalização foi criada no governo anterior (em 2007, por meio do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável), seguindo os mesmos parâmetros, diferenciando-se apenas no número de regiões: oito. Outro ponto a destacar, é que foi publicado um novo trabalho do “Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento” em 2015, porém, o que observamos é uma cópia, quase que total, do trabalho de 2011, acrescentando apenas alguns dados, o qual não consideramos relevante adotar.

<sup>6</sup> Lima e Simões (2009) atribuem a Perroux parte importante dessa teoria: suas reflexões apontam que o polo é uma produção técnica necessária para se traçar/definir melhor os marcos/caminhos de desenvolvimento. Contudo, o autor parte da noção de um espaço abstrato, não considerando a região como um fato (em sua dimensão econômica), mas uma produção intelectual. Outro teórico de peso na discussão dos Polos de Desenvolvimento foi Boudeville, diferindo de Perroux, que tinha como foco a região como um fato, com aspectos de contiguidade o que facilita para o teórico a implantação de ações. Três concepções de região eram consideradas por Boudeville: homogênea (características semelhantes), polarizada (interdependência de núcleos urbanos), e região-plano em que haveria a projeção de decisões e ações sobre uma área contígua. Essa última concepção deve considerar as duas primeiras para traçar políticas públicas que orientem o “desenvolvimento” nos moldes determinados por cada governo.



O estabelecimento de regiões de planejamento deve traçar as fronteiras regionais, definindo pontos de equilíbrio e lideranças urbanas que possam liderar o processo de desenvolvimento no seu entorno, ressaltando os pontos em comuns e os aspectos de complementariedade, como rede de infraestrutura e apoio logístico existente ou a serem construídos, de forma que possibilite ao poder público traçar políticas que efetivamente alavancem o desenvolvimento regional. (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p. 14)



**Figura 1:** Mapa das Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso do Sul

**Fonte:** MATO GROSSO DO SUL, 2011.

Ainda, conforme o referido Documento, estabeleceram-se nove regiões de planejamento – Bolsão, Campo Grande, Conesul, Grande Dourados, Leste, Norte, Pantanal, Sudoeste e Sul-fronteira – tomando-se como base o território sul-mato-grossense de acordo com a seleção de “lideranças urbanas”, denominadas cidades-polo – núcleos urbanos que exerci-

am/exercem (considerando-se, principalmente, a liderança demográfica e econômica das cidades e seus territórios municipais) determinada influência e garantem algum grau de coesão funcional. Isso permite falar de uma porção do espaço (região) diferenciada de outra, com outra gama de relações.

Apesar de se buscar reconhecer determinado grau de “coesão” entre as cidades, a regionalização proposta traz como resultado “recortes espaciais” definidos como regiões de planejamento. Nas palavras de Haesbaert (2010), sendo regiões elaboradas pelo pesquisador – nesse caso, um grupo de pesquisadores –, adquirem o sentido de região como *arte*, ou melhor como artifício, apresentando, todavia, também características de uma região como *fato*<sup>7</sup>, ou seja, uma porção do território na qual se nota uma diferenciação diante de outra porção, com algum grau de coesão, nesse caso agrupadas com base em características geoeconômicas (agropecuária que representa boa parte da economia desses municípios).

Devemos sublinhar que a racionalidade do agir estatal pode, todavia, produzir numa região de planejamento – portanto, como artifício – características funcionais que engendrem uma coesão espacial, o que resulta numa região de fato. Assim, na implantação de serviços em nível regional – um hospital regional, por exemplo –, os fluxos “dentro da região de planejamento” podem direcionar-se para a “cidade polo” que, apesar de ser também um artifício elaborado a partir da visão do pesquisador, adquire centralidade no decorrer dos anos, dando coesão ao seu entorno.

Embora visualizemos algumas falhas/fraturas quanto às ligações concebidas para as cidades de determinadas regiões<sup>8</sup>, tomamos uma porção dessa “totalidade”, qual seja a região sudoeste como referencial (um aporte produzido por um olhar técnico) para nos debruçarmos empiricamente e tecermos algumas considerações.

Dessa forma, chegamos ao segundo questionamento apontado, que versa sobre o grau de articulação entre as cidades “dentro” dessa porção. Foi nesse sentido que fomos a campo, buscando apreender se as cidades que compõem essa região (zonal) apresentam algum grau de articulação (reticular) ou se são apenas pontos pouco articulados entre si, mas articu-

---

<sup>7</sup> Haesbaert (2010) discute várias concepções de região, nos levando, ainda, pelos diferentes contextos históricos e sociais em que foi abordado. Uma das contribuições, que consideramos importante nesta obra do autor, é pensá-la como Arte-fato. Ou seja, *arte* (de artifício) deriva do sentido de região ligado às regionalizações elaboradas/criadas no âmbito de diferentes estudos e pesquisas, e *fato* expressa uma dimensão concreta da existência de porções do espaço que se diferenciam de outras, produto de processos históricos ou naturais; como Arte-fato o autor propõe a inter-relação dos conceitos e noções para pensarmos a região.

<sup>8</sup> Como exemplo, tomando como base o Google Maps, se sairmos de Aquidauana para Campo Grande (centro urbano de maior complexidade funcional do Mato Grosso do Sul), percorreremos cerca de 140 km em busca de bens e serviços; com relação a Corumbá (cidade-polo da região na qual Aquidauana está inserida), percorreremos cerca de 290 km, mais que o dobro de distância da capital do estado. O mesmo ocorre com relação a Miranda: 220 km de distância de Corumbá e 207 km de Campo Grande.

lados a um centro urbano de maior complexidade funcional como Campo Grande ou Dourados.

Assim, o presente trabalho busca resposta para uma dúvida que nos acompanha desde a elaboração do projeto de pesquisa inicial: poderíamos falar de uma rede urbana regional, ou seja, *do* sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul – definida por alguma coesão socioespacial, garantida pela centralidade de algum centro urbano dessa porção do espaço? Ou falaríamos de um segmento da rede urbana *no* sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, que nada mais seria do que uma “ramificação” da hinterlândia de Campo Grande ou de Dourados?

Uma vez que o recorte regional adotado é produto de um processo de regionalização, sem considerar, portanto, a coesão histórico-social, como reconstituir a trajetória espaço-temporal dessa “região”, se os centros urbanos que a compõem têm gêneses ligadas a conjunturas diferentes? A partir de que escala, então, seria possível haver essa coesão histórico-social?

A solução para tal foi tomar como base uma parcela de uma totalidade dotada de coesão socioespacial, instituída pela projeção de relações de poder (SOUZA, 2013) e materialização das relações sociais (CARLOS, 2011) no processo de produção espacial brasileira; assim, tomando o Estado-Nação (Brasil) como totalidade (SANTOS, 1982) e uma parcela político-administrativa sua, o Mato Grosso do Sul, como subunidade, chegamos numa escala geográfica que consideramos passível de análise.

Nessa escala, apresentaremos um capítulo introdutório (Capítulo I) à temática da rede de cidades – “**Aproximando-nos do quadro urbano sul-mato-grossense**” –, buscando enfocá-la sob a perspectiva da estrutura urbana (da distribuição espacial das cidades, seus papéis econômicos e funcionais, e seu tamanho/porte populacional) sul-mato-grossense.

Temporalmente, o capítulo se limita a trazer um quadro contemporâneo (das duas primeiras décadas do século XXI) do território sul-mato-grossense, constituído de 79 municípios, com seus respectivos centros urbanos, em sua maior parte de pequeno porte, que se ligam a centros de maior complexidade urbana e funcional. Essas cidades de maior centralidade cumprem papel regional importante que garante a amarração socioespacial aos demais centros urbanos (cidades pequenas e cidades locais) que compõem essa subunidade da formação socioespacial brasileira, o qual se constitui num dos focos abordados no âmago do capítulo. Cabe pontuar que tal papel é moldado no âmago de um processo, espacial e temporal, maior, qual seja o de formação territorial – o que constitui o capítulo II deste trabalho.

Ainda com relação ao primeiro capítulo, foi elaborado, principalmente, com a utilização de fontes secundárias - como as do banco de dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), que se constitui num sistema de informações que reúne dados estatísticos dos municípios do Mato Grosso do Sul, segmentados por diferentes categorias, tais como agências bancárias, estabelecimentos comerciais, contagem da população, ensino superior, estabelecimentos de saúde, extensão territorial dos municípios, leitos existentes nas unidades de saúde, PIB, população residente, entre outras; é possível agrupar as informações com cidades/localidades ao critério do pesquisador, e também projetar, em algumas variáveis (como população residente) uma evolução histórica (desde a década de 1970). Houve também consulta a estudos (acadêmicos ou técnicos) que abordam o território do estado de Mato Grosso do Sul.

Voltando-nos ao entendimento de como essa estrutura territorial urbana se formou, buscamos, no capítulo II – **“Adentrando no quadro urbano sul-mato-grossense: da formação territorial à rede urbana”** –, retomar o caminho da estruturação da rede urbana sul-mato-grossense, selecionando períodos em que as (re)definições espaciais foram moldadas pelo papel, principalmente econômico, dessa subunidade no conjunto do território nacional.

A discussão inicia-se no século XVIII, quando o então Sul do Mato Grosso ainda se configurava como um “território de passagem”, onde as aglomerações tinham caráter de núcleos militares diante das disputas territoriais entre Brasil e Paraguai; segue temporalmente para o século XIX, pontuando o papel das atividades econômicas na ocupação e consequente formação territorial do Sul de Mato Grosso, a iniciar-se pela pecuária na ainda nascente divisão territorial do trabalho nacional, configurando essa porção do território brasileiro como produtoras de gêneros primários para o Sudeste, que, nesse período, tem papel de centralidade político-econômica garantida pelo Rio de Janeiro.

A discussão perpassa também pelo domínio territorial no sul do Mato Grosso para exploração de erva-mate, exercido pela Cia Matte Laranjeira, da segunda metade do século XIX até a primeira do século XX; destacamos também a estruturação da rede ferroviária, visando a melhorar a comunicação dessa porção do território em formação com o Sudeste do país, facilitando a exportação de gêneros primários, principalmente a carne bovina, ainda na primeira metade do século XX. Além de permitir as interações espaciais de nível econômico, as vias ferroviárias, favoreceram o avanço das frentes de ocupação (outro período destacado no capítulo II), onde o extremo Sul de Mato Grosso, com destaque para a região que se estabelece em torno da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), constitui-se em produ-

tora e exportadora de gêneros agrícolas para o Sudeste, aproximando-nos de meados do século XX.

A partir desse período, o capítulo pontua também o início da estruturação da malha rodoviária, melhorando a articulação com outras porções do território nacional e do sul do Mato Grosso; a parte final do texto remonta às redefinições socioespaciais iniciadas na década de 70 do século XX, momento em que se consolida o papel do Mato Grosso do Sul na divisão territorial do trabalho, após a expansão do modo capitalista de produzir no campo, culminando a análise na desconcentração das atividades industriais de São Paulo para o Leste do estado de Mato Grosso do Sul.

No âmbito dessa contextualização espaço-temporal, o capítulo dá ênfase nos períodos em que as principais cidades (sob a perspectiva político-econômica) do Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá) têm seu papel de centralidade aumentado, bem como, repita-se, analisa a configuração atual do território sul-mato-grossense.

Cabe pontuar que esse capítulo foi o primeiro a ser elaborado. Na oportunidade de um evento<sup>9</sup> tecemos parte das considerações apresentadas, focando no processo de formação territorial sul-mato-grossense. O capítulo tem escopo principal em uma das categorias (processo) abarcadas pelo conceito de formação socioespacial de Milton Santos, sem nos esquecer, todavia, de trazeremos para o texto elementos que nos permitam tratar das demais categorias: estrutura, forma e função. Assim, encarado sob uma perspectiva *processual/diacrônica*, a discussão foi construída focando na formação territorial do estado de Mato Grosso do Sul (parte) enquanto subunidade da formação socioespacial brasileira (todo), onde a *estrutura* socioeconômica capitalista (em movimento) engendrou uma configuração espacial dotada de significação/particularidade: a rede urbana como um conjunto de *formas* (centros urbanos) e *funções* (papéis urbanos e regionais).

O capítulo II traz ainda mapas, elaborados por meio do *Software ArcGIS® 10.2.2*<sup>10</sup>, que visam demonstrar as fases da estruturação urbana do Mato Grosso do Sul. Em relação a tal, nos limitamos apenas a apresentar a disposição espacial das cidades em determinados períodos (até 1930, até 1960 e até 1980), não detalhando a inserção regional de cada cidade (seu papel de centralidade)<sup>11</sup>. Nos mapas também procuramos destacar as vias que garantiam a

---

<sup>9</sup> V Seminário Internacional América Platina, realizado na Universidade Federal da Grande Dourados, de 11 a 13 a Novembro de 2014.

<sup>10</sup> Nesse processo de elaboração dos mapas tivemos a ajuda fundamental da colega de mestrado Ísis Rodrigues Reitmam. Reiteramos aqui nossos agradecimentos.

<sup>11</sup> Tal postura demandaria adotar uma classificação hierárquica para os centros urbanos em cada período. Uma vez que o papel das cidades mudou ao longo das décadas, passando de um carácter político (de defesa/ocupação

comunicação entre os centros urbanos nos diferentes períodos, o que demandou o trabalho de precisar quais vias perpassavam o território em formação nas diferentes décadas consideradas.

Após essa caracterização espaço-temporal do território do estado de Mato Grosso do Sul, apresentadas as cidades com maior centralidade, seus papéis urbanos e regionais, voltamo-nos a discutir sobre as cidades ainda pouco consideradas nos estudos urbanos: as cidades pequenas e as cidades locais.

O Capítulo III, **“Entre a definição e a caracterização das cidades pequenas: estabelecendo bases para entendermos as relações”**, apresenta uma discussão sobre os centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado, que se encaixam nas categorias cidades pequenas e cidades locais.

Como nos esclarece Endlich (2006), a discussão sobre a pequena cidade passa pela própria definição de cidade, uma vez que essas formas de aglomeração se encontram no limiar entre “cidade” e “não-cidade”, apresentando papéis/funções, formas e estruturas num nível mínimo de urbanidade.

Essa discussão recai, como já pontuamos, sobre as definições de cidade, que no Brasil têm caráter político-administrativo, ou seja, as sedes municipais são consideradas cidades, assim como as sedes distritais são consideradas urbanas no país. Todavia, cabe ultrapassar tal definição (já abandonada há muito tempo pela Geografia Urbana, como nos lembra Carlos, 2007), uma vez que para considerarmos uma aglomeração como cidade deve haver uma coalescência de funções urbanas que atenda as necessidades básicas/essenciais da população local, como apontou Santos (1982). Desse modo, a existência de uma centralidade mínima, que exerça influência sobre a localidade deve ser levada em consideração. A categoria centralidade se constitui uma das principais na elaboração dessa dissertação, permitindo uma diferenciação entre cidade local (centralidade mínima) e cidade pequena (centralidade sobre algumas cidades locais), conforme defendido por Fresca (2010).

Em razão da pouca atenção conferida às cidades de menor porte populacional e de menor complexidade funcional no âmbito da Geografia Urbana (que se volta em grande parte para o estudo de metrópoles e cidades médias), enveredamos por caminhos que nos levaram a alguns estudos que consideravam essa parcela da rede urbana brasileira, integrada pelo processo de urbanização. Cabe pontuar que tais estudos versavam sobre cidades pequenas e/ou

---

do território), para econômico de controle sobre uma área de produção, assim como de distribuição de bens e serviços para sua hinterlândia, não nos sentimos à vontade para classificá-las nas primeiras décadas mapeadas, como capital regional, centro regional, sub-regional, de zona ou local – classificação, aliás, elaborada pelo IBGE, nos estudos sobre o sistema urbano nacional, a partir da década de 1970.

idades locais de diferentes parcelas da formação socioespacial brasileira, permitindo-nos um exercício comparativo, apresentado em alguns (pequenos) trechos do Capítulo III, mas, sobretudo, a consulta a tais estudos permitiu-nos construir o texto, seguindo alguns caminhos apresentados pelos mesmos.

Além da busca pela definição dessas pequenas aglomerações urbanas, o Capítulo III apresenta uma descrição das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, aproximando o leitor da parcela da realidade estudada. A baixa complexidade funcional que caracteriza a vida de relações socioespaciais nesses centros urbanos demonstra a necessidade do uso da rede urbana, seja em relações de subordinação, seja em relações de complementariedade, delineando a construção do Capítulo IV.

O quarto e último capítulo, intitulado “**Interações espaciais interurbanas a partir do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul**”, volta-se à discussão acerca dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado, sob a perspectiva das interações espaciais, enquanto conteúdo de relações que preenchem, dão sentido e produzem a rede urbana.

Por meio dessa perspectiva, além de lançarmos luz sobre parcelas pouco consideradas da realidade socioespacial sul-mato-grossense, buscamos verificar se as interações espaciais estabelecidas a partir do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul moldam uma rede urbana regional ou apenas constituem fluxos interurbanos que inclinam-se à centralidade de Campo Grande ou Dourados, sendo, portanto, segmentos da rede urbana que se estruturam sob suas áreas de influência.

O capítulo retoma a categoria centralidade, apresentada no capítulo III, enquanto uma discussão necessária para entendermos a rede urbana enquanto conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias (CORRÊA, 2006). Para tal, baseando-nos em dados secundários sobre nosso recorte, tecemos também algumas considerações sobre os níveis de centralidade das cidades do Sudoeste da segunda metade do século XX até 2007, ano da última pesquisa das Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), visando apresentar como o papel desses centros se delineou na rede urbana ao longo das décadas.

Cabe apontar que os estudos das Regiões de Influência das Cidades abordam a rede urbana sob uma escala macro, qual seja a nacional, sob a perspectiva da estruturação hierárquica da rede urbana, escapando de seu foco as interações horizontais de complementariedade, não hierárquicas, onde a não subordinação de um centro a outro parece ocorrer. Na perspectiva adotada pelo IBGE (2008), não são consideradas as interações entre centros urbanos fronteiriços que determinam a lógica de parte considerável dos fluxos de três cidades conside-

radas nessa pesquisa: Porto Murtinho, Bela Vista e Caracol, com maior intensidade nas duas primeiras. Nesse sentido, a parte final do capítulo IV vem a somar contribuições para a compreensão da rede urbana sul-mato-grossense a partir de outras dinâmicas identificadas no decorrer da pesquisa.

Essa parte do texto traz uma discussão sobre as interações espaciais, sob a perspectiva da frequência, dos motivos, dos meios/formas de deslocamento dos entrevistados nas cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, situando a análise no nível/dimensão social das interações espaciais.

Visando fazer uma sondagem do objeto de estudo, a pesquisa de campo foi realizada em dois momentos: uma primeira etapa se deu nos meses de fevereiro, março e abril, sendo finalizada nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2015. Cabe acrescentar que, nesse segundo momento, procuramos entrevistar também representantes dos poderes públicos, visando apreender como as interações espaciais se dão na dimensão política, do agir estatal, entre as cidades que compõem o Sudoeste do estado.

Durante a pesquisa de campo, os 50 questionários<sup>12</sup>, em média, que aplicamos eram realizados nos domicílios, em alguns poucos casos aplicados em estabelecimentos comerciais, situados em diferentes porções da cidade. Tal postura num primeiro momento objetivava a explorar a diferenciação intraurbana e associá-la às relações interurbanas; em outras palavras, pretendíamos associar a lógica das interações espaciais de entrevistados com os locais onde residiam (áreas periféricas – no sentido socioespacial do termo – ou áreas centrais). Todavia, isso foi deixado de lado a partir da constatação da pouca diferenciação espacial existente nessas cidades – muitas vezes diferentes padrões de casas estão imbricados em todos os bairros da cidade –, levando-nos a não considerar o bairro onde morava o entrevistado, mas sim, com o auxílio da observação da paisagem, o padrão de casa que ocupava, visando assim trazer para o trabalho diferentes classes de renda. Todavia, pontue-se que os percursos pelas ruas das cidades pesquisadas permitiu-nos conhecê-las mais de perto e identificar suas formas, além de parte da vida de relações (dinâmicas) que as animavam.

Ainda com relação ao questionário, o mesmo continha 18 perguntas (ver Apêndice D), baseadas num modelo utilizado por pesquisadores<sup>13</sup> do GAsPERR<sup>14</sup> (UNESP – Presidente

---

<sup>12</sup> Na primeira etapa da pesquisa de campo tivemos a ajuda de colegas/amigos. Deixamos aqui nosso agradecimento a Francieli Meira e Josimar Leite Miranda.

<sup>13</sup> Gostaríamos de agradecer a disponibilização dos modelos de questionários aplicados pelo Grupo de Pesquisa, principalmente a mestrandia Priscila Rangel (PPGG-UNESP), que nos atendeu, pessoalmente, nessa demanda. As perguntas do questionário foram adaptadas, uma vez que se voltavam a apreender as relações entre cidades pequenas na região de influência de Presidente Prudente-SP, principalmente para a utilização/consumo dos/nos



Prudente), sendo subdividido em três partes: a primeira, com questões socioeconômicas (sexo, idade, escolaridade, profissão e renda); a segunda, com questões voltadas para a apreensão das interações espaciais (local de nascimento, último local em que morou – cidade ou zona rural –, “locais” para onde se dirigem com determinada frequência, forma de deslocamento, entre outras); e por fim questões que buscavam observar o consumo de bens e serviços por parte dos entrevistados (ausência de serviços e funcionalidades urbanas na cidade, ausência de bens, consumo pela internet).

Com relação às entrevistas realizadas com representantes dos poderes públicos das cidades estudadas, as questões se estruturaram visando à apreensão das relações que estabeleciam com cidades próximas de seus respectivos sítios geográficos, ou mesmo cidades mais distantes. Outras questões avançavam em algumas especificidades de cada centro (o aspecto da fronteira nas cidades de Porto Murinho, Caracol e Bela Vista; a proximidade de Jardim e Guia Lopes da Laguna; a inserção regional de Jardim; a atividade turística em Bonito e Bodoquena), buscando apreender como as interações espaciais se dão nesse âmbito. Os diálogos estabelecidos tiveram uma média de 12:00 minutos e optamos por não os transcrever literalmente, mas trazer, na forma dissertativa, pontos que consideramos importantes em suas falas.

Ao longo da segunda parte do capítulo IV são apresentados, ainda, alguns mapas produzidos por meio do *Software ArcGIS® 10.2.2*<sup>15</sup> que se voltam a demonstrar as interações espaciais a partir das cidades que compõem o Sudoeste do estado. A partir dos dados recolhidos, relativos aos deslocamentos dos entrevistados, pudemos convertê-los em fluxos, que sinalizam os centros urbanos de destinos, com diferentes graus de intensidade, de acordo com o número de vezes em que foram citados.

Por último, apresentamos as **Considerações Finais**, a **Bibliografia** e os **Apêndices**.

---

Shopping Centers. Nesse sentido, repita-se, fizemos algumas alterações visando buscar dados na realidade espacial enfocada nesta pesquisa.

<sup>14</sup>Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

<sup>15</sup> Novamente, nessa etapa, foi fundamental a ajuda da colega de mestrado Ísis Rodrigues Reitmam.

## CAPÍTULO I

### APROXIMANDO-NOS DO QUADRO URBANO SUL-MATO-GROSSENSE

*[...] seja qual for o caso, incluindo os estágios inferiores de desenvolvimento, o sistema de cidades constitui a armadura do espaço.*

*(Milton Santos)*

O presente capítulo<sup>16</sup>, de caráter introdutório, apresenta um quadro geral da estrutura urbana do território sul-mato-grossense. Objetivando apresentar a situação espaço-temporal contemporânea, o texto inclina-se a um caráter descritivo, lembrando-nos a etimologia da palavra *Geografia*: descrever a terra. Como lembra Milton Santos (2006, p. 9), “Descrição e explicação são inseparáveis”, sendo indissociáveis essas duas atividades para o devido tratamento do espaço; assim, no intento de descrever essa parcela do espaço (uma subunidade da formação socioespacial brasileira) construímos esse ensaio, visando a contribuir para o entendimento do território sul-mato-grossense por meio da rede urbana.

Em relação ao estado de Mato Grosso do Sul, pontuamos que sua estrutura urbana<sup>17</sup> apresenta um número considerável de centros urbanos de pequeno porte, com algumas (poucas) cidades com funções urbanas mais complexas e de maior porte populacional. Analisadas por meio da intensificação da urbanização no estado, tais cidades que adquiriram centralidade abarcam tanto a população vinda do campo, após a expansão do modo de produção capitalista, quanto os fluxos populacionais advindos de outros estados da Federação. Le Bourlegat, avaliando as transformações socioespaciais das três últimas décadas do século XX, pondera:

De modo geral, todos os municípios apresentam aumento das taxas de urbanização, nas últimas três décadas. O processo de urbanização, desse modo, apresentou-se amplo e difuso em todo o território do Mato Grosso do Sul, embora atingindo mais intensamente o sul do Estado.

Com a fraca divisão territorial do trabalho no Estado, ocorre um pequeno número de direções nos fluxos a algumas poucas e esparsas cidades centrais, de modo a consoli-

<sup>16</sup> Esse capítulo foi publicado, com pequenas alterações, na Revista Eletrônica AGB – Três Lagoas, V.1, número 22, Ano 12, de novembro de 2015, sob o título “Notas sobre o quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul”. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1423>>. O texto, no entanto, já havia sido apresentado no exame de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, em maio de 2015. Alguns acréscimos compõem a presente versão.

<sup>17</sup> Nos apoiamos na noção de *estrutura urbana*, no sentido posto por Egler (2012). Nos termos do autor, a estrutura urbana se situa num nível mais geral de abstração, sendo utilizada para a análise da distribuição espacial das cidades, seus níveis de desenvolvimento econômicos e sociais, numa dada parte do território.

dar ainda mais suas anteriores funções e reproduzir o típico fenômeno da macrocefalia. (2000, p. 356)

Assim, tomando como referência o fato de que, em 2010, cerca de 85% da população sul-mato-grossense compunha o quadro urbano do estado, há que se ressaltar que cerca de 60% do contingente populacional residia em apenas dez dos 79 municípios<sup>18</sup> do Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Há, como podemos notar, uma concentração populacional em poucos centros urbanos e seus respectivos territórios municipais. De fato, a maior parte das cidades do Mato Grosso do Sul são pequenas (53 centros urbanos e seus respectivos territórios municipais têm população inferior a 20.000 habitantes), articuladas a algum segmento (centro urbano) “mais importante”<sup>19</sup> político-economicamente. A estrutura socioeconômica, ou melhor, a formação socioespacial<sup>20</sup> sul-mato-grossense nos dá uma pista do porquê dessa configuração: um território produtivamente voltado a um mercado externo (consumidor de gêneros agropecuários), com uma estrutura social concentrada economicamente (renda) e espacialmente (terra urbana e rural<sup>21</sup>), e alguns centros urbanos com uma base técnica de apoio às atividades exercidas nas hinterlândias produtivas.

Pequenos centros urbanos articulam-se na demanda de técnicas, bens e serviços especializados presentes em centros urbanos de maior complexidade funcional: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, e, num nível menor na hierarquia interurbana, podemos incluir Ponta Porã<sup>22</sup> dentre as cidades de maior destaque na rede urbana.

<sup>18</sup> O documento citado de 2011 faz referência a 78 municípios, mas na verdade, nesse período, o território sul-mato-grossense já era organizado, político-administrativamente, em 79. Não se contabilizou a emancipação político-administrativa de Paraíso das Águas, que ocorreu em 2009.

<sup>19</sup> Da importância conferida a uma cidade, cabe enfatizarmos as diferentes dimensões e níveis de análise; assim, se uma “cidade maior” é mais importante na dimensão econômica e política, a dimensão social (da vida) pode estar degradada frente ao esgotamento da estrutura urbana, materializada para manter essas duas primeiras dimensões. Por outro lado, cidades pequenas podem ter sua importância relativizada na dimensão social, pois as relações, em muitos casos, são mais próximas, os laços com o “lugar” se estendem numa rede de relações que conectam os “vários pequenos bairros” desses centros. Todavia, logicamente, a falta de serviços sofisticados, para um tratamento de saúde especializado, por exemplo, se põe como uma barreira à efetivação plena de um modo de vida urbano nessas localidades, tendendo a ocorrer fluxos para os “centros mais importantes”.

<sup>20</sup> SANTOS, 1982.

<sup>21</sup> Não raro os detentores de terrenos urbanos são agentes ligados a atividades produtivas no campo. O processo de drenagem da renda fundiária (CORRÊA, 2006), materializado no monopólio de terrenos urbanos nas cidades de Mato Grosso do Sul, é uma realidade presente.

<sup>22</sup> Com relação a esse centro urbano fronteiro (localizado na porção sul de Mato Grosso do Sul, na divisa com o Paraguai), Oliveira et al. destacam: “Esta conurbação [Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY] soma uma população próxima a 180 mil habitantes, sendo ambas as cidades produtoras de serviços para os dois países. Neste ambiente juntam-se 12 centros universitários (três públicos e mais um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em implantação), sendo a maioria no lado paraguaio, que oferecem cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, uma estrutura do campo paraguaio, além de um centro de reexportação que faz do *shopping* China o maior *shopping* do Mato Grosso do Sul” (2010, p. 362, grifos dos autores).

Cada cidade apontada centraliza um segmento da rede urbana sul-mato-grossense<sup>23</sup> (e também fora desse recorte territorial – como Corumbá em relação às cidades bolivianas da fronteira), articulados a Campo Grande e à região de influência da Grande Metrópole Nacional (São Paulo). É importante assinalar que cada um desses segmentos teve sua centralidade construída ao longo das relações socioespaciais de formação do território sul-mato-grossense – o qual será abordado no capítulo seguinte.

Corumbá, uma das primeiras aglomerações materializadas, ainda nas últimas décadas do século XVIII, no território correspondente atualmente ao Mato Grosso do Sul, foi elevada ao patamar de município, de acordo com os critérios políticos-administrativos vigentes na época, já em 1850. Nesse período, as interações espaciais entre as localidades (fazendas, povoados, vilas) eram efetivadas, principalmente, utilizando-se dos canais fluviais – os fluxos espaciais eram canalizados e/ou dispersados, principalmente, no que se refere ao Extremo Oeste<sup>24</sup>, pela utilização do Rio Paraguai.

Sua centralidade remonta, portanto, a meados do século XIX, sendo o primeiro centro urbano de destaque na rede urbana sul-mato-grossense. Tal papel foi construído e consolidado, conforme ponderamos, pela utilização da rede fluvial. A atividade comercial confirma, ainda, o papel de Corumbá no âmbito da atividade ervateira, no final do século XIX, centralizando alguns núcleos – Miranda, Aquidauana e Nioaque (LE BOURLEGAT, 2000).

Seu papel regional, entretanto, começa a decair já nas primeiras décadas do século XX, quando da estruturação da ferrovia no sul de Mato Grosso, que não alcançou, num primeiro momento, a cidade de Corumbá – a ligação com o Sudeste do país a partir desse período foi feita por vias terrestres. Na metade do século XX, a centralidade de Corumbá é diminuída ainda mais quando ocorre a estruturação de rodovias, ligando Campo Grande ao Sudeste do país, assim como a Cuiabá.

Atualmente, Corumbá mantém centralidade por meio de sua influência sobre cidades do Departamento de Santa Cruz de la Sierra, território boliviano (OLIVEIRA et al., 2010). Nesse caso, as relações/interações espaciais extrapolam o limite do território brasileiro, polarizando centros urbanos do país vizinho, engendrando, por sua vez, fluxos populacionais para Corumbá, que complexificam o conteúdo urbano da cidade - as relações sociais que se dão na

---

<sup>23</sup> Cabe aqui uma ressalva: quando falamos de um segmento da rede urbana sul-mato-grossense não excluímos as articulações que se dão com “outras cidades” fora de determinado segmento, pelo contrário, a temática da rede nos impossibilita a adoção de tal postura, mas quando nos referimos a um determinado segmento da rede urbana, estamos, apenas, focando em determinada porção do espaço para melhor caracterizá-la, sem nos esquecermos de suas relações e/ou articulações.

<sup>24</sup> Expressão empregada por Sérgio Buarque de Holanda para se referir à porção que atualmente corresponde ao Mato Grosso do Sul, bem como a parcela sul do Mato Grosso (Cf. QUEIROZ, 2011).

cidade e as formas espaciais que estruturam seu espaço urbano, viabilizando as dinâmicas funcionais.

Tal ponto é interessante de ser analisado; entretanto, aqui, à guisa de consideração, cabe apenas pontuarmos que o estudo das Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008) trata da relação entre cidades dentro da formação socioespacial brasileira, ou seja, sua metodologia considera o alcance espacial de um centro urbano com relação às cidades inseridas no território brasileiro, desconsiderando as relações internacionais estabelecidas. Contudo, tomando como exemplo a subunidade/subsistema da formação socioespacial brasileira em questão, o Mato Grosso do Sul, um estado que faz fronteira com dois Estados-Nação (Bolívia e Paraguai), verificamos que é quase indubitável, em razão da proximidade e do próprio processo de formação territorial do estado, que as relações urbanas se imbricassem; é o caso de Corumbá, Ponta Porã e de outros centros urbanos na faixa de fronteira.

Assim, considerando-se as relações estabelecidas entre Corumbá e sua hinterlândia transnacional, seu papel na rede urbana ganha maior relevância quando consideradas as relações com cidades do Departamento de Santa Cruz de la Sierra (BOL) do que com relação às cidades do Mato Grosso do Sul<sup>25</sup>. Nas considerações de Oliveira et al. (2010):

Corumbá, quase como um prolongamento de suas vias, passando pelo Arroio Concepción, adentra a Bolívia, primeiro em Puerto Quijaro e logo após em Puerto Suárez (capital da província de German Bush). Essa semiconurbação, com população aproximada de 150 mil habitantes, faz parte do corredor São Paulo - Santa Cruz de la Sierra (capital econômica da Bolívia), por onde passa US\$ 4,0 milhões/dia, segundo dados da Receita Federal. Neste meio geográfico, a dinâmica econômica está relacionada à entrada do gasoduto Bolívia-Brasil, à presença de sete portos fluviais, ao fato de esta ser uma região de transbordo de mercadorias oriundas do Brasil (em especial de São Paulo) em direção a Santa Cruz e ao volume de serviços especializados oferecidos por Corumbá a cidades bolivianas ao longo da *ferrocarril* que liga Santa Cruz a Puerto Quijaro - formatando para Corumbá o terceiro maior PIB comercial do estado. (p. 361)

Quanto aos serviços especializados oferecidos pela cidade, relativos à centralidade interurbana, os autores acrescentam:

A condição regional de Corumbá transparece quando se identifica que o número de equipamentos de saúde (hospitais, ambulatórios, médicos, farmácias, centro clínicos [sic] etc.) é desproporcionalmente superior em relação ao de outras cidades de porte maior (Campo Grande e Dourados, por exemplo). O fato é que a população boliviana residente ao longo da *ferrocarril* se desloca para Corumbá para buscar atendimento de saúde - praticamente toda a província de German Busch se dirige a Corumbá para atendimento de saúde, emergencial ou não. Apesar de tudo, para dentro do estado, Corumbá realmente tem pouca articulação com outras cidades, uma vez

---

<sup>25</sup> Excetuando-se, todavia, Ladário, cidade sul-mato-grossense, que apresenta relações interurbanas consideráveis com Corumbá.

que a geografia deixa um imenso vazio demográfico ao seu entorno e faz com que, naturalmente, Corumbá esteja desarticulada, exceto com Ladário. (OLIVEIRA et al., 2010, p. 362)

Em relação à Campo Grande, sua centralidade começa a se projetar regionalmente ainda no começo do século XX, mas a aglomeração guardava um “potencial interurbano” desde a segunda metade do século XIX, em decorrência de sua posição geográfica<sup>26</sup>. Nesse sentido, nos esclarece Le Bourlegat (2000) que Campo Grande situava-se na confluência de duas hinterlândias – uma comandada por Corumbá, que se estendia de Oeste a Leste, e outra por Concepción (PY) que se estendia de Sul (iniciava-se no Paraguai) a Norte – que se projetavam na porção sul de Mato Grosso. Enquanto nó/ponto de ligação dessas duas redes comerciais, pelo povoado circulavam produtos de ambos os portos, alojavam-se tropeiros ligados à pecuária exercida na região, bem como se delineava como lócus para a instalação/fixação de comerciantes visando atender a região (LE BOURLEGAT, 2000).

Esse dinamismo socioeconômico de Campo Grande amplia-se no início do século XX, conforme pontua Le Bourlegat:

Já detinha o maior rebanho do território correspondente ao Mato Grosso do Sul além de tradição em negociação de gado. Após a passagem da ferrovia, transformou-se no maior entreposto comercial de gado do Estado, ligado aos mercados de São Paulo. Acabou sendo a cidade escolhida, não só para sediar a diretoria da Estrada de ferro Noroeste do Brasil, como o Comando Militar do Mato Grosso, em 1921. Em 1910, tornou-se sede de comarca e em 1912, sede de paróquia, em 1914, sede do 5º Regimento de Artilharia Montada, sendo elevada à categoria de cidade em 1918. (2000, p. 229)

A estrutura produtiva engendrada pelos agentes ligados à pecuária foi favorecida, conforme afirma a autora em outro ponto, pelo contexto da Primeira Guerra Mundial, em que o mercado da carne se desenvolveu consideravelmente. Le Bourlegat (2000) assevera, ainda, que o dinamismo econômico propiciado pela pecuária fez com que comerciantes e artesãos de outros centros urbanos (Corumbá, Cuiabá e São Paulo) deslocassem-se para Campo Grande<sup>27</sup>, formando, juntamente com os fazendeiros e pequenos produtores rurais, o conjunto de agentes sociais que engendraram o processo de produção da cidade, bem como a formação de seu papel regional.

A estruturação da rede ferroviária possibilitou, ainda, a interligação entre diferentes porções territoriais e a escoação da produção, bem como a interiorização de aparatos adminis-

<sup>26</sup> A noção de posição geográfica é uma das duas dimensões básicas para a análise de uma cidade, segundo Egler (2010). Refere-se à localização da aglomeração dentro de dada porção do espaço, localização essa que é relacional, ou seja, é relativa ao conjunto de cidades e suas hinterlândias que se ligam, em diferentes graus, à cidade considerada.

<sup>27</sup> Em 1940, Campo Grande era a maior cidade do Centro Oeste, com população superior a 20.000 habitantes. (LE BOURLEGAT, 2000)

trativos e dos fluxos migratórios, diferenciando a posição de Campo Grande na rede de cidades que se consolidava por meio da estrada de ferro Noroeste do Brasil.

A centralidade interurbana da capital do Mato Grosso do Sul remonta, portanto, ao início do século XX, papel que aumentou quando, em meados do mesmo século, Campo Grande é perpassada pelo sistema rodoviário, o que permitiu sua articulação com Cuiabá e com o Sudeste do país. Nesse contexto, Corumbá perde parte importante de seu papel na rede sul-mato-grossense em detrimento de Campo Grande.

Nesse período (meados do século XX) veremos que

A cidade foi equipada de estrutura de comércio e serviços, capaz de atrair para si a maior parte da população urbana do Mato Grosso do Sul, capturando economicamente, em maior ou menor grau, as micro-regiões existentes. Tornou-se, segundo o IBGE, o principal centro de drenagem e distribuição de produtos, com o movimento bancário mais intenso de Mato Grosso. Por outro lado, foi ganhando a função de beneficiamento da produção regional. No atendimento do consumo da população, Campo Grande passou a apresentar o maior e melhor estruturado equipamento de comércio e serviços da região. (LE BOURLEGAT, 2000, 291-292)

Nas últimas décadas do século XX, a capital estadual tem seu papel regional consolidado na rede urbana, em decorrência da ação do governo federal na racionalização do espaço – mais especificamente o da porção central<sup>28</sup> que se estende de sul a norte do Mato Grosso do Sul – visando a expandir a fronteira agrícola para as áreas de cerrado por meio do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, 1975-1981). Nesse sentido:

A modernização das áreas de cerrados, especialmente do Norte do Estado, estabelecendo fluxos com Campo Grande e a transformação em capital político-administrativa, só fizeram ampliar a centralidade de suas funções, de modo que na década de 90, a cidade se tornou o maior centro de serviços do Estado. Transformou-se no local de moradia, não só, da maior parte dos proprietários rurais, como das camadas sociais de renda média, que se aglutinaram no Estado. Ao mesmo tempo, passou a abrigar grande parte da força de trabalho desempregada do campo perambulante pelo corredor de exportação do Centro-Oeste, permeando, inclusive, cidades de porte médio e a metrópole do sistema urbano paulista. Nela se fixou também um forte contingente de trabalhadores eventuais e desempregados, especialmente após 1985. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 357-358)

Na década de 1990, podemos verificar que a capital estadual já comportava os principais aparatos de serviços (de caráter público e privado) de educação e saúde. O papel de

---

<sup>28</sup> Le Bourlegat (2000) seleciona/divide o estado de Mato Grosso do Sul em três regiões, de acordo com os níveis de integração com relação a São Paulo. Assim temos uma porção Leste, onde as cidades voltam-se/relacionam-se (diretamente) com cidades, de maior complexidade funcional, dos territórios paulista e paranaense; porção central, com cidades que integram-se a Campo Grande na porção central do estado, ou a Dourados ao sul – centros urbanos articulados com o Sudeste e Sul do país; e por fim uma porção oeste: um espaço com resquícios tradicionais, onde o predomínio do latifúndio pecuarista marca a baixa intensidade de integração com o Sudeste, articulando-se, todavia, com Campo Grande, e essa à Grande Metrópole Nacional, de acordo com a classificação do IBGE (2008).

coleta, beneficiamento e escoação da produção também merece destaque. O princípio de nodalidade, nesse sentido, expressava a centralidade de Campo Grande: “A função de coleta e expedição é exercida principalmente pelas cerealistas [Bunge, Cargill, ADM], grandes atacadistas, compradores de gado e empresas de transporte” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 357).

De acordo com o exposto, Campo Grande tem sua centralidade construída, exercendo influência, principalmente, sobre as cidades pequenas do Mato Grosso do Sul fora da área de influência de Dourados, Três Lagoas, ou Corumbá. De modo geral, entretanto, sua centralidade, no que toca à dimensão político-administrativa, se exerce sobre a totalidade do território sul-mato-grossense.

Em referência a Dourados, assinalamos que a cidade tem a gênese de sua centralidade, de acordo com Calixto (2013), ligada à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, o que confere uma posição diferenciada a este ponto do território (em formação) já na década de 1940. No correr da década de 1970, período de redefinição socioespacial, em razão da implantação do modelo capitalista de produzir no campo sul-mato-grossense, gestam-se articulações entre diferentes escalas espaciais que provocam modificações na divisão territorial do trabalho. Com isso, Dourados passa a cumprir papel regional importante.

Nesse período, conforme aponta Calixto (2013), delinea-se uma nova dinâmica de relações econômicas com suas inúmeras contradições socioespaciais, gestando-se a estrutura do segmento da porção sul da rede urbana do Mato Grosso do Sul. Nas palavras da autora:

[...] as relações a longa distância, a partir da especialização produtiva, impõem uma nova divisão territorial do trabalho e, nesse âmbito, a porção sul de Mato Grosso do Sul surgiu como exportadora de grãos. Essas novas relações, ao mesmo tempo em que demarcam o desmantelamento da política agrícola para o pequeno e médio produtor rural, imprimem no campo e, por consequência, na cidade, determinações necessárias para que a área assumisse um caráter agroexportador. (CALIXTO, 2013, p. 15)

Podemos inferir que a porção sul de Mato Grosso do Sul, representada pelos municípios de Amambaí, Aral Moreira, Ponta Porã, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Douradina, Itaporã, Maracaju e Rio Brilhante, a partir desse momento, volta-se à produção-exportação de *commodities*, principalmente de soja. A demanda por serviços e produtos especializados ligada a esse circuito produtivo representou a consolidação da centralidade de Dourados no Sul do estado. Calixto pondera:

Por se constituírem como municípios produtores de soja e estarem subordinados a Dourados (que já congregava a capacidade de concentração do trabalho e da técnica), esses municípios necessitavam consumir uma base tecnológica que não possuíam, recorrendo a Dourados para suprir essa necessidade, ou seja, passava por Dourados o fluxo das atividades regionais ligadas ao campo, reforçando a sua centralidade.



dade e provocando uma redefinição de seus conteúdos e suas funções. (CALIXTO, 2013, p. 16)

Além da articulação interurbana, “encabeçada” por Dourados na dimensão econômico-produtiva, pontuamos que, com relação aos usos de serviços especializados (saúde, educação superior, por exemplo), a cidade adquiriu e mantém parte importante de seu papel no segmento sul da rede urbana sul-mato-grossense, destacando-se como cidade média<sup>29</sup> no sul do estado.

Além de estar articulado e responder a ações e determinações de escalas mais amplas (associadas a circuitos produtivos mais abrangentes), vale destacar que dentre os serviços especializados ofertados por Dourados destacam-se os ligados à educação superior e à saúde, haja vista que Dourados conta com cinco hospitais e clínicas especializadas e uma quantia considerável de cursos superiores, distribuídos em cinco instituições de ensino presencial, duas públicas e três privadas: uma universidade federal, uma estadual, duas instituições particulares e uma Faculdade Teológica, ligada ao Seminário Batista. (CALIXTO, 2013, p. 3)

Cabe destacar também, com relação à complexidade funcional de Dourados, o papel que o setor comercial (associado a uma gama de serviços) exerce. O shopping center da cidade, bem como uma unidade da Rede Extra de Hipermercados, da rede Atacadão de Hipermercados e da rede de Lojas Havan localizam-se na principal avenida da cidade (Marcelino Pires, extensão da BR 162 no espaço intraurbano de Dourados) e próximo às BRs 163 e 156, vias importantes de articulação de Dourados com as cidades do entorno, indicando que se inclinam também para uma demanda interurbana.

Três Lagoas, no leste do estado, por sua vez, tem seu papel regional ampliado<sup>30</sup> após a instalação de indústrias, que antes tinham suas plantas industriais localizadas em território paulista, deslocando-se para o leste do Mato Grosso do Sul. Silva, C. H. R. (2013) argumenta sobre o processo, no tocante à saturação das atividades industriais no espaço urbano metropolitano, acarretando no deslocamento das plantas industriais para o interior paulista, aproveitando-se da estrutura técnica já implantada no território. No âmbito desse movimento, as empresas se instalam no Mato Grosso do Sul, em sua porção leste, a partir dos anos 2000.

---

<sup>29</sup> Entendemos a cidade média como um centro urbano que desempenha papel significativo numa dada rede urbana, no nível de suas relações com o entorno (próximo ou distante) mais do que pelo seu quantitativo populacional. Nas palavras de Sposito (2009): “[...] são aquelas cidades que, na rede urbana, desempenham o papel de intermediação entre as pequenas e as grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem” (p. 19).

<sup>30</sup> Consideramos que a cidade já detinha um dinamismo regional precedente à atividade industrial. Além de fator responsável pela criação do núcleo urbano de Três Lagoas, a estrada de ferro possibilitou uma diferenciação regional à cidade. Esse papel de centralidade é reforçado com a construção da Usina Hidrelétrica na década de 1960 (Cf. MILANI, 2012).

Nos termos de Oliveira et al. (2010), a lógica que orientou/favoreceu este “deslizamento” para a “fronteira” entre os dois estados deriva da articulação com o Poder Público (tanto local – nas isenções de impostos, na implantação de infraestrutura para o funcionamento desse circuito produtivo –, quanto federal – nos subsídios creditícios); da busca por locais onde a “desarticulação” sindical favorecesse a efetivação do lucro no processo de extração de mais-valia; de leis ambientais mais flexíveis; da proximidade/ acesso a uma rede ferroviária que favorecesse a escoação da produção para o porto de Santos-SP, que se faz também pela rede hidroviária Paraná/Tietê; e da capacidade energética instalada. Silva, C. H. R. (2013) acrescenta que essas são “rugosidades que favoreceram a localização industrial ou a localização satisfatória para as empresas em Três Lagoas” (p. 47).

Nesse caso, a rede urbana, considerando a porção leste do Mato Grosso do Sul se redefina em razão de sua dimensão econômico-produtiva ligada à atividade industrial, o que altera, como aponta Milani (2012), os papéis urbanos-regionais da cidade com relação à sua hinterlândia. Interessante notarmos como determinados agentes, nesse caso os proprietários dos meios de produção (CORRÊA, 2004), ao reordenarem territorialmente a planta industrial de acordo com os interesses de produtividade, redefinem o papel dos centros urbanos na escala da rede. O processo em pauta, segundo Lamoso (2013), foi orientado pela conjuntura socioeconômica<sup>31</sup> condicionante/determinante do crescimento das exportações de *commodities* e produtos semimanufaturados e manufaturados de 2000 a 2013.

Nesse sentido, assistimos a um processo de reestruturação territorial da indústria no Mato Grosso do Sul<sup>32</sup>, segundo Lamoso (2013). Com relação ao leste do estado, a autora pondera:

[...] Três Lagoas sedia a expansão da atividade da celulose com a presença das empresas Fibria (Votorantin/International Paper/Aracruz Celulose) e Eldorado (Grupo JBS), que também se instala por conta do custo do arrendamento da terra para o cultivo do eucalipto com incentivos creditícios federais, o que torna-se um tripé que associa base intensiva em recursos naturais, investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento) para aumento da produtividade e capital intensiva [sic], para ampliação da escala de produção. (p. 424)

<sup>31</sup> Segundo a autora, no período considerado, elevou-se o nível de exportações no estado em decorrência do preço das *commodities* e dos investimentos de empresas internacionais.

<sup>32</sup> Relativamente a esse processo, Lamoso aponta: “No período de 2000 a 2012, houve um aumento na quantidade de unidades industriais instaladas no estado, com concentração na capital, Campo Grande, no nordeste do estado, próximo à divisa com São Paulo e Goiás, bem como no centro-sul, polarizado por Dourados” (2013, p. 421).

Enfim, no âmbito desse processo, destaca-se a cidade de Três Lagoas, centralizando (na dimensão produtiva) o segmento leste da rede urbana do estado. Com relação ao papel desse centro urbano tanto intraurbano como interurbano, Oliveira et al. afirmam:

O fato é que, além de consubstanciar outra dinâmica urbana para o município de Três Lagoas (aumento do custo da cidade), essas indústrias provocam o aumento dos fluxos de capitais (humanos e materiais) e serviços naquela direção, mudando o sentido da acumulação e da interação regional. De fato, o processo migratório, em particular de mão de obra especializada, vem redefinindo a dinâmica urbana da cidade, porém este impacto ainda é reduzido ante o volume de capacidade ociosa apresentado pelo conjunto industrial. Mas, por seu turno, é visível o impacto regional provocado pela instalação da indústria de celulose. Três Lagoas e os municípios em seu entorno têm intensificado o plantio de eucalipto para esta finalidade[...]. (2010, p. 360)

Corroborando a posição dos autores, Silva, C. H. R. (2013) destaca que a cidade de Três Lagoas tem seu papel interurbano redefinido. O dinamismo conferido pela lógica industrial engendrou modificações na estrutura da cidade no que se refere à ampliação dos bens e serviços, que passa a dispor para as cidades do entorno.

Milani (2012), fazendo referência a esse processo, assinala que outros setores da economia se desenvolvem, no tocante ao aparato de comércio e serviços, à medida do aumento da demanda, polarizando fluxos populacionais das cidades do entorno. Conforme esclarece a autora, esse papel regional (que se projeta, também, descontinuamente no espaço, em outras escalas territoriais) se evidencia em relação aos serviços educacionais, mais especificamente o ensino superior<sup>33</sup>. De acordo com a autora, o papel da cidade se destaca, também, quando nos voltamos à análise da variável saúde, polarizando algumas cidades do entorno, com uma concentração de especialidades médicas.

Para apreciar melhor o quadro que intentamos “geografar” acima, vejamos algumas informações que separamos<sup>34</sup> (Quadro 01) com relação aos centros urbanos (e seus respectivos territórios municipais) do Mato Grosso do Sul. A variável *população* foi elencada para definirmos, grosso modo, uma classificação entre os municípios, relacionando-os com o Produto Interno Bruto, a quantidade de estabelecimentos atacadistas e quantidade de empresas prestadoras de serviços.

<sup>33</sup> A autora aponta que, de acordo com sua pesquisa, 60 cidades apareciam como origens de estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, indicando a projeção regional de Três Lagoas (Cf. MILANI, 2012).

<sup>34</sup> Cabe apontar que Milani (2012) separa e utiliza-se de dados de população, PIB, serviços, comércios para caracterizar a Mesorregião Leste e o papel de Três Lagoas como relação às cidades do entorno. Considerando importante esses dados para entender o papel regional dos centros urbanos do estado, separamos algumas variáveis análogas ao trabalho citado (Cf. MILANI, 2012).

De modo geral, notamos que os principais centros urbanos (de acordo com a dimensão demográfica) detinham, em 2010, os principais PIBs. Apenas Campo Grande aparecia com aproximadamente 13 bilhões e 900 milhões de reais, do total de riquezas produzidas em 2010, correspondendo a 31,9% do PIB total do Mato Grosso do Sul no período. Das demais cidades que compõem a estrutura urbana sul-mato-grossense, apenas Dourados, Corumbá e Três Lagoas apresentam população acima da casa dos 100.000 habitantes, com um PIB que também merece destaque, acima de 2 bilhões de reais cada.

No outro polo dessa classificação, temos 25 cidades pequenas (ver apêndice II) com população inferior a 10.000 habitantes, com uma média aproximada de 103 milhões de reais de PIB; juntas elas representam aproximadamente R\$ 2,5 bilhões (5,9%) do Produto Interno Bruto do estado, menor, se comparado, por exemplo, ao de Três Lagoas (cerca de R\$ 2,8 bilhões).

#### Quadro 1\*

##### População, PIB, atacados e serviços dos municípios sul-mato-grossenses em 2010

Localidade	População total	PIB	Estabelecimentos atacadistas	Serviços
Campo Grande	786.797	R\$ 13.875.046.175,00	706	1.821
Dourados	196.035	R\$ 3.543.857.562,00	213	353
Corumbá	103.703	R\$ 3.248.680.865,00	72	165
Três Lagoas	101.791	R\$ 2.821.908.887,00	75	271
Ponta Porã	77.872	R\$ 968.520.869,00	145	149
Naviraí	46.424	R\$ 780.740.365,00	46	172
Aquidauana	45.614	R\$ 531.516.489,00	11	46
Nova Andradina	45.585	R\$ 771.132.145,00	21	109
Sidrolândia	42.132	R\$ 688.745.054,00	28	110
Paranaíba	40.192	R\$ 601.014.875,00	33	86
Maracaju	37.405	R\$ 906.438.170,00	32	132
Amambai	34.730	R\$ 379.388.896,00	22	53
Coxim	32.159	R\$ 475.788.956,00	32	73
Rio Brilhante	30.663	R\$ 841.909.530,00	28	68
Caarapó	25.767	R\$ 488.225.583,00	18	64
Miranda	25.595	R\$ 257.077.372,00	3	41
Jardim	24.346	R\$ 248.439.593,00	15	34

\* Por questões de organização, apresentamos apenas os 20 primeiros e 20 últimos municípios, classificados segundo o quantitativo populacional. Para ver as informações completas, consulte-se o Apêndice II.

Anastácio	23.835	R\$ 209.936.311,00	13	19
Bela Vista	23.181	R\$ 256.123.162,00	9	12
Ivinhema	22.341	R\$ 287.999.748,00	8	44
...	...	...	...	...
Pedro Gomes	7.967	R\$ 127.475.863,00	4	6
Japorã	7.731	R\$ 45.817.618,00	0	5
Inocência	7.669	R\$ 149.816.324,00	1	10
Santa Rita do Pardo	7.259	R\$ 154.789.092,00	0	2
Bandeirantes	6.609	R\$ 115.578.788,00	5	14
Laguna Carapã	6.491	R\$ 157.338.671,00	9	16
Jaraguari	6.341	R\$ 88.021.718,00	3	7
Selvária	6.287	R\$ 115.894.446,00	3	3
Vicentina	5.901	R\$ 76.405.884,00	0	17
Juti	5.900	R\$ 87.867.012,00	2	6
Caracol	5.398	R\$ 79.759.628,00	1	4
Douradina	5.364	R\$ 54.712.224,00	4	13
Rio Negro	5.036	R\$ 55.618.817,00	1	7
Novo Horizonte do Sul	4.940	R\$ 66.453.294,00	2	2
Rochedo	4.928	R\$ 94.692.804,00	1	8
Corguinho	4.862	R\$ 71.176.671,00	1	11
Alcinópolis	4.569	R\$ 106.732.214,00	2	3
Jateí	4.011	R\$ 85.618.354,00	0	2
Taquarussu	3.518	R\$ 68.237.948,00	0	1
Figueirão	2.928	R\$ 57.494.620,00	1	3

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdweb/>> Acesso em: 12/08/2015.

**Org:** GOMES, 2015.

A concentração populacional e do conjunto de riquezas criadas em poucos centros urbanos (e suas hinterlândias) refletem o curso que a urbanização tomou no âmago do processo de formação territorial do Mato Grosso Sul, o que será trabalhado no Capítulo II.

Para além dessas variáveis, verifica-se o papel regional que essas cidades exercem quando nos voltamos à análise da concentração de comércios atacadistas<sup>35</sup> e de serviços nesses centros. Pontue-se o destaque de Ponta Porã no que se refere aos atacados na cidade: 145 estabelecimentos, superando os existentes em Corumbá e Três Lagoas. Juntas, Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã agregavam 1211 (63%) dos 1934 estabelecimentos existentes no estado em 2010. Por outro lado, dentre as cidades de menor porte, 28

<sup>35</sup> Optamos pelos atacados, em detrimento dos varejos, pelo fato dos primeiros cumprirem um papel de distribuição aos segundos, ou mesmo à população diretamente, de produtos diversificados, configurando um grau de centralidade intra e interurbana.

detinham apenas de 01 a 05 atacados, e ainda 07 cidades não dispunham desse tipo de comércio.

No que se refere aos serviços, novamente os dados comprovam o papel regional das quatro cidades de maior complexidade funcional, destacando-se também Ponta Porã e Naviraí (no sul do estado), assim como São Gabriel do Oeste (porção norte). A capital do estado concentra a maior parte dos serviços, representando cerca de 35% do total estadual, sendo seguida por Dourados que detinha cerca de 7% do total de serviços do estado. Da capital para a cidade média a diferença já é acentuada, o que demonstra a concentração e o papel que exerce regionalmente Campo Grande no estado, principal centro de comércio e serviços, como nos apontou Le Bourlegat (2000).

Para apreciarmos melhor esse quadro de serviços, e entendê-lo no âmbito da rede urbana, vejamos duas variáveis que denotam/justificam boa parte dos fluxos para outros centros urbanos: saúde e educação, conforme segue no Quadro 02. Novamente optamos por classificar os dados de acordo com o quantitativo populacional, para podermos compará-los.

Em relação ao ensino/educação, verifica-se novamente que Campo Grande se sobressai, no que se refere ao número de escolas de educação básica (450), sendo essa estrutura física constituída de 5.174 salas de aula. Em 2012 havia, em Campo Grande, 21.695 vagas de ensino superior. Fator importante a considerarmos com relação àqueles habitantes de cidades pequenas do estado que deslocam-se para a Capital para cursar o ensino superior.

É importante ponderar também o papel de Dourados (8.935 vagas) seguido de Três Lagoas (4.995 vagas), no que se refere à centralidade que essas cidades exercem sobre outros centros urbanos. Ponta Porã e Nova Andradina aparecem num outro patamar de oferta de vagas com 1.240 e 1.120 respectivamente. As demais cidades do estado juntas disponibilizaram, em 2012, 6.216 vagas, número menor que o de Dourados, por exemplo. Dentre essas últimas, 55 não disponibilizaram vagas no período considerado.

No que diz respeito à saúde, a capital estadual, novamente, afirma seu papel de comando regional: são 15 hospitais gerais (e ainda 09 hospitais especializados), com 171 clínicas/ambulatórios especializados; somando-se a isso postos e centros de saúde, chegava a dispor de 2.413 leitos. Dourados, com 07 hospitais gerais (com 01 especializado), 33 clínicas/ambulatórios especializados, e um total de 520 leitos, afirma seu papel regional como um centro de referência em saúde também. Três Lagoas (03 hospitais gerais, 25 clínicas/ambulatórios especializados, 295 leitos), Ponta Porã (03 hospitais gerais, 7 clínicas especializadas, 107 leitos), Naviraí (03 hospitais gerais, 7 clínicas especializadas, 91 leitos) e

Aquidauana (03 hospitais gerais, 8 clínicas especializadas, 145 leitos) podem ser encaixadas num outro patamar de centralidade. Corumbá, apesar de contar com apenas 02 hospitais gerais, dispunha de 13 clínicas/ambulatórios especializados e 194 leitos, demonstrando papel regional importante, com relação às cidades do Departamento de Santa Cruz de La Sierra, confirmando as afirmações de Oliveira et al. (2010).

### Quadro 2\*

#### Síntese de informações sobre educação e saúde nos municípios sul-mato-grossenses em 2010

Localidade	Educação			Saúde		
	Escolas - Educação Básica	Salas de Aula Existente	Ensino Superior Vagas Oferecidas (2012)**	Hospital Geral	Clínica Especializada/ Ambulatório de Especialidade	Total de Leitos***
Campo Grande	450	5.174	21.695	15	171	2.413
Dourados	122	1.220	8.935	7	33	520
Corumbá	55	716	845	2	13	194
Três Lagoas	54	622	4.995	3	25	295
Ponta Porã	51	525	1.240	3	7	107
Naviraí	22	259	623	3	7	91
Aquidauana	36	364	640	3	8	145
Nova Andradina	35	315	1.120	2	5	79
Sidrolândia	28	246	0	1	5	39
Paranaíba	23	314	850	2	6	183
Maracaju	28	261	80	1	0	50
Amambai	24	241	380	2	0	118
Coxim	19	212	280	2	5	65
Rio Brillhante	20	205	0	1	1	43
Caarapó	18	165	100	1	4	30
Miranda	22	236	0	2	0	36
Jardim	23	203	140	1	6	43
Anastácio	22	169	0	1	1	26
Bela Vista	26	191	0	1	2	30
Ivinhema	10	124	90	2	3	47

\* Por questões de organização, apresentamos apenas os 20 primeiros e 20 últimos municípios, classificados segundo o quantitativo populacional. Para ver as informações completas, consulte-se o Apêndice III.

\*\* Optamos por utilizar os dados de Vagas Oferecidas no Ensino Superior em 2012, pois os dados de 2010 parecem não estar completos: algumas cidades que ofereceram vagas nesse ano (Jardim, por exemplo) aparecem no banco de dados como se não tivessem ofertado.

\*\*\* Abrange o total de leitos de centros de saúde, postos de saúde, hospitais gerais, hospitais especializados e clínicas.

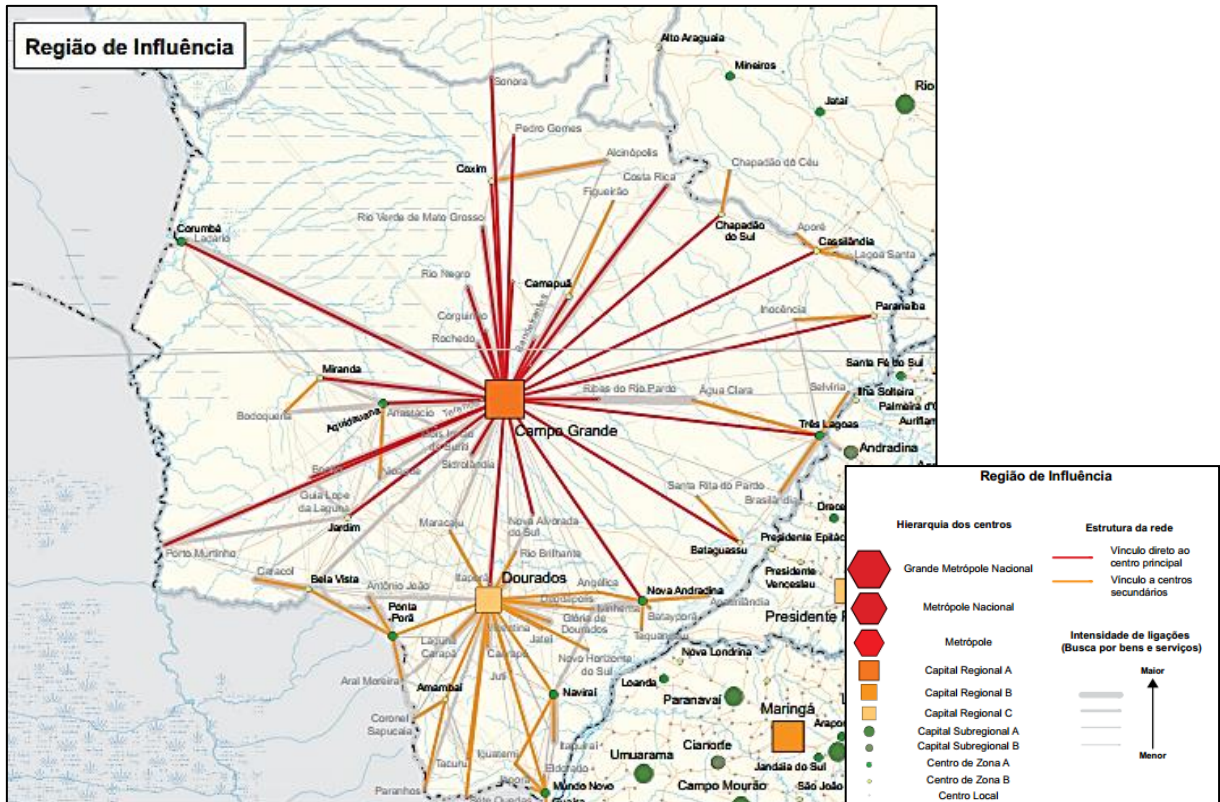
...	...	...	...	...	...	...
Pedro Gomes	7	59	0	1	1	8
Japorã	5	45	0	0	0	0
Inocência	5	47	0	1	0	8
Santa Rita do Pardo	6	52	0	0	0	8
Bandeirantes	8	57	0	0	0	12
Laguna Carapã	6	51	0	1	0	6
Jaraguari	6	35	0	0	0	0
Selvária	5	46	0	1	0	6
Vicentina	5	51	0	1	0	5
Juti	5	33	0	1	0	5
Caracol	3	30	0	1	0	8
Douradina	5	36	0	0	0	0
Rio Negro	5	45	0	1	0	24
Novo Horizonte do Sul	4	36	0	1	0	14
Rochedo	5	29	0	0	0	8
Corguinho	4	41	0	0	0	6
Alcinópolis	4	39	0	0	0	0
Jateí	4	36	0	1	1	23
Taquarussu	4	40	0	0	0	4
Figueirão	2	16	0	1	0	13

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 12/08/2015.

**Org:** GOMES, 2015.

Esse quadro urbano que procuramos esboçar pode ser identificado no estudo da Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008). Com relação à rede urbana sul-mato-grossense, mais especificamente a estruturação espacial e seu estágio atual de desenvolvimento pode ser visualizado na **Figura 2**, a qual sinaliza para as relações/interações estabelecidas pelos centros urbanos do Mato Grosso do Sul, com destaque para o papel de Campo Grande e de Dourados:





**Figura 2:** Rede urbana sul-mato-grossense de acordo com a classificação funcional dos centros urbanos.

Fonte: IBGE, 2008.

Adaptado por: GOMES, 2015.

Os vínculos estabelecidos com Campo Grande (nas diferentes dimensões de uso do espaço interurbano – econômica, produtiva, política, administrativa, social) destacam o papel da capital do estado na rede urbana.

O curso que a urbanização tomou, no âmago do processo de formação territorial do estado, engendrando o modelo macrocefálico na rede urbana, em que uma porção de serviços e bens se concentrou em algumas cidades, nos é mostrado por meio das interações espaciais que Campo Grande estabelece. Praticamente todos os centros urbanos do Mato Grosso do Sul têm considerável grau de ligação com Campo Grande, excetuando-se os centros da porção sul do estado que se inclinam para a centralidade da cidade de Dourados, ligando-se, assim, indiretamente à capital estadual.

Pontuamos, ainda, que Corumbá e Três Lagoas aparentam deter papel pouco significativo na rede. A primeira, como exposto, tem sua centralidade estabelecida pelos fluxos advindos das cidades – e de seus territórios municipais – do Departamento de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e por isso não estão incluídos na metodologia do IBGE. Três Lagoas, por sua vez, detém papel significativo, mas seu dinamismo interurbano projetou-se recentemente na porção leste do estado e ainda está em processo de construção/consolidação – para o ano

de realização do estudo do IBGE, em 2007, a centralidade da cidade, apesar de considerável, não a definia como uma Capital Regional<sup>36</sup>. A influência exercida pelas cidades médias da rede urbana paulista, com relação à faixa Leste do Mato Grosso do Sul, torna-se fator importante, também, a considerarmos no tratamento do papel regional de Três Lagoas.

Assim, a rede urbana sul-mato-grossense, reflexo material do processo de urbanização, é composta por uma cidade grande (Campo Grande), uma cidade média (Dourados), por centros urbanos com papel significativo em seu segmento da rede urbana (Três Lagoas e Corumbá), e por uma porção de cidades pequenas<sup>37</sup>.

Visando apreender melhor essa estrutura urbana, o texto, doravante, toma um caráter histórico-geográfico, de modo a entendermos como se deu a materialização de tais processos no então estado de Mato Grosso do Sul. Assim, avaliamos ser importante resgatar, ainda que de forma sucinta, o processo de formação territorial do estado no tocante à rede urbana.

---

<sup>36</sup> Os trabalhos de Silva, C. H. R. (2013) e Milani (2012) podem nortear reflexões mais profundas e atualizadas com relação ao papel regional de Três Lagoas.

<sup>37</sup> Com relação às cidades pequenas, cabe ressaltar que no âmbito da Geografia Urbana poucos estudos têm se dedicado a elas, conforme apontam Sposito e Silva (2013). Acrescentamos que, relativamente à realidade sul-mato-grossense, a maior parte dos trabalhos centra a discussão em torno das cidades de maior porte.

## CAPÍTULO II

### ADENTRANDO O QUADRO URBANO SUL-MATO-GROSSENSE: DA FORMAÇÃO TERRITORIAL À REDE URBANA

*Na inteligibilidade de uma dada rede urbana por meio do desenvolvimento das lógicas que geraram e articulam seus [...] elementos, a estrutura social desempenha um papel de primeira ordem.*

*(Roberto Lobato Corrêa)*

Este capítulo discute o processo de formação territorial do estado de Mato Grosso do Sul, tendo como escopo apreender a estruturação do conjunto de “nós”<sup>38</sup> (centros urbanos) que dão coesão a essa malha (urbana) territorial. O pano de fundo da discussão será o processo de urbanização, ou seja, a “expressão histórica concreta, organizada no espaço, do desenvolvimento e da mudança social” (GONÇALVES, 1989, p. 67).

Esse conjunto de “nós” – a rede urbana, noção que Egler (2012) situa num nível intermediário de abstração, abarcando características histórico-geográficas de determinado território –, articulado funcionalmente no decorrer do processo de urbanização, apresenta-se como uma estrutura<sup>39</sup>, uma articulação entre formas espaciais (cidades) e funções, que se configura como produto da e condição para a (re)produção do sistema capitalista. Nesse sentido:

Em razão de necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo no âmbito do capitalismo – decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final e, ainda, tendo em vista o alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e empresas, localizados no amplo território –, torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação. Estes pontos são os centros urbanos. Parcela do valor excedente, ao circular, é apropriada nestes pontos e reinvestida, circulando de novo e gerando, assim, o aparecimento de novos fluxos. O conjunto de centros urbanos que participam da criação, apropriação e circulação do valor excedente é a rede urbana. (CORRÊA, 2006, p. 29)

<sup>38</sup> Tomamos como “nós” os pontos que entrelaçam uma rede. Utilizamos de uma metáfora de Souza (2013), a qual tem como referência uma rede de pesca; ela é constituída por um conjunto de fios entrelaçados por nós que dão amarradura e firmeza à estrutura. O conjunto constituído por “fios” e “nós” formam uma estrutura que dá base para a sustentação de um modelo de produção; no nosso caso a estrutura formada é a rede urbana e o modelo que se (re)produz por meio da mesma é o capitalismo.

<sup>39</sup> Whitacker (2003) apresenta-nos a noção de estrutura como síntese entre forma e função, duas das categorias apresentadas por Milton Santos para a reflexão espacial.

Cada “ponto/nó” dessa trama/estrutura, que serve à (re)produção do modelo vigente, é constituído por um conjunto de dinâmicas espaço-temporais e, por isso, históricas. Assim, cada cidade é produto da materialização de relações sociais no espaço e, como produto dessas relações, são também produtoras de relações<sup>40</sup>; em outros termos, condição e meio para a produção de novas relações<sup>41</sup>.

Ainda com relação aos “nós” que dão amarradura à rede, alguns são “mais densos” (são “nós mais amarrados”), outros mais “tênués”. Os diferentes níveis de “amarraduras” desses “nós” resultam das relações sociais que se desdobram heterogeneamente no espaço, no decorrer do processo histórico de produção – em sentido amplo, da vida e de objetos – de determinada sociedade.

Desse modo, os laços/amarraduras são as relações sociais que se materializam numa determinada porção do espaço, articulando-se com outras porções e com outros “nós”. Mas, como afirmamos que há “nós mais amarrados” e outros “mais soltos”, esclareçamos o que queremos dizer: fazemos menção aos diferentes níveis de inserções dos segmentos da rede urbana (centros urbanos) nos vários momentos da história. Nas palavras de Corrêa:

Alguns segmentos incorporam vários momentos da história, enquanto outros podem ser muito recentes, incorporando apenas o presente, ou seja, essas diferenças refletem os momentos históricos em que cada segmento foi gerado, sua “inércia dinâmica”, ou o modo como manteve continuidade e continua “vivo” no presente [...]. (2006, p. 184)

Os diferentes níveis de inserção nos momentos da história, ou melhor, o acúmulo desigual e articulado de tempos no espaço engendra uma configuração diferenciada dos centros urbanos (em aproximação a CALIXTO, 2013). Nesse sentido, os centros urbanos que compõem a rede urbana sul-mato-grossense distribuem-se, ao mesmo tempo, de forma diferenciada e articuladamente. Nas palavras de Calixto:

De modo contraditório, a aparente cooperação entre os centros urbanos é reveladora de maior diversidade entre eles, sugerindo uma relação dialética entre complementaridade e diversidade. Por estarem funcionalmente articulados, os centros urbanos distinguem-se, cada vez mais, uns dos outros. (2013, p. 3)

No âmago de cada parte do sistema nacional (todo), podemos identificar a heterogeneidade espacial, produto de (des)combinações de processos históricos, materializados no espaço. Nesse sentido, a rede urbana configura-se como um conjunto ao mesmo tempo articulado e heterogêneo.

<sup>40</sup> Para Sposito (2009): “[...] o espaço não é só o continente ou palco das dinâmicas e dos processos, o espaço é um nível de determinação” (p. 29).

<sup>41</sup> CARLOS, 2007.

A formação social brasileira, assim identificada numa dada escala, aparece como dotada de grande heterogeneidade interna quando se altera a escala de análise. A heterogeneidade resulta da combinação desigual, tanto no espaço como no tempo, de processos naturais e sociais. (CORRÊA, 2006, p. 282)

Na escala da rede urbana do Mato Grosso do Sul, a heterogeneidade, expressa nas formas espaciais diferenciadas dos centros urbanos, indica-nos a necessidade de desvendamento dos processos inerentes à sua constituição. Assim, o conceito de formação socioespacial revela-se de significativa importância para entendermos as lógicas que orientam a (re)produção do espaço, tomando como perspectiva a rede urbana. Segundo Corrêa, tal conceito “[...] é de crucial importância para a análise geográfica. Representa um esforço teórico visando explicitar as especificidades com que dado modo de produção concretamente se manifesta” (CORRÊA, 2006, p. 277).

O autor salienta, ainda, que a concepção de formação socioespacial, ou formação espacial, permite que se articulem “[...] processos, funções e formas em suas concretizações espaço-temporais diferenciadas, mas, ao mesmo tempo, particularmente sob o capitalismo, integradas” (2006, p. 278). Desse modo, o conceito, ou meta-conceito, como afirma Corrêa (1995), abarca as quatro categorias de análise espacial que Milton Santos preconiza: formas, funções, processos e estrutura.

Tomando como escopo o referido conceito, ensaiaremos, nas linhas que se seguem, aproximações sobre o *processo* de formação do território sul-mato-grossense, destacando a produção de alguns núcleos urbanos, assim como parte da *função* que exerciam no decorrer dos momentos históricos selecionados, visando a apreender a *forma* espacial pela qual se apresentam atualmente.

## **2.1. Considerações sobre a formação territorial do Mato Grosso do Sul e sua estruturação reticular urbana**

Não constituem novidade estudos geográficos que tomam como perspectiva as relações sociais espacializadas no decorrer do processo histórico. Se a Geografia Teorético Quantitativa (com força no período pós-Segunda Guerra Mundial) configurava-se como a-histórica, desconsiderando os processos constitutivos da história do homem na conformação do espaço presente, não podemos olvidar que, na vigência da Geografia Crítica, orientada pelo Materia-

lismo Histórico e Dialético, a análise dos processos históricos ganha centralidade nos estudos geográficos<sup>42</sup>.

Contudo, apesar de reconhecida a importância dos estudos espaço-temporais, a tarefa de abarcarmos a complexidade do movimento espacial<sup>43</sup> em períodos e escalas específicas (e por nós determinados) não se mostra fácil. À dificuldade de “delimitação espacial” soma-se o delicado tratamento de delimitação temporal, ao qual chamamos de periodização<sup>44</sup>.

Corrêa (2006), em sua proposta de periodização da rede urbana da Amazônia (tomando como recorte a definição regional proposta pelo IBGE), aponta a necessidade de se analisar a rede urbana considerando-se a inserção em cada momento, em cada período selecionado da região/porção do espaço em um contexto externo a ela, seja internacional, nacional ou ambos, reflexão pertinente que nos indica um caminho a seguir.

Como não podemos falar de rede urbana sul-mato-grossense a não ser a partir de certo período<sup>45</sup>, centrar-nos-emos no processo de formação do território em questão – ou seja, processo de espacialização das relações sociais (frentes de expansão e frentes pioneiras), por meio de apropriação e de expropriação das populações tradicionais já estabelecidas (populações indígenas) – voltando-nos para a apreensão da produção, da função e da forma espacialmente articulada de alguns centros urbanos.

Assim, notaremos que, ao longo do processo espaço-temporal de formação territorial do Mato Grosso do Sul, esta porção espacial – que, no início do século XVIII, teve “ocupação” sob forma de fortes militares estabelecidos no âmbito das disputas territoriais entre Portugal e Espanha – moldou-se de maneira a atender demandas externas como o abastecimento de gêneros agropecuários às porções que adquiriram centralidade político-econômica no desenrolar da organização espacial do país.

---

<sup>42</sup> A partir desse período, cabe pontuarmos que a vertente fenomenológica vigora em parte considerável dos estudos geográficos.

<sup>43</sup> Em aproximação a Santos, 1982.

<sup>44</sup> Não raro, nessas operações, deixamos de lado dinâmicas importantes que conferem significado aos espaços-tempos considerados. Mas não há como abarcar a totalidade socioespacial (e temporal) em toda sua complexidade.

<sup>45</sup> Pontuemos que a rede urbana, tal qual se nos apresenta hoje, resulta da materialização das relações sociais no espaço, engendrando articulações entre os centros urbanos no correr de gerações. Para falar da rede urbana sul-mato-grossense (a qual tem origem no século XIX, quando da ascensão comercial de Corumbá, e consolidação no século XX), destacamos três pontos: I – o processo de urbanização que se acentua principalmente durante a segunda metade do século XX, alterando os papéis de inúmeros núcleos urbanos, bem como engendrando a estruturação em rede para a reprodução do modo de produção capitalista que se espacializa no campo sul-mato-grossense a partir da década de 1970, conforme aponta Mizusaki (2005); II – a acentuação do papel de centralidade de Campo Grande, a partir da segunda metade do século XX, redefinindo a lógica das interações espaciais, convergindo para e dispersando-se a partir desse centro; III – a criação do estado de Mato Grosso do Sul, decorrente do processo de expansão capitalista e de suas reverberações espaciais, definindo a significação da rede que versamos, sob a influência político-administrativa da capital, Campo Grande.

Num primeiro momento, destaca-se a pecuária, no século XIX, atendendo, minimamente, o mercado em elaboração do Sudeste do país; posteriormente, no final do século XIX até a primeira metade do XX, atendendo ao mercado internacional de erva-mate, e às demandas nacionais de carne e de couro, em maior escala, no século XX. Registramos que as colônias agrícolas, implantadas no século XX (iniciadas na década de 1920), voltavam-se à produção de gêneros agrícolas para abastecer o Sudeste do país.

Caminhando para a segunda metade do século XX, em que as transformações espaciais se dão de maneira mais intensa, uma vez que passa haver uma articulação maior do atual Mato Grosso do Sul com outras escalas da economia mundial, verificamos a estruturação do modo capitalista de produzir no campo sul-mato-grossense e a consolidação da atividade produtiva nos moldes de demandas exteriores: passamos a ser o “celeiro do Brasil”, um dos estados voltados à exportação de consideráveis toneladas de sacas de grãos ao mercado internacional.

Na apreensão mais detalhada desses períodos/processos, começemos pela atividade da pecuária. Notemos, antes, que a atividade do ouro, ainda no século XVIII, ligada aos arredores de Cuiabá, transformara a porção sul de Mato Grosso em uma estratégica posição territorial de passagem – a ser efetivamente e funcionalmente consolidada.

Com relação a esse período, Albanez (2003) ressalta que a descoberta das minas auríferas de Cuiabá despertou interesses portugueses em relação à porção norte do antigo Mato Grosso, enquanto que: “O sul<sup>46</sup> limitava-se a área de passagem por onde se comunicava com as zonas auríferas” (p. 22).

Queiroz (2011) destaca, nesse contexto de apropriação territorial, as seguintes ações de posse ligadas à atividade aurífera: oficialização do arraial de Cuiabá que passa ao *status* de vila real; e criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, e de sua respectiva capital, a Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Mesmo que embrionariamente começou a se estruturar – através de alguns pontos e áreas de controle territoriais – o extremo Oeste como território português, é importante registrarmos que, no contexto dessa “elaboração territorial”, não raro, houve preocupação com a apropriação/conquista e manutenção das fronteiras frente aos interesses espanhóis. Nesse sentido, Albanez (2003) aponta que a “Construção de fortes e presídios fizeram parte das estratégias de manutenção das fronteiras conquistadas” (p.23).

---

<sup>46</sup> Atual território do estado de Mato Grosso do Sul.

Destaquem-se as seguintes fortificações: Iguatemi (1767)<sup>47</sup>, Coimbra (1775), Corumbá (1778) e Miranda (1797) (ALBANEZ, 2003). Observamos que tais fortificações localizavam-se ao sul da Capitania (atual Mato Grosso do Sul), porção onde o contexto da fronteira se fazia mais delicadamente em razão de disputas territoriais com os espanhóis.

Sob os auspícios de mudanças políticas e econômicas, já na primeira metade do século XIX, tal estrutura redefine-se. A corte portuguesa muda-se para o Rio de Janeiro, alterando o papel desse centro urbano, o qual passa a demandar produtos/mercadorias provenientes do sul de Mato Grosso. Esse novo quadro político-administrativo promove modificações econômicas por meio de uma nova organização territorial de atividades produtivas: o café alcança o Vale do Paraíba e a pecuária passa a ser exercida mais a Oeste (Cf. QUEIROZ, 2011).

### **2.1.1. Das disputas territoriais às (re)definições socioespaciais no sul de Mato Grosso no século XIX**

A partir do segundo quartel do século XIX, encaminharam-se para o sul de Mato Grosso migrantes advindos de Minas Gerais e do norte de São Paulo, situando-se em porções da bacia do Paraná, assim como migrantes de zonas pecuaristas do entorno de Cuiabá, instalando-se na porção sul do Pantanal (QUEIROZ, 2011). Assim, com base nas considerações do autor, podemos inferir que aqueles “pontos territoriais” (fortes e povoados) criados no século XVIII, mediante o contexto da fronteira, têm seus papéis, configurações e formas espaciais redefinidas. Alguns povoados são fundados no contexto dessas frentes de expansão do Sudeste do país<sup>48</sup>.

No âmbito desse movimento de expansão-espacialização das relações sociais (ocidentais) assistimos à materialização/produção de uma estrutura social-política-econômica configurando-se como uma parcela da totalidade espacial brasileira, portanto, como uma subunidade com características histórico-econômicas singulares diante do todo. Nesse sentido, começa a ganhar concretude a estrutura social, ou melhor, a formação socioespacial dessa porção do território brasileiro na conjuntura referida. Nesse movimento, aqueles “pontos territoriais”

---

<sup>47</sup> Queiroz (2011) aponta que essa fortificação deveria cumprir papel de controle territorial, assim como configurar-se como um centro econômico de atividades agropecuárias. Entretanto, no contexto da fronteira, não podemos olvidar o caráter conflitivo que levou à conquista e à destruição do Forte Iguatemi pelos espanhóis em 1777.

<sup>48</sup> É o caso do povoado de Santana do Paranaíba no extremo nordeste do Mato Grosso do Sul.



(núcleos militares), produtos de relações espacializadas do governo português, foram, repitase, ressignificados no âmbito do avanço dessas frentes de expansão, que se espacializaram sobre uma base material natural, sobre um meio natural. Corrêa ressalta que, na análise da formação econômica e social,

[...] o espaço está imanentemente presente, participando como meio, natural ou socialmente produzido, para as atividades do homem, reflexo e condição social, expressando e afetando a existência e reprodução das diferenças espaciais, qualquer que seja a escala geográfica considerada. (2006, p. 278)

O sul de Mato Grosso apresentava em sua dimensão físico-natural (climática, geomorfológica, pedológica, biogeográfica) condições favoráveis para a atividade pecuarista. No estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a Região Centro-Oeste de 1960, encontramos o seguinte trecho:

A Região Centro-Oeste, sem dúvida, conta com boas condições. Região predominantemente planaltina, com altitudes média que não constituem obstáculo, possuindo um clima tropical continental cuja estação seca não chega a constituir grandes problemas e uma vegetação que ocupa 1.186.444 quilômetros quadrados de pastagens naturais, possuindo ainda “barreiros” e recursos agrícolas propiciando o incremento da pecuária suína, ela está fadada a ocupar posição mais importante no país. (VIEIRA, 1960, p. 184)

O Extremo Oeste constituía, nesse período – primeira metade do século XIX –, uma hinterlândia (região de influência) do Rio de Janeiro, conforme nos explica Queiroz:

Tratava-se, por certo, de uma economia pobre e frágil, na medida em que ela se centrava na “exportação” de gado bovino magro (o qual, depois de engordado nas invernadas mineiras, seguia para o abate nos centros urbanos do Sudeste, especialmente o Rio de Janeiro). (2011, p. 114)

Nesse âmbito, Santana do Paranaíba<sup>49</sup>, nas palavras de Queiroz, tornou-se importante “nó” de articulação do Sudeste com o Extremo Oeste. A malha a que fizemos menção no início de nossas considerações começa a ser articulada por caminhos – alguns terrestres, outros fluviais – que interligavam nós, ainda nos dois primeiros quartéis do século XIX (QUEIROZ, 2011). Ressaltamos que alguns nós territoriais, fortes militares, não se articulavam economicamente, mas sim politicamente (de modo incipiente) no contexto da manutenção das precárias fronteiras.

Em meados do século XIX verificamos, no que se refere à fronteira, disputas territoriais entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Do lado brasileiro a iniciativa se

---

<sup>49</sup> Atual cidade de Paranaíba, situada no nordeste do estado de Mato Grosso do Sul.

faz, novamente, na forma de distribuição na porção sul do Mato Grosso de instalações militares visando à soberania e à integridade brasileira nessa área (ALMEIDA, 2005).

[...] por vias tanto terrestres como fluviais, não apenas o SMT mas todo o centro-sul da então província de Mato Grosso encontrava-se, no início da segunda metade do século XIX, fortemente ligado ao mercado regional do Sudeste brasileiro. Toda essa situação, contudo, deveria mudar ainda na década de 1850, quando se concretiza um antigo objetivo da política imperial: a abertura do sistema Paraguai/Paraná à navegação brasileira. (QUEIROZ, 2011, p. 116)

Orientados pela afirmativa do autor, verificamos que, na primeira década da segunda metade do século XIX, antecedendo ao conflito Platino, assistir-se-á à elevação de povoados/vilas ao *status* de primeiros municípios<sup>50</sup>, com seus respectivos centros político-administrativos, no sul de Mato Grosso. São eles: Corumbá (1850), Miranda e Paranaíba (1857), centros urbanos constituídos pela materialização das relações sociais de cunho político-econômico. Se em determinado momento os núcleos de Corumbá e Miranda derivam de preocupações relacionadas à manutenção da fronteira, em outro constata-se a existência de uma redefinição de seus papéis, principalmente o de Corumbá, quando da navegação pelo rio Paraguai iniciada no final da década de 1850. Paranaíba, que nasce ligada à atividade produtiva pecuarista, foi favorecida pelos parcos caminhos terrestres que ligavam Cuiabá ao Sudeste do país.

A navegação beneficiou sobremaneira Corumbá que, nas palavras de Queiroz (2011), encontrava-se em posição geográfica privilegiada para o comércio, recebendo, inclusive, embarcações de porte de navegação oceânica. O autor continua esclarecendo que os tributários do rio Paraguai, ao norte de Corumbá, não comportavam tamanhas embarcações, o que passou a favorecer a centralidade de Corumbá (agora um centro comercial) em detrimento da de Cuiabá. A centralidade crescente de Corumbá é resultante também de investimentos do governo imperial, por meio de aparelhamento urbano e militar; contudo ela é interrompida pelo conflito bélico (1864-1870) envolvendo Brasil (aliado à Argentina e ao Uruguai) e Paraguai, o que levou ao fechamento da navegação no rio Paraguai (QUEIROZ, 2011).

No âmbito desse conflito é interessante pontuarmos como ocorrem redefinições nos conteúdos espaciais. Na conjuntura do conflito, em seus primeiros anos, o conteúdo social que animava as formas espaciais de Corumbá, por exemplo, é redefinido, animado por um conteúdo social de outra natureza: político-cultural. Quando o exército paraguaio toma Corumbá,

---

<sup>50</sup> Observamos que essa foi uma classificação político-administrativa do Governo vigente. Podemos supor que algumas vilas e povoados atingiram um grau de complexidade para serem consideradas cidades antes mesmo dessa classificação.

estabelece relações socioespaciais na cidade, provocando a desarticulação do papel regional que representava, assim como interferindo na dinâmica social que ali vigorava.

No contexto do conflito Platino, as projeções de poder no espaço (território)<sup>51</sup> ou avançavam ou recuavam conforme o desenrolar das disputas. Abrangiam espaços produzidos – vilas, povoados, fazendas... – (re)significando seus papéis, configurando-os como subunidades do todo dominante (Paraguai ou Brasil). Corumbá foi retomada pelo Exército brasileiro tempos depois.

Apesar de não ser nosso objetivo aprofundarmo-nos nas reverberações espaciais engendradas pelo referido conflito, pontuamos, antes de avançarmos, que, após o embate, diferentes agentes sociais – militares e indígenas (Guaicurus) – que lutaram lado a lado receberam terras do Império Brasileiro como pagamento (ALMEIDA, 2005). Os militares, ao lado de alguns fazendeiros que se instalaram nessa porção antes do conflito, formaram latifúndios pecuaristas; outras etnias indígenas, além dos Guaicurus que receberam porções de terra, ou territorializaram-se precariamente nos “fundos de fazendas”, no labor da atividade ervateira, em porções não ocupadas pelo avanço da sociedade ocidental, ou ficaram relegados a migrar por esse território ocidental em formação<sup>52</sup>.

Após as disputas, conforme ressalta Queiroz (2011), fica clara a necessidade de outro sistema de comunicação com o Extremo Oeste do país, uma vez que se temia outro conflito, e o conseqüente fechamento da navegação da bacia Platina, com a Argentina. Porém, com o findar da Guerra, a via platina foi aberta, tanto para fluxos locais, quanto para fluxos internacionais.

Com isso, Corumbá “retoma fôlego” e – de acordo com as considerações de Albanez (2003), diante da nova fase do capitalismo (agora, monopolista<sup>53</sup>), pós-depressão de 1873 – é fortalecida, posto que contava, naquela época, com casas comerciais importadoras e exportadoras. Corumbá chega, conforme Queiroz (2011), a articular uma centralidade que faz reduzir, embora não totalmente, o papel de Cuiabá.

Le Bourlegat destaca o papel da cidade nesse período:

Nesse conjunto de circulação de mercadorias pela rota fluvial do Paraguai, a cidade de Corumbá funcionou como um verdadeiro porto-empório e um local de transbordo

<sup>51</sup> SOUZA, 2013.

<sup>52</sup> Para uma aproximação com o diálogo exposto, veja o caso do tronco étnico Guaná, com foco na etnia Kinikinau, após a Guerra Platina em: ALVES, Miriam Moreira; OLIVEIRA, Decir Pedro de. *Os Kinikinau: dados históricos, vocabulares e linguísticos*. Campo Grande-MS, 2005. Disponível em: <[www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/dercir/os%20kinikinau.pdf](http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/dercir/os%20kinikinau.pdf)>. Acessado em: 22/08/2011.

<sup>53</sup> O autor aponta que nesta fase monopolista passa-se a exportar, além de mercadorias, capitais. Capitais “sobrantes” eram arremetidos para as economias periféricas (ALBANEZ, 2003).

de embarcações de calado médio oriundas dos países platinos e do Rio de Janeiro, para pequenas embarcações com destino à capital do estado e arredores. Emergiu como cabeça de rede de um conjunto de povoados e sedes de fazendas, coletando a produção oriunda da área rural e se transformando na principal distribuidora dos produtos industriais, vindos pela bacia do Paraguai. (2000, p. 193)

Destacamos, desse modo, o primeiro centro urbano de relevância no que corresponde atualmente ao território sul-mato-grossense, que se articulava (mesmo que embrionariamente) ao mercado mundial. Assistimos, de acordo com Queiroz (2011), a uma redefinição do eixo de articulação, que se inclina para o centro-sul da província, o que resulta numa estagnação dos caminhos/rotas/tramas do Mato Grosso do Sul atual, caminhos que faziam, anteriormente, a ligação direta com o Sudeste do país.

Assim, podemos afirmar que a embrionária rede urbana do Mato Grosso (do Sul) estruturou-se *pari passu* com a utilização da rede fluvial da bacia do Paraguai, tendo sua centralidade na cidade de Corumbá e seu considerável papel comercial para o período. Queiroz (2011), no entanto, faz ressalva quanto à importância conferida à via platina. De fato, ela favoreceu o desenvolvimento da atividade comercial e financeira<sup>54</sup>, porém a pecuária bovina (principal atividade econômica) concorria com as economias dos países platinos, que também atendiam à demanda internacional<sup>55</sup>. O autor ressalta que o principal produto, iniciada sua exploração após a Guerra Platina, era a erva-mate<sup>56</sup> (*Ilex Paraguariensis*).

A atividade ervateira estendeu-se espacialmente por praticamente todo o extremo sul de Mato Grosso; temporalmente se iniciou a partir dos anos que sucedem à Guerra do Paraguai, estendendo-se até meados do século XX, tendo papel preponderante na formação territorial sul-mato-grossense. Acrescentamos, valendo-nos das considerações de Almeida (2005), que a atividade ervateira explorava mão-de-obra principalmente paraguaia e indígena, agentes sociais que, no decorrer da (re)produção de suas relações de produção (*latu senso*), engendraram a singularidade da região da faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Alguns núcleos urbanos são resultantes do desenvolvimento de tal atividade e a análise de suas relações sociais (que animam essas formas espaciais) não raro pode conduzir a visualizarmos elementos singulares de imbricação de diferentes culturas (alimentos, laços familiares,

<sup>54</sup> Destacamos as casas comerciais que representavam empresas seguradoras, intermediavam bancos nacionais e estrangeiros, com papel importante para o financiamento das atividades econômicas a serem desenvolvidas na sua área de influência. A compra e o arrendamento de terras para produção também giravam no âmbito das casas comerciais (LE BOURLEGAT, 2000).

<sup>55</sup> Queiroz (2011) acrescenta ainda que, para o mercado nacional, o transporte do produto da pecuária necessitava de um processo de industrialização (produção de charque), uma vez que não havia condições de se transportar o gado pelas vias fluviais. Porém, frente a mercados produtores já consolidados dos países vizinhos, bem como da Província do Rio Grande do Sul, tal atividade não se desenvolveu.

<sup>56</sup> A porção do extremo sul de Mato Grosso, o que corresponde ao sul do atual Mato Grosso do Sul, apresentava extensos ervais nativos (ALBANEZ, 2003).

língua, Guarani – desdobramento das relações indígenas – falado nas cidades de fronteira, etc.).

“Inúmeros fios” da rede urbana sul-mato-grossense são amarrados a cidades do Paraguai pela espacialização dessas relações socioculturais em várias cidades do Mato Grosso do Sul, principalmente na Faixa de Fronteira (área de 150 km de largura territorial, definida com relação aos limites internacionais do Brasil com os países vizinhos)<sup>57</sup>, e no “corredor” que vai de Ponta Porã (cidade situada no sul de Mato Grosso do Sul, no limite com Pedro Juan Caballero-PY) a Campo Grande (capital do estado, localizada na porção central do Mato Grosso do Sul)<sup>58</sup>.

Voltando a análise para a centralidade urbana, podemos inferir, com base em Queiroz (2011), que a atividade ervateira estava articulada à cidade de Buenos Aires. Esclarecendo: “[...] no SMT<sup>59</sup> efetuava-se a extração e o primeiro beneficiamento da erva (o chamado ‘cancheamento’), enquanto que a preparação final do produto, bem como sua distribuição no mercado ficavam a cargo de estabelecimentos situados em Buenos Aires” (p. 126-127).

A centralidade exercida pela capital argentina, local de distribuição e de consumo da produção, cumpre papel importante nesse contexto, uma vez que Buenos Aires também foi o centro de gestão da empresa *Matte Laranjeira* no período de 1902 a 1929 (inicialmente a empresa recebeu o nome de *Laranjeira, Mendes & Cia*; posteriormente, o de *S. A. Empresa Mate Laranjeira*). A sede passou para o Rio de Janeiro após o ano de 1929 (QUEIROZ, 2011).

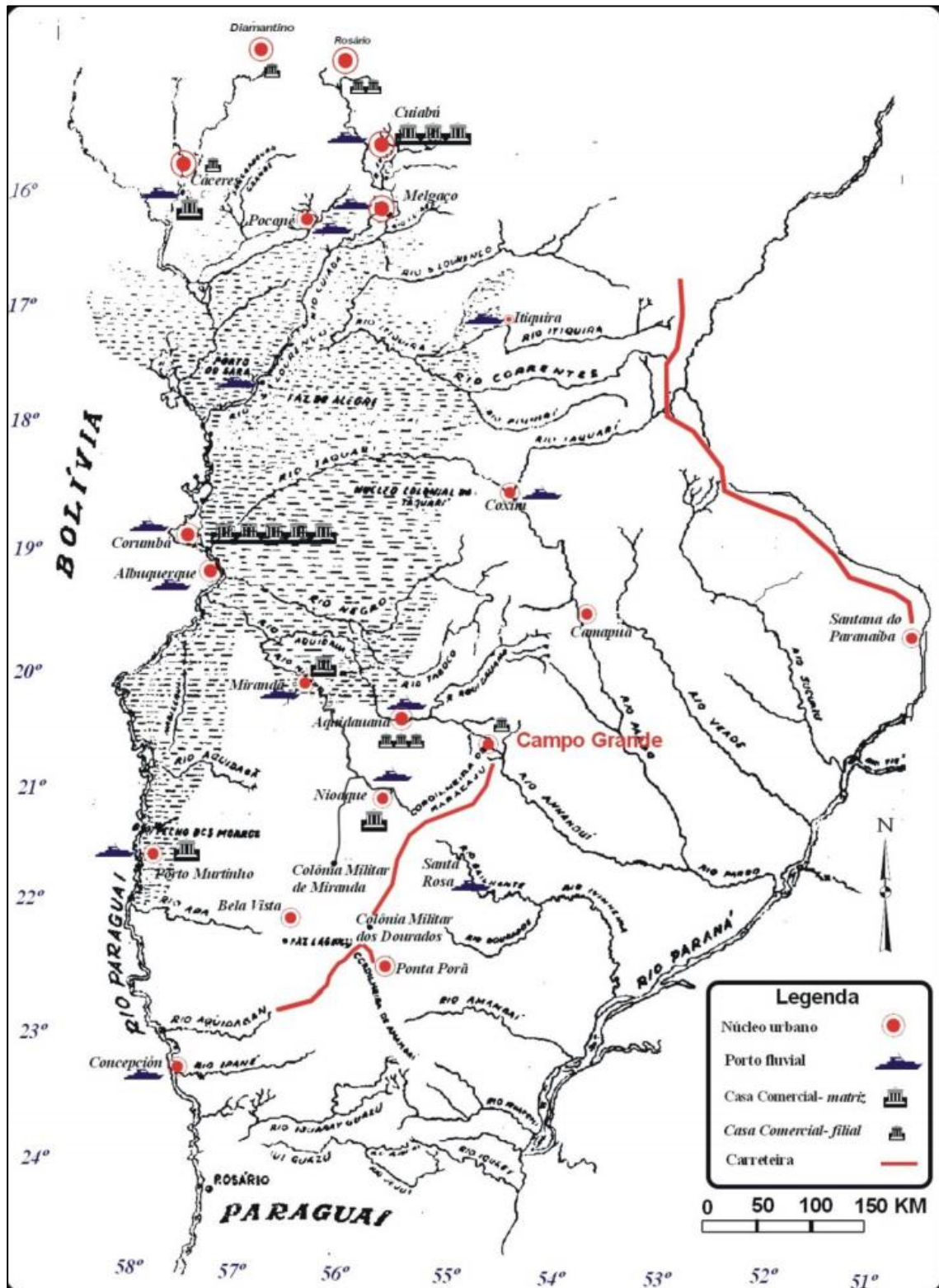
Nesse sentido estruturou-se uma rede (urbana)<sup>60</sup> comercial, ligada ao monopólio da *Matte Laranjeira*, utilizando-se da bacia do rio Paraguai (Cuiabá e Corumbá no Brasil e suas respectivas hinterlândias) para a escoação da produção. Le Bourlegat (2000) pondera, entretanto, que havia, no período, outra rede comercial de exploração-exportação de mate e de gêneros pecuários, sob a influência de outro centro urbano, qual seja, Concepción, no Paraguai. Porém, tal se configurava como de natureza clandestina perante, logicamente, o monopólio da *Cia Matte Laranjeira* (**Figura 3**).

<sup>57</sup> Cf. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. p. 377-408.

<sup>58</sup> Oliveira et al. apontam para esse “corredor demográfico-econômico” de Ponta Porã a Campo Grande, sugerindo aprofundamentos no desvendamento dessa dinâmica por eles observada. Cf. OLIVEIRA, T. C. M.; PAIXÃO, R. O.; YANOMINI, S. S. Mato Grosso do Sul: dinâmica urbano-regional do Estado. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. *Dinâmica urbano-regional, rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2010

<sup>59</sup> Sul de Mato Grosso.

<sup>60</sup> Optamos por colocar o adjetivo “urbana” entre parênteses, pois o que havia naquele período, de fato, era uma rede comercial, o que não deixa de apoiar-se numa estrutura urbana. O problema é que essa estrutura urbana não era composta por um conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos, mas sim por uma localidade central (Corumbá) e uma hinterlândia de povoados e fazendas, conforme aponta Le Bourlegat (2000).



**Figura 3:** Projeção de duas redes (urbanas) comerciais no Mato Grosso (em destaque sua porção Meridional) e no Norte do Paraguai (últimas décadas do século XIX)

**Fonte:** LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. 2000, p. 195.

Nesse sentido, duas redes (urbanas) comerciais se estruturaram: uma institucionalizada, sob a centralidade de Corumbá e de Cuiabá; outra “clandestina/ilegal”, sob o comando de Concepción, no Paraguai, estendendo suas áreas de influência sobre o território em formação (sul de Mato Grosso), direcionando fluxos, alguns alterando a materialidade dos fixos, reconfigurando os conteúdos sociais de algumas aglomerações. Nas palavras da autora:

A rede comercial institucionalizada teve no comando o porto de Corumbá e Cuiabá, sob o controle dos detentores da casa comercial. O suporte dessa rede no sul do Estado era Nioaque. A hinterlândia do porto atingia as fazendas da região da Vacaria até a vila de Paranaíba, no Sertão dos Garcia.

A rede comercial clandestina teve a vila de Nioaque, criada em 1890, como centro nevrálgico, com o apoio do porto Santa Rosa [Maracaju], com a hinterlândia abrangendo até a região da Vacaria e a do Sertão dos Garcia. Desse modo, havia pontos comerciais de fricção onde duas redes se justapunham. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 192-193)

Os nós/pontos (vilas e povoados) conformados no âmbito da estrutura de exploração dos ervais darão origem a alguns centros urbanos, posteriormente. O porto de Murtinho (atual cidade de Porto Murtinho-MS) nasce nesse contexto, como ponto de exportação da erva mate, no âmbito da rede institucional, em território brasileiro, por meio da bacia do rio Paraguai (ALMEIDA, 2005). No início do século XX a *Companhia* passa a utilizar as vias da Bacia do Paraná para a exportação da erva mate – contexto no qual é criado o porto de Guaíra no território paranaense<sup>61</sup> (QUEIROZ, 2011). De acordo com Le Bourlegat,

Algumas pequenas cidades emergiram e se desenvolveram nos pontos de comercialização oficial e clandestina, no extremo sul do estado neste período, como Ponta Porã, Bela Vista<sup>62</sup>, Porto Murtinho, Amambai, Rio Brilhante (Entre Rios). Algumas delas cresceram com a concentração de imigrantes gaúchos, como foram os casos de Ponta Porã, Bela Vista e Nioaque. As povoações de Porto Murtinho e Ponta Porã, respectivamente nos anos de 1911 e 1912, foram elevadas à categoria de vila e sede de município. (2000, p. 218)

Outros “nós/pontos” territoriais materializaram-se no contexto da referida atividade econômica, alcançando o *status* de municípios (levando-se em conta, para tal classificação, os critérios oficiais vigentes no período), apenas após o declínio da exploração da erva-mate. No período que compreende o final do século XIX até meados do século XX, tais “nós” configuravam-se como vilas e povoados inseridos nos territórios municipais de algumas cidades como, por exemplo, de Ponta Porã, Bela Vista e Amambai.

<sup>61</sup> O Rio Paraná é um rio de planalto, com várias quedas d’água, que inviabilizavam a navegação naquele período. Nesse sentido, Queiroz (2011) destaca que comunicações terrestres foram criadas ligando o porto de Guaíra a Porto Mendes, viabilizando a escoação da produção de erva mate.

<sup>62</sup> A dimensão política de consolidação e manutenção da fronteira, por meio da presença de um contingente militar expressivo em Bela Vista, configura papel de importância, também, para a produção de seu espaço urbano (Cf. CALIXTO, 2013).

### 2.1.2. O papel da ferrovia no processo de (re)articulação territorial no início do século XX

Na transição do século XIX para o XX, assistiremos a redefinições na divisão territorial do trabalho devido ao aumento da demanda do Sudeste, o qual voltava seu eixo econômico para São Paulo – inicialmente, por meio da economia cafeeira, e, posteriormente, da industrial. A demanda por gêneros pecuários, a qual o sul de Mato Grosso passou a suprir<sup>63</sup>, faz com que fosse, novamente, necessária uma melhor articulação por terra com os mercados paulistas (QUEIROZ, 2011).

Le Bourlegat esclarece-nos, ainda, que no início do século XX, o estreitamento das relações do país com o exterior, por meio da inserção de capitais estrangeiros, fez com que as elites brasileiras, e no caso específico, do Sul de Mato Grosso, mobilizassem esforços para a integração do território nacional com o centro dinâmico (Sudeste). Fatores territoriais e políticos se processaram para que a integração do estado com o território nacional se solidificasse: a influência da Argentina no sul do Estado, no negócio ervateiro, associada à significativa presença de mão-de-obra paraguaia, impetravam a constituição de um ideal de nação nessas porções territoriais; a disputa pelo Acre com a Bolívia preocupava o país com relação a fronteira com Corumbá (LE BOURLEGAT, 2000).

O objetivo foi o de integrar o sul do Mato Grosso ao espaço de relações do país, re-direcionando os fluxos de comercialização ao centro dinâmico brasileiro, sem passar pela bacia do Prata. Desse modo, buscou-se um processo de integração com São Paulo, através do restabelecimento de rotas de comunicação e transporte terrestre. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 215)

Nesse contexto iniciaram-se esforços para a construção de estradas de ferro, visando a ligar o Extremo Oeste ao Sudeste do país. O projeto inicial previa a ligação de Bauru (SP) a Cuiabá (MT), sendo, porém, concluída em 1914, ligando-se a Porto Esperança, localidade no então Sul de Mato Grosso às margens do Rio Paraguai. Nesse período a via ferroviária não

---

<sup>63</sup> Pondera Le Bourlegat: “[...] a dinamização da economia cafeeira paulista, através do comando da cidade de São Paulo vinculada ao porto de Santos, foi capaz de constituir concentração populacional, oferecendo a oportunidade de formação de um crescente mercado interno, principalmente junto aos centros urbanos, impulsionando os pecuaristas mato-grossenses a se voltarem para esse Estado, no abastecimento do gado” (2000, p. 214).



alcançou a cidade de Corumbá<sup>64</sup>, situada um pouco mais a Noroeste com relação a Porto Esperança. Pontue-se que os objetivos da estruturação ferroviária orbitavam não só no comércio do gado bovino, mas também justificavam a expansão da cultura cafeeira no território paulista, bem como a autonomia do Extremo Oeste em relação à via platina (QUEIROZ, 2011). Nas palavras de Queiroz: “[...] a despeito de suas deficiências técnicas, que persistiram por muitos anos, essa ferrovia efetivamente garantiu a definitiva integração do Extremo Oeste aos mercados nacionais brasileiros” (p. 131).

O papel que a ferrovia cumpre nesse período é relevante para a inserção, ou melhor, para a maior articulação do Extremo Oeste (incluindo-se aí o Sul de Mato Grosso) numa divisão territorial do trabalho, na escala do território nacional. Produz-se, nesse sentido, uma porção do território no âmago da formação socioespacial brasileira (em aproximação a Santos, 1982) que se estrutura de forma a atender a demanda das porções territoriais que adquiriram centralidade (econômica, política e cultural) no decorrer da formação do território brasileiro, ou seja, o Sudeste do país.

Voltando-nos ao escopo da rede urbana (ainda em processo de estruturação), notaremos que a ferrovia pode ser considerada um elemento redefinidor do papel dos centros urbanos e de suas articulações com as demais localidades (nacionais ou internacionais).

A cidade de Corumbá, que durante o século XIX se tornou importante centro comercial em razão da utilização da rede fluvial do rio Paraguai, meio pela qual realizava importações (principal ponto da atividade comercial da cidade) para atender a demanda consumidora que ali se localizava<sup>65</sup>, tem sua centralidade diminuída frente à estruturação da ferrovia (QUEIROZ, 2011).

Assim, destaca-se Campo Grande, perpassada pela linha férrea, em detrimento de Corumbá<sup>66</sup>:

Diretamente situada sobre a via férrea, [...] logo assumiu a condição de principal polo comercial do estado; além disso, situada, como estava, a uma conveniente distância das fronteiras internacionais, essa cidade assumiu também, já na década de 1920, a posição de centro estratégico, onde se fixaram consideráveis contingentes militares e o próprio comando das forças de todo o Extremo Oeste. (QUEIROZ, 2011, p. 131)

---

<sup>64</sup> Em meados do século XX a estrada de ferro chega a Corumbá, estendendo-se para Santa Cruz de la Sierra (QUEIROZ, 2011), fato importante para entendermos a atual centralidade da cidade pantaneira.

<sup>65</sup> Demanda formada, principalmente, pela população com maioria militar, estabelecida mediante interesses do governo imperial.

<sup>66</sup> Corumbá permaneceu na condição de importante centro comercial, abastecendo a porção norte da rede fluvial do rio Paraguai (QUEIROZ, 2011).

Ressaltamos que alguns “nós territoriais” são produzidos no âmbito da construção da ferrovia<sup>67</sup> (**Figura 4**), “nós” que, posteriormente, conformarão a rede urbana que versamos neste capítulo. Innocêncio afirma:

O que se verificou na área por ela [Estrada de Ferro Noroeste do Brasil] servida foi uma verdadeira recolonização em que víamos a transformação de pequenas vilas em centros florescentes como Campo Grande, Três Lagoas, Miranda e outros; a chegada de forasteiros paulistas, mineiros, gaúchos, baianos etc., que se dedicando à pecuária, à agricultura e à indústria pastoril concorreram não só para o aumento da produção mas ainda para a modificação de sistemas tradicionais, iniciando-se a fragmentação dos grandes latifúndios, a valorização das terras, a fundação de sindicatos, a melhoria das forragens, construção de cercas nos campos, o aparecimento de novas áreas de culturas com as frequentes descobertas de terras férteis, abertura de várias estradas carroçáveis e temporárias precursoras de muitas das atuais rodovias. (1960, p. 385)

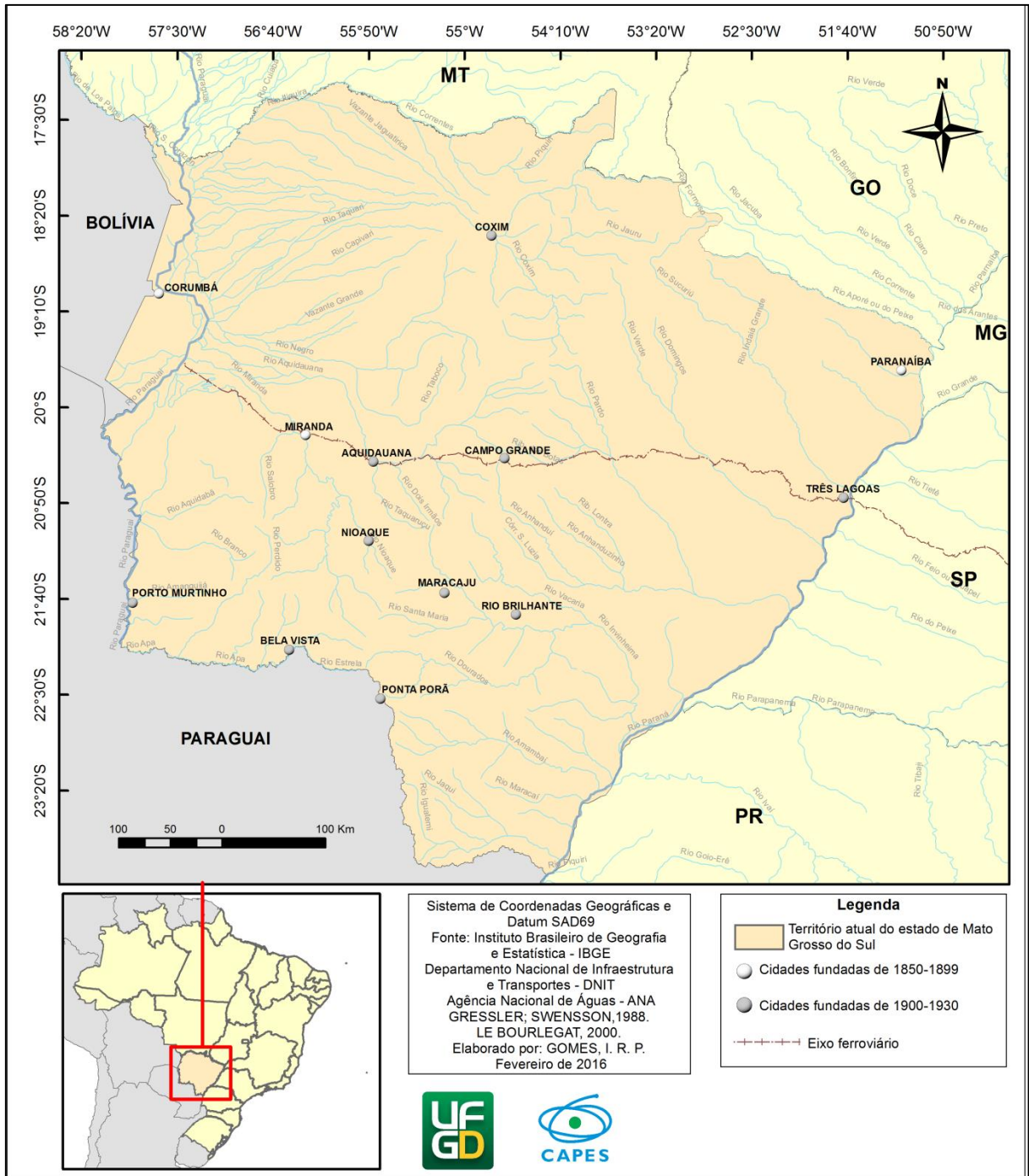
Para além da materialização, consolidação e reestruturação de algumas formas espaciais (povoados, vilas e distritos), a implantação da ferrovia, como assevera o autor, possibilitou o movimento espacial (migrações) de agentes que redefiniram o conteúdo social dessa porção territorial em formação. A dimensão econômica da espacialidade desses agentes, implantando culturas diferentes da pecuária, engendrou modificações territoriais consideráveis (valorização de terras, aparecimento de novas áreas de culturas, abertura de estradas carroçáveis), conforme pondera Innocêncio. Entretanto, o predomínio ainda era da pecuária, uma vez que a atividade econômica agrícola pouco contribuía para o papel que essa porção do território cumpria, no período, relativamente à divisão do trabalho.

Pontuamos, ainda, que os fluxos migratórios permitiram que a porção correspondente ao atual Mato Grosso do Sul comportasse, nas décadas de 1920-1930, mais da metade do quantitativo populacional do antigo estado<sup>68</sup>. Tal quadro populacional será alterado, quantitativa e qualitativamente, nas décadas posteriores, momento da chegada de migrantes de outras porções do país.

---

<sup>67</sup> Segundo Abreu: “[...] na parte meridional do então Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, consolidaram-se, nas primeiras décadas do século XX, os municípios de Campo Grande, Terenos, Maracaju, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo” (2001, p. 53).

<sup>68</sup> Até 1930, Aquidauana, Campo Grande, Bela Vista, Três Lagoas, Rio Brillhante, Maracaju, Ponta Porã e Porto Murtinho ascenderam à condição de municípios.



**Figura 4:** Quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul até 1930.

Quando o Governo Vargas instaura o Estado Novo (1937-1945), na década de 1930, vão ocorrer diversas iniciativas de integração nacional que vão além das já implantadas no final do século XIX e início do XX<sup>69</sup>. As porções Oeste do território brasileiro são visadas, mediante interesses centrais, para uma política que ficou conhecida como “Marcha para Oeste”.

<sup>69</sup> Fazemos menção ao deslocamento de militares para algumas localidades, bem como da produção da ferrovia Noroeste do Brasil.

### **2.1.3. Das políticas de ocupação territorial: novas ações e objetos técnicos em meados do século XX**

No âmbito da “Marcha para Oeste” promoveram-se, conforme mencionado, políticas de ocupação territorial:

No governo de Getúlio Vargas foram implantados projetos de colonização no Estado de Mato Grosso do Sul, favorecendo a vinda de migrantes, originados do sul do país para o sul do estado. Esse processo migratório também é resultante da corrente expansionista do café abrangendo as terras do planalto da serra da Bodoquena. (ALMEIDA, 2005, p.239)

Tal projeto acompanha os novos ditames de acumulação capitalista no país. Diante da nova fase, frente à crise de 1929, o café, principal produto de exportação, entra em declínio diante da escassez de demanda. Diversificar a matriz produtiva, baseada na industrialização do Sudeste, “explorar as riquezas” do interior do país, assim como promover a ocupação territorial e a manutenção das fronteiras compõem o conjunto de ações que orbitam em torno do ideário da “Marcha para Oeste”.

Velasco (1988) aponta, com relação ao Centro-Oeste do país, que “O processo de industrialização do Sudeste do país provocou o início da integração dessa região na divisão regional do trabalho, como fornecedora de alimentos e matérias primas de origem agrícola” (p.123). Nesse sentido, o Centro-Oeste, mais especificamente o Sul de Mato Grosso, no âmbito desse recorte regional, a partir desse período, inclina-se à produção não só de gêneros pecuários, mas também de gêneros agrícolas para o Sudeste do país, em industrialização.

Nas palavras de Le Bourlegat (2000), o Estado, na escala do governo do Mato Grosso, agiu de forma a implantar vias de circulação, propiciando a articulação entre áreas de interesse e Cuiabá; fomentou também imigrações advindas de outras regiões do território nacional, implantando um modelo de pequenas propriedades familiares voltadas à subsistência – um processo de ocupação territorial e produção não capitalista, nesse período. A porção sul do atual Mato Grosso do Sul é caracterizada por tal processo, sendo visada para a implantação de

uma colônia agrícola nacional<sup>70</sup>, o que marcará a estrutura territorial configurada ali até o momento:

[...] a década de 1940 marcou o início da ocupação mais efetiva do sul do então estado de Mato Grosso e, nesse processo, a CAND [Colônia Agrícola Nacional de Dourados] teve importante papel, na medida em que com sua implantação teve início a expansão da atividade agrícola em uma região até então pecuarista e ervateira. (CALIXTO, 2013, p. 5)

Segundo Abreu (2001), entre outros produtos, o sul de Mato Grosso, por meio da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, passa a exportar para o Sudeste arroz, algodão, amendoim, feijão, café, mandioca e mamona, configurando-se também como mercado consumidor de bens industrializados. Le Bourlegat (2000) reforça a importância dessa colônia no tocante à hegemonia territorial, em terras antes monopolizadas pela Matte Laranjeira. Registramos que a CAND se constituiu típico exemplo da frente pioneira, visando à ocupação territorial promovida pelo Governo Federal.

Para Martins:

O conjunto da informação histórica que hoje se tem sobre a frente de expansão e a frente pioneira sugere que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante longo período. Começou a declinar com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão. Tipicamente, a frente de expansão foi constituída de populações ricas e pobres [fazendeiros de gado, seringueiros, castanheiros, agricultores, e trabalhadores rurais que acompanhavam seus patrões] que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas [...]. (1997, p. 178)

Uma segunda frente, ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, marca a chegada de grandes proprietários de terra, reforçando a concentração da estrutura fundiária sul-mato-grossense por meio da implantação de latifúndios monocultores. Nesta corrente, podemos notar, novamente, fluxos migratórios que contribuíram para alterar o quadro territorial-urbano do sul do estado, hoje Mato Grosso do Sul:

Como contribuição das frentes pioneiras ocorridas nos anos 1950 e 1960 várias localidades adquiriu [sic] o status de município e houve o crescimento do contingente populacional urbano. Nessa época na porção ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul, nasceram os municípios de Guia Lopes da Laguna, Jardim, Jaraguari, Terenos, Sidrolândia, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Anastácio, Caracol, Bandeirantes, Corguinho, Pedro Gomes e Antônio João. (ALMEIDA, 2005, p.144)

<sup>70</sup> Pontue-se que já na década de 1920 foram tomadas iniciativas, por parte do governo estadual, de implantação de colônias agrícolas ao longo das margens da Ferro Noroeste do Brasil: Colônia Agrícola de Terenos (1924) e Colônia Agrícola de Rio Pardo (1926). Ao longo da rodovia, em construção, Campo Grande-Cuiabá também foi implantada a Colônia Bandeirantes, em 1926 (LE BOURLEGAT, 2000).

No decorrer do século XX, como notamos, a porção sul de Mato Grosso é atingida por duas frentes de ocupação. Enquanto a primeira tinha caráter político, promovida também pela iniciativa privada em relação à ocupação dos “vazios demográficos”, visando marcar presença nas áreas de fronteira, somando, também, para a ocupação não-índia do Sul de Mato Grosso, a segunda, apesar de também favorecer a vinda de migrantes, tinha caráter, sobretudo, econômico, estabelecendo latifúndios monocultores, sobrepondo-se até mesmo às porções territoriais das colônias da primeira frente. Tal ação provocou conflitos com os territórios tradicionais das etnias que aqui estavam em razão da natureza da espacialização (agricultura de exportação).

Considerando que não temos como objetivo apontar e explicitar as contradições inerentes aos movimentos dessas duas frentes, avancemos, levantando apenas três pontos relativos à questão: 1- os referidos movimentos promoveram considerável aumento da população do sul de Mato Grosso; 2- o conteúdo social tanto do campo quanto da cidade foi alterado em vista da natureza dos fluxos migratórios; 3- as relações socioespaciais, promovidas no âmbito dessa conjuntura, (re)definiram a estrutura/formação socioespacial sul-mato-grossense e, conseqüentemente, consolidaram o papel dessa subunidade na divisão territorial do trabalho.

Nesse processo de reestruturação espacial é gestado um modelo de (re)produção socioeconômico baseado na concentração fundiária e, conseqüentemente, na de renda, materializando centros urbanos com complexidade funcional pouco diversificada e especializada. Em relação a isso, Souza esclarece:

Na verdade, a diversificação das atividades econômicas da cidade não depende só do seu tamanho demográfico, do seu número de habitantes. Ela ocorre, também, muito em função da *renda* das pessoas que lá moram (tanto da renda média quanto, evidentemente, da sua distribuição), além de outros fatores histórico-culturais. Além da diversidade econômico-espacial, também a *sofisticação* dos bens e serviços ofertados no núcleo urbano terá muito a ver com a renda média da população. E, por fim, a centralidade econômica, e, por conta disso, o *status* do núcleo como um centro de gestão do território, terá, igualmente, não só a ver com a quantidade de habitantes, mas, também, com a renda dos habitantes e outros fatores. (2011, p. 30, grifos do autor)

Tais ponderações são importantes para inferirmos a forma/dimensão (socioespacial) da maior parte dos centros urbanos que compõem a rede urbana sul-mato-grossense atualmente. A limitada diversidade econômico-espacial desses centros, advinda do caráter concentrado da renda, configura uma rede composta por cidades pequenas que se articulam a núcleos de maior complexidade funcional, como Dourados, Três Lagoas, Campo Grande, Corumbá, cidades onde parcela da população que detém uma renda mais elevada suprirá suas demandas. Nesse sentido a relação entre renda e complexidade urbana resulta, assevere-se, nas dimen-

sões socioespaciais dos centros urbanos sul-mato-grossenses. Corrêa (2011b) aponta, ainda, que a complexidade funcional de um centro urbano está associada também às vantagens que sua localização na rede urbana oferece à instalação das atividades econômicas.

Nesse sentido, cabe considerar que um conjunto de objetos técnicos<sup>71</sup>, ou seja, o início de algumas rodovias, implantadas nesse período (meados do século XX) – que também faziam parte dos intentos de integração do território nacional<sup>72</sup> –, teve papel importante, somando-se aos canais de articulação ferroviária para o estabelecimento de interações espaciais entre os diferentes pontos, conseqüentemente contribuindo para a formação de uma rede urbana mais coesa (**Figura 5**). Em relação à organização da rede urbana na década de 1950, ligado às vias terrestres (rodovias e ferrovias), Le Bourlegat (2000) pondera:

Os centros urbanos mais significativos, expandidos em torno das vias principais de circulação, em especial da ferrovia, exercendo o papel de escoadouros de gado, acabaram sendo os mais relevantes, também na função de distribuição e consumo de produtos industrializados. Assim, tornaram-se pontos nevrálgicos ao longo da ferrovia, além de Campo Grande, exercendo o papel de cidades-estação, Aquidauana, Miranda e Três Lagoas, em relação a uma malha alimentadora de vias fluviais, estradas boiadeiras e carreteiras. (p. 253)

Ao longo da rodovia para Cuiabá, o porto de Coxim, sobre o rio Taquari, tornou-se um pequeno centro nevrálgico de captura regional de gado e sal, atuando como suporte à rede organizada ao longo da ferrovia, sob os influxos de Campo Grande. (p. 254)

Com relação à porção territorial ao sul de Campo Grande “[...] o sistema viário continuou fragmentado, em subespaços, em forma de precárias redes dendríticas, em função de organizações econômicas ainda isoladas entre si” (LE BOURLEGAT, 2000, p. 254). Os principais centros que “comandavam” esses segmentos da rede urbana eram: Ponta Porã, que, guardando dinamismo das políticas federais ali implantadas, em contraposição ao monopólio da Matte Laranjeira, ligava-se ao porto de Concepción; Bela Vista, com a presença gaúcha, desde 1893, desenvolvendo a pecuária, que ligava-se por outro caminho ao porto paraguaio; Porto Murtinho, que, além da atividade pecuarista, voltou-se a extração e exportação de derivados do quebracho<sup>73</sup> por meio do porto construído ao sul da cidade, ligando-se “fragilmente” ao restante do território sul-mato-grossense; Dourados, por fim, polo da área de expansão

<sup>71</sup> SANTOS, 2006.

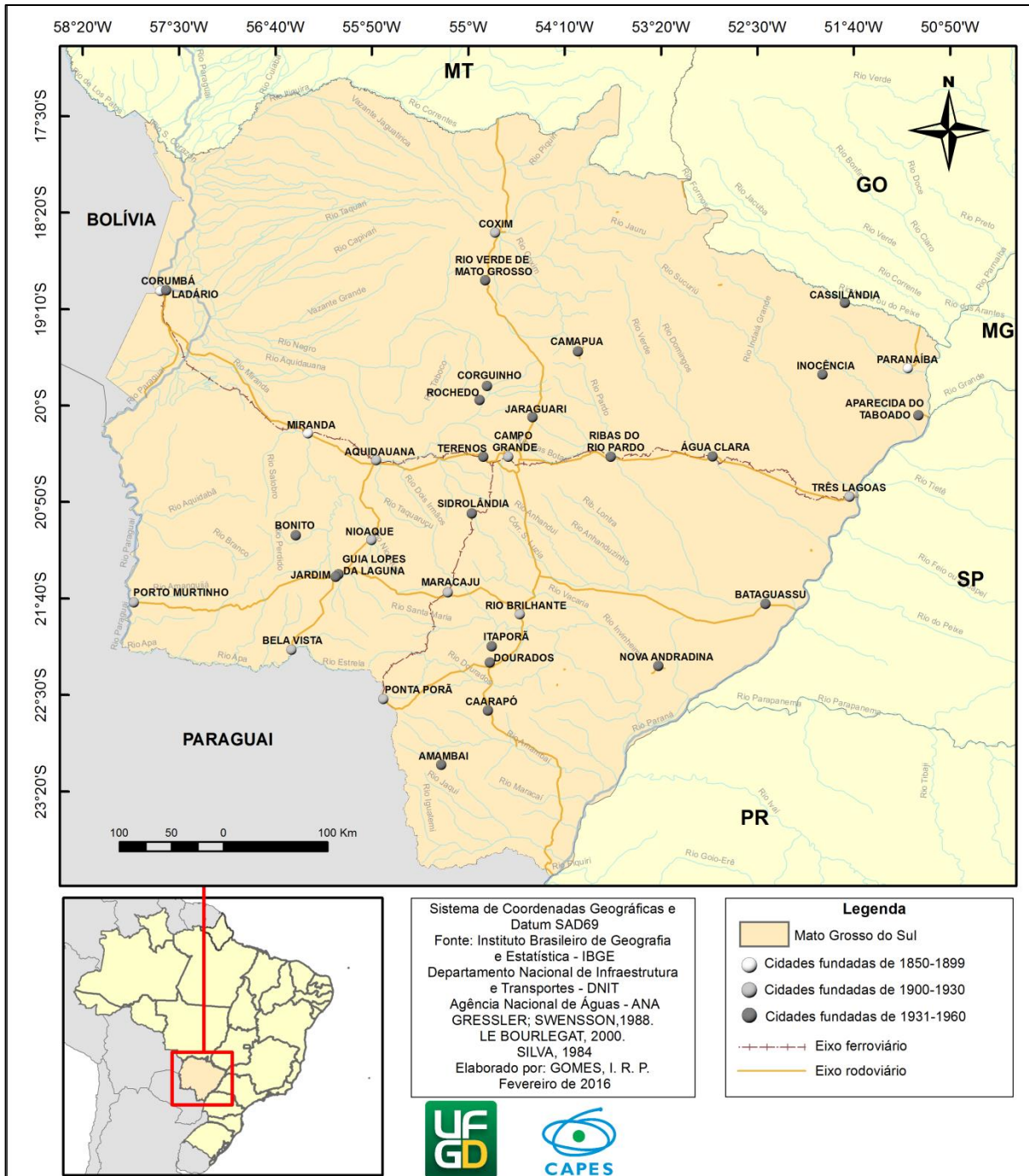
<sup>72</sup> Le Bourlegat pondera com relação à implantação da malha viária, com o objetivo de integração do território nacional: “A espinha dorsal para a integração das regiões ao mercado nacional foi, sem dúvida, o sistema de transportes rodoviários implantados. A implantação do novo plano de estrutura viária permitiu a multiplicação do rendimento dos caminhos terrestres, pela ampliação da velocidade dos fluxos e pela maior flexibilidade das rotas. A rápida expansão da área cultivada e da população nessas áreas foi favorecida pelo aparecimento do caminhão e das estradas de rodagem, os alimentadores das ferrovias, substituindo os anteriores carros-de-boi e tropas de burro.” (2000, p. 283-284)

<sup>73</sup> *Schinopsis balansae*: vegetal arbóreo, comum em bosques chaquenhos, do qual se extrai o tanino – solução utilizada na indústria do couro e farmacêutica (VIEIRA, 1975 apud LE BOURLEGAT, 2000).



agrícola, ligava-se a São Paulo, via Presidente Epitácio e Presidente Prudente, e até cidades do Paraná (LE BOURLEGAT, 2000).

Tais centros guardaram dinamismo, ao longo do desenvolvimento socioespacial dessa porção territorial, que nos indica o papel que cumprem atualmente com relação ao entorno.



**Figura 5:** Quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul até 1960.

Retomando o raciocínio anterior, no que trata das materialidades implantadas no território com relação à década de 1950:



Nessa fase, foi deflagrado o processo de integração das anteriores bacias urbanas isoladas, de modo geral com intermediação dos núcleos urbanos “cabeças de rede”, ou daqueles mais integrados à infraestrutura regional, com capacidade de absorver com maior intensidade os reflexos do crescimento das atividades agropecuárias do Estado. As vias de circulação, com base na ferrovia e/ou rodovias pavimentadas, foram fundamentais na subordinação maior ou menor das várias zonas de organização econômica e urbana, à cidade de Campo Grande. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 291)

Podemos inferir que a partir da década de 1970, no âmago do processo de formação territorial – dos movimentos de expansão (demográfica e econômica) sobre o sul de Mato Grosso, bem como da implantação de um sistema de objetos técnicos –, assistiremos, de fato, à integração dessa porção Oeste ao território nacional, (re)definindo seu papel na divisão territorial do trabalho. À estrutura/formação socioeconômica resultante desses processos, acrescentemos os (re)direcionamentos da nova fase de acumulação capitalista pós-crise da década de 1970<sup>74</sup>.

#### **2.1.4. As redefinições socioespaciais a partir da década de 1970**

Nesta conjuntura, assistiremos à expansão do modo capitalista de produção no campo sul-mato-grossense<sup>75</sup>. Na corrente desse movimento, iniciado na década de 1970, uma agricultura de cunho capitalista é desenvolvida, voltada ao mercado internacional.

Incentivos fiscais e financeiros ocorreram em um contexto de articulação da agricultura com a indústria, implicando no emprego maciço de insumos, maquinaria etc. As áreas dotadas de condições mais adequadas de acessibilidade aos centros mais dinâmicos do País passaram por profundas transformações técnico-produtivas, implicando em mudanças significativas nas relações de trabalho e produção e revelando a inserção da região em um contexto que articula diferentes setores da economia, além de interesses em diferentes escalas – regionais, nacionais e internacionais. (CALIXTO, 2013, p. 14)

Le Bourlegat (2000) também tece considerações sobre o período em questão:

Passou-se a aplicar uma política planejada, de incentivos e subsídios do Estado, voltada à modernização dos produtos agrícolas de exportação (soja e pecuária). Resultou em aperfeiçoamento técnico-científico, com avanços na biotecnologia, tanto na

<sup>74</sup> Referimo-nos à crise do Petróleo (1973 e 1979) e seus impactos na balança comercial brasileira, levando o Governo Federal a incentivar a produção agrícola em larga escala mediante investimentos técnicos e financeiros (Cf. ALMEIDA, 2005).

<sup>75</sup> É corrente, nesse movimento, a territorialização do capital industrial, representado pelas agroindústrias, bem como a do capital financeiro, no qual os bancos com financiamentos para a produção cumprem papel importante (MIZUSAKI, 2005).

produção agrícola, como na pecuária, consolidando-se o desenvolvimento capitalista delineado na fase anterior. (p. 318)

Pelo apontado, incentivos fiscais, financiamentos para aquisição de insumos e maquinários a médios e, principalmente, a grandes produtores, tecnificação da produção por meio da correção do solo e aparelhamento de rede energética são algumas das medidas que podemos destacar, no âmbito da agricultura comercial, que redefiniram, sobremaneira, conforme assinala Calixto (2013), as porções territoriais onde havia sido criada a CAND. De uma agricultura de caráter coletivo e policultora, passamos a uma estrutura produtiva concentrada e monocultora aliada/subordinada às agroindústrias. Silva esclarece:

Ao se expandir para o campo, o novo padrão agrário impôs uma dependência do aparelho produtivo rural às agroindústrias, que estabeleceram uma nova forma de trabalho e produção, que se efetiva pela integração das atividades agrícolas às indústrias. Essa integração atrelou o campo à cidade e substituiu a agricultura de subsistência por uma agricultura comercial, principalmente com a produção de grãos, excluindo muitos trabalhadores e produtores que não foram inseridos na “onda” da moderna produção integrada ao capital agroindustrial, o que contribuiu para a manutenção e ampliação das grandes propriedades rurais, bem como a consolidação de uma burguesia rural regional. (2010, p. 5-6)

A maioria dos contingentes populacionais que se reproduziam socioespacialmente na estrutura agrária que precedia a expansão do modo capitalista de produzir foram desterritorializadas, tendo poucas perspectivas: ou vendiam sua propriedade, frente à valorização crescente das terras da região da CAND, e migravam para outro projeto de colonização situado mais ao norte ou a oeste<sup>76</sup> (Amazônia mato-grossense, por exemplo) ou para as cidades; ou arriscavam-se na (re)produção de seus modos de vida, mesmo tendo sua produção agrícola subordinada aos altos preços dos insumos e maquinários (de pequeno porte) industrializados, e ao processo de circulação ligado aos interesses agroindustriais (em aproximação a Misuzaki, 2005).

Cabe ressaltarmos que, no contexto dessas transformações, o processo migratório da população rural (desterritorializada) para as cidades se dá de maneira crescente:

Esta prática espacial que compreendemos como geradora de novos espaços “alienados,” implica na expulsão em massa do homem do campo e um processo de urbanização acelerado. Isso é demonstrado quando o índice de urbanização de Mato Gros-

---

<sup>76</sup> Nesse processo assistiremos à criação de laços familiares entre aqueles que migraram e os que permaneceram em seus territórios, laços de uma rede familiar que garantem a amarradura de uma das dimensões da rede urbana sul-mato-grossense. Note-se, aliás, que os processos migratórios engendram uma configuração espacial em rede para determinados grupos sociais, logicamente não tão limitados pelo sistema vigente (ou seja, pelos valores de troca necessários para frequentar os diversos nós da rede onde possuem “raízes”): é o caso, por exemplo, dos gaúchos que, migrando pelo território brasileiro, construíram uma rede com características singulares, com nós nas mais variadas porções do país. Nos centros urbanos não raro encontramos um Centro de Tradição Gaúcha – CTG (Cf. HAESBAERT, 2010).

so do Sul aumentou de 45% em 1970 para 67% em 1980, atingindo 80% em 1991. (ALMEIDA, 2005, p.91)

Nesse movimento, os “nós” e pontos da malha (urbana) territorial sul-mato-grossense ganharam nova dimensão, tanto quantitativa (aumento populacional urbano) quanto qualitativa (modo de vida urbano).

Sublinhamos, no âmbito dessa lógica, o papel do Estado nas ações de planejamento e implantação de projetos por meio da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste). Direcionando nosso olhar para os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II na década de 1970, e PND III na década de 1980), veremos intervenções significativas na estrutura territorial sul-mato-grossense. O PND I (1971-1974) centrava-se na “integração nacional”, destinando seus recursos para a melhoria dos “fios” da malha territorial, ou seja, para a melhoria dos sistemas de transporte por meio do PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) – setor para o qual foram direcionados maiores investimentos (ABREU, 2001).

Pontuamos, nesse sentido, a intervenção do Estado para a melhoria da articulação entre os centros urbanos, criando e/ou restaurando a infraestrutura de estradas para a circulação da produção de gêneros agropecuários com vistas à exportação<sup>77</sup>. A rede rodoviária implantada permitiu uma articulação urbana mais forte, favorecendo, conseqüentemente, a estruturação da rede urbana<sup>78</sup>.

O II PND, por sua vez, engendrou modificações mais localizadas e significativas. Na vigência desse Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>79</sup>, criaram-se programas específicos para porções definidas do Mato Grosso do Sul, por exemplo, o PRODEPAN (Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal), o PRODEGRAN (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados).

O PRODEPAN (1975-1978) foi estruturado para atender cinco linhas principais: transporte, saneamento ambiental, energia, desenvolvimento da pecuária e industrialização.

---

<sup>77</sup> As áreas no estado contempladas pelas ações do Programa (Corumbá, Campo Grande, Dourados) configuravam os chamados Corredores de Exportação. Eram áreas com atividades agropecuárias já consolidadas, embora incipientes (ABREU, 2001).

<sup>78</sup> Destacamos que, na vigência do PRODOESTE, houve a pavimentação e/ou melhoria de rodovias que permitiram melhor articulação entre Cuiabá-MT e Campo Grande-MS, entre Campo Grande-MS e Corumbá-MS; entre Campo Grande-MS e Ponta Porã-MS; e entre Dourados-MS e Paranavaí-PR (ABREU, 2001).

<sup>79</sup> Com relação ao II PND, Le Bourlegat destaca: “A intervenção mais efetiva do Estado na área rural, via planejamento, deu-se, sobretudo, a partir da década de 70, através dos governos militares, especialmente com o II PND, entre 1975-1979, quando ocorreu a expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas, de forma consolidada, com forte integração econômica das áreas modernizadas ao mercado nacional” (2000, p. 317).

Apesar dos intentos, conforme destaca Abreu (2001), suas ações se concentraram na expansão da pecuária extensiva na medida em que a maior parte de capital foi investida, assim como no PRODOESTE, na estruturação e/ou melhoria de estradas. Havia uma preocupação por parte do Estado, nesse período de racionalismo desenvolvimentista, com a melhoria das vias de articulação entre as diferentes porções territoriais do país, visando à expansão de atividades econômicas, possibilitando, assim, por meio da rede de cidades que ganhava mais solidez, a circulação de mercadorias, capital, pessoas e informações.

Em relação ao PRODEGRAN (1976-1979), o Programa pretendia abranger uma área considerada de elevada produtividade sob a influência e em articulação a São Paulo; objetivava a exportação de gêneros agropecuários, por meio de efetivo emprego de técnicas produtivas, de modernização da comercialização; voltava-se, enfim, à implantação de novas culturas agrícolas, de melhoria no uso do solo (combate à erosão) e da infraestrutura para sustentar tal modelo (ABREU, 2001). O PRODEGRAN, tal como o PRODEPAN, foi dividido em subprogramas: transporte, armazenamento, energia, combate à erosão, pesquisa e assistência técnica, promoção e apoio logístico.

Em relação à estrutura de armazenamento, por exemplo, registramos que apenas pequena parcela do planejado foi implantada: a cidade Rio Brilhante, inserida na hinterlândia de Dourados, foi a única contemplada com a instalação de um silo metálico com capacidade de 11.000 toneladas de grãos<sup>80</sup>.

No tocante à infraestrutura energética:

A programação responderia pela instalação, nos municípios do Programa, de 16 postes de Linhas de Transmissão/LT; 02 Subestações/SE; 03 Centros Operacionais, um em Dourados, um em Ponta Porã e outro em Maracaju; além de beneficiar 30 cidades com rede de distribuição/RD. (ABREU, p. 176)

Os referidos subprogramas, apesar de não somarem o mesmo vulto de investimentos da infraestrutura de armazenagem, transporte e energia, contribuíram para o aumento da produtividade e para a ampliação das áreas de plantio, modernizando o sistema de produção agrícola<sup>81</sup> (ABREU, 2001). Muito se voltou para a melhoria na infraestrutura dos centros urbanos

---

<sup>80</sup> O intento, conforme nos aponta Abreu (2001), era instalar uma rede de silos em Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Sidrolândia e Rio Brilhante.

<sup>81</sup> Quanto à produção de soja, Abreu aponta: “A soja, por exemplo, que em 1974 tinha uma produção de 254.713 toneladas, em 1977 atingia 679.247 toneladas: uma realidade que os técnicos da SUDECO constataram e que vai servir para a Superintendência manter a área sob programação mesmo com a extinção do Programa, através do PROSUL” (2001, p. 186).

e na de suas hinterlândias, o que permitiu a redefinição ou consolidação do papel de alguns centros urbanos na divisão regional do trabalho<sup>82</sup>.

Notadamente os subprogramas de infra-estrutura (transporte, energia e armazenamento) ficaram com a maior “fatia do bolo”, apesar da quebra de recursos para a programação, justificadas por atrasos nos repasses do tesouro estadual e de outros órgãos parceiros no Programa. (ABREU, 2001, p. 182)

Quanto ao POLOCENTRO (1975-1981), podemos inferir que direcionou suas metas para promover a ocupação de áreas de Cerrados pela agropecuária de cunho comercial – por meio do favorecimento do uso de máquinas e de implementos agrícolas, o Programa deu suporte ao programa de crédito rural associado à pesquisa agropecuária, selecionando áreas/setores para atuação no Mato Grosso do Sul: Campo Grande/Três Lagoas<sup>83</sup> e Bodoquena<sup>84</sup>. Essas áreas, de início, foram localizadas “[...] nas faixas de 40 km ao longo de eixos de estradas consideradas estratégicas, em função da disponibilidade próxima de jazidas de calcário e de energia, além de ter que apresentar alto potencial de manejo e presença de empresariado rural [...]” (ABREU, 2001, p. 148). Contudo, como assevera a autora, tais recortes territoriais sofreram modificações, sendo divididos em áreas prioritárias e secundárias, estando articuladas aos eixos rodoviários principais.

Pontuamos que a estratégia de planejamento se estruturou sobre a base física natural (formações geológicas, solo) e sobre a base socialmente produzida (estradas e centros urbanos). Em outros termos, a melhoria da produção agropecuária requeria o desenvolvimento de técnicas, como, por exemplo, a de correção do solo com calcário (que apresentavam reservas no próprio estado), para a qual se direcionaram ações/investimentos. Pontue-se que essas ações/investimentos se estruturaram sobre as vias de articulação principais – as rodovias que faziam a ligação entre importantes centros urbanos –, visando a circulação da produção extrativista de calcário, bem como a produção proveniente da agropecuária.

Le Bourlegat, ao se referir às políticas agrícolas nessa fase, pontua que

[...] de meados de 70 até 1985, as novas políticas agrícolas foram direcionadas para a incorporação das terras de campos e cerrados ao norte da área da região de Dourados. Portanto, os grandes avanços do capitalismo industrial, nessa fase, deram-se, no

<sup>82</sup> Cf. Calixto (2013) sobre o caso de Dourados-MS.

<sup>83</sup> Abrangendo as porções territoriais de Campo Grande e seu entorno (Jaraguari, Terenos, Sidrolândia) estendendo-se à Leste, abrangendo alguns centros urbanos e seus respectivos territórios municipais (Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Brasilândia) até Três Lagoas. Pontuamos que alguns municípios receberam recursos/investimentos, pois faziam parte da área-programa, porém, num segundo patamar de prioridade (Cf. ABREU, 2001).

<sup>84</sup> Abarcava os municípios de Aquidauana, Anastácio, Miranda, Nioaque e Bonito, como áreas prioritárias, bem como Jardim, Guia Lopes da Laguna, Campão (atual Bodoquena), como áreas secundárias (ABREU, 2001).

sentido de equipar as unidades de produção e incorporar novos elementos químicos aos solos, reinventando uma nova natureza. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 320-321)

Ainda acrescenta que

Esse aproveitamento dos cerrados também se deu, para o desenvolvimento da pecuária, a atividade mais importante desse bioma. A associação das práticas de cultivo agrícola à formação de pastos plantados ampliou a capacidade de sustentação do rebanho de bovinos, incluindo essas áreas na expansão horizontal dos pastos de engorda do oeste paulista. Até 1985, a agropecuária como atividade mais importante do Estado e, ocupando 66% de seu território (23 milhões de hectares), conseguiu colocar o Mato Grosso do Sul, na década de 80, entre os estados de maior renda *per capita* do país, passando em segundo lugar em 1992 (US\$ 3.689), ficando entre os dez mais ricos do Brasil. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 321)

Detendo-nos sobre as áreas-programa do POLOCENTRO, verificamos que no setor Campo Grande/Três Lagoas as ações se voltavam prioritariamente para a ampliação da rede de estradas para a escoação da produção. Tal rede rodoviária melhorada possibilitou a ligação dos locais de produção agropecuária com centros urbanos que possuíam base técnica implantada: frigoríficos, armazéns e silos metálicos. Um exemplo é Campo Grande, que tinha frigoríficos, secadores de soja e outros empreendimentos agroindustriais (ABREU, 2001).

Quanto à área-programa da Bodoquena, por apresentar significativas reservas de calcário na Serra da Bodoquena<sup>85</sup>, foi contemplada com a implantação/melhoria de rodovias e com uma rede elétrica dando suporte à extração do calcário e à produção agropecuária em algumas áreas rurais<sup>86</sup>. Nessa área foram implantados, ainda, cinco armazéns: quatro com capacidade de 6.000 toneladas (nas cidades de Aquidauana, Miranda, Bonito e Jardim) e um com capacidade de 3.000 toneladas na cidade de Nioaque (ABREU, 2001).

Ressaltamos que o Programa não engendrou modificações apenas nos “fios” da malha territorial urbana, mas também nos “nós” que dão coesão à malha, ou seja, a melhoria nos sistemas de comunicação se deu concomitantemente à implantação de infraestrutura nos centros urbanos, (re)definindo seus papéis na rede urbana em estruturação.

Em síntese, os Programas de Desenvolvimento<sup>87</sup>, no decorrer da década de 1970 e início da década de 1980, criados na vigência do II PND, visando a reverter os efeitos da crise

<sup>85</sup> Bloco rochoso, rico em calcário pertencente à formação geológica do Grupo Corumbá, localizada no sudoeste de Mato Grosso do Sul (Cf. ALMEIDA, 2005).

<sup>86</sup> Foram instaladas três linhas de transmissão: LT Anastácio/Bonito, com 115 km; LT Bonito/Jardim, com 57 km; LT Jardim/Nioaque, com 55 km; além de duas subestações: uma em Jardim e outra em Bonito (ABREU, 2001, p. 157).

<sup>87</sup> Em relação ao PND III, Abreu comenta: “[...] as diretrizes para o *espaço mato-grossense* no III PND [...] se resumiriam em duas estratégias básicas de desenvolvimento: uma espacial e a outra setorial. A espacial refere-se à concentração dos impactos do desenvolvimento em sub-regiões, nitidamente, dotadas de vocação agropecuária, agromineral, agroenergética e agroindustrial, a fim de otimizar o uso dos recursos disponíveis. Sem qualquer coincidência, trata-se das mesmas áreas-programas já beneficiadas. A estratégia setorial, complementarmente, nos setores agropecuários e agroenergéticos; a criação de complexos econômicos de modo integrado, enfatizan-

do petróleo, que afetou a balança comercial do país, não se efetivaram conforme o planejado, em decorrência da própria crise<sup>88</sup>. As ações concentraram-se nos subprogramas de transporte e energia, o que possibilitou, nesses dois “pilares”, a expansão da produção (ABREU, 2001).

Retomando um ponto mencionado acima, utilizemo-nos das considerações de Calixto (2013) para entender as contradições engendradas no âmbito dessa ação articulada entre Estado e capital no decorrer da década de 1970:

[...] a atuação oficial, principalmente federal, via projetos e programas, foi fundamental para redefinição socioespacial da região. Essas políticas, aliadas a mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo, com modificações na estrutura agrária, fez com que houvesse um processo de migração em direção à cidade. (p. 15)

De acordo com a autora, a década de 1970 é marcada por uma nova dinâmica socioespacial, perpetrada pelo avanço do modo capitalista de produzir no campo, o que acarretou, concomitantemente, uma reconfiguração da rede urbana (**Figura 6**). A estrutura do sistema urbano, voltada para a produção no campo, reflete as mudanças na divisão territorial do trabalho a partir desse período. O sul de Mato Grosso do Sul assume carácter agroexportador, papel possibilitado pela estrutura reticular urbana, comandada, doravante, por Dourados:

Em consequência dessa nova realidade Dourados passou a vivenciar um processo de redefinição de papéis, funções e conteúdo, não apenas em face da demanda do novo modelo produtivo por produtos e serviços (assistência técnica, aplicação de agrotóxico, corretivos do solo, financiamento, reposição e conserto de equipamentos ou máquinas, dentre outros) que não eram encontrados nos centros urbanos de menor porte, mas também por contar com um novo tipo de morador, proprietários e técnicos ligados ao novo modelo de agricultura ou trabalhadores e pequenos proprietários expropriados do campo, além de segmentos sócio-profissionais de mão de obra mais especializada ligados, por exemplo, à área de saúde e educação. (CALIXTO, 2013, p. 22)

A cidade de Dourados, que em meados da década 1960 aparecia com nível de centralidade considerável<sup>89</sup> (coletando e beneficiando produtos agrícolas, bem como ofertando bens e serviços na região), consolida-se, na década de 1970, como lócus de concentração de diversos bens e serviços, como centro urbano inserido regionalmente e possuidor de uma base tecnológica para sua “hinterlândia agroexportadora”. Dourados, a partir desse período, tem seu

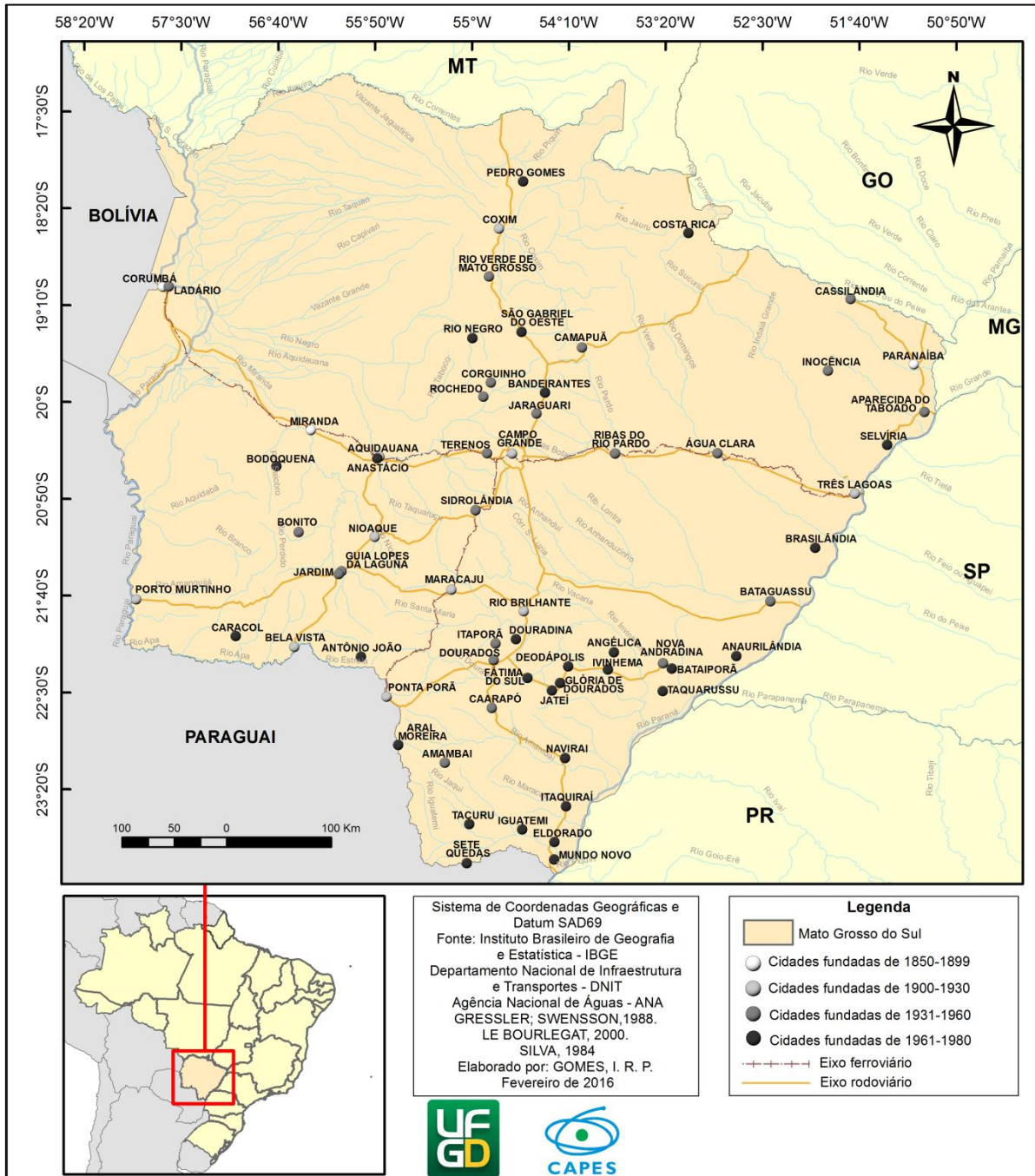
---

do a agroindústria e a integração nacional através da ocupação econômica e a fixação da população de migrantes” (2001, p. 210).

<sup>88</sup> Entre os problemas enfrentados pelos programas, Abreu (2001) destaca que “Um dos mais emblemáticos e que vieram justificar a não-execução de parte da programação, foi a incapacidade de neutralizar os efeitos decorrentes da crise econômica instalada, principalmente com as altas nos preços do petróleo e dos combustíveis, que se refletiram nos custos da produção, na alta do dólar e da dívida externa, bem como na balança comercial” (ABREU, 2001, p. 181).

<sup>89</sup> Calixto (2013) aponta para o fato de a centralidade de Dourados à época ter subordinado Ponta Porã, que nas décadas anteriores detinha esse papel regional na porção sul da rede urbana.

papel inicialmente delineado como futura cidade média no sul de Mato Grosso do Sul (CALIXTO, 2013).



**Figura 6:** Quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul até 1980.

Afastando-nos da escala regional, do sul de Mato Grosso do Sul, para uma escala que abarca o estado como um todo, podemos dizer que as melhorias nas técnicas produtivas permitiram o avanço da fronteira agrícola comercial para áreas antes inviáveis em razão das condições do solo. As técnicas de correção do solo permitiram a especialização da agricultura



comercial sobre as áreas de cerrado do Mato Grosso do Sul. Le Bourlegat (2000) destaca que esse foi um segundo momento (1975-1984) do avanço da fronteira em moldes capitalista<sup>90</sup>, redefinindo a configuração territorial sul-mato-grossense, tendo como suporte, conforme enfatiza a autora, a rede urbana instalada.

Se antes, no século XIX e início do século XX, tal porção territorial configurava-se como uma “fronteira oeste”, como uma reserva para futura integração ao processo de acumulação capitalista, onde as relações socioespaciais eram tecidas/materializadas por atividades não diretamente capitalistas (em aproximação a Martins, 1997), a partir da década de 1970 podemos inferir que o campo sul-mato-grossense deixa de ser a “*fronteira*” (a porção territorial mais à *frente* da estrutura/formação socioespacial capitalista brasileira). Essa avança mais para Oeste, ultrapassando a fronteira institucional dos Estados-Nação (Brasil/Paraguai), configurando e, desse modo, integrando essas porções territoriais (Mato Grosso do Sul, partes do Paraguai) à formação socioespacial brasileira como uma porção espacial funcionalmente voltada à produção-exportação de *commodities*. Tal concepção de fronteira é colocada por Martins (1997):

No meu modo de ver, as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. Portanto, aí tendem a se desenvolver atividades econômicas em que não assumem forma nem realidade própria dos diferentes componentes da produção propriamente capitalista, como o salário, o capital e a renda da terra. Os meios de produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário. Portanto, o produtor não tem como organizar sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. O capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível. (MARTINS, 1997, p. 186)

É nesse sentido que o papel do Estado no que se relaciona à elaboração de um “espaço racionalizado”, objetivando melhor exploração econômica do território, influi, consideravelmente, para a territorialidade capitalista no Mato Grosso do Sul. Conforme apontamos, bases técnicas são implantadas em alguns centros urbanos, o sistema de comunicação é melhorado, propiciando o ciclo de (re)produção capitalista. Seguindo as ideias de Martins (1997), observamos que no contexto das frentes de expansão tivemos relações não capitalistas

---

<sup>90</sup> Cabe pontuar que tal redefinição, nos moldes de expansão-acumulação capitalista no Brasil, foi motivada pela crise que atingiu o país na década de 1970, engendrando rupturas no estágio de acumulação precedente e consequentemente na organização espacial capitalista em outros moldes, com novas técnicas de produção (em aproximação a Harvey, 2005).

(à guisa de exemplo: a exploração, em regime de superexploração da mão-de-obra dos paraguaios e indígenas nos ervais da Matte Laranjeira). No contexto da frente pioneira temos avanços populacionais e espacialização de latifúndios agrícolas e de pequenas propriedades; posteriormente, já na década de 1970, acompanhamos o estabelecimento, propiciado pela racionalidade estatal, do modo capitalista de produzir no campo sul-mato-grossense.

Cabe pontuar, todavia, que as sucessivas fases de expansão das relações sociais para Oeste não anularam os modos de produção estabelecidos anteriormente, pelo contrário, conforme nos apontou Martins (1997), observamos uma coetaneidade de tempos, de modos de vida, modos de produção e concepções de mundo, que preenchem de sentido e de complexidade o território sul-mato-grossense.

Ainda no que diz respeito aos centros urbanos, sublinhamos que eles se configuram, nesse processo, como bases para a efetivação da estrutura vigente, possibilitando a produção, o armazenamento e a escoação dos produtos do campo, ao mesmo tempo em que são consumidores de parte dessa produção. Todavia, o papel mais significativo dos centros urbanos, diante da estrutura vigente, é permitir a (re)produção capitalista, seja por meio da circulação de mercadorias, de capitais, na drenagem da renda fundiária para as metrópoles (centros principais de redes urbanas); seja por meio da efetivação do controle dessa produção em centros de gestão territorial, em empresas articuladas com a produção (frigoríficos, processadoras de grãos, etc.).

No final do século XX, assistiremos, ainda, a algumas (re)definições socioespaciais no território sul-mato-grossense e conseqüentemente na rede urbana. Segundo Le Bourlegat (2000) as atividades agroindustriais desenvolvidas (farelo de soja e cultura do milho) tiveram apoio nos centros urbanos de Campo Grande e Dourados, consolidando, ainda mais, a centralidade dessas cidades. Assim como a agricultura, a pecuária passou por um processo de industrialização, aproximando as áreas de produção às vias de escoamento:

Grande parte dessas unidades de abate ficou mais aglomerada nas microrregiões de Campo Grande, Dourados e Iguatemi, em função da concentração da pecuária. Mas, de modo geral, espalharam-se por toda a bacia do rio Paraná, buscando proximidade das áreas de engorda e das vias de circulação em direção aos mercados de São Paulo. (LE BOURLEGAT, 2000, p. 336)

Já na virada do século XX para o XXI vamos assistir algumas mudanças na configuração da rede urbana sul-mato-grossense, em decorrência da instalação de indústrias paulistas na porção leste do estado. Tal processo segue a lógica de desconcentração industrial, iniciada na década de 1970. A saturação da atividade industrial nas áreas metropolitanas paulistas en-

gendrou o deslocamento de plantas industriais para áreas interioranas, utilizando-se da rede técnica de ferrovias e rodovias, “transbordando” para o leste do Mato Grosso do Sul na década de 2000<sup>91</sup> (SILVA, C. H. R. 2013).

Silva, C. H. R. (2013) pondera, com relação à Três Lagoas:

Situada a leste de Mato Grosso do Sul [...], tinha sua matriz econômica voltada para pecuária e durante décadas seu processo de industrialização foi tímido e os ramos industriais sempre foram voltados à construção civil e cerâmica. Entretanto, a industrialização com altos investimentos tem início na década de 1990, com a instalação da empresa Mabel e foi intensificada nos anos 2000, e daí em diante as atividades fabris se aglutinaram e organizaram territorialmente no município. Tem-se então uma industrialização tardia na cidade de Três Lagoas, e mesmo assim, configurou-se um dos maiores parques industriais do estado, redefiniu estruturas, formas e funções dos objetos geográficos já inscritos no território, promovendo uma evolução do tecido industrial. (p. 45)

O autor aponta que a instalação de indústrias nessa porção do território sul-matogrossense engendrou modificações nas relações interurbanas de Três Lagoas com seu entorno regional, destacando-se a centralidade da cidade. Silva, C. H. R. (2013) acrescenta, ainda, que tal processo permitiu a articulação das relações socioespaciais de Três Lagoas, por meio da atividade industrial, a outras escalas territoriais (mundiais)<sup>92</sup>.

Pontuamos, por fim, que, ao longo do *processo* histórico, os centros urbanos ganharam diferentes significações, ou seja, tiveram seu papel, no segmento da rede urbana (ligada a uma dinâmica produtiva ou política, conforme tentamos apontar) à qual se articulavam, redefinidos. *Função* essa redefinida ou adquirida que se realiza por meio da *forma* espacializada dos centros urbanos, portanto, formando uma *estrutura*, sob a égide do movimento capitalista.

Pontuemos que tal estrutura é marcada por um conjunto de pequenos centros urbanos que se ligam a centros urbanos maiores e de maior complexidade funcional na extensão de funções que esses centros não dispõem. Quanto às formas desses centros, caracterizam-se, não raro, por uma pequena extensão territorial que “abriga”, também, limitado quantitativo populacional. Passemos, então, para o entendimento desses pequenos núcleos (cidades pequenas e/ou locais), como caminho necessário para apreensão das funções que definem a lógica de seus fluxos.

<sup>91</sup> É importante destacar, conforme aponta Silva, C. H. R. (2013), que o centro de gestão das indústrias, ou seja, sua sede de comando permanece na Metrópole paulista.

<sup>92</sup> Observa-se, nesse jogo escalar horizontal (com relação às cidades do entorno) e vertical (com a economia mundial), o que Catelan (2013b) conceituou como heterarquia urbana. Ocorre o mesmo com relação à cidade de Dourados – precedendo, entretanto, a incidência de tais dinâmicas socioespaciais, que remontam ao século XX.

### CAPÍTULO III

#### ENTRE A DEFINIÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES PEQUENAS: ESTABELECENDO BASES PARA ENTENDERMOS AS RELAÇÕES

*À geografia urbana não interessa uma definição absoluta e universal das cidades; estas formas de agrupamento humano não são encaradas como entidades isoladas, mas dentro de um conjunto de relações recíprocas que se estabelecem entre uma cidade e outras cidades ou uma região. (Pedro Geiger; Fany Davidovich)*

Imergir na discussão da definição das cidades pequenas pressupõe considerar uma parcela da totalidade espacial brasileira, na qual o processo de urbanização engendrou uma configuração socioespacial digna de nota, a começar pela forma: pequenos núcleos na dimensão demográfica e territorial, bem como de seus conteúdos sociais – dinâmicas que variam de cidade para cidade, dependendo de seu sítio geográfico<sup>93</sup> (e aqui não consideramos apenas a localização, mas a trajetória espaço-temporal da produção social da porção do espaço na qual a cidade se insere).

Tendo em vista que todos os centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul são, quando nos voltamos para a análise de sua extensão territorial e populacional, cidades de pequeno porte, este capítulo visa tecer considerações sobre essas parcelas da totalidade espacial que se encaixam na rede urbana. A rede urbana aqui é entendida como o conjunto de centros urbanos e suas hinterlândias funcionalmente articulados (CORRÊA, 2006), forma material do processo de urbanização no território sul-mato-grossense – com determinados papéis/funções e relações.

Encarar as cidades pequenas como apenas formas espaciais, “reflexo residual” do processo de urbanização brasileira, que se deu de maneira aglomerada e concentrada a partir da segunda metade do século XX (SANTOS, 1993), permite-nos um grau de generalização (por meio de uma visão de sobrevoo)<sup>94</sup> que não responde à questão conceitual de sua definição. Nessa “escala geral” de análise, apesar de seu indiscutível grau de importância, limitamo-

<sup>93</sup> Entendido, aqui, no viés apresentado por Sposito (2009): “[...] o ponto que uma cidade ocupa no contexto de suas relações. Então, a localização nesse caso só é possível se eu combinar a ela os movimentos. Quer dizer, quando eu vejo uma cidade eu vou observar sua situação geográfica, eu estou tratando daquilo que lhe é singular. [...] Não é apenas uma localização, onde a cidade está, do ponto vista das coordenadas geográficas, porque onde a cidade está permite-lhe um conjunto de relações” (p. 48).

<sup>94</sup> SOUZA, 2013.

nos a conceber a realidade socioespacial das cidades brasileiras em sua dimensão quantitativa (a população urbana é o universo residente em sedes de municípios e sedes distritais), agrupando, por exemplo, cidades com tamanhos populacionais similares num mesmo grupo, mas que se inserem na rede urbana, de dada parcela da formação socioespacial brasileira, de forma bastante diferenciada.

Cabe, nesse sentido, lembrarmos da assertiva de Santos (1993), da importância de se considerar a diferenciação regional, produto de histórias recentes e passadas, que constituem uma estrutura de formas e funções, determinantes e condicionantes, do processo de urbanização contemporâneo. As cidades pequenas encaixam-se nessas diferenciadas parcelas da totalidade espacial brasileira, expressando em suas formas, funções e interações espaciais<sup>95</sup> essa diferenciação.

Desse modo, é interessante apontar de início que na construção da pesquisa, pelo fato de que, como já trataram alguns autores (SPOSITO & SILVA, 2013; ENDLICH, 2006; FRESCA, 2001; MAIA, 2009; entre outros), os estudos das cidades pequenas encontram-se num patamar de desenvolvimento/exploração inicial pouco abordado no âmbito da Geografia Urbana, o que levou-nos a buscar, em alguns trabalhos que versaram sobre a temática, exemplos, métodos e considerações que pudessem embasar a construção desse debate inicial. Nesse exercício, tivemos, não intencionado, o proveitoso caminho de nos depararmos com estudos que versavam sobre diferentes parcelas da formação socioespacial brasileira, permitindo-nos, além de nos utilizarmos dos exemplos consultados para tratar da temática, buscar uma comparação, levando-nos a algumas formulações, que gostaríamos de situar ainda que no campo de considerações preliminares.

Nesse sentido, mesmo sem aprofundar tal método, por meio de um levantamento mais amplo e detalhado de produções (acadêmicas ou técnicas) sobre essas diferentes parcelas da realidade brasileira, podemos verificar as assertivas expostas acima, de que a pequena cidade inserida em porções diferenciadas da formação socioespacial apresenta características que expressam essa diferenciação, tanto a nível/escala intraurbana, quanto interurbana, integradas pelo movimento do processo de urbanização.

Assim, quando nos voltamos para algumas cidades do estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro, estudadas por Maia (2009), verificamos que o processo de urbanização caracteriza o modo de vida urbano nesses centros, por exemplo, com ausência de várias funções urbanas

---

<sup>95</sup> As interações espaciais podem ser lidas como relações bilaterais/inter-relações que se estabelecem entre diferentes porções, zonas, áreas ou pontos do espaço, constituídas pelos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capitais (CAMAGNI, 1993; CORRÊA, 2012).

– o que ocorre em centros com número considerável de habitantes (acima de 20 mil). Enquanto que em cidades pequenas do Noroeste paranaense (ENDLICH, 2006), ou nas do Sudoeste sul-mato-grossense, mesmo em centros de menor porte a complexidade de funções urbanas é mais expressiva<sup>96</sup>.

No nível da rede urbana, tal diferenciação espacial traduz-se em diferenciadas formas de interações espaciais: em algumas cidades da Amazônia, por exemplo, os fluxos são, em sua maioria, fluviais e aéreos, sendo as interações por terra pouco expressivas, em escala restritamente local, conforme nos indica Schor (2013). A distância entre lugares, nessa parcela da totalidade socioespacial brasileira, é medida em tempo de deslocamento e não em quilômetros, em razão do traçado das vias fluviais, característica que difere das interações espaciais que se dão no cerrado brasileiro, onde essas interações se fazem (em grande medida) por terra.

Mesmo numa porção da formação socioespacial aparentemente homogênea, verificamos uma diferenciação associada à forma da rede urbana: no Mato Grosso do Sul, por exemplo, a porção Sul do estado, que no passado (década de 1940) sofreu modificações na estrutura do campo (antes estruturado na/para pecuária e extração de erva-mate) para uma agricultura baseada na pequena propriedade, verificamos atualmente uma rede urbana mais estruturada (após as redefinições engendradas pela expansão do modo de produção capitalista no campo sul-mato-grossense a partir da década de 1970) no aspecto do escalonamento de centros urbanos: centros locais, centros de zonas, capital regional C.

Nas porções do Mato Grosso do Sul, onde o predomínio foi da pecuária extensiva, atividade que caracterizou historicamente as atividades econômicas – porções que incluem também o Sudoeste do estado – a distância entre os centros é maior, configurando uma rede urbana mais espaçada, sob a dependência de um centro principal, Campo Grande – apesar de ocorrer, pontue-se, algumas redefinições na estruturação dessa rede urbana, pela estruturação da rede ferroviária e rodoviária, conferindo papel diferenciado a alguns centros<sup>97</sup>.

Ressaltamos que a divisão do trabalho na agricultura (número de atividades, funções, técnicas...) é maior se comparado à pecuária, uma atividade que, nos seus moldes extensivos,

---

<sup>96</sup> Lembremo-nos das palavras de Souza (2011): “Uma cidade média [e também uma cidade pequena] em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércios e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo” (p.30-31).

<sup>97</sup> Três Lagoas, Campo Grande e Aquidauana são exemplos de centros urbanos que foram favorecidos pela passagem da ferrovia e posteriormente da rodovia, aumentando a intensidade, frequência e escala de suas interações espaciais.

pode ser considerada tradicional<sup>98</sup>, que exigia grau não muito alto de tecnologia. Assim, podemos inferir que a materialização das relações econômicas no espaço, em áreas de pecuária, resulta em pequenos centros com distâncias consideráveis entre si<sup>99</sup>, o que nos reporta à assertiva de Santos:

Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza. Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras. (1993, p. 53)

Configuração territorial que nos lembra o quadro urbano do estado de Mato Grosso do Sul, ao qual tecemos considerações no Capítulo I deste trabalho. Após essas considerações sobre a diferenciação socioespacial das cidades pequenas e de sua configuração em rede, cabe avançarmos para a discussão em torno desse objeto ainda, repita-se, pouco considerado no âmbito da discussão da Geografia Urbana, o que compõe a primeira parte do presente capítulo. Num segundo momento, passamos a uma caracterização do objeto de estudo, visando a contribuir não só para uma definição da cidade pequena no Sudoeste do Mato Grosso do Sul, mas também para situar o leitor quanto à realidade a que nos referimos.

### **3.1. Aproximando-nos da discussão sobre as cidades pequenas**

Sposito e Silva (2013) apontam que os estudos relativos às cidades pequenas ganham impulso após o movimento de renovação da Geografia na década de 1970, movimento de carácter crítico/marxista – aos quais devemos ajuntar, a partir desse período, os estudos geográficos orientados pelo viés da fenomenologia. Apesar de a temática entrar na agenda de alguns intelectuais preocupados com a questão, em decorrência, sobretudo, da interiorização dos cursos de graduação em Geografia, que passam a atender um público acadêmico proveniente de cidades pequenas e dedicam-se a estudar essa parcela da totalidade espacial, os estudos sobre essas cidades ainda se encontram em estágio inicial de sistematização acadêmica.

---

<sup>98</sup> Vale pontuar a dimensão político-espacial dessa característica: os agentes produtores do espaço urbano, não raro, possuem vários papéis na dinâmica urbana, associado a seu poder político-econômico.

<sup>99</sup> A configuração da rede urbana no pantanal é ainda mais espaçada, em razão não só da atividade econômica pecuarista, mas da condição de planície alagada, inviabilizando a densificação de infraestruturas no território. No estado de Mato Grosso do Sul, temos as seguintes cidades localizadas nesse complexo físico-natural: Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho.

[...] há um certo vazio no que diz respeito à verticalização das discussões apresentadas, pois os grandes fóruns de discussão sobre a temática urbana, não só na Geografia, mas também nas outras áreas, pouco têm debatido o tema aqui proposto, qual seja, o estudo das cidades pequenas. O fato é que as metrópoles têm provocado grandes discussões teóricas e metodológicas, mesmo porque os novos acontecimentos e os grandes problemas normalmente surgem e estão sempre ocorrendo nestes espaços. Contudo, uma pergunta se faz presente em alguns fóruns: será que as teorias e as metodologias utilizadas nos estudos das metrópoles cabem para a análise das pequenas cidades, ou mesmo das cidades não metropolitanas? Ou, o estudo das cidades pequenas merece uma discussão particular, sem, no entanto, perder de vista a noção de totalidade do fenômeno urbano? (MAIA, 2009, p. 139-140)

As reflexões levantadas por Maia são de pertinência instigante e passaram a nos acompanhar desde quando iniciamos a pesquisa sobre a temática. Usar teorias elaboradas a partir da realidade metropolitana ou mesmo a partir das cidades médias<sup>100</sup> permitiria aplicações, com as devidas modificações/adequações, à escala da cidade pequena? Ou, como aponta a autora, seria necessário efetuarmos uma “discussão particular, sem, no entanto perder de vista a noção de totalidade do fenômeno urbano?”

Um caminho que, por ora, achamos pertinente percorrer, é tomar o processo de urbanização como integrante da constituição de diferentes cidades numa rede, seja regional, seja nacional, processo que se dá heterogeneamente no espaço, (re)definindo a divisão territorial e social do trabalho. Apesar de integrante, tomar a urbanização na dimensão demográfica (número, densidade de habitantes, zonas de residência, etc.) em escala nacional resulta, como pontuamos, em generalizações, o que levou alguns autores como Veiga (2002)<sup>101</sup>, citado por Carlos (2007), e Santos (1982), a empregarem, respectivamente, os termos cidades imaginárias e pseudocidades para designar determinadas aglomerações onde a urbanidade, em geral, das cidades pequenas, seria questionável. Nesse sentido, Egler (2010) também pondera que

[...] apesar dos esforços dos urbanistas de tentarem definir um mínimo de urbanidade para que um lugar seja considerado como cidade, qualquer aglomerado com algumas centenas de habitantes, uma prefeitura, uma câmara de vereadores e um cemitério é considerado pelo IBGE como população urbana e contada nos censos da mesma maneira que uma metrópole de 10 milhões de pessoas. As implicações disto são bastante discutidas e já foram objetos de inúmeras publicações, que questionam o fundamento de considerar-se o Brasil como um país onde mais de 80% de sua população esteja vivendo em cidades. (p.9)

Santos, ao escrever sobre as cidades locais<sup>102</sup>, um patamar mínimo para se falar em cidade, pontua a existência de pseudocidades, ou seja, aglomerações humanas onde as dinâ-

<sup>100</sup> Destacamos, nesse âmbito, estudos elaborados pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

<sup>101</sup> VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

<sup>102</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.



micas sociais, econômicas e culturais se voltam eminentemente ou para o campo, ou para outro centro urbano.

Haveria pseudocidades inteiramente dependentes das atividades de produção primária, como as cidades mineiras ou as grandes aldeias, e mesmo de atividades não primárias, como algumas cidades industriais ou cidades religiosas, universitárias, balneárias, de montanha (serras), etc. Por outro lado, existem pseudocidades engastadas em zonas de influência imediata de grandes cidades e que fazem parte de sua aglomeração, como parques industriais ou cidades-dormitórios. Não se trata, então, de cidades locais. Com efeito, as cidades locais dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de *cidades de subsistência*. (SANTOS, 1982, p. 70, grifos do autor)

Segundo Carlos (2007), Veiga, quando se refere às cidades imaginárias, questiona a urbanidade de determinadas aglomerações. Questionamento pertinente, uma vez que há cidades eminentemente voltadas para o campo e/ou identificadas com conteúdo rural que marca a vida de relações nesses espaços. Elas estão inseridas na rede urbana brasileira e são classificadas oficialmente como cidades (sede de município), o que levou Veiga a se posicionar criticamente com relação a tal, questionando o nível de urbanização do país, reduzindo, todavia, sua crítica a um viés demográfico-quantitativo do processo. O problema, segundo Carlos (2007), com relação às concepções do autor decorre do fato de ele tomar como metodologia para sua análise a densidade demográfica para, simplesmente, determinar a existência de cidades imaginárias – áreas mais rurais seriam aquelas menos povoadas e áreas urbanas as mais densamente ocupadas.

[...] longe de analisar processos se prende a números e é com eles que acredita apoiar suas idéias sobre a urbanização brasileira. O problema é que “urbano” e “rural” longe de serem meras palavras são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser o urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. Em primeiro lugar porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tão pouco, cidade, com sede de município. (CARLOS, 2007, p. 105)

Assim, afirmar um “Brasil menos urbano” com base em números e não nos conteúdos sociais que dão vida e movimento ao espaço<sup>103</sup> de determinados aglomerados é incorrer, também, em generalização perigosa, do mesmo modo que tomar cidade por sede de município é cometer reducionismo. Nesse sentido, toda sede de município é considerada, no Brasil, uma cidade, pelo menos na dimensão político-administrativa, não se levando em conta as relações espaciais de cunho econômico, cultural e social. Discutir as cidades pequenas passa pela tare-

---

<sup>103</sup> Em aproximação a Santos, 1982.

fa de analisar essas duas perspectivas de entendimento da realidade: a político-administrativa e a acadêmica.

Com base no exposto, indagamos: seriam as cidades pequenas apenas “cidades”, de acordo com a dimensão político-administrativa, apresentando uma condição geoeconômica – atividades econômicas espacialmente definidas – voltada para o campo? Assim, seriam pseudocidades, como afirma Milton Santos, ou cidades imaginárias, conforme coloca Veiga? Ou seriam cidades pequenas com conteúdo social, cultural, político e econômico eminentemente urbano? Ou núcleos que estariam na confluência entre o rural e o urbano como aponta Corrêa (2011a)?

Uma análise mais detida e criteriosa, que ultrapassasse os meros números, sobre cada cidade estudada (e aí há que se considerar a inserção das cidades em determinada parcela da totalidade espacial brasileira) poderá permitir respostas a essas questões. Antes de passarmos a tal ensaio, faz-se necessário voltarmos-nos para o entendimento da definição oficial de cidade no Brasil, com vistas a verificarmos a preocupação dos autores citados anteriormente.

Dialogando com Harvey (1980)<sup>104</sup>, Sposito e Silva (2013) indicam que da dificuldade que temos, no âmbito das diferentes ciências sociais, de conceituar a cidade diante de sua complexidade, prevalecem as definições de cunho demográfico e político-administrativa, sobrepondo-se, desse modo, os critérios oficiais ao debate teórico-conceitual.

Geiger e Davidovich, no início da década de 1960, já demonstravam indagações quanto à definição político-administrativa de cidade no país:

[...] no Brasil, o conceito oficial de cidade é de caráter político-administrativo: são as sedes de municípios que em 1950 somavam 1.825<sup>105</sup>; as vilas, sedes de distrito, também estão incluídas na categoria urbana. Esta generalização mascara, naturalmente, grandes contrastes: aí estão englobadas as sedes de extensos municípios da Amazônia, dotadas de população ínfima e centros importantes, como São Gonçalo e Nilópolis, cujos respectivos municípios possuem áreas reduzidas. Por outro lado, nem sempre a elevação de uma vila à categoria de cidade implica no seu desenvolvimento efetivo – muitas vezes é resultado de injunções políticas e financeiras. No entanto, algumas vilas apresentam população superior à de certas cidades: em 1950, São Gonçalo possuía 20.000 habitantes aproximadamente e a vila de Neves acima de 50.000 habitantes. (1961, p. 263)

Não raro, como sinalizam Geiger e Davidovich, a elevação de uma vila à categoria de cidade é produto de interesses políticos e financeiros, sem, todavia, considerar para tal o

<sup>104</sup> HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

<sup>105</sup> No ano de 2010, registrava-se no Brasil o número de 5.565 municípios, sendo o número oficial de cidades no país. No ano de 1950, o Mato Grosso do Sul tinha 20 municípios e, de acordo com o critério oficial para a definição de cidade, 20 cidades; em 2010, eram 79 municípios (IBGE, 2015. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD96>>. Acessado em: 10/04/2015).

nível de desenvolvimento dos papéis que determinada aglomeração passa a cumprir em uma divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, oficialmente, toda sede de município é uma cidade. A criação de um município implica, conseqüentemente, a criação de uma cidade, o que vigora desde 1938, por meio do Decreto-Lei nº 311 (MAIA, 2009).

Egler (2010) aponta que esse Decreto-Lei “[...] trouxe para o público o que se refere à divisão territorial do país e consolidou a categoria de cidade diante dos conceitos de comarca, de termo e de vila, que variavam não só quanto à sua divisão e nomenclatura, mas também quanto aos seus limites” (p. 8).

Isso nos leva a pensar nos procedimentos legais para o estabelecimento de um novo município no país, uma vez que, repita-se, a “criação de uma cidade” decorre desse processo. Apesar das mudanças legislativas ao longo do século XX, redefinindo os parâmetros para a criação de um município, preservou-se o caráter institucional com relação à definição de cidade – toda sede de município é uma cidade.

Assim, na década de 1960, mais precisamente em novembro de 1967, foi instituída a

[...] lei complementar nº1 decretada pelo Congresso Nacional [que] determina alguns requisitos para a criação de novos municípios. São eles: 1) população estimada superior a 10.000 habitantes ou não inferior a 5 milésimos da existente no Estado; 2) eleitorado não inferior a 10% da população; 3) centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200; 4) arrecadação, no último exercício, de 5 milésimos da receita estadual de impostos. (MAIA, 2009, p. 144)

Conforme Maia, para a criação de um município em 1977 (uma década depois), necessário se fazia, além das primeiras determinações, a realização de uma consulta por meio de plebiscito, na qual pelo menos 50% do eleitorado deveria participar. Mediante esses parâmetros, um novo município era criado e seu “núcleo urbano”, geralmente uma vila, adquiria *status* de “cidade” e passava a ser a sede do município (MAIA, 2009).

Apesar dos critérios anteriormente adotados para a criação de um município e de sua respectiva sede serem insuficientes para a definição de uma cidade<sup>106</sup>, ocorreu um retrocesso, em 1985, com relação às determinações legislativas anteriores. Com a vigência da lei complementar nº 49, de junho de 1985, todos os municípios criados até 31 de dezembro de 1981 que tiveram a posse dos respectivos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores efetivada, mediante eleição autorizada pela Justiça Eleitoral, foram reconhecidos, mesmo sem se enquadrarem nos critérios vigentes a partir de 1967 (MAIA, 2009).

<sup>106</sup> Para uma melhor aproximação da definição da noção de cidade, consideramos importante analisar a dimensão econômica (determinante das relações sociais sob a égide do capitalismo), política (seu papel de comando sobre uma área de influência) e sociocultural (os modos de vida que animam determinada aglomeração).

De acordo com Leão (2011), a emenda constitucional nº 15, de 1996, previa o disciplinamento na criação de municípios no país. Pondera a autora que: “A partir desta emenda só poderiam ser aprovadas as criações de novos municípios com base no Estudo de Viabilidade Municipal<sup>107</sup>; no entanto, ainda não foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Ordinária de apresentação e publicação do EVM” (p. 26).

Em 18 de julho de 2002, a lei ordinária nº 10.521 ratifica a instalação de todos os municípios criados antes da emenda nº 15. Apresenta, também, a necessidade de se efetuar um plebiscito nos municípios envolvidos, após Estudos de Viabilidade Municipal, que ainda não tiveram sua regulamentação aprovada, conforme aponta Leão (2011).

As modificações legais ao longo da segunda metade do século XX, de acordo com Maia (2009) e Leão (2011), favoreceram a criação de um número cada vez maior de “cidades”, sendo a população residente nessas localidades considerada urbana, fatores que levaram José Eli da Veiga e Milton Santos, repita-se, a apontarem, por meios analíticos e conceituais diferentes<sup>108</sup>, a existência de “não-cidades” dentro do sistema urbano nacional.

Abandonada há muito tempo pela Geografia, como apontou Carlos (2007), a definição político-administrativa não diz nada sobre o conteúdo das relações sociais que se dão nessas aglomerações. Por meio da análise do conteúdo social – dos papéis exercidos pelas formas que compõem a aglomeração, dos usos do espaço, da natureza de sua economia, de sua inserção na rede urbana – podemos verificar a existência, ou não, de uma “cidade de fato”.

As cidades pequenas situam-se no limiar dessas definições/conceituações, como propõe Endlich (2006):

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos. (p. 85)

Apesar de Endlich já apontar o fato de que nessas localidades os patamares mínimos, com dado grau de complexidade urbana, determinam o *status* de cidade, podemos perguntar:

<sup>107</sup> O Estudo de Viabilidade Municipal visa a verificar as condições para a criação/desmembramento dos municípios envolvidos. Disciplina a criação de municípios no país, considerando os seguintes parâmetros: um quantitativo populacional de acordo com a região a que o município pertence; eleitorado igual ou superior a 50% de sua população; existência de núcleo urbano consolidado em se tratando de infraestrutura; número de imóveis superior a 10% da média de imóveis dos municípios do estado; arrecadação na mesma proporção; estar fora de reserva indígena, área de preservação ambiental, ou pertencente à União; e apresentar continuidade territorial (BRASIL, 2002, *apud* LEÃO, 2011).

<sup>108</sup> Enquanto Veiga utilizou-se da densidade demográfica para medir o nível de “artificialização” de determinada aglomeração, restringindo-se aos números (Cf. CARLOS, 2007), Milton Santos (1982) preocupou-se com os conteúdos socioeconômicos definidores da vida de relações de determinada aglomeração.

quais seriam esses patamares? Enfim, o que diferencia uma cidade de uma “não-cidade”, ou pseudocidade, como propõe Santos (1982)?

Uma das formas para se definir/diferenciar uma cidade de uma “não-cidade” seria a centralidade que ela pode exercer. Em sua dimensão político-administrativa, toda a cidade exerce uma centralidade no território sob sua jurisdição. O acúmulo de fixos no espaço que compõe determinada aglomeração faz variar o grau de centralidade e de polarização dos fluxos. Geralmente quanto maior a capacidade que a cidade tem de centralizar determinada área, maior será seu quantitativo populacional e seu papel na rede urbana. Nesse sentido,

O IBGE (2008) ao analisar a rede urbana nacional estabelece a existência de 4473 centros locais, onde a centralidade é exercida predominantemente em seus limites municipais e caracterizados por terem população inferior a 10 mil habitantes. Mas qual seria o patamar populacional a partir do qual falar-se-ia das pequenas cidades? 20 mil? 50 mil habitantes? (FRESCA, 2010, p. 76)

Traçar um patamar mínimo para falarmos de cidade pequena de nada adianta, acrescenta Fresca, se desconsiderarmos sua inserção em cada parcela/porção da formação socioespacial brasileira. Nesse sentido, há que se levar em conta a inserção da cidade em determinado contexto espacial – uma região, ou um segmento da rede urbana – para podermos entender seu papel e determinar seu “*status*”. Adotando-se, apenas, o patamar demográfico, incorre-se no risco de se igualar cidades que em sua essência são diferentes.

Em relação, ainda, à centralidade como categoria para a definição da cidade, Souza (2011), lembrando-se dos estudos de Christaller na elaboração do conceito de localidades centrais, argumenta sobre a natureza “centrípetas” da cidade quando se trata de sua dimensão geoeconômica.

Assim, a cidade teria a capacidade de atrair os fluxos populacionais para suas áreas centrais, em contraposição ao povoado, que tem sua dinâmica espacial produtiva voltada para as bordas da aglomeração, em que os habitantes se dedicam à produção agrícola. Nesse sentido, ao contrário da cidade, são dinâmicas geoeconômicas, asseverando-se, “centrífugas” que orientam a espacialidade do povoado; para obter qualquer bem, não produzido na localidade, os habitantes dirigem-se para a cidade.

Na mesma direção afirma Whitacker: “Devemos ressaltar que não existe cidade sem centralidade, por isso se compreende que a única categoria que pode ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro” (2003, p. 128).

Por meio da análise do nível de centralidade de determinada aglomeração, é possível, segundo Fresca (2010), estabelecer um patamar de diferenciação entre a cidade pequena e a

cidade local, procedimento empregado pelo IBGE no desenvolvimento dos estudos das Regiões de Influência das Cidades (1978, 1993 e 2007) para a classificação das “cidades brasileiras”<sup>109</sup> com base no nível de centralidade exercido (IBGE, 2008).

A denominação centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil – termo este difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas tendo na teoria das localidades centrais seu referencial analítico – e considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia. (FRESCA, 2010, p. 77)

Nesse patamar mínimo de centralidade para se considerar a cidade, estão as cidades locais às quais Santos (1982) faz menção. Para o autor, a terminologia cidades locais, em vez de cidades pequenas, é mais adequada. Com isso, isenta-se da utilização do adjetivo que remete à noção de tamanho.

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. (SANTOS, 1982, p. 69-70)

Comentando sobre essas formas espaciais (prelhos de conteúdos sociais), Santos acrescenta:

A dissociação geográfica da produção [divisão social e territorial do trabalho], motivada por causas diversas, acarreta a superação de certos limiares: densidade populacional, nível de renda, nível de consumo. Essa superação de limiares exige uma especialização das atividades no nível do espaço considerado [...]. Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (1982, p. 71)

A coalescência de funções, observa o autor, definiria a cidade, permitindo-nos diferenciá-la de um povoado ou de uma aglomeração rural. Nessa perspectiva analítica, a divisão social do trabalho, num determinado nível de complexidade, “responderia às necessidades vitais mínimas da população”, possibilitando-nos falar de cidades locais, num patamar mínimo dessa divisão (SANTOS, 1982).

Assim, conclui o autor:

A cidade local facilita o acesso da população aos bens e serviços, embora isto se faça a um preço mais elevado que nos centros de nível superior. Seja qual for a sua localização, a cidade local sempre se acha na periferia do sistema urbano. Esta situação significa que o indivíduo se encontra em uma posição desfavorável como produtor e consumidor do espaço. (SANTOS, 1982, p. 74)

---

<sup>109</sup> Utilizamos aspas em decorrência das preocupações apontadas anteriormente sobre o *status* de cidade no Brasil.

Com base em observação de campo, pudemos constatar tal afirmação. Tomando Caracol e Bodoquena como exemplos, verificou-se que 66% dos moradores questionados em Bodoquena, quando interpelados sobre os produtos que eles não encontravam na localidade, apontaram encontrar *tudo de que precisavam* na cidade; todavia, metade desse percentual acentuou que os preços dos produtos (varejo em geral) na localidade é mais elevado, dando um indicador da busca por produtos/bens em outro centro urbano: Miranda. Em Caracol, 62% dos indagados disseram encontrar todos os bens de que precisavam em sua localidade, 26%, entretanto, apontaram o preço elevado de produtos em geral (alguns mencionam o preço dos produtos alimentícios), um indicador da possibilidade de realização do consumo em outros centros como Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY)<sup>110</sup>.

Levando-se em consideração a rede urbana, as cidades locais e suas hinterlândias estão, com relação aos grandes centros (cabeças de rede – metrópoles), articuladamente na primeira e última etapa da produção-circulação-consumo capitalista<sup>111</sup> se tomarmos como base alguns de seus agentes. Corrêa (2006) esclarece:

[...] o comerciante local, de uma pequena cidade, tem uma margem de lucro ao vender a produção ao comerciante ou à usina de beneficiamento localizada em um centro urbano maior; a revenda da produção ao industrial, exportador ou grande atacadista metropolitano, por sua vez, adiciona uma margem de lucro ao preço pago ao comerciante local. Nesta cadeia, o consumidor final, de localização urbana, paga um preço muito elevado se comparado àquele que o produtor rural, localizado no começo do processo de comercialização, recebeu do comerciante local. (CORRÊA, 2006, p. 33)

Em outro ponto complementa:

Inversamente à comercialização de produtos agrícolas, na qual o agricultor está no começo do circuito de comercialização, recebendo pouco pelo que produz, no consumo de produtos industriais encontra-se no final do circuito de comercialização, pagando muito pelos produtos que adquire. Assim, o industrial [da cidade grande] vende seu produto a um atacadista de uma cidade regional que, ao revendê-lo ao comerciante varejista da pequena cidade, adiciona uma margem de lucro sobre o preço pago; este último comerciante, por sua vez, adiciona a sua margem de lucro ao realizar a sua venda ao consumidor final, o homem do campo. (CORRÊA, 2006, p. 36)

A cidade local, nesse sentido, seria a “ponta” da trama, emaranhado de fluxos e fixos de determinada porção da rede urbana capitalista (na dimensão do consumo dos bens e do espaço), encontrando-se, conforme apontou Milton Santos, na periferia do sistema urbano. Tal

<sup>110</sup> Essa discussão será retomada no Capítulo IV.

<sup>111</sup> Corrêa (2006) pondera que a ação de determinados agentes multiescalar e multifuncional (concentram a produção, a circulação e distribuição de determinados produtos), como algumas redes supermercadistas e hipermercadistas, alteram a lógica da divisão territorial do trabalho, não beneficiando a pequena cidade, eliminando muitos participantes de economia local.

padrão hierárquico de relações entre as cidades, nas últimas décadas, vem sendo alterado, engendrando novas articulações interurbanas, conforme apontaremos no próximo capítulo.

Apropriando-nos da classificação funcional (hierárquica) estabelecida pelo IBGE (2008), verificamos, em relação às aglomerações que são foco para a presente pesquisa, que seis centros urbanos que compõem a região de planejamento Sudoeste do estado (Bonito, Porto Murtinho, Guia Lopes da Laguna, Bodoquena, Nioaque e Caracol) encontram-se neste patamar mínimo de centralidade, podendo ser consideradas cidades locais.

Delineando a análise para a discussão das cidades locais, deixamos de tratar das cidades pequenas. Assim, seriam essas parcelas da totalidade espacial cidades locais? Ou outro nível de classificação poderia ser aplicado a elas?

Nesse sentido, Fresca (2010) estabelece uma distinção necessária entre cidades pequenas e cidades locais. Para a autora, a partir do nível mínimo de atividades, que caracteriza as cidades locais,

[...] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais. (FRESCA, 2010, p. 77)

Assim, podemos encaixar as cidades pequenas num nível de centralidade acima das cidades locais. Elas seriam centros urbanos que dispõem de uma gama de serviços e bens que não se encontram nas cidades locais, agrupando em sua região de influência essas últimas. Servindo-nos, novamente, do IBGE (2008), encontraremos, no recorte regional adotado para este trabalho, dois centros urbanos na condição de centro de zona: Jardim e Bela Vista. Com papéis urbanos mais diversificados e exercendo centralidade sobre as cidades locais de Guia Lopes da Laguna (no caso de Jardim) e Caracol (no caso de Bela Vista), configuram-se como cidades pequenas.

Encontrando-se em um nível acima, com relação aos centros locais, na escala da hierarquia interurbana, as cidades pequenas podem cumprir esse papel intermediador entre as cidades locais e um centro maior (cidade média, cidade grande, ou mesmo uma metrópole). Todavia, conforme nos esclarecem Catelan (2013a) e Bessa (2012), tal estrutura hierárquica da rede urbana não fecha a lógica dos fluxos a níveis/etapas de interações urbanas de uma cidade local para uma cidade pequena, uma cidade média e dessa para a Metrópole; os fluxos



de pessoas podem “saltar etapas”, e indivíduos, dependendo de suas necessidades, desejos e sobretudo possibilidades (poder aquisitivo), podem “saltar etapas” na rede urbana.

Registramos que, no curso do processo de urbanização no estado do Mato Grosso do Sul, o modelo de concentração populacional em poucas cidades (Campo Grande e Dourados, principalmente), condicionado pela concentração de atividades comerciais e serviços, consolida o papel dessas cidades na rede, resultando em ligações diretas entre elas e uma porção de cidades, locais e pequenas. Sublinhamos que apenas na região de influência de Dourados se verifica uma escala bem definida dessas relações, com cidades locais e pequenas ligando-se à Cidade Média, e essa a Campo Grande.

Nesse sentido, tomando a configuração da rede urbana como parâmetro de análise, as cidades pequenas podem exercer o papel de intermediação entre as cidades locais e as cidades médias ou grandes. Assim, fica claro que “Não é possível compreender cidades pequenas e médias sem pensar nos próprios espaços municipais que elas comandam, que elas constituem e que geram a vida de relações econômicas e sociais que as têm como pontos de apoio” (SPOSITO, 2009, p. 16).

Em síntese, elegemos a categoria centralidade para diferenciarmos cidade e não-cidade, bem como cidades locais de cidades pequenas, baseados nos estudos da Região de Influência das Cidades – IBGE (2008).

Após essas considerações, partiremos agora para uma descrição/caracterização dos centros urbanos (e seus respectivos territórios municipais) em questão, visando dois pontos: apreender parte da complexidade da vida de relações que movem esses centros, permitindo caracterizar a cidade pequena e a cidade local, bem como aproximar o leitor da parcela da realidade socioespacial de que estamos tratando.

### **3.2. Caracterização dos centros urbanos (e suas hinterlândias) que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: as cidades pequenas e cidades locais em números**

Um ponto importante a elucidar é que os centros urbanos aqui abordados se situam temporalmente em diferentes fases da história espacializada (à qual nos debruçamos no capítulo II). Assim, faz-se mister deixar claro que nos debruçaremos, doravante, no exercício de considerar esses centros no período recente, ou seja, na primeira e segunda década do século XXI, empobrecendo, e estamos cientes do fato, o caráter processual da rede urbana, da urba-

nização, do movimento espacializado da sociedade. Todavia, lançar luz sobre esses pequenos pontos da rede urbana que compõem a região (de planejamento) Sudoeste do Mato Grosso do Sul, desvendando as lógicas que (re)definiram seus papéis na rede, demandaria um labor dispendioso de consideração do processo de produção espacial de cada centro, resultando em outro trabalho – deixemos aqui, além de nossas falhas por não tratar desses processos, a intenção de abordá-los em trabalhos futuros.

Mesmo sem aprofundar essas considerações espaço-temporais, cabe situar esses nós (centros urbanos) temporalmente no território sul-mato-grossense.

### Quadro 3

#### Território sul-mato-grossense Inserção temporal dos centros urbanos (1877-1980)

Localidade	Data de criação	
Bela Vista	10/04/1900	Distrito subordinado a Nioaque
	16/07/1918	Cidade/Município
Bodoquena	14/12/1963	Distrito subordinado a Miranda
	13/05/1980	Cidade/Município
Bonito	11/11/1915	Distrito subordinado a Miranda
	02/10/1948	Cidade/Município
Caracol	20/06/1914	Distrito subordinado a Nioaque
	14/11/1963	Cidade/Município
Guia Lopes da Laguna	12/03/1946	Distrito subordinado a Nioaque
	11/12/1953	Cidade/Município
Jardim	13/09/1948	Distrito subordinado a Bela Vista
	11/12/1953	Cidade/Município
Nioaque	24/05/1877	Distrito subordinado a Miranda
	18/07/1890	Cidade/Município
Porto Murtinho	10/04/1900	Distrito subordinado a Corumbá
	20/06/1911	Cidade/Município

**Fonte:** IBGE. Cidades, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>  
Acesso em: 16/12/2015.

**Org.** GOMES, 2015.

De posse do Quadro 3, verificamos o acúmulo diferenciado de tempos na produção do espaço dessa porção do estado de Mato Grosso do Sul. Destarte, estamos a nos referir a uma porção heterogênea do espaço, quando se trata de sua dimensão temporal, sendo possível, todavia, agrupar alguns pontos: Nioaque, Porto Murtinho e Bela Vista formam um primeiro grupo de centros urbanos, com dinâmicas que remontam ao século XIX, no caso de Nioaque, e começo do século XX, com relação a Porto Murtinho e Bela Vista – centros que

guardam, todavia, dinâmicas do século XIX ligadas à erva-mate e à diáspora gaúcha (mais ligada à formação de Bela Vista) após a Revolução Federalista<sup>112</sup>; Bonito e Caracol formam outro grupo que remonta à segunda década do século XX; Guia Lopes da Laguna e Jardim situam-se em meados do século XX, emancipando-se, político-administrativamente, no mesmo ano (1953) – e têm como especificidade, ainda, o fato de se situarem lado a lado, separadas apenas pelo Rio Miranda<sup>113</sup>; por último, Bodoquena, que remonta à década de 1960, tendo seu papel político-administrativo consolidado na década de 1980.

Cabe esclarecer que essas inserções na história espacializada são baseadas nas informações fornecidas pelo IBGE, levando-nos a colocar a ressalva de apontar que a dinâmica de tais centros pode retroceder em anos a definição de distrito, assim como o *status* de município que os mesmos alcançaram pode ter sido produto de interesses políticos e econômicos, como nos apontam Geiger e Davidovich (1960), não detendo, de fato, uma complexidade urbana considerável. Desse modo, a produção desses centros, assim como as redefinições socioespaciais de seus papéis pode, ressalte-se, não estar precisamente referenciada.

Situado o período histórico de inserção desses centros, passemos a trabalhar com dados quantitativos, de modo a contribuir para as reflexões conceituais que até aqui procuramos construir. Sobretudo, os dados a seguir apresentados contribuirão também para “geografarmos” os centros urbanos (e seus respectivos territórios municipais). Cabe apontar que esse trecho do trabalho inspira-se em Melo (2008), que pesquisou centros urbanos da microrregião de Catalão (GO), mais especificamente seu capítulo III – “A urbanização das pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): seu significado socioeconômico”.

Um dos indicativos, geralmente ligado ao senso comum, com relação às cidades pequenas, como já expomos, é associá-las à dimensão populacional. Assim, a cidade pequena seria uma pequena aglomeração populacional, o que abre um debate sobre qual o número mínimo para diferenciarmos a cidade pequena de outras formas de aglomeração (vilas, povoados) e também para diferenciarmo-las de centros urbanos maiores (cidades médias, metrópoles). Enfim, um debate baseado em números, que ao invés de utilizado para caracterizar e comparar diferentes parcelas da realidade é utilizado para definir uma noção de cidade.

Em relação ao quantitativo populacional dos municípios (e seus respectivos centros urbanos) do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul vamos encontrar algumas disparidades e algumas aproximações. Se classificarmos, por exemplo, esses municípios de acordo com

---

<sup>112</sup> Cf. LE BOURLEGAT, 2000.

<sup>113</sup> O Rio Miranda tem nascente localizada no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul e corre em sentido Centro-Oeste, em direção à Planície Pantaneira, desembocando no Rio Paraguai.

o quantitativo populacional (Tabela 1), notaremos que apenas Bonito, Bela Vista e Jardim detêm população urbana superior a 15.000 habitantes, sendo que apenas essa última cidade tem população superior a 20.000 habitantes. As demais cidades, excetuando-se Porto Murtinho (com 10.059 habitantes), apresentavam população inferior a 10.000 habitantes, sendo Caracol a menor, com 3.238 habitantes na zona urbana.

Assim, podemos ter uma noção da dimensão/tamanho das cidades às quais estamos fazendo referência. Comparem-se, por exemplo, os portes populacionais desses centros urbanos com cidades maiores, como Dourados e Campo Grande. Com relação à Dourados (segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul), que em 2010 aparecia com 181.005 habitantes na zona urbana, proporcionalmente, a diferença de porte populacional é marcante: Jardim, a maior cidade do Sudoeste, por exemplo, detinha em 2010 um número de habitantes equivalente a 12,56% do tamanho de Dourados. Caracol, a menor cidade do Sudoeste, por sua vez, aparecia em 2010 com tamanho equivalente a 1,79% ao porte de Dourados. Comparadas a Campo Grande (maior cidade do Mato Grosso do Sul), que possuía, em 2010, 776.242 cidadãos, a diferença é ainda mais acentuada: Jardim, proporcionalmente, apresentava, em 2010, apenas 2,93% do número de habitantes de Campo Grande, e Caracol detinha, em 2010, 0,42% do número de habitantes da Capital do Mato Grosso do Sul.

**Tabela 1**  
**Sudoeste de Mato Grosso do sul**  
**Quantitativo populacional dos municípios (2010)**

<b>Localidade</b>	<b>População</b>	<b>Censo de 2010</b>	<b>Proporção da população urbana</b>
Jardim	Urbana	22.741	93,41%
	Rural	1.605	
Bela Vista	Urbana	18.927	81,65%
	Rural	4.254	
Bonito	Urbana	16.159	82,50%
	Rural	3.428	
Porto Murtinho	Urbana	10.059	65,44%
	Rural	5.313	
Guia Lopes da Laguna	Urbana	8.785	84,75%
	Rural	1.581	
Nioaque	Urbana	7.057	49,04%
	Rural	7.334	
Bodoquena	Urbana	5.777	72,35%
	Rural	2.208	

Caracol	Urbana	3.238	59,99%
	Rural	2.160	

**Fonte:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 13/11/2015.

**Org:** GOMES, 2015.

Com base nessa dimensão populacional das cidades, podemos ter uma noção da dimensão territorial das mesmas, resultante da materialização das relações sociais da população no espaço. Assim, mesmo faltando-nos dados para tocar em tal ponto quantitativamente, não é difícil de o leitor deduzir que a extensão territorial dessas cidades é pequena; acrescentemos que elas se caracterizam por um grau de verticalização nulo. Mesmo aliada a uma configuração que nos chamou a atenção, a nível de observação da paisagem, pela presença considerável de áreas não edificadas (vazios urbanos) em quase todas as cidades, a extensão territorial dessas cidades é pequena.

Outro dado interessante para nos aproximarmos de um “dimensionamento” dessas cidades refere-se ao quantitativo de domicílios urbanos existentes. Verificamos que, de acordo com o censo de 2010, Jardim aparecia com 6.948 domicílios particulares permanentes<sup>114</sup> urbanos, prevalecendo com maior número sobre os demais centros do Sudoeste. Em segundo lugar aparecia Bela Vista, com 5.531 domicílios particulares, indicando uma diferença que pode ser notada se compararmos a população urbana desses dois primeiros municípios (retomar Tabela 1). Bonito, em terceiro lugar, era composta por 5.055 domicílios particulares; noutra patamar, já demonstrando uma diferenciação, em relação à quantidade de domicílios, aos centros anteriores aparece, em quarto lugar, Guia Lopes da Laguna com 2.744 domicílios particulares, apesar de deter uma população urbana menor que Porto Murtinho, que aparecia em 2010 com 2.684. Nioaque, por sua vez, totalizava 2.204 domicílios particulares urbanos. Bodoquena com 1.792 domicílios particulares fica na penúltima posição; sendo Caracol, com 960 domicílios particulares urbanos, o menor centro nessa dimensão de análise.

Comparando esses números com Campo Grande e Dourados, que em 2010 detinham 246.219 e 56.574 domicílios urbanos permanentes, respectivamente, podemos ter uma noção da dimensão territorial desses centros urbanos. Todavia, cabe avançar e nos aproximar um pouco mais do entendimento da dinâmica de relações que caracteriza essas cidades.

<sup>114</sup> Segundo o Glossário da Pesquisa Nacional de Domicílios, define-se domicílio particular como “Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie, em: permanente ou improvisado”, e domicílio particular permanente como “Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia” (IBGE, 2001). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario\\_PNAD.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf)>. Acessado em: 22/12/2015.

Assim, passemos, agora, a considerar a composição etária da população dos municípios que compõe o Sudoeste (Quadro 4), outro ponto considerado no trabalho de Melo (2008). Apesar de a autora referir-se a outra subunidade da formação socioespacial brasileira, ou seja, o estado de Goiás, mais especificamente sua porção sudeste, os municípios abordados em seu estudo, assim como os aqui abordados (com exceção de Porto Murтинho), localizam-se em áreas de cerrado, palco de transformações ligadas a mudanças (modernização) nos modos de produção no campo. Considerando importante a análise da composição etária da população, apresentamos como ela se distribui nas cidades consideradas no presente trabalho.

Cabe considerar, de início, que verificamos alguns pontos em comum com as considerações de Melo (2008): tendência ao envelhecimento da população – fato que a autora argumenta ocorrer em escala nacional –, acrescentando suas ponderações quanto ao surgimento de alguns serviços especializados voltados a essa parcela da população<sup>115</sup>; e tendência à migração para outro centro de maior complexidade funcional.

Com relação a Bela Vista<sup>116</sup>, verifica-se uma pequena redução da população entre 0 a 9 anos na última década. De maneira geral, a população de 10 a 19 anos e de 20 a 39 anos aumentou, todavia, a faixa etária que mais cresceu nas últimas décadas foi de 40 a 49 anos, ultrapassando na década de 2010 as demais faixas. Destaque-se também o crescimento das faixas de 50 a 59 anos, 60 a 69 anos e de 70 anos ou mais. Indicando uma tendência ao envelhecimento da população, apesar de, como já indicamos, as faixas de 10 a 39 anos também terem aumentado, o que sugere uma permanência dessa população no município.

Em Bodoquena observa-se, nas últimas três décadas, uma redução nas faixas de 0 a 9 anos, o que indica uma redução no crescimento da população local. Ocorre o mesmo nas faixas que vão de 10 a 24 anos. De 25 a 39 anos verificamos um pequeno aumento nas últimas décadas, todavia, nas faixas de 40 a 49 anos verifica-se um índice mais acentuado de aumento, que em 2010 representava a maior parcela de população. Nas faixas de 50 a 59 anos, de 60 a 69 e de 70 anos ou mais também se verifica um aumento, o que indica, também, tendência ao envelhecimento dessa população.

---

<sup>115</sup> Em relação às cidades da Microrregião Geográfica de Catalão, Melo pondera: “Pode-se considerar, por exemplo, que está-se constituindo um novo tipo de consumo, o qual se caracteriza, principalmente, por maior demanda de produtos e serviços de saúde, especializados para este grupo etário. Além destes, surgem, também, a busca por serviços específicos de lazer, transporte, cuidados pessoais e companhia (contratação de pessoas para fazer companhia), criação de locais específicos, como casas de repouso” (2008, p. 270).

<sup>116</sup> É interessante pontuar, com relação à Bela Vista, observando-se a década de 1960, como têm destaque, praticamente, todas as faixas etárias de população, lembrando-nos do dinamismo urbano que o município apresentava nas décadas anteriores, período em que podemos destacar o papel da erva-mate e do exército na produção espacial da cidade.

**Quadro 4**  
**Sudoeste do Mato Grosso do Sul**  
**Evolução da população municipal, de acordo com a faixa etária (1960-2010)**

Município	Variável	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Bela Vista</b>	População Residente de 0 a 4 anos	3.184	2.359	2.340	2.374	2.434	1.985
	População Residente de 5 a 9 anos	2.835	2.252	2.137	2.475	2.513	2.203
	População Residente de 10 A 14 anos	2.121	2.004	2.069	2.464	2.369	2.416
	População Residente de 15 A 19 anos	1.933	1.807	1.812	1.999	2.355	2.407
	População Residente de 20 A 24 anos	1.695	1.328	1.457	1.707	1.970	1.929
	População Residente de 25 A 29 anos	1.273	1.024	1.070	1.477	1.641	1.796
	População Residente de 30 A 34 anos	1.985	833	959	1.370	1.540	1.689
	População Residente de 35 A 39 anos	1.527	698	804	1.118	1.436	1.543
	População Residente de 40 A 49 anos	-	1.111	1.191	1.696	2.202	2.715
	População Residente de 50 A 59 anos	793	829	796	1.078	1.462	2.001
	População Residente de 60 A 69 anos	443	432	594	720	986	1.319
População Residente de 70 anos ou mais	245	307	365	657	856	1.000	
<b>Bodoquena</b>	População Residente de 0 a 4 anos	-	-	-	953	888	650
	População Residente de 5 a 9 anos	-	-	-	1.023	962	653
	População Residente de 10 A 14 anos	-	-	-	1.080	1.026	798
	População Residente de 15 A 19 anos	-	-	-	857	883	795
	População Residente de 20 A 24 anos	-	-	-	759	786	669
	População Residente de 25 A 29 anos	-	-	-	687	652	677
	População Residente de 30 A 34 anos	-	-	-	619	643	663
	População Residente de 35 A 39 anos	-	-	-	549	564	591
	População Residente de 40 A 49 anos	-	-	-	779	874	1.034
	População Residente de 50 A 59 anos	-	-	-	449	558	715
	População Residente de 60 A 69 anos	-	-	-	233	330	440
População Residente de 70 anos ou mais	-	-	-	132	201	246	
<b>Bonito</b>	População Residente de 0 a 4 anos	940	1.345	1.720	1.847	1.772	1.583
	População Residente de 5 a 9 anos	870	1.244	1.549	2.006	1.799	1.716
	População Residente de 10 A 14 anos	766	981	1.407	1.925	1.851	1.924
	População Residente de 15 A 19 anos	766	828	1.219	1.622	1.844	1.719
	População Residente de 20 A 24 anos	492	710	1.048	1.452	1.606	1.627
	População Residente de 25 A 29 anos	340	598	843	1.325	1.416	1.804
	População Residente de 30 A 34 anos	620	474	680	1.229	1.280	1.652
	População Residente de 35 A 39 anos	484	410	603	964	1.294	1.437
	População Residente de 40 A 49 anos	-	654	926	1.411	1.841	2.565
	População Residente de 50 A 59 anos	275	359	564	912	1.065	1.825
	População Residente de 60 A 69 anos	150	196	311	549	701	978
População Residente de 70 anos ou mais	86	104	142	301	487	648	
<b>Caracol</b>	População Residente de 0 a 4 anos	-	731	626	471	552	412
	População Residente de 5 a 9 anos	-	673	575	527	543	459
	População Residente de 10 A 14 anos	-	551	504	474	475	574
	População Residente de 15 A 19 anos	-	444	452	413	461	554
	População Residente de 20 A 24 anos	-	293	297	345	402	506
	População Residente de 25 A 29 anos	-	256	245	314	346	459
	População Residente de 30 A 34 anos	-	215	201	276	348	430
	População Residente de 35 A 39 anos	-	190	211	220	314	365
	População Residente de 40 A 49 anos	-	303	313	357	452	652
	População Residente de 50 A 59 anos	-	193	197	283	328	467
	População Residente de 60 A 69 anos	-	105	110	158	231	290
População Residente de 70 anos ou mais	-	69	84	92	140	200	

Município	Variável	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Guaí Lopes da Laguna	População Residente de 0 a 4 anos	818	876	1.059	1.036	1.148	798
	População Residente de 5 a 9 anos	635	856	1.100	1.128	1.187	888
	População Residente de 10 A 14 anos	597	778	1.036	1.082	1.184	999
	População Residente de 15 A 19 anos	493	674	815	995	1.169	964
	População Residente de 20 A 24 anos	455	515	671	826	931	800
	População Residente de 25 A 29 anos	345	357	568	651	855	775
	População Residente de 30 A 34 anos	401	320	486	625	776	763
	População Residente de 35 A 39 anos	375	292	440	561	716	678
	População Residente de 40 A 49 anos	-	467	668	902	1227	1226
	População Residente de 50 A 59 anos	190	327	427	636	888	1066
	População Residente de 60 A 69 anos	84	169	302	412	586	749
	População Residente de 70 anos ou mais	46	97	182	313	448	567
Jardim	População Residente de 0 a 4 anos	1.020	1.503	1.816	2.115	2.329	1.992
	População Residente de 5 a 9 anos	1.064	1.546	1.775	2.386	2.427	2.065
	População Residente de 10 A 14 anos	916	1.603	1.839	2.354	2.377	2.374
	População Residente de 15 A 19 anos	572	1.265	1.714	2.020	2.366	2.225
	População Residente de 20 A 24 anos	474	956	1.297	1.760	1.953	1.938
	População Residente de 25 A 29 anos	354	723	1.017	1.554	1.724	2.036
	População Residente de 30 A 34 anos	689	619	840	1.451	1.663	1.835
	População Residente de 35 A 39 anos	537	513	775	1.304	1.611	1.715
	População Residente de 40 A 49 anos	-	788	1.152	1.822	2.577	3048
	População Residente de 50 A 59 anos	265	549	806	1.180	1.626	2.362
	População Residente de 60 A 69 anos	129	252	475	799	1.043	1.498
	População Residente de 70 anos ou mais	41	123	315	580	846	1.074
Nioaque	População Residente de 0 a 4 anos	859	1.287	1.410	1.508	1.708	1.182
	População Residente de 5 a 9 anos	814	1.107	1.349	1.422	1.692	1.345
	População Residente de 10 A 14 anos	718	881	1.139	1.425	1.692	1.507
	População Residente de 15 A 19 anos	728	824	1.171	1.212	1.619	1.369
	População Residente de 20 A 24 anos	464	622	802	1.026	1.376	1.112
	População Residente de 25 A 29 anos	351	497	650	845	1.324	1.160
	População Residente de 30 A 34 anos	464	410	506	736	1.070	1.063
	População Residente de 35 A 39 anos	442	346	441	610	997	1.112
	População Residente de 40 A 49 anos	-	502	733	938	1.573	1.771
	População Residente de 50 A 59 anos	200	372	436	640	975	1.406
	População Residente de 60 A 69 anos	99	174	278	414	644	767
	População Residente de 70 anos ou mais	73	89	136	281	416	499
Porto Murtinho	População Residente de 0 a 4 anos	1.613	1.944	1.900	1.798	1.725	1.481
	População Residente de 5 a 9 anos	1.322	1.771	1.712	1.756	1.677	1.496
	População Residente de 10 A 14 anos	1.112	1.602	1.486	1.499	1.518	1.671
	População Residente de 15 A 19 anos	823	1.248	1.212	1.271	1.390	1.548
	População Residente de 20 A 24 anos	864	1.010	1.009	1.133	1.251	1.420
	População Residente de 25 A 29 anos	765	881	870	1.117	1.087	1.376
	População Residente de 30 A 34 anos	1.070	683	727	990	911	1.197
	População Residente de 35 A 39 anos	672	580	596	693	845	1.364
	População Residente de 40 A 49 anos	-	899	977	1.076	1.199	1.740
	População Residente de 50 A 59 anos	391	549	598	713	812	1.151
	População Residente de 60 A 69 anos	309	276	391	409	531	697
	População Residente de 70 anos ou mais	143	178	200	353	370	431

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 12/12/2015.

**Org:** GOMES, 2015.



Considerando Bonito, nas últimas duas décadas ocorreu uma diminuição nas faixas de 0 a 9 anos. Todavia, excetuando-se as faixas de 15 a 19 anos, em todas as faixas acima de 10 anos até 39 anos houve um aumento nos últimos anos, indicando uma tendência à permanência nesse município. Entretanto, assim como nos demais municípios, a faixa que mais cresceu nas últimas décadas foi a de 40 a 49 anos, acompanhado de um crescimento também considerável das faixas de 50 a 59 anos, de 60 a 69 anos e acima de 70 anos, indicando uma tendência ao envelhecimento dessa população.

Caracol, assim como os demais municípios, apresenta uma redução, na última década, das faixas de 0 a 9 anos. Todavia, verifica-se um aumento em todas as faixas de 10 a 39 anos, com um aumento acentuado nas faixas de 40 a 49 anos, assim como nos demais municípios, acompanhado também do aumento das faixas de 50 a 59 anos, 60 a 69 anos e de 70 anos ou mais, indicando também uma tendência de envelhecimento da população. Pontue-se, todavia, que apesar de Caracol ser o centro urbano de menor porte e menor complexidade funcional da região, apresenta uma tendência de permanência da população na localidade.

Com relação a Guia Lopes da Laguna, na última década, verificamos uma queda considerável nas faixas de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos. Nas faixas acima de 10 a 39 anos, verificamos, também, um recuo considerável do quantitativo populacional, o que nos indica uma tendência à diminuição do crescimento populacional, além da diminuição da taxa de natalidade, somada à migração para outros centros. A faixa de 40 a 49 manteve-se praticamente estável, destacando-se como a mais alta. Nas faixas de 50 a 59, 60 a 69 e acima de 70 verificamos um aumento considerável, indicando também uma tendência ao envelhecimento dessa população.

Por sua vez, em Jardim, após um crescimento constante desde a década de 1960, verificamos na última década o recuo da população de 0 a 9 anos, indicando uma diminuição do crescimento populacional por natalidade. Nas faixas de 10 a 24 anos verificamos também um pequeno recuo. Todavia, quando nos voltamos para as faixas de 25 a 39 anos, verificamos uma elevação com relação à última década, indicando uma tendência à permanência no município. Assim como nos demais municípios, verificamos uma elevação nas faixas de 40 a 49 anos, seguido do aumento também das faixas de 50 a 59 anos, 60 a 69 anos e acima de 70 anos, indicando uma tendência a envelhecimento populacional.

Na última década, com relação a Nioaque, verificamos uma considerável queda na faixa de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, principalmente na primeira faixa. Uma queda um pouco menor ocorre nas faixas de 10 a 34 anos, indicando a não permanência dessa população no

município. Todavia, nas faixas de 35 a 39 anos, 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos, de 60 a 69 anos e acima de 70 anos verifica-se um aumento, indicando, assim como nos outros municípios, uma tendência ao envelhecimento da população.

Com relação a Porto Murtinho, assistimos a uma queda, na última década, das faixas de 0 a 9 anos; todavia, nas demais, observa-se um aumento considerável, destacando-se, assim como nos demais municípios, a faixa de 40 a 49 anos. O crescimento das faixas de 10 a 39 anos nos indica uma tendência à permanência dessa população no município, entretanto o crescimento das faixas de 50 a 59 demonstra, também, tendência ao envelhecimento da população do local.

De maneira geral, todos os municípios aqui analisados apresentam queda nas faixas mais jovens, de 0 a 9 anos, e aumento da faixa etária a partir dos 40 anos. Assim, ao mesmo tempo em que assistimos à queda no crescimento populacional dessas localidades pela diminuição da natalidade, percebe-se uma tendência de diminuição da população entre 10 e 39 anos, levando-nos a pressupor uma tendência à migração para outros centros urbanos, com maior dinamismo econômico e funcional.

Melo, fazendo menção a esse processo nas cidades por ela abordada, aponta que:

[...] as pequenas cidades também não conseguem reter a população expulsa do campo, assim como os próprios moradores urbanos, devido à ausência de um setor econômico dinâmico que gere empregos, bem como de serviços educacionais que possibilitem formação técnica e superior; além de outros aspectos, como a falta de estruturas para lazer, diversão e acesso às diversas práticas esportivas e de recreação. (2008, p. 272-273)

Outro ponto considerado por Melo (2008) é a renda da população local. Em relação aos municípios que compõem o Sudoeste do Mato Grosso do Sul, vamos encontrar os seguintes dados (Quadro 5):

#### Quadro 5

##### Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul Distribuição de renda de acordo com o total de domicílios (rurais e urbanos), com base no Censo de 2010

Município	Domicílios	
Bela Vista	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	185 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	287 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	975 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	1.882 domicílios

<b>Município</b>	<b>Domicílios</b>	
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	2.215 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	828 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	233 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	147 domicílios
Bodoquena	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	72 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	116 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	340 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	724 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	891 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	218 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	53 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	26 domicílios
Bonito	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	91 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	112 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	590 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	1.830 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	2.375 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	792 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	259 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	126 domicílios
Caracol	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	26 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	23 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	227 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	577 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	556 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	125 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	31 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	8 domicílios
Guia Lopes da Laguna	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	148 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	147 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	605 domicílios

<b>Município</b>	<b>Domicílios</b>	
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	943 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	1.053 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	256 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	79 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	31 domicílios
Jardim	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	201 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	229 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	713 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	2.012 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	2.590 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	1.122 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	416 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	157 domicílios
Nioaque	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	347 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	329 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	634 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	1.310 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	1.277 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	366 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	127 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	48 domicílios
Porto Murtinho	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	197 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	136 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	468 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	1.251 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	1.473 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	414 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	105 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	50 domicílios

**Fonte:** IBGE. Cidades, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 10/12/2015.

**Org.** GOMES, 2015.

Um primeiro ponto digno de nota, também identificado por Melo (2008) nos municípios pela autora estudados, é que alguns municípios<sup>117</sup> apresentam uma cifra considerável de domicílios representando os de menor poder aquisitivo (sem rendimento, até 1/2 salário mínimo e de 1/2 a 1 salário mínimo): Bela Vista, Bodoquena<sup>118</sup>, Guia Lopes da Laguna e Nioaque apresentavam um número superior a 20% do total de domicílios (rurais e urbanos) nessa faixa de rendimento, indicando-nos um reflexo do dinamismo econômico desses municípios, com baixo índice de postos de trabalho e de emprego da mão de obra.

Em Nioaque, com 29,52% dos domicílios nessas faixas, e Guia Lopes da Laguna, com 27,59%, a situação é mais evidente. Porto Murтинho, com 19,57% dos domicílios representando essas faixas, também está próximo de se encaixar nesse grupo.

Bonito, Jardim e Caracol (apesar de ser o município menos populoso da região) apresentam uma menor proporção de domicílios entre os de menor poder aquisitivo. Destaque-se Bonito com diversificação na distribuição de renda entre as faixas de domicílio, com 80,92% do total das rendas distribuídas nas faixas de 01 a 02, 02 a 05 e 05 a 10 salários mínimos. Com relação às mesmas faixas, Caracol também apresentava, nesse período, 79,97% do total de domicílios; em Jardim a soma dessas faixas fica um pouco abaixo, 76,94% do total de domicílios, entretanto os domicílios situados nas faixas de 10 a 20 salários mínimos são mais numerosos, sendo de 5,59%, enquanto que de Caracol era 1,97% e de Bonito 4,19%.

Se compararmos tais dados com os dos dois principais municípios do Mato Grosso do Sul, Campo Grande e Dourados (Quadro 6), um primeiro ponto é que a proporção daqueles que se encontram nas faixas de menor renda é menor do que nos municípios do Sudoeste do estado. Com relação a Dourados, 10,36% representava o valor agregado dos sem rendimento, dos que indicaram deter até 1/2 salário mínimo e dos que indicaram deter de 1/2 a 1 salário mínimo; em Campo Grande essas faixas representavam 10,18% dos domicílios.

Entre as faixas de 01 a 02, 02 a 05 e 05 a 10 salários mínimos a proporção em Dourados era de 79% dos domicílios, e em Campo Grande, com relação a essas mesmas faixas, era de 75,26% dos domicílios. Entretanto, o que chama mais a atenção é a maior proporção daqueles que indicaram deter rendas acima de 10 salários mínimos – em Dourados era de 10,64% dos domicílios e em Campo Grande de 14,56%, demonstrando um maior número de

---

<sup>117</sup> Referimo-nos a municípios em alguns pontos, pois além de tratar dos dados referentes aos centros urbanos, vamos abordar dados de seu território municipal.

<sup>118</sup> É importante pontuar, com relação a Bodoquena, que apesar de o município ter sua economia dinamizada pela exploração mineral de calcário, situa-se entre as cidades com maior proporção de pessoas com menor poder aquisitivo, levando-nos a inferir que a estrutura produtiva das indústrias emprega apenas uma pequena parcela da população local. Segundo nos informou o Prefeito de Bodoquena, a parcela da população empregada na Camargo Corrêa é ínfima, sendo que a maior parte da força de trabalho vem de fora da cidade.

domicílios (famílias e ou indivíduos) com rendas mais elevadas, o que indica dinamismo econômico, uma diversificação mais complexa da divisão do trabalho e maior fixação da renda no local.

### Quadro 6

#### Dourados-MS e Campo Grande-MS Distribuição de renda de acordo com o total de domicílios (rurais e urbanos), com base no Censo de 2010

<b>Dourados</b>	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	1.246 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	702 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	4.358 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	11.660 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	25.382 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	11.026 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	4.416 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	2.055 domicílios
<b>Campo Grande</b>	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	5.677 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	2.988 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	16.729 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	42.257 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	95.482 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	50.056 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	23.440 domicílios
	Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	12.885 domicílios

**Fonte:** IBGE. Cidades, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 10/12/2015.

**Org.** GOMES, 2015.

Ao tocar nesses pontos abriremos aqui um parêntese para tratarmos, a fim de caracterizar um pouco mais os municípios estudados, da dimensão econômica desses centros, mesmo que sucintamente.

### 3.3 Adentrando nos aspectos econômicos dos municípios do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul

Um primeiro ponto a considerar é o PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios em questão (Quadro 7). Em relação à soma de todas as riquezas nos municípios, destacam-se, no período considerado, o PIB de Jardim, seguido por Bela Vista e Bonito, sendo a maior parcela composta pelo setor de serviços, que se encaixa no setor terciário da economia. Esse setor é caracterizado pela circulação da riqueza produzida, o que se observa, aliás, nos demais municípios, com exceção de Caracol, onde a maior parte do PIB se deve à agropecuária. Essa observação, aliás, pode ser estendida para todo o estado, conforme indicam Oliveira et al.:

Outro aspecto observado na literatura sobre o Mato Grosso do Sul é o peso do conservadorismo em sua economia pouco diversificada, que ainda é marcada por uma forte presença do setor primário, por desigualdades na concentração de riqueza entre municípios e por um crescimento que hoje se pauta mais na circulação, em detrimento da produção. (2010, p. 353)

Moreira et al. (2005) indicam que, considerando-se a escala nacional, a participação do terciário na economia se tornou primaz. Apontam que os processos de automação na produção, mudanças tecnológicas e as novas formas de gerenciamento do trabalho nas indústrias, bem como a modernização da agricultura e da estrutura produtiva no campo, agravaram o problema do desemprego nesses setores. O que levou, todavia, à criação de novas atividades de serviços ligados a essas mudanças tecnológicas, da retenção da mão de obra e atividades de serviços básicos para o funcionamento das outras atividades (limpeza, segurança, manutenção, etc.) e aumento de mão de obra “empregada” em setores informais da economia.

Esse processo, que se encaixa no que Milton Santos chamou de “nova urbanização”, é caracterizado pelo aumento da produção não material em detrimento da produção material, o que conduz à amplificação da terceirização, segundo o autor (SANTOS, 1993).

A conjunção desses fatores caracteriza as atividades econômicas da região em análise, principalmente o aspecto que se refere à modernização dos modos de produção no campo, somado ao fato de que os municípios que compõem o Sudoeste do Mato Grosso do Sul não tiveram uma economia alicerçada em moldes industriais. Tal observação, aliás, se estende a todo o estado que, com exceção de indústrias de extração, agroindústrias e de papel e celulose que recentemente se instalaram no Leste do estado, não passou por um processo de estruturação industrial. Desse modo, o pouco dinamismo econômico, na região aqui considerada, está baseado na produção primária (em que a pecuária extensiva cumpre maior papel) e na circulação que caracteriza o terciário.

### Quadro 7

#### Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul Produto Interno Bruto (2012)

MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO – V A (R\$ 1.000,00)			PIB (R\$ 1.000,00)	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Bela Vista	81.371	43.367	155.798	300.377,98	12.839,41
Bodoquena	24.240	56.254	70.177	166.685,19	21.024,87
Bonito	83.396	28.504	159.005	298.492,61	14.935,83
Caracol	37.934	5.544	36.781	86.095,28	15.596,97
Guia Lopes da Laguna	22.279	31.327	74.113	137.007,75	13.362,70
Jardim	33.868	33.126	211.207	309.287,01	12.562,94
Nioaque	58.361	49.334	99.832	221.757,02	15.521,59
Porto Murtinho	94.585	22.251	117.464	252.303,11	16.087,68
<b>Total</b>	<b>436.035,02</b>	<b>269.706,25</b>	<b>924.377,25</b>	<b>1.772.005,95</b>	<b>14.564,03</b>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2015.

Adaptado por: GOMES, 2015.

A produção industrial resume-se a alguns setores de atividades, sendo, como podemos notar no quadro anterior, maior seu destaque no município de Bodoquena, onde se localiza (e explora o território, diga-se de passagem) uma unidade da mineradora Camargo Corrêa<sup>119</sup>, voltando-se a extração e transformação do calcário destinado, principalmente, à indústria da construção civil.

Outro dado interessante é que no ano de 2013, o setor industrial de Bodoquena gerou uma arrecadação de R\$ 22.441.211,69 de ICMS<sup>120</sup>, valor expressivo se comparado à soma da arrecadação de cada município do Sudoeste, que não supera esse valor: em Bela Vista era de R\$ 4.818.496,68 em 2013, destacando-se o comércio; em Bonito era de R\$ 6.112.847,70, com destaque para o comércio; em Caracol era de R\$ 290.078,59, com destaque, também, para o comércio; em Guia Lopes da Laguna era de R\$ 6.142.571,06, destacando-se a pecuária (pontue-se que há um frigorífico instalado na cidade); em Jardim era de R\$ 7.685.783,65, com destaque para o comércio; em Nioaque era de R\$ 6.085.763,46, com destaque para a pecuária; e em Porto Murtinho era de R\$ 2.909.556,02, também com destaque para a pecuária.

<sup>119</sup> Ver sobre a Camargo Corrêa e seus reflexos em Bodoquena: ALMEIDA, Márcia Ajala. *Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.

<sup>120</sup> ICMS: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. Ver: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>>. Acessado em: 02/01/2016.



Novamente em relação ao setor industrial, com exceção de Bodoquena, nos demais municípios, vamos notar um baixo dinamismo do setor secundário, que conta apenas com a existência de pequenos estabelecimentos, conforme dados que seguem (Quadro 8):

**Quadro 8**  
**Mato Grosso do Sul**  
**Estabelecimentos industriais por ramo de atividade (2013)**

Estabelecimentos industriais	Municípios							
	Bela Vista	Bodoquena	Bonito	Caracol	Guia Lopes da Laguna	Jardim	Nioaque	Porto Murtinho
Bebidas	-	-	1	-	-	1	-	1
Confecção de calçados, artigos de viagens, bolsas de qualquer material	-	1	1	-	-	-	-	-
Confecção de roupas e artigos de vestuário e acessórios	-	-	11	-	-	4	4	-
Construção de edifício	3	2	3	-	2	7	1	1
Construção – outras obras de engenharia civil	-	1	4	-	-	-	-	1
Diversos	1	1	1	-	2	3	-	-
Impressão e reprodução de gravações	-	-	7	-	1	3	1	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	3	-	-
Metalúrgica – artigos de serralheria, esquadrias, outros produtos e metal	1	2	4	-	2	3	6	7
Minerais não-metálicos – extração, britamento, aparelhamento, produção de concreto, cimento, gesso, fabricação de produtos cerâmicos	4	3	11	1	3	9	2	1
Móveis com predominância de madeira	2	-	3	-	-	1	-	-
Preparação de couros – artigos para viagens e calçados	-	-	2	-	-	2	-	-
Produtos alimentícios – produtos de panificação	-	-	1	-	-	-	1	1
Produtos alimentícios – laticínios	-	-	3	-	2	1	-	-
Produtos alimentícios – outros produtos	3	1	6	1	10	12	-	1
Produtos de borracha e material plástico	1	-	-	-	-	1	-	-
Produção de madeira - serrarias e outros produtos de madeira	4	4	3	3	-	3	-	-
Produção florestal – carvão vegetal – florestas plantadas	-	-	-	3	-	-	2	-
Produtos químicos	-	-	2	-	-	2	1	-
Produtos têxteis – produtos diversos	3	-	-	-	2	2	-	-

Estabelecimentos industriais	Municípios							
	Bela Vista	Bodoquena	Bonito	Caracol	Guia Lopes da Laguna	Jardim	Nioaque	Porto Murtinho
Veículos automotores, peças e acessórios, reboques e carrocerias	-	-	-	-	2	1	-	-
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>14</b>	<b>65</b>	<b>8</b>	<b>27</b>	<b>58</b>	<b>18</b>	<b>13</b>

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Dados estatísticos dos municípios de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/dados-estatisticos-dos-municipios-de-ms/>> Acesso em: 02/01/2016.

**Org.** GOMES, 2015.

Essas pequenas atividades de transformação, repita-se, de baixa complexidade, realizadas nos municípios que compõem o Sudoeste do Mato Grosso do Sul, denotam certa fragilidade na diversificação de formas de emprego e reprodução da mão de obra, sendo essa “dinamizada” pelos outros setores da economia – um reflexo da forma como esses municípios se inserem na divisão territorial do trabalho, em que o estado de Mato Grosso do Sul, grosso modo, se encaixa como hinterlândia produtiva dos centros exportadores de *commodities*, bem como hinterlândia de consumo dos bens e informações produzidas no “centro dinâmico do país”.

Sendo assim, nos outros setores, a começar pelo primário, verificamos que Porto Murtinho, Bonito e Bela Vista se sobressaem no que se refere ao setor primário, representado pela agropecuária. Porto Murtinho, segundo maior município em extensão territorial (17.744,405 km<sup>2</sup>) do Mato Grosso do Sul, justifica sua posição nesse setor por se destacar em relação à pecuária extensiva – em 2012, o município detinha 724.770 cabeças de gado bovino<sup>121</sup>, produzindo 3.500.000 litros de leite<sup>122</sup>.

Bonito, por sua vez, apresentava em 2012 uma produção de 404.180 cabeças de gado bovino e 4.904.000 litros de leite<sup>123</sup>, destacando-se ainda alguns plantios, como soja e milho que alcançaram uma produção de 48.000 toneladas e 55.200 toneladas, respectivamente; em Bela Vista, a produção de bovinos em 2012 chegou a 480.325 cabeças e 6.099.000 litros de leite, tendo uma participação na produção de soja e milho que chegou a 32.705 toneladas e 50.259 toneladas, respectivamente<sup>124</sup>. Nioaque também se destaca na pecuária, com 421.355 cabeças de bovinos e 4.173.000 litros de leite<sup>125</sup>; tem, ainda, uma considerável produção no

<sup>121</sup> O destaque da pecuária é de bovinos, sendo as outras criações pouco expressivas, com exceção dos ovinos, que somavam em 2012 um total de 15.121 cabeças, sendo que a produção de lã para o mesmo período foi de 3.840 kg. Fonte: <<http://www.semade.ms.gov.br/dados-estatisticos-dos-municipios-de-ms/>> Acessado em: 02/01/2016.

<sup>122</sup> Fonte: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acessado em: 02/01/2016.

<sup>123</sup> Ibid.

<sup>124</sup> Ibid.

<sup>125</sup> Ibid.

campo, onde a produção agrícola nos assentamentos, caracterizada pela diversidade de produtos, cumpre papel importante.

Destaquemos esses municípios com relativo dinamismo no campo, apesar de os três primeiros terem uma estrutura agrária mais concentrada, com extensas áreas produtivas de pecuária e de alguns grãos, ao contrário de Nioaque, que tem uma diversificação dessa estrutura fundiária, além de grandes e médios proprietários, assentamentos, aldeias indígenas e uma área quilombola. Neste último município, verificamos maiores condições para a reprodução socioespacial dos indivíduos e conseqüentemente uma fixação no local.

Bodoquena, Caracol, Guia Lopes da Laguna e Jardim são os municípios em que a produção agropecuária é menos expressiva na comparação com os anteriores. Caracol, entre esses quatro, apresenta maior proporção do PIB derivado da agropecuária, todavia, quando se verifica o total, fica em último lugar no Sudoeste do estado. Guia Lopes da Laguna e Bodoquena são os que apresentam menor proporção do PIB representado pela agropecuária, entretanto, em Bodoquena, como já apontamos, o setor industrial garante certo dinamismo econômico, e em Guia Lopes da Laguna, tal dinamismo, apesar de ser baixo, é dado pelo setor de serviços.

Jardim, apesar de apresentar cifras pouco expressivas no setor agropecuário e industrial, destaca-se, com relação a todo o Sudoeste, no setor de serviços, conferindo o maior PIB da região (de planejamento). Tal fato com relação a Jardim nos permite inferir que o número de serviços na cidade é maior, sendo, portanto, maior o número de atividades urbanas e rurais que necessitam dos mesmos.

### **3.4. Retornando ao urbano: os papéis urbanos, a baixa complexidade funcional das cidades pequenas e das cidades locais e a necessidade do uso da rede urbana**

Tratar dos papéis urbanos desses centros, além de caracterizá-los, permite-nos também nos aproximar de uma definição da cidade pequena e de sua inserção na rede urbana, ponto que consideramos mais importante. Buscaremos, para tal, mais especificamente os que se referem à estrutura urbana (formas e funções urbanas)<sup>126</sup>, os elementos que nos dão, qualitativamente, pistas de seus papéis urbanos.

---

<sup>126</sup> WHITACKER, 2003.

As considerações que se seguem são baseadas na metodologia de Maia (2009)<sup>127</sup>, na qual a autora se utiliza da análise de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), de 2001 e 2002, para tratar de alguns aspectos da vida urbana que se efetivam por meio de formas-funções nas cidades por ela estudada<sup>128</sup>. Seguindo seus passos, nos baseamos nas mesmas características, porém os dados são de 2012, por serem mais recentes, bem como outras fontes foram utilizadas para preencher com maior fidelidade as informações dos quadros.

### Quadro 9

#### Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul Equipamentos e serviços ligados à cultura e ao lazer

	Bela Vista	Bodoquena	Bonito	Caracol	Guia Lopes da Laguna	Jardim	Nioaque	Porto Murtinho
<b>Bibliotecas públicas</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Museus</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
<b>Teatros ou salas de espetáculos</b>	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
<b>Centro cultural</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
<b>Cinemas</b>	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
<b>Videolocadoras</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Estádios ou ginásios poliesportivos</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Provedor de internet</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
<b>Unidades de ensino superior</b>	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
<b>Shopping centers</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Lojas de discos, CDs, fitas e DVDs</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
<b>Livrarias</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

<sup>127</sup> MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.). *Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. 1ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, v. 1, p. 138-158.

<sup>128</sup> A autora faz a análise de cinco cidades da Mesorregião Sertão da Paraíba com quantitativos populacionais diferenciados, conforme segue, de acordo com o censo de 2000: Patos (87.257 habitantes), Coremas (10.561 habitantes), Aparecida (2.963 habitantes), São José do Espinharas (1.475 habitantes) e São José do Brejo do Cruz (713 habitantes).

<b>Rádio AM ou FM</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Rádio comunitária AM ou FM</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Geradora de TV</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Clubes e associações recreativas</b>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Lan house</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Arquivo público e/ou centro de documentação</b>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

**Fonte:** IBGE. Perfil dos municípios brasileiros, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/default.shtm>> Acesso em: 10/12/2015; IBGE. Cidades, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 11/12/2015; SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 29/12/2015; Ministério da Educação. Instituições de ensino superior e cursos cadastrados, 2016. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 11/12/2015.

**Org.** GOMES, 2015

Cabe ressaltar, de início, que algumas informações do Quadro não condizem com o que observamos durante a realização da pesquisa. Alguns serviços que parecem existir em alguns centros urbanos não são indicados no quadro, assim como alguns centros aparecem detendo serviços que não dispõem de fato. Diante disso, assinalamos com a cor cinza claro as informações sobre as quais tivemos dúvidas e com a cor cinza escuro aquelas que alteramos, pois tínhamos certeza de que não estavam condizentes com a realidade observada. Apesar da imprecisão de algumas das informações, elas foram utilizadas neste trabalho em razão da inexistência de outras mais adequadas que nos permitissem avançar nas reflexões.

Dos centros urbanos selecionados, chamam a atenção o aparato de serviços urbanos de Bela Vista e Porto Murtinho. As duas cidades só não detêm alguns itens das categorias analisadas pelo IBGE. Enquanto a primeira não tem shopping center, geradora de TV e arquivos públicos e/ou centros de documentação, a segunda não dispõe de shopping center e geradora de TV. Somente as duas detêm centro cultural e cinema<sup>129</sup>, que apesar de serem de pequeno porte, indicam a valorização da cultura e da história a partir do local; justificam-se tais formas-funções urbanas por se tratar de duas localidades que se iniciam temporalmente por

<sup>129</sup> Os cinemas dessas cidades não estão ligados a uma rede, tendo dimensão pequena, voltada para o público local, com exibição esporádica de filmes.

volta do final do século XIX e início do XX no território (em formação) sul-mato-grossense, ou seja, carregam um histórico considerável de relações socioespaciais ao longo do tempo.

Em outro patamar podemos encaixar Jardim e Nioaque que, segundo os dados do IBGE, em 2012 não apresentavam, respectivamente, 05 e 06 itens cada um: centro cultural, cinema, shopping center, geradora de TV, centro de documentação, e acrescenta-se a falta de teatros ou salas de espetáculos em Nioaque. A presença de museus<sup>130</sup>, nas duas cidades, se justifica, também, assim como ocorrem em Bela Vista e Porto Murtinho, pela trajetória histórica que remontam, em relação a Nioaque, ao século XIX, quando detinha papel de importante centro comercial – ligado à área de influência do porto de Concepción-PY e de Corumbá – e em relação a Jardim, a meados do século XX, quando se inicia a construção de vias de articulação rodoviárias no Sudoeste do estado, ao qual o povoado é criado no âmbito dessa atividade.

Bonito aparece em outro patamar, com a ausência de 07 itens: museus, teatros ou salas de espetáculos, centro cultural, cinemas, shopping centers, geradoras de TV, arquivo público e/ou centro de documentação. Esse centro apresenta uma estrutura urbana composta por formas-funções (lojas de artefatos para turistas, empresas de turismo, restaurantes, bares...) voltadas à realização da atividade turística, e nos dá pista do porquê da ausência de formas-funções ligadas à dimensão cultural local (teatro ou centro cultural).

Guia Lopes da Laguna, por sua vez, aparece com a ausência de 08 itens: museu, centro cultural, cinema, shopping center, provedor de internet, unidade de ensino superior, geradora de TV, arquivo público e/ou centro de documentação. Podemos ponderar que parte das funcionalidades não existentes na cidade são encontradas em Jardim, conforme notaremos na análise das interações espaciais entre as duas cidades, no próximo capítulo. Bodoquena também apresenta ausência de 08 itens: museus, teatros ou salas de espetáculos, centro cultural, cinemas, shopping centers, geradoras de TV, arquivo público e/ou centro de documentação, unidades de ensino superior. Esse pequeno centro, como pudemos verificar nos dados anteriores, tem constituição recente (década 1980), e, por contar com população pouco expressiva, não apresenta um nível de complexidade urbana, em que a coalescência de funções/papéis não supre todas as demandas da população local.

E, por fim, Caracol pode ser encaixada no último patamar nessa análise, com ausência de 12 itens: museu, teatro ou salas de espetáculos, centro cultural, cinema, videolocadora, unidade de ensino superior, shopping center, livraria, rádio AM ou FM, geradora de TV, clu-

---

<sup>130</sup> Pontue-se que fazem parte do Ministério do Exército.

bes e associações recreativas, arquivo público e/ou centro de documentação. Esses últimos centros, de acordo com as informações citadas, apresentam um grau menor de complexidade/funções, o que nos indicam suas interrelações com outros centros para viabilizar a realização de determinadas atividades, como Jardim, no caso de Guia Lopes da Laguna; Bela Vista, no caso de Caracol; e Miranda, com relação a Bodoquena – ponto que aprofundaremos no Capítulo IV.

Bela Vista, classificada como Centro de Zona B (IBGE, 2008), demonstra deter significativa importância de bens e serviços, de acordo com as informações obtidas no quadro 9, indicando seu papel diferenciado nesse segmento da rede.

Porto Murinho, por sua vez, apesar de ser classificado como Centro Local, detém uma série de serviços e bens que favorecem a reprodução do modo de vida urbano no local. A diversidade de serviços que caracteriza o aparato de cultura e lazer urbano de Porto Murinho supera a de Jardim, classificada como Centro de Zona B. Em relação a essa última, aparenta deter papel pouco significativo em decorrência da ausência de alguns serviços; todavia, seu papel no segmento da rede urbana se ressalta quando nos voltamos para outras funções urbanas, conforme evidenciaremos mais à frente.

De modo geral, todos os centros urbanos do Sudoeste não detêm shopping centers e geradoras de TV, serviços ligados ao nível de relações urbanas mais complexas. No caso dos shoppings centers, enquanto espaços de consumo, com concentração de rede de lojas, franquias, serviços (ENGEL, 2014), sua existência justifica-se tanto por um mercado de consumo intraurbano considerável, da dimensão de uma cidade de porte médio, mas, sobretudo, como nos indicam os trabalhos de Engel (2014) e Romero e Calixto (2013), pela condição de cidade média, ou seja, do papel regional que determinado centro tem com relação ao seu entorno. Na cidade média o processo de urbanização encontra-se em outro patamar se comparado aos pequenos centros aos quais estamos nos referindo.

Importante pontuar que nas cidades trabalhadas por Maia (2008) apenas um centro urbano apresentou boa parte dos itens considerados. Faz-se necessário pontuar, procurando valorizar o exercício comparativo entre diferentes parcelas da formação socioespacial brasileira, que a autora está tratando de cidades do Nordeste, com outras dinâmicas de relações que impulsionam essas formas espaciais. Convém pontuar também que a década analisada pela autora foi a de 2000, diferente da que adotamos, aspecto que pode gerar disparidades no exercício comparativo.

Outras dimensões que consideramos importantes, com relação aos papéis urbanos desses centros – já evocados, de maneira geral, no Capítulo I –, são as relações socioespaciais que se desdobram em torno da educação e da saúde. Trazendo novamente os dados apresentados no começo deste trabalho, porém com foco para os municípios que compõem o Sudoeste do Mato Grosso do Sul, vamos encontrar o seguinte quadro:

**Quadro 10**

**Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul  
Educação e saúde (2010)**

Localidade	Educação		Saúde			
	Escolas - Educação Básica	Ensino Superior Vagas Oferecidas (2012)	Hospital Geral	Centro de Saúde/ Unidade Básica	Clínica Especializada/ Ambulatório de Especialidade	Total de Leitos**
Jardim	23	140	1	7	6	43
Bela Vista	26	0	1	7	2	30
Bonito	18	50	1	6	2	26
Porto Murtinho	11	0	1	3	0	20
Nioaque	11	0	1	7	0	32
Guia Lopes da Laguna	7	0	1	4	2	26
Bodoquena	10	0	1	3	0	8
Caracol	3	0	1	2	0	8

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 12/08/2015.

**Org:** GOMES, 2015.

Com relação à saúde, conforme notamos, todos os municípios apresentam ao menos um hospital geral, centros ou unidades básicas de saúde e um número, mesmo que reduzido, de leitos. Porém, quando nos voltamos para as especialidades médicas, mesmo que particulares, não há disponibilidade em todos os centros, sendo que Jardim se destaca dos demais nesse sentido. Bela Vista, Bonito e Guia Lopes da Laguna apresentam alguns estabelecimentos dessa natureza, também. Nenhum dos centros urbanos tem hospital especializado, sendo que os serviços hospitalares mais complexos são encontrados em Campo Grande, Dourados e Paranaguá.

Conforme se observa, os municípios de Jardim, Bela Vista e Bonito destacam-se na variável educação, quando se trata do número de escolas e salas de aula existente. Tal fato se

\*\* Abrange o total de leitos de centros de saúde, postos de saúde, hospitais gerais, hospitais especializados e clínicas.



justifica, em parte, por serem os municípios mais populosos da porção Sudoeste<sup>131</sup>. Guia Lopes da Laguna, Bodoquena e Caracol, por sua vez, ficam nas últimas posições nesse quesito – nos mesmos patamares, se comparados aos outros municípios, que ficaram com relação aos dados anteriores que viemos tratando.

Para o ano de referência (2012), das Vagas de Ensino Superior ofertadas se sobressai o papel de Jardim, com o número de 140, sendo que dos demais centros urbanos somente Bonito, para o período considerado, disponibilizou 50 vagas. Esse ponto contrasta com o quadro de Instituições de Ensino Superior nos municípios que compõem o Sudoeste de Mato Grosso do Sul (Quadro 11).

### Quadro 11

#### Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul Instituições de Ensino Superior (2015)

Localidade	Instituições de Ensino Superior
Bela Vista	6 Instituições Centro Universitário UNISEB (a distância) Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (a distância) Universidade Anhanguera – UNIDERP (a distância) Universidade do Sul de Santa Catarina (a distância) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (a distância) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (a distância)
Bonito	4 Instituições Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN (a distância) Instituto de Ensino Superior da Funlec de Bonito (presencial) Universidade Anhanguera – UNIDERP (a distância) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (presencial)
Jardim	5 Instituições Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN (a distância) Universidade Anhanguera – UNIDERP (a distância) Universidade do Sul de Santa Catarina (a distância) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (presencial) Universidade Paulista – UNIP (a distância)
Nioaque	2 Instituições Universidade Anhanguera – UNIDERP (a distância) Universidade do Sul de Santa Catarina (a distância)
Porto Murtinho	3 Instituições Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (a distância) Universidade do Sul de Santa Catarina (a distância) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (a distância)

**Fonte:** Ministério da educação. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, 2016. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 11-12-2015.

**Org.** GOMES, 2016.

<sup>131</sup> Cabe acrescentar, com relação a Bela Vista, o fato de ter alunos de dupla nacionalidade (brasileira e paraguaia) que moram no município paraguaio de Bella Vista Norte e estudam em Bela Vista, conforme constatamos em entrevista com representante do Poder Público de Bela Vista.

Bela Vista detém um número maior de instituições, mas a modalidade de ensino superior é a distância, sendo que o portal do MEC não faz referência quanto ao número de vagas ofertadas nos últimos anos.

Em Nioaque e Porto Murtinho, a modalidade de ensino também é à distância. Chama a atenção o fato de que em Bela Vista e Porto Murtinho há polos de universidades públicas (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), com algumas modalidades de ensino, conforme pudemos constatar na pesquisa de campo, com relação a Bela Vista, em nível de pós-graduação (especialização). Somente Jardim e Bonito apresentam instituições que ofertam vagas de ensino presencial, conferindo certo grau de centralidade a essas duas cidades.

É interessante notar que apesar de Bonito ter um polo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul instalado desde 2009, com a construção do prédio em 2010, atualmente, esse polo, de acordo com os moradores da cidade, bem como pelas informações do Poder Público Municipal, não está funcionando. Ainda que tenha estrutura física e administrativa para tal, a demanda discente parece ser insuficiente para manter o funcionamento do polo. Já no ano de 2009, segundo informações extraídas do site da UFMS, mesmo dispondo de 60 vagas no curso de Administração e 60 no curso de Turismo e Meio Ambiente, foram matriculados 49 acadêmicos no primeiro, e apenas 14 no segundo curso<sup>132</sup>. Conforme verificamos durante a pesquisa, tal polo chegava a atrair estudantes das cidades do entorno para cursar o ensino superior, como os oriundos de Jardim e de Bodoquena.

Para o ano de 2015, conforme constamos, em razão do não funcionamento do polo, alunos de Bonito se deslocam para Jardim de segunda à sexta-feira para estudar no polo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e também, conforme verificamos durante a pesquisa de campo, para cursar um ensino técnico em Jardim. A unidade de Jardim oferta, de acordo com os dados do site da UEMS (2014), quatro cursos: Geografia e Letras, no período noturno, nos dias úteis semanais; e Educação Física e Matemática (integrados ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR), na modalidade de segunda licenciatura, ocorrendo nas sextas-feiras, nos sábados e nos feriados ou recessos (UEMS, 2016)<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> Informações extraídas de: <[http://cpbo.sites.ufms.br/?page\\_id=33](http://cpbo.sites.ufms.br/?page_id=33)>. Acessado em: 05/01/2016.

<sup>133</sup> Disponível em: <<http://www.portal.uems.br/jardim>>. Acessado em: 05/01/2016.

A existência de instituições de ensino superior nessas cidades demonstra certa complexidade funcional urbana, que se desdobra no papel que esses centros cumprem com relação ao entorno, sobretudo no caso de Jardim que, conforme constatamos na pesquisa de campo, exerce centralidade sobre Bela Vista, Bonito, Nioaque e Guia Lopes da Laguna.

Outro ponto interessante, para o qual não havíamos nos atentado antes da realização da pesquisa de campo, é a modalidade de ensino técnico, o que favorece certo dinamismo funcional urbano na fixação e diversificação das ocupações da força de trabalho, bem como permite inferir certo grau de centralidade a essas cidades.

No Quadro 12, podemos verificar como se dá a distribuição desses cursos desde 2009 em alguns municípios, até os cursos mais recentes, ofertados a partir de 2015.

**Quadro 12**

**Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul  
Cursos técnicos (2009-2018)**

<b>Localidade</b>	<b>Instituições</b>	<b>Curso</b>	<b>Vigência</b>	<b>Número de matriculados</b>
Bela Vista	E. E. Castelo Branco	Técnico em Agronegócio	23/05/2013 a 22/12/2015	120
		Técnico em Agronegócio	18/02/2013 a 20/12/2016	120
		Técnico em Comunicação Visual	22/10/2012 a 31/07/2015	160
		Técnico em Comunicação Visual	31/07/2014 a 31/05/2016	160
		Técnico em Informática	09/02/2009 a 22/12/2017	190
		Técnico em Logística	23/09/2013 a 31/08/2016	64
Bodoquena	E.E. João Pedro Pedrossian	Técnico em Eventos	-*	-
Bonito	E.E. Luiz da Costa Falcão	Técnico em Informática	15/03/2010 a 20/12/2012	81
		Técnico em Informática	15/03/2010 a 20/12/2012	81
		Técnico em Recursos Humanos	18/02/2013 a 30/06/2016	40
		Técnico em Recursos Humanos	18/02/2013 a 20/04/2014	40
Guia Lopes da Laguna	E.E. Salomé de Melo Rocha	Técnico em Informática para Internet	06/04/2015 a 30/06/2016	-
		Técnico em Informática para Internet	06/04/2015 a 30/06/2016	-

\* - Informações ausentes.

Localidade	Instituições	Curso	Vigência	Número de matriculados
Jardim	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Técnico em Edificações	27/07/2015 a 21/12/2018	-
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	27/07/2015 a 21/12/2018	-
	E.E. Coronel Juvenício	Técnico em Vendas	06/02/2012 a 19/12/2012	70
		Técnico em Vendas	06/02/2012 a 19/12/2012	70
	E.E. Antônio Pinto Pereira	Técnico em Biblioteconomia	12/05/2014 a 29/05/2015	37
		Técnico em Comércio	18/02/2013 a 20/12/2013	32
		Técnico em Hospedagem	23/09/2013 a 31/08/2016	40
		Técnico em Recursos Humanos	23/05/2013 a 22/04/2016	76
		Técnico em Recursos Humanos	18/02/2013 a 22/04/2016	76
	E.E. Coronel Rufino	Técnico em Agronegócio	23/07/2013 a 21/12/2014	79
		Técnico em Agronegócio	21/02/2013 a 21/12/2014	79
Técnico em Informática		09/09/2013 a 30/09/2014	40	
Nioaque	E.E. Odete Ignêz Resstel Villas Bôas	Técnico em Agronegócio	21/10/2013 a 15/05/2015	50

**Fonte:** Ministério da educação. Sistema nacional de informações da educação profissional e tecnológica, 2016. Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino#>> Acesso em: 03-01-2016.

**Org.** GOMES, 2016.

Conforme podemos notar, os cursos técnicos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)<sup>134</sup>, nesses centros urbanos, em sua maioria, são desenvolvidos em escolas estaduais, havendo, desse modo, uma parceria entre o governo estadual e o federal, visando uma demanda local/regional.

Dos municípios que compõem o Sudoeste, apenas Jardim possui um polo do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, que no momento funciona num prédio da prefeitura municipal, ampliando a oferta dessa modalidade de ensino e, conseqüentemente, o papel da cidade com relação ao entorno. Jardim, por exemplo, como já pontuamos, recebe alguns alunos de Bonito que se deslocam diariamente para estudar um curso técnico no mesmo ônibus que se dirige à UEMS.

Algumas outras informações importantes que definem certa complexidade funcional, e desse modo, o nível de relações urbanas para esses centros, refere-se à existência de alguns

<sup>134</sup> Começou a funcionar em 2011.

serviços coletivos, que também permitem inferir certo grau de centralidade às cidades, com relação ao entorno – metodologia, aliás, utilizada pelo IBGE (2008) na definição de parte do papel de centralidade das cidades brasileiras, com o papel de centro de gestão.

Em relação à gestão do território, destaquemos alguns serviços: INSS, Receita Federal, Segurança Pública (polícia civil, polícia militar e bombeiro), INCRA, serviços bancários, comarcas, entre outros.

Com relação aos serviços bancários, vamos encontrar a seguinte distribuição de agências entre os municípios do Sudoeste de Mato Grosso do Sul (Quadro 13):

**Quadro 13**

**Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul  
Agências bancárias (2015)**

<b>Localidade</b>	<b>Instituições</b>	<b>Total de agências bancárias</b>
Bela Vista	Banco do Brasil Banco Bradesco	2
Bodoquena	Banco do Brasil	1
Bonito	Caixa Econômica Federal Banco do Brasil Banco Bradesco	3
Caracol	-	0
Guia Lopes da Laguna	Banco do Brasil Banco Bradesco	2
Jardim	Caixa Econômica Federal Banco do Brasil HSBC Bank Brasil Banco Bradesco	4
Nioaque	Banco do Brasil	1
Porto Murtinho	Caixa Econômica Federal Banco do Brasil Banco Bradesco	3

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELAGPAB>>. Acesso em 06/01/2016.

**Org:** GOMES, 2015.

Como podemos notar, não são todos os centros que dispõem de opções variadas de serviços bancários; apenas Jardim, dos oito municípios, apresenta quatro agências: Caixa Econômica Federal, HSBC Bank Brasil, Banco Bradesco e Banco do Brasil. Nos demais municípios constatamos a ausência de algumas dessas instituições – em Bodoquena, Guia Lopes da Laguna e Caracol, a ausência dessas instituições é mais notável. Nesse sentido, para utilizar alguns serviços bancários, a população local tem de se deslocar para outro centro: Bela

Vista, com relação a Caracol, Miranda com relação a Bodoquena, e Jardim ou Aquidauana com relação a Nioaque.

Pontue-se, ainda, que alguns serviços como financiamento imobiliário e entrada no seguro desemprego, que são disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, podem ser encontrados somente em três centros. Outros serviços, como pudemos constatar na pesquisa, de recebimento de aposentadoria em outras instituições (Banco Itaú) levam os habitantes dessas localidades para outros centros<sup>135</sup>.

No que se refere à dimensão jurídica dos serviços urbanos desses centros encontramos a seguinte organização: Porto Murtinho e Nioaque têm comarcas de primeira entrância; Jardim, Bela Vista e Bonito têm comarcas de segunda entrância. Caracol, Guia Lopes da Laguna e Bodoquena fazem parte da jurisdição de Bela Vista, Jardim e Miranda, respectivamente. Para assuntos mais complexos do ponto de vista jurídico, os serviços se reduzem a Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, que possuem comarcas de entrância especial<sup>136</sup>.

Em relação aos serviços ligados à previdência social, nos municípios que compõem o Sudoeste do Mato Grosso do Sul encontramos agências em Bela Vista, Bonito e Jardim. Os demais centros urbanos utilizam os serviços ofertados por outras cidades como Miranda, no caso de Bodoquena, Bela Vista, no caso de Caracol, Jardim, no caso de Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Porto Murtinho<sup>137</sup>. Vemos, nesse ponto, como o papel de centralidade de Jardim aumenta com relação ao entorno.

Com relação aos serviços viabilizados pela Receita Federal, somente Jardim possui uma unidade de atendimento ao contribuinte, atendendo todos os municípios do entorno, com exceção de Bodoquena, que se inclina para Aquidauana, por ser esse o centro urbano mais próximo<sup>138</sup>.

Com relação aos serviços de segurança pública, consideramos três corporações que atuam na esfera estadual: polícia militar, polícia civil e corpo de bombeiros militar. Quando nos voltamos à estrutura de funcionamento dessas corporações, nos deparamos com organização hierárquica, que se encaixa à rede urbana e sua hierarquia – ponto que trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>135</sup> Uma aposentada, residente em Nioaque, indicou que se desloca para Campo Grande, onde há agência do Itaú, para receber a aposentadoria. Outra opção seria se deslocar para Aquidauana, mas a entrevistada indicou que tem família em Campo Grande.

<sup>136</sup> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, 2016, disponível em: <<http://www.tjms.jus.br/comarcas/comarcas.php>> Acessado em: 06/01/2016.

<sup>137</sup> Informações extraídas do Ministério de Previdência Social; item: Localizador de Agências da Previdência Social. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>>. Acessado em: 06/01/2016.

<sup>138</sup> Informações disponíveis em Receita Federal do Brasil: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/contato/unidades-de-atendimento/mato-grosso-do-sul>>. Acessado em: 07/01/2016.

Em relação à polícia militar, Jardim contém um Batalhão de Polícia Militar, subordinando Bela Vista (que tem uma Companhia de Polícia Militar), Nioaque e Porto Murtinho (que têm cada qual um Pelotão de Polícia Militar), Guia Lopes da Laguna e Caracol (que têm cada qual um Grupamento de Polícia Militar). Bonito possui uma Companhia Independente de Polícia Militar. Bodoquena possui um Grupamento de Polícia Militar, subordinado a Aquidauana.<sup>139</sup>

Quanto à organização da polícia civil: Jardim tem uma Delegacia Regional, à qual estão subordinadas Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Porto Murtinho, que têm uma Delegacia de Polícia Civil cada. A Delegacia de Polícia de Bodoquena se encontra subordinada a Aquidauana, que tem uma Delegacia Regional<sup>140</sup>.

Em se tratando dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar, apenas Jardim e Porto Murtinho possuem um Subgrupamento de Bombeiros Militar; Bonito ainda conta com uma seção do Subgrupamento de Jardim. Os demais centros urbanos, no caso de uma eventualidade, são atendidos pelo corpo de bombeiros dessas duas cidades, principalmente de Jardim, por se encontrar com maior proximidade com relação aos demais centros da região, com exceção de Caracol, mais próximo de Porto Murtinho (aproximadamente 120 km). Bodoquena, por sua vez, é atendida pelo Subgrupamento de Bombeiros de Aquidauana.<sup>141</sup>

De modo geral, apesar de alguns centros urbanos demonstrarem certo dinamismo urbano, em razão da existência de algumas formas e funções espaciais, ou, em outras palavras, de um conjunto de fixos que centralizam os fluxos espaciais<sup>142</sup> não só do espaço imediato, como também do entorno, tais centros se caracterizam por baixa complexidade funcional. Não dispõem, por exemplo, de gama variada de oferta de cursos de nível superior e de aparatos de serviços de saúde especializados. O baixo dinamismo econômico, com exceção de alguns centros, inviabiliza a fixação da população local na cidade; alguns bens, de certa complexidade, não são encontrados nos respectivos centros. Tal fato leva, não raro, à necessidade de deslocamento (pendular ou permanente) para outro centro de maior complexidade funcional, produzindo relações espaciais em rede.

Antes de terminarmos este capítulo, cabe levantar alguns pontos importantes. De acordo com o exposto, podemos inferir que as cidades de Jardim, Bela Vista e Bonito se des-

<sup>139</sup> Informações extraídas do site da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul: <<http://www.pm.ms.gov.br/>>. Acessado em: 07/01/2016.

<sup>140</sup> Informações consultadas no site da Polícia Civil de Mato Gross do Sul: <<http://www.pc.ms.gov.br/>>. Acessado em: 07/01/2016.

<sup>141</sup> Informações disponíveis no site do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul: <<http://www.bombeiros.ms.gov.br/comando/215-2/>>. Acessado em: 07/01/2016.

<sup>142</sup> SILVA, O. T. (2013).

tacam com relação às demais, demonstrando uma vida de relações urbanas mais dinâmica. Guia Lopes da Laguna, Bodoquena e Caracol aparentam estar numa posição inferior com relação às demais, sendo os municípios menos populosos e dinâmicos no que trata da vida de relações urbanas, conforme se evidenciou na construção do capítulo.

Porto Murtinho e Nioaque parecem estar numa posição intermediária entre esses dois grupos destacados, com um dinamismo de relações que contém uma especificidade: as relações que se depreendem no campo, sendo os mais populosos com relação à população rural, o que garante certo dinamismo entre campo e cidade.

Cabe ressaltar que o dinamismo urbano desses centros se dá também, repita-se, com relação ao entorno e com relação ao conjunto de cidades próximas e distantes. Nesse sentido, Jardim e Bela Vista se destacam com relação ao entorno próximo, e Bonito com relação a centros mais distantes (ligado à atividade turística).

Todavia, como pudemos notar, Jardim apresenta papéis diferenciados com relação aos demais, exercendo certo nó de importância na rede urbana no Sudoeste do Mato Grosso do Sul, conforme veremos a seguir.



## CAPÍTULO IV

### INTERAÇÕES ESPACIAIS INTERURBANAS A PARTIR DO SUDOESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

*Reflexo social, a rede urbana constitui-se também, como qualquer materialidade social, em uma condição, uma das matrizes onde é forjada a reprodução da existência social, envolvendo as condições de produção, as relações sociais e os traços culturais.*

*(Roberto Lobato Corrêa)*

O presente capítulo objetiva abordar os centros urbanos (e suas hinterlândias) que compõem a região de planejamento Sudoeste do Mato Grosso do Sul, de maneira a entender como se inserem na rede urbana.

Antes de avançarmos, cabe retomar uma dúvida que já apontamos no início deste trabalho: poderíamos falar de uma rede urbana do Sudoeste do estado? Uma rede urbana regional? Ou estamos nos referindo a segmentos (centros urbanos) pouco articulados horizontalmente (no sentido de continuidade/contiguidade territorial<sup>143</sup>), porém inseridos nas regiões de influências de centros urbanos de maior complexidade funcional, como Dourados ou Campo Grande? As considerações que seguem objetivam tentar responder a esses questionamentos, que embasam um objetivo maior: lançar luz sobre centros urbanos pouco estudados na rede urbana sul-mato-grossense.

A rede urbana, como nos lembra Corrêa (2006), constitui-se como reflexo social, sendo, portanto, preenchida de conteúdo que lhe dá significação e que se faz por meio dela. Tais conteúdos sociais que se encaixam na rede urbana, mas que, ao mesmo tempo, dialeticamente, a produzem, podem ser lidos como *interações espaciais*. Esse conceito é de significativa importância tanto para compreendermos a lógica da estruturação da rede urbana quanto seu funcionamento/dinâmica atual (CATELAN, 2013b).

Para o autor

---

<sup>143</sup> Em “A natureza do espaço”, Milton Santos dedica um capítulo para tratar das horizontalidades e verticalidades, sendo que um dos sentidos que essas noções assumem no mundo contemporâneo referem-se à complexidade das relações socioespaciais, que se dão não apenas a nível local/regional (horizontalidades), mas também com o global (verticalidades). Nas palavras do autor: “As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*” (SANTOS, 2006, p. 284).

As interações espaciais expressam o movimento dado entre o espaço e o tempo. É a partir do ‘movimento’, como uma categoria analítica, que podemos chegar a uma maior compreensão das relações entre elementos espaciais e temporais, por meio da interação entre os agentes e as dinâmicas capazes de transformar o arranjo espacial. (CATELAN, 2013b, p. 40)

As interações espaciais (relações socioespaciais bidirecionais<sup>144</sup>, inter-relações) não se resumem apenas aos movimentos/deslocamentos de agentes, informações, mercadorias, ordens/comandos e capitais no espaço<sup>145</sup>, mas têm também um caráter processual na consideração do movimento dialético da produção do espaço, abarcando a primeira noção (CATELAN, 2013b), a qual pode ser lida tanto na escala intraurbana como interurbana.

Camagni observa o caráter dialético dessas relações socioespaciais bidirecionais:

Por un lado, alrededor de esta actividad se materializa un complejo campo de fuerzas de atracción, de irradiación, de repulsión, de cooperación que suministran, por así decirlo, la energía de base para el funcionamiento (y la existencia misma) del sistema territorial. Por otro lado, todas las actividades localizadas en el entorno ejercen a su vez una influencia sobre el primer centro, a través de los canales más diversos: relaciones comerciales de importación y de exportación de bienes y sobre todo de servicios; movimientos de factores de producción y, en particular, movimientos diarios casa-trabajo o migratorios de población; difusión de *know-how* y de información; interacción a través de las redes de comunicación y de transporte; relaciones de colaboración y cooperación, son todos ejemplos del tipo de relaciones que se pueden instaurar en el territorio entre entidades más o menos complejas. (1993, p. 79)

Na escala interurbana, podemos inferir que a rede de cidades ou o sistema urbano estrutura-se pela, e ganha sentido analítico com a adoção da noção de interações espaciais. Convém pontuar que a referida noção dá um caráter de dinamismo ao espaço reticular, provocando-nos a pensar na dialética de (re)definição das funções urbanas que determinado centro exerce com relação à sua hinterlândia, ao mesmo tempo em que a área de influência contribui para a manutenção da centralidade de determinados centros urbanos com funções e papéis mais expressivos.

Amplia-se, nesse sentido, a noção da rede urbana, em direção, repita-se, da apreensão do movimento de produção do espaço reticular.

No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que con-

<sup>144</sup> Entendidas aqui no mesmo sentido trabalhado por Camagni (1993), que se referia às relações dialéticas que se dão entre um ponto central (pensemos numa cidade) do espaço e seu entorno, seja nas modificações dos fixos da cidade que atraem os fluxos do entorno, seja nas dinâmicas dos fluxos que partem da cidade para sua área de influência. Nas palavras do autor: “Toda actividad localizada sobre el espacio físico, ya sea ésta una unidad de producción, una unidad demográfica o una ciudad, desarrolla con el entorno que la rodea una compleja red de relaciones bidireccionales que tienen lugar en múltiples niveles” (CAMAGNI, 1993, p. 79).

<sup>145</sup> Para Corrêa (2012): “As interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço” (p. 79).

cerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando os lugares. (CORRÊA, 2012, p. 280)

Os diferentes pontos da rede urbana (centros urbanos), expressão do movimento do processo de formação territorial e estruturação da rede urbana (conforme procuramos apontar no capítulo II), segmentados em classificações hierárquicas, articulam-se numa assimetria de relações que se inclinam principalmente para as cidades, no caso do Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas –, as quais “desenvolvem-se” em detrimento das cidades pequenas e das cidades locais.

A análise das interações espaciais, entendidas como a vida de relações que movimentam e produzem a rede urbana, nos levam a considerar diferentes dimensões da realidade social que coexistem na complexidade espaço-temporal, que permitem encaixá-las de modo a melhor compreendê-las.

Nesse sentido, consideramos pertinentes os apontamentos de Carlos (2011) sobre os níveis de apreensão da produção do espaço. Apesar de a autora fazer menção ao espaço intraurbano para tecer suas considerações, ela nos leva a considerar também a escala interurbana e o movimento inerente à essa escala (interações espaciais interurbanas). Assim, na produção do espaço devemos observar as dimensões política, econômica e social.

O Estado, um dos principais agentes da produção do espaço, age de forma a criar um espaço racionalizado, objetivando estabelecer uma ordem de modo a embasar e fomentar as condições para a reprodução do sistema vigente. Nesse sentido, enfatizamos as considerações elaboradas no Capítulo II, as quais nos dão uma dimensão do agir estatal no espaço, quando da implantação dos Programas de Desenvolvimento (PRODEPAN, PRODEGRAN, POLOCENTRO) e da implantação e/ou melhoria da infraestrutura técnica, tendo como base os centros urbanos, para uma produção agropecuária em moldes diferenciados.

Quanto à dimensão econômica, verificamos a existência de um espaço estruturado em rede para a reprodução capitalista. Desse modo, a rede urbana funciona como um emaranhado (pontos e linhas) que possibilita a produção, a circulação e o consumo. Temos aí, por exemplo, a interligação entre locais onde se dá a produção agrícola, o armazenamento, o beneficiamento, a distribuição e o consumo.

[...] o espaço tem a sua funcionalidade determinada, em grande medida, pela ação do capital, portanto, com cidades em rede e com redes de cidades à disposição e significadas pela produção e pelo consumo. Assim, a rede urbana, hierarquizada que é, tem seus atributos estruturados sob uma mesma lógica, a ampliação máxima da reprodução do capital. (CATELAN, 2013a, p. 19-20)

É nesse sentido que, no Capítulo II, procuramos demonstrar como a estruturação da rede urbana sul-mato-grossense reflete e condiciona a reprodução capitalista: inserido na divisão territorial do trabalho como produtor de *commodities*, o Mato Grosso do Sul apresenta um sistema urbano no qual destacam-se alguns centros (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá) que servem como centros de distribuição de uma infraestrutura técnica para suas hinterlândias (uma porção de cidades pequenas e cidades locais) e de ordens/informações, ao mesmo tempo em que centralizam parte da produção antes de exportá-la, permitindo a reprodução do modelo vigente.

Outro nível de análise importante é o social, em que o uso do espaço em rede por agentes sociais constitui o foco. Assim, o espaço reticular é produto não somente da articulação entre Estado e Capital, mas também das interações produzidas pelos demais agentes sociais, sintetizando as três dimensões apresentadas por Carlos (2011). Convém pontuar que o uso do espaço (seja o intraurbano, seja o interurbano) é mediado pelo valor de troca, condição pela qual se orienta a produção do espaço sob o capitalismo. Assim, o uso do espaço interurbano depende da capacidade que determinado agente tem de pagar, ou para seu deslocamento, ou para o consumo de algum bem ou serviço num centro de maior complexidade funcional.

Nesse sentido, lembrando-nos da pertinente indagação de Santos (para quem é real a rede urbana?), veremos que

A rede urbana, o sistema de cidades, também tem significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo. Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes, seja porque são atingidos pelos fluxos em que, tornado mercadoria, o trabalho dos outros se transforma, seja porque eles próprios, tornados fluxos, podem sair à busca daqueles bens e serviços que desejam e podem adquirir. Na outra extremidade, há os que nem podem levar ao mercado o que produzem, que desconhecem o destino que vai ter o resultado do seu próprio trabalho, os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertencente ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva. (1993, p. 112)

Outra contribuição para o entendimento da realidade socioespacial, só que com foco específico nas redes geográficas<sup>146</sup>, é de Corrêa (2011b), que propõe três dimensões básicas para a análise, quais sejam: a organizacional (da estrutura de uma empresa, ou do Estado, por exemplo), a temporal (da duração de uma rede – permanente, periódica, ocasional), e a espacial (que sintetizaria as dimensões anteriores – e aí consideramos a escala, a forma e as conexões da/pela rede).

---

<sup>146</sup> Corrêa (2011b) entende por rede geográfica “o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos” (p. 200).

Pontuamos, no que se refere ao entendimento da rede urbana (rede-síntese das demais redes geográficas<sup>147</sup>), que a articulação entre as dimensões organizacional, temporal e espacial é fundamental. A título de ilustração, pensemos na estrutura organizacional do Estado, que implanta suas ações no espaço, numa escala (dimensão espacial) hierarquizada e racionalizada, estabelecendo, em determinada capital regional, uma gama de serviços ligados, por exemplo, a especialidades médicas mais complexas (neurologia, oncologia) para “atender” o público não só da cidade, mas da região de sua influência, que se dirige com frequência menor (dimensão temporal) ao centro urbano. Em cidades pequenas, por sua vez, são instalados serviços de saúde caracterizados por menor complexidade (clínica geral, pediatria, geriatria) que atendem à população imediata das cidades, por meio de fluxos mais regulares e frequência (dimensão temporal) constante.

Cabe trazer ainda a contribuição de Catelan (2013b), que aponta que para a compreensão da produção do espaço (da rede urbana e das interações espaciais) temos de considerar as dimensões temporais e espaciais em articulação/movimento:

[...] o tempo é tão importante quanto o espaço para compreender o movimento dos agentes e das forças que atuam na produção do espaço e para caracterizar as interações espaciais como conceito e perspectiva metodológica à estruturação e às articulações na rede urbana, visto que esses agentes e forças produzem múltiplas temporalidades e espacialidades. (CATELAN, 2013b, p. 61)

Na análise do espaço em rede, a temporalidade com que se dão os fluxos é importante. Tal temporalidade, entendida neste trabalho como a frequência de deslocamentos dos agentes, indica-nos determinado grau de coesão das relações, que pode variar conforme o motivo do deslocamento, a renda do agente, a proximidade de outro centro e as funções que a cidade central concentra.

Tempo e espaço, portanto, estão articulados na análise da rede urbana. Catelan nos auxilia na articulação dessas duas dimensões para o entendimento da rede urbana:

A rede urbana, todavia, existe de fato no momento em que se dão os fluxos, movimento que só é compreendido no tempo e no espaço, que interconecta os fixos e os agentes participantes desse processo e que configura a estruturação e as articulações delas, dando sentido às funções e aos papéis que atribuímos a cada cidade ou conjunto delas. (2013b, p. 68)

---

<sup>147</sup> Cita Corrêa (2011b): “Considerada como uma síntese, se não de todas, de muitas e muitas redes geográficas cujos nós e fluxos específicos iniciam-se, finalizam ou passam pelas cidades – redes ferroviárias, de uma bacia leiteira, das dioceses, dos bancos, dos partidos políticos, dos órgãos públicos e das grandes corporações – a rede urbana pode, assim, ser vista como a rede-síntese das demais redes geográficas, sendo ela própria uma rede geográfica” (p. 204-205).

Longe de buscarmos dar conta dessas dimensões em articulação, privilegiamos, nas linhas que se seguem, duas dimensões das ponderações de Carlos (2011) – a social e política – e duas dimensões apontadas por Catelan (2013b), bem como por Corrêa (2011b) – a temporal e a espacial.

Assim, buscaremos apresentar as cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, sob a perspectiva da articulação entre tempo e espaço, na análise das interações espaciais sociais e políticas que dão movimento à realidade.

Cabe pontuar que as interações espaciais sob a perspectiva da dimensão social, no nosso entendimento, são compostas pelos agentes sociais que vivenciam a rede urbana, seja “tornando-se fluxos” no deslocamento para outra cidade, seja na condição de “prisioneiros do lugar”, perpassados pelos fluxos; na dimensão política o foco recai sobre os agentes sociais que cadenciam, com relações de poder, as interações espaciais e a estruturação da rede de cidades. Cabe esclarecer que a primeira dimensão (social) acabou se constituindo o escopo principal de análise desta dissertação, uma vez que as inferências obtidas no âmbito da dimensão política remetem-nos a pensar no âmbito social.

Antes, porém, de refletir sobre essas cidades e seus laços interurbanos (suas interações espaciais), cabe discutirmos sobre uma das dimensões funcionais do espaço, imprescindível para a discussão de sua estruturação em rede: a centralidade.

#### **4.1. Sobre centralidade urbana: uma discussão necessária**

A centralidade se põe como uma característica inerente à cidade. É uma dimensão indispensável para nos colocarmos na tarefa de pensar sobre o seu significado: cidade ou pseudocidade? Toda cidade possui um grau, mesmo que mínimo, de centralidade – é o que permite a Santos (1982) adotar o conceito de cidade local, a qual exerce esse grau mínimo de influência sobre seu território municipal. Nos moldes de uma análise hierárquica da rede urbana, a centralidade define o grau de importância de uma cidade, permitindo-nos falar de sua área de influência.

Tomando a escala interurbana como perspectiva inicial, podemos conceber a centralidade como uma característica inerente às relações sociais que se dão sobre o espaço interurbano; como um produto social que preenche de conteúdo (funcional) as formas espaciais (cidades) que compõem a rede urbana.

Como *produto*, a centralidade é também – nos aproximando das considerações de Carlos (2007) a respeito do espaço urbano sintetizado, analiticamente, na tríade condição, produto e meio – *condição*, uma vez que se caracteriza por atrair e dispersar fluxos, a partir de determinadas porções espaciais, para a produção de novas relações sociais no espaço (*meio* material socialmente produzido e preenchido de significados imateriais, simbólicos, ideológicos, funcionais...).

Silva, O. T. (2013) nos auxilia no entendimento do conceito a partir de considerações sobre a materialidade espacial:

O centro como um ponto que concentra [...] coisas e pessoas a partir da sua centralidade, é um elemento central da realidade urbana. A centralidade seria justamente a capacidade de polarização, de integração/dispersão, manifestado por um centro a partir de sua configuração física. A centralidade não seria dessa maneira uma realidade material, como o centro, mas sim algo imaterial, uma capacidade de polarização, uma potência que se expressa a partir do centro. (p. 4-5)

Podemos, nesse sentido, apreender a centralidade sob a dimensão *funcional* do espaço – uma das quatro categorias de análise propostas por Santos<sup>148</sup> –, categoria que, ao mesmo tempo, liga-se a uma *forma* (centro urbano), pois se faz por meio dela. Forma e função, por sua vez, sintetizam uma estrutura espacial<sup>149</sup> – a cidade e/ou a rede urbana. Tal *estrutura*, sob a égide do modo de produção capitalista, em que os valores de troca sobrepõem-se aos valores de uso do espaço, configura-se como uma estrutura da/para a (re)produção capitalista.

O grau de centralidade interurbana varia de cidade para cidade, dependendo do “lugar” em que se situa na rede urbana. Nesse sentido, uma cidade pode exercer centralidade mínima, por exemplo, sobre seu território municipal – são, em aproximação a Santos (1982), cidades locais; outra cidade pode exercer uma centralidade com alcance espacial amplo, como uma Metrópole – cabeça de uma rede urbana<sup>150</sup>. Segundo Corrêa (1994), os níveis de centralidades derivam da diferenciação espacial das cidades, produto da heterogeneidade na materialização das relações sociais no espaço.

Desde uma centralidade mínima, de um centro local<sup>151</sup> – com atividades essenciais para a reprodução social da população próxima –, até uma centralidade máxima, de uma Metrópole Global, onde estão os centros de gestão de empresas que se instalam em outros territó-

<sup>148</sup> Cf. CORRÊA, 1995.

<sup>149</sup> WHITACKER, 2003.

<sup>150</sup> CORRÊA, 2006.

<sup>151</sup> Lembremo-nos das aglomerações que tratamos no Capítulo III, que não chegam a se configurar como centro local, as “pseudocidades” apontadas por Santos (1982). Elas não atingem um grau de complexidade socioespacial a ponto de centralizarem as atividades sociais mesmo de seu entorno próximo; como exemplo, as cidades-dormitório, voltadas para o campo ou para um centro maior.

rios nacionais (de onde também se disseminam informações, padrões de consumo, e para onde se direcionam capitais e pessoas de ampla parcela do espaço), a rede urbana apresenta, inerente a sua estrutura espacial, tal dimensão funcional (CORRÊA, 2006).

Whitacker (2003) preconiza que, para compreendermos como se define e se redefine a centralidade urbana, há que se analisar, *a priori*, o processo mais amplo de estruturação e reestruturação urbana. Os processos de redefinição socioespaciais, ao longo do desenvolvimento histórico de determinado território, podem acarretar mudanças na organização das formas espaciais (cidades) bem como em seus papéis (funções), engendrando reestruturações interurbanas, em que as relações entre as cidades adquirem novas dimensões, redefinindo a centralidade dos centros urbanos<sup>152</sup>.

Em outro momento, Whitacker pondera que estrutura<sup>153</sup> é a relação entre forma e função, produto de um processo, a estruturação. Essa categoria (estruturação)

[...] seria a compreensão e validação da dimensão processual desta relação. [...] uma vez que deve a concepção de estruturação dar conta de que a relação forma e função é continuamente transformada pelo processo, que é socioespacial. [...] Como dimensão da existência do Homem, o espaço possui o que foi e o vir a ser. É condicionado e é condicionante. Assim, a estrutura urbana detém tempo social e condiciona, em certo grau, as ações futuras. É, assim, processo (estruturação) e fenômeno (estrutura). (2010, p. 8)

Acrescentemos que a estrutura interurbana, arranjo entre forma e função, é perpassada por interações espaciais, que dão movimento ao espaço. Cabe pontuar que as interações espaciais, longe de serem meros deslocamentos de mercadorias, pessoas, informações e capitais no espaço, devem ser vistas, como nos lembra Corrêa (2012, p. 280), como “parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social”. Realizando-se pelas redes geográficas, das quais a rede urbana pode ser considerada uma rede síntese (CORRÊA, 2011b), as interações espaciais ressignificam/redefinem as formas e funções da estrutura interurbana.

Assim, a rede urbana é condicionada a um processo ininterrupto, no movimento de transformação social, de redefinições socioespaciais – nas mais variadas escalas espaço-temporais. Redefinições funcionais que podem, dependendo do nível de mudanças perpetradas – período de ocorrência e escala de abrangência –, engendrar reestruturações, um processo

<sup>152</sup> Podemos dar como exemplo o caso de Dourados, onde a partir da década de 1970 o centro urbano adquire papéis significativos para o desenvolvimento do novo padrão agroindustrial de produção. A complexificação das atividades urbanas ligadas a esse novo modelo produtivo, bem como os bens e serviços secundariamente ligados a esse modelo, redefiniram seu papel na rede urbana, culminando em seu caráter de cidade média no sul do estado (Cf. CALIXTO, 2013).

<sup>153</sup> De início, a noção de estrutura urbana era tratada, de modo estático, na Escola de Chicago e na Escola Francesa de Sociologia, sem se considerar o aspecto processual, assim como os fluxos (WHITACKER, 2003).



mais amplo (como nos lembra Whitacker, 2003) que mexe com as formas e as funções da rede urbana.

A diferenciação espacial dos centros urbanos é, como procuramos mostrar, produto do desenvolvimento socioespacial de determinada parcela da totalidade. O olhar do pesquisador ou técnico sobre este dado da espacialidade permite que se estabeleçam as classificações que, apesar de conferirem certo grau de generalização ao espaço, propiciam uma visão dos processos em uma escala macro, ou seja, integrante da totalidade.

Utilizando-nos da dimensão funcional do espaço interurbano, por meio da análise dos níveis de centralidades dos centros urbanos, podemos nos aproximar de uma classificação hierárquica dessa estrutura. Estudos como os realizados pelo IBGE, nos anos de 1966 (publicação em 1972)<sup>154</sup>, de 1978 (publicação em 1987)<sup>155</sup>, de 1993 (publicação em 2000)<sup>156</sup>, e de 2007 (publicação em 2008)<sup>157</sup>, baseiam-se na classificação hierárquica das cidades, por meio da análise do nível de centralidade das mesmas.

De acordo com o último estudo realizado em 2007 (e publicado em 2008), temos elencadas as seguintes tipologias: *Metrópoles* – que se subdividem, conforme o nível de centralidade, em Grande metrópole nacional (São Paulo), Metrópole nacional (Rio de Janeiro e Brasília), e Metrópole (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre); *Capitais regionais* – divididas em Capital regional A (da qual fazem parte 11 cidades), Capital regional B (com 20 cidades), Capital regional C (39 cidades); *Centros sub-regionais* – agrupados em Centro sub-regional A (85 cidades) e Centro sub-regional B (79 cidades); *Centros de zona* – divididos em Centro de zona A, com 192 cidades, e Centro de Zona B, com 364 cidades); e *Centros locais* que apresentam o nível mais baixo de centralidade, com área de influência que não extrapola os limites de seu território municipal<sup>158</sup>.

Quando olhamos para o quadro territorial urbano do estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a REGIC de 2007 (IBGE, 2008), verificamos que o conjunto de centros urbanos do estado se distribui hierarquicamente, sob a influência de São Paulo, em: uma Capital

<sup>154</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

<sup>155</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

<sup>156</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

<sup>157</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

<sup>158</sup> Aqui cabem algumas ressalvas que serão evidenciadas mais à frente quando tratarmos de Bonito, um centro local que tem sua área de influência maior que os limites de seu território municipal. Tal observação cabe para outros inúmeros exemplos que fogem do grau de generalização propiciado pela visão da REGIC (2007).

Regional A (Campo Grande); uma Capital Regional C (Dourados); sete cidades<sup>159</sup> no papel de Centro de Zona A; 10 cidades como centros de Zona B; e 58 cidades no nível de centro local.

A leitura da rede urbana, tomando como parâmetro os níveis de centralidade, permite-nos visualizar a forma como os centros urbanos se distribuem e se relacionam num dado território – a “posição” de cada centro urbano dentro de determinada rede, seu papel de influência sobre centros de menor nível hierárquico, ou mesmo de subordinação a centros situados em outro patamar do escalão do sistema urbano. Seria uma forma clássica para se entender a rede urbana e o padrão hierárquico que se define pela diferenciação funcional dos centros urbanos.

Tais estudos, baseados no princípio da hierarquia urbana, tiveram, como nos lembra Camagni (1993), dois teóricos importantes como precursores na elaboração: Christaller e Lösch. Ambos realizaram estudos na década de 1930 sobre realidades socioespaciais diferentes e com concepções teóricas diferentes. Em Christaller temos um enfoque geográfico para hierarquia urbana, na qual buscou entender como a oferta de bens e serviços estruturam uma hierarquia de relações entre os centros.

O geógrafo alemão, para tal, definiu dois princípios, o de alcance espacial (distância máxima que um bem ou serviço alcança demanda) e o de limiar territorial (área correspondente à quantidade mínima de cada bem produzido de forma eficiente), permitindo definir uma hierarquia de bens e serviços – este seria o princípio de mercado, um dos pontos mais importantes de sua teoria: cada centro produz os bens correspondentes a seu nível hierárquico, e para cada centro de ordem superior existe um conjunto de centros de ordem inferior, até chegar ao nível mínimo. Outros dois princípios, caros à formulação de Christaller, seriam: princípio dos transportes – no qual da ligação viária de dos centros maiores impõe-se uma posição baricêntrica (centro de gravidade de um corpo ou, nesse caso, a posição central de uma cidade definida com relação a dois centros urbanos) ao centro menor entre cada par de centros maiores; e princípio de organização administrativa – na qual toda área de mercado dos centros menores tende a estar dentro da hinterlândia do centro maior (CAMAGNI, 1993).

Comentando sobre a obra de Christaller, Corrêa nos coloca:

Os estudos dedicados à hierarquia urbana são os mais tradicionais e numerosos entre aqueles sobre redes urbanas. Originários do questionamento a respeito do número, tamanho e distribuição das cidades, portanto procurando compreender a natureza da rede, têm na teoria das localidades centrais, formulada, em 1933, por Christaller, a sua mais fértil base teórica. A partir da distribuição de bens e serviços das localidades centrais para as suas hinterlândias, verifica-se uma diferenciação hierárquica en-

<sup>159</sup> São elas: Aquidauana, Corumbá, Nova Andradina, Três Lagoas, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã.

tre elas, envolvendo o número, o tamanho das localidades e de suas hinterlândias e a distância entre elas. Expressões como metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local, utilizadas nos estudos em pauta [pelo IBGE], refletem a natureza hierárquica dos centros da rede urbana. (2006, p. 22)

Por outro lado, temos o economista Lösch que se preocupou mais com a dimensão econômica das interações espaciais, ou seja, com o papel dos bens industriais na definição da hierarquia, delineando uma especialização dos centros na divisão territorial do trabalho. Essa especialização de produção de bens acarreta, por sua vez, uma especialização de serviços, ligados à referida produção, definindo, repita-se, a posição e papel dos centros urbanos numa dada rede. Esse teórico apresenta elementos para se discutir a diferenciação espacial para os centros de mesmo nível hierárquico (ponto interessante), bem como toca no elemento da especialização funcional.

Registramos que os estudos com base na classificação hierárquica das cidades têm, ainda, força na Geografia Urbana, o que permite o entendimento da estruturação da rede urbana. Em relação a tal, Catelan (2013a) aponta:

Basta um primeiro levantamento no referencial teórico dedicado aos estudos da rede urbana e da análise dos papéis e das funções das cidades na rede para percebermos quão forte o paradigma da hierarquia urbana ainda aparece como caminho metodológico para entender a estruturação da trama de cidades. Sob essa abordagem, o “nível” é um dos recursos utilizados para qualificar a centralidade e a posição das cidades na rede, diferenciando-se segundo a abrangência das escalas geográficas.

[...]

No Brasil, são muitos os trabalhos acadêmicos e de instituições que tomaram e tomam como referência a perspectiva metodológica da hierarquia urbana como um paradigma de estruturação da rede urbana, classificando as cidades em diferentes níveis. (p. 2)

Subsidiados nos estudos sobre o padrão hierárquico da rede urbana e voltando nosso olhar para a Região Sudoeste do Mato Grosso do Sul, podemos tecer algumas considerações. Nesse sentido, as análises apresentadas nas publicações das Regiões de Influência das Cidades servirão de aporte para algumas reflexões.

#### **4.2. A centralidade dos centros urbanos que compõem a Região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e sua estruturação**

Levando em conta os levantamentos efetuados pelo IBGE, relativos aos estudos acerca da centralidade urbana, podemos ter noção de como os fluxos e as interações entre os centros urbanos do Mato Grosso do Sul se modificaram e se consolidaram ao longo dos anos.

Tendo como foco nosso recorte analítico a Região Sudoeste do estado, notaremos que, na década de 1960, quando da realização da primeira pesquisa da série de estudos – Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas – em torno das *Regiões de Influência das Cidades*, a porção em questão encontrava-se funcionalmente organizada da seguinte forma: ligada a Campo Grande, sob a região de influência de Aquidauana (3º Nível, 3 b), estava a cidade de *Jardim* (no 4º Nível, 4 b, da escala hierárquica que tinha São Paulo no primeiro), exercendo centralidade sobre *Bonito* e *Guia Lopes da Laguna*; ligada também a Campo Grande, porém sem nenhum centro que intermediava a relação, estava *Bela Vista*, no mesmo nível hierárquico de *Jardim*, ou seja, no nível 4 b do 4º Nível, centralizando as cidades de *Caracol* e *Antônio João* (essa última fica fora de nosso recorte regional); *Porto Murtinho* e *Nioaque*, no último nível da escala hierárquica, ligavam-se a Campo Grande por meio de Corumbá (4º Nível, 4 a) e Aquidauana, respectivamente (Apêndice V).

Para a definição dos níveis de hierarquia dos centros urbanos do território brasileiro, “[...] adotou-se o método de contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população” (IBGE, 1972, p. 10).

Desse modo, os níveis apontados foram classificados. *Jardim* e *Bela Vista*, por exemplo, no 4º Nível (subnível 4 b, com limitado papel regional, oferecendo alguns serviços urbanos aos centros subordinados, bem como concentrando parte da produção agrícola) estavam entre as cidades que apresentavam menos de 20 relacionamentos com outras cidades, subordinando em média de 2 a 3 municípios: no caso de *Jardim*, *Bonito* e *Guia Lopes da Laguna* estavam em sua região de influência; *Antônio João* e *Caracol*, por sua vez, faziam parte da região de influência de *Bela Vista*. Essas quatro cidades “subordinadas”, assim como *Nioaque* e *Porto Murtinho*, encontravam-se, nesse período, no patamar mínimo da rede urbana, exercendo centralidade apenas sobre seus territórios municipais – eram cidades locais.

Sob a região de influência de Aquidauana (3º Nível, 3b da escala hierárquica – onde estão cidades com função de intermediação entre os centros menores e os regionais; locais de coleta da produção agrícola, suprindo a demanda por bens e serviços para a produção agrícola, bancários, serviços de saúde e vendas a varejo), a população de *Jardim*, *Bonito*, *Guia Lopes da Laguna* e *Nioaque* supria a carência de bens e serviços que as respectivas cidades não dispunham.

*Porto Murtinho* foi agrupado à região de influência de Corumbá (4º Nível da hierarquia, 4a – centro local, com média de 20 a 40 relacionamentos, que dispõe de alguns serviços,

em geral, relativos a bancos, à educação básica, a comércio varejista e a atendimento hospitalar; concentra, ainda, parte da produção agrícola).

*Porto Murtinho* liga-se a Campo Grande por meio de Corumbá. Nesse caso temos dúvidas quanto ao papel de Corumbá na distribuição de serviços à população de Porto Murtinho, uma vez que as articulações rodoviárias, uma das condições essenciais para o estabelecimento das interações espaciais interurbanas, não favoreciam e ainda não favorecem tal distribuição. Podemos, todavia, visualizar com facilidade as relações econômicas entre as duas cidades (Corumbá e Porto Murtinho) se consideramos a utilização da via fluvial da bacia do Paraguai, como exposto no Capítulo II. No caso de Porto Murtinho, o mais adequado, do nosso ponto de vista, seria a integração a Campo Grande, por meio de relacionamentos intermediários com Jardim, via BR 267 (liga Porto Murtinho ao litoral Paulista) e via BR 060 (liga Bela Vista a Brasília).

Para o período considerado (década de 1960) e, de acordo com a metodologia adotada, dois centros se destacam na Região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: *Bela Vista* e *Jardim*. Apesar da baixa complexidade funcional de ambos os centros, o que os leva a ser classificados como no 4º Nível da hierarquia urbana, destaquemos seus papéis com relação aos centros menores, cada cidade centralizando duas outras cidades. Cabe ressaltarmos que as redefinições socioespaciais irão engendrar modificações no sistema de relacionamentos interurbanos durante as conjunturas socioeconômicas do século XX.

Em 1987 o IBGE publica uma revisão da *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, com o nome de *Regiões de Influência das Cidades*. Por meio de novas avaliações e levantamentos (realizados em 1978), visando atualizar o quadro da rede urbana brasileira, que passa por modificações, definiram-se, com base na teoria de Christaller, os relacionamentos entre as cidades.

O presente estudo fundamenta-se em uma versão simplificada das proposições e de seu teste empírico publicados em 1976, onde a rede urbana brasileira é agora considerada, apenas, a partir da centralidade dos centros urbanos.

[...]

A seleção dos centros a serem pesquisados decorreu do fato de que a pesquisa de 1966 revelou que mais da metade das cidades brasileiras não exercia centralidade além dos limites dos territórios dos quais eram as sedes municipais. As cidades selecionadas deveriam, então, dispor de um mínimo de atividades que potencialmente as capacitassem a exercer uma centralidade extramunicipal. Tais atividades seriam consideradas como funções centrais. (IBGE, 1987, p. 16)

No caso da porção sudoeste do estado teremos a seguinte estrutura: *Jardim* aparece como centro de zona (classificação que substituiu o Nível 4b do estudo anterior, exercendo

um grau de centralidade extramunicipal<sup>160</sup> mínima), com centralidade sobre *Guia Lopes da Laguna e Nioaque; Bonito*, no estudo anterior um centro local, ascende à categoria de centro de zona, exercendo centralidade sobre a cidade de *Porto Murtinho*.

O referido conjunto de cidades aparecia integrado à região de influência de Aquidauana (Centro sub-regional – nível intermediário entre o Centro de zona e a Capital regional ou o Centro submetropolitano), o que garantia algum grau de coesão para esse segmento da rede, estando ligado à região de influência de Campo Grande.

*Bela Vista* aparece como centro de zona, exercendo influência sobre *Caracol*, ligando-se novamente, sem um centro intermediário, a Campo Grande (Centro submetropolitano – aparece numa posição intermediária entre os níveis de capital regional e metrópole, produto da centralização/concentração da “vida econômica” do estado).

No ano de 2000 foi publicada mais uma série dos estudos das *Regiões de Influência das Cidades*, referentes a levantamentos realizados no ano de 1993. O quadro urbano apresentado no final do século XX é, aqui, esboçado com base na rede urbana brasileira, tendo como pressuposto teórico, novamente, a teoria das localidades centrais, com acréscimo pertinente da contribuição de Roberto Lobato Corrêa e de suas reflexões de caráter crítico<sup>161</sup> que se somam ao positivismo que dominava os estudos da rede (Cf. IBGE, 2000).

Em relação à metodologia, verificamos que

Para a obtenção dos diversos níveis de centralidade e hierarquia, foi utilizada a posição relativa dos centros, numa composição de variáveis que denotam a intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada cidade e a disponibilidade de equipamentos funcionais. (IBGE, 2000, p. 24)

Não obstante conter modificações quanto à análise das relações entre as cidades, tal estudo apresenta, segundo Souza (2011), algumas deficiências:

Apesar de possuir algumas virtudes, como a tentativa de estar em sintonia com as mais recentes abordagens teóricas sobre a urbanização e a dimensão espacial da economia, o trabalho apresenta algumas deficiências conceituais e metodológicas. Em decorrência disso, o resultado dessa radiografia da rede urbana brasileira foram, às vezes, posições bastante questionáveis, como a elevação de antigas metrópoles regionais (como Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Ale-

<sup>160</sup> De acordo com o estudo: “Considerou-se, então, como uma cidade com potencial de exercer uma centralidade extramunicipal aquela que apresentasse obrigatoriamente, pelo menos, uma agência bancária e um hospital geral, e além, duas das três outras atividades, curso normal, comércio atacadista e advogado” (IBGE, 1987, p. 17).

<sup>161</sup> Nessa perspectiva, notaremos que “A rede urbana não é “inocente”, no sentido de ser um “simples” conjunto de cidades ligadas entre si por fluxos de pessoas, bens e informações, como se isso fosse coisa de somenos importância ou nada tivesse a ver com os mecanismos de exploração econômica e exercício do poder existentes em nossas sociedades” (SOUZA, 2011, p. 50).

gre) à categoria de metrópole nacional e a atribuição do título de “metrópoles globais” (às vezes chamadas, no próprio estudo, de “metrópoles mundiais”) às duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. [...] É fácil ver que um estudo que mereça tais ressalvas, mas que acaba servindo de referência para vários tipos de usuários, contribui para gerar, ao lado do problema já mencionado a propósito da criação de novas regiões metropolitanas, um panorama classificatório e terminológico contraditório. (p. 55-56)

A mesma ponderação quanto aos “problemas” no presente estudo se manifesta em relação a outra escala de análise, qual seja a da cidade média de Dourados-MS. Nesse sentido, Calixto (2013), em sua análise acerca dos papéis regionais da Cidade no decorrer das últimas décadas do século XX, argumenta que na REGIC de 1987 Dourados já aparecia como Capital Regional, sendo classificada em 1993 como “predominantemente sub-regional”. Desse modo, situava-se em um nível abaixo em relação ao estudo anterior; acrescenta-se, ainda, que Ponta Porã desliga-se da região de influência de Dourados na referida análise. Assim, conclui a autora:

No entanto, quando consideramos que no levantamento subsequente (REGIC, 2007) aquele centro urbano volta a se configurar como centro de zona na rede urbana de Dourados, acreditamos na possibilidade de ter havido algum equívoco no tratamento dos dados publicados em 1993. (p. 23)

Tendo em vista nossa escala geográfica de análise, verificamos, quanto às cidades que compõem a porção sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, que houve uma reestruturação das ligações entre os centros urbanos. Apesar das ressalvas dos autores, utilizamo-nos do estudo como base (aproximativa) do quadro reticular urbano do período, na ausência de outros estudos.

Considerando nosso recorte regional, veremos que a cidade de *Jardim* permanece como centro de zona (com um nível de centralidade tendendo de médio para fraco); todavia, aparecem agora cinco centros urbanos subordinados: *Bela Vista* (antes centro de zona), *Caracol* (antes subordinada a *Bela Vista*), *Guia Lopes da Laguna* (mantendo-se na posição hierárquica de centro subordinado a *Jardim*), *Nioaque* (na mesma condição de *Guia Lopes da Laguna*), e *Porto Murtinho* (antes subordinada a *Bonito*). Todos são centros urbanos na região de influência de Campo Grande, não havendo um centro intermediário (antes Aquidauana) dessas relações interurbanas.

Aqui cabem parênteses: no caso desse conjunto de centros urbanos, tal configuração *hierárquica*, tendo como polo a cidade de *Jardim*, é a mais próxima, considerando-se o período e a metodologia empregados na elaboração do estudo em torno da configuração regional de planejamento, aqui adotada como recorte empírico, sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Verificamos que *Bonito* é rebaixada à categoria de centro local (subordinado), e *Bodoquena*, até então ausente nos estudos, aparece como um centro subordinado. Os dois centros urbanos se integram à região de influência de Aquidauana (centro urbano com nível de centralidade tendendo a sub-regional).

Os centros urbanos dessa porção dividiam-se, nesse sentido, em dois segmentos da rede urbana, um ligado a *Jardim* (centro de zona) e outro ligado a *Aquidauana* (centro tendendo a sub-regional), integrando-se à região de influência de Campo Grande e, assim, à hinterlândia de São Paulo.

Conforme mencionado, o último estudo sobre a *Região de Influência das Cidades* foi publicado pelo IBGE em 2008. Com base na análise efetuada, as cidades do sudoeste do estado apresentavam-se hierarquicamente com a seguinte estrutura: seis centros locais, no patamar mínimo de centralidade, e dois centros de zona.

*Jardim* (centro de zona B – cidades com funções de gestão elementares e com cerca de 16 relacionamentos) aparece exercendo influência apenas sobre *Guia Lopes da Laguna* (centro local – função central limitada ao seu território municipal, servindo somente a seus habitantes), estando essas cidades integradas à região de influência de Campo Grande (Capital Regional A – função central regional, para onde dirigem-se grande número de indivíduos para consumo de bens e serviços especializados, com média de 487 relacionamentos).

*Bodoquena* (centro local) liga-se a Miranda (centro de zona B); *Nioaque* (centro local) inclina-se, novamente, assim como no estudo de 1978, a Aquidauana (centro de zona A – com média de 49 relacionamentos); *Bonito* e *Porto Murtinho* mantêm-se na posição de centros locais, ligando-se diretamente a Campo Grande.

*Bela Vista*, ainda na posição de centro de zona, subordina *Caracol* (centro local), ligando-se à região de influência de Dourados (Capital Regional C – com média de 162 relacionamentos), intermediada por Ponta Porã (centro de zona A).

Observamos que, em comparação aos estudos da REGIC de 1993, *Jardim* perde boa parte dos relacionamentos que garantiam um grau de coesão hierárquica para o sudoeste do estado. Tal mudança, pressupomos, decorre principalmente da abordagem metodológica adotada no estudo de 2007. Entre outros pontos, focou-se no papel de gestão do território (centralidade administrativa de órgãos estatais e empresas privadas), tal como no estudo de 1972, complementando-se com a análise dos diferentes equipamentos e serviços (públicos e privados), e, por fim, com a análise das ligações entre cidades (relacionamentos). Estabeleceu-se,



assim, por meio de uma síntese dos papéis das cidades, a classificação hierárquica e os relacionamentos entre os centros.

Assinale-se, todavia, que as mudanças/redefinições nas relações entre as cidades do sudoeste do Mato Grosso do Sul decorrem do curso da urbanização no estado. Cabe, nesse sentido, investigar mais a fundo esse processo, o qual não constitui nosso foco de análise. Aqui, com base nos estudos das Regiões de Influência das Cidades, apenas pontuamos, de forma descritiva, como se (re)organizaram os relacionamentos entre os centros urbanos de acordo com os diferentes níveis de hierarquia que ocuparam.

Assim, podemos ensaiar uma resposta a uma questão levantada no início do trabalho: em vez de falarmos de uma rede urbana regional do sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, podemos falar de um segmento da região de influência de Campo Grande e de Dourados. Esse segmento apresenta-se estruturalmente organizado em centros de zona (*Jardim* com relação a Campo Grande e *Bela Vista* com relação a Dourados) e em centros locais (*Guia Lopes da Laguna, Bonito, Nioaque, Bodoquena, Porto Murtinho* na região de influência da capital do estado e *Caracol*, na hinterlândia da Cidade Média – Dourados).

Podemos inferir também, a partir da REGIC de 2007 (IBGE, 2008), que as “pontas” da região de influência de Campo Grande seriam os centros locais, no patamar mínimo de centralidade; os centros de zona (*Jardim, Bela Vista, Aquidauana, Miranda*) seriam, por sua vez, “nós” que amarram essa tessitura urbana por meio da oferta de alguns bens e serviços aos centros locais. As “pontas” do segmento da rede urbana sul-mato-grossense, intermediada<sup>162</sup> por Dourados, terminam em *Caracol* (cidade com centralidade mínima), sendo amarrada pelos centros de zona de *Bela Vista* e Ponta Porã.

Esse quadro do segmento da rede urbana sul-mato-grossense no sudoeste do Mato Grosso do Sul, elaborado com o auxílio dos estudos do IBGE sobre o sistema urbano brasileiro, permite-nos ter uma noção de como se apresentam as articulações entre as cidades atualmente. Entretanto, tal quadro diz pouco sobre as inter-relações horizontais entre as cidades que compõem a região de planejamento. Voltado, eminentemente, para uma perspectiva hierárquica, pouco trata das amarrações estabelecidas entre centros de mesmo nível. Tomemos como exemplo *Jardim* e *Bela Vista* (dois centros de zona): será que não haveria inter-relações de subordinação ou complementaridade entre ambos?

Outro ponto importante é dar visibilidade aos centros locais, sempre mencionados na condição de subordinados. Não cumpririam eles o papel de complementariedade com relação

---

<sup>162</sup> Nesse sentido fica claro o papel da cidade média de intermediar as relações entre as pequenas e as grandes cidades.

às cidades de maior nível de centralidade, uma vez que os papéis dessas últimas se justificam, em boa parte, pela demanda que parte das cidades locais?

Cabe, nesse sentido, apontar que a rede urbana não pode se fechar na análise do padrão hierárquico, o que reduz consideravelmente a complexidade de interações espaciais que lhe dá concretude e sentido. Comentando sobre o último estudo relativo às Regiões de Influência das Cidades/IBGE, mais especificamente sobre os pressupostos teóricos-conceituais apresentados na introdução do estudo<sup>163</sup>, Catelan afirma que

O próprio IBGE reconhece haver na rede urbana, dada a sua complexidade, uma relação entre sua trama hierarquizada e articulações que não podem ser vistas apenas como tal. A rede urbana é dinâmica e complexa e, por isso, sua estruturação hierárquica deve ser reconhecida, devido à existência de cidades com diferenças funcionais, mas deve-se reconhecer também que qualquer uma delas pode participar das interações espaciais interescolares, dependendo dos interesses articulados entre agentes econômicos tanto do local e do regional quanto de escalas mais amplas, sobretudo a global. (CATELAN, 2013a, p. 13)

A complexidade com que ocorrem os relacionamentos entre as cidades na rede urbana decorre, segundo Bessa (2012), do avanço da globalização econômica e do próprio processo de urbanização da sociedade. Assim:

[...] notam-se novas transformações na configuração das redes urbanas, incluindo-se a natureza hierárquica das relações. Pesquisadores dessa temática vêm alertando para a redefinição e a complexificação dos papéis dos centros urbanos e, por conseguinte, da própria rede, sugerindo, até mesmo, a existência de “redes de redes” e de “sistemas urbanos”, nos quais haveria um novo caráter na interação entre os centros urbanos e entre suas respectivas redes. (p. 151)

Cabe pontuar que outras perspectivas para se entender a complexidade da rede urbana vêm surgindo. Destaque-se o estudo de Catelan (2013b) nesse sentido, que propõe a utilização do conceito de *heterarquia urbana* para entender a interescolaridade de interações espaciais (verticais-globais e horizontais-regionais) que perpassam/preenchem/dinamizam as cidades médias<sup>164</sup>. Todavia, com relação às cidades pequenas e cidades locais em estudo neste trabalho, decidimos por não adotar tal noção, inclinando-nos apenas à utilização da horizontalidade, no sentido de apreensão das relações locais/regionais. Nesse sentido, passemos doravante a nos deter sobre as cidades que compõem o Sudoeste, voltando-nos à apreensão de suas interações espaciais.

<sup>163</sup> Destacamos o seguinte trecho: “[...] na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão – pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços” (IBGE, 2008, p. 9).

<sup>164</sup> Cf. CATELAN, 2013b.

### **4.3. As interações espaciais a partir da concepção dos moradores/agentes sociais das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul**

Durante os meses de fevereiro, março, abril (primeiro momento) e agosto, setembro, outubro e novembro de 2015 (segundo momento), visitamos as cidades que compõem a região (de planejamento) sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, visando apreender como se dão os usos e como se estabelecem os fluxos na rede urbana sul-mato-grossense a partir dessa porção do território.

Com base em um questionário com 18 perguntas (ver Apêndice I), baseado num modelo utilizado por pesquisadores do GASPERR (Grupo de Pesquisa sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais - UNESP – Presidente Prudente), aplicados, em média, com 50 habitantes por cidade da região, voltamos a verificar a dimensão do uso da rede.

Um perfil socioeconômico, bastante geral, pôde ser traçado em cada cidade a partir de questões como sexo, idade, escolaridade, profissão e renda, avançando um pouco sobre a espacialidade das relações desses agentes. Perguntas como local de nascimento, último local em que morou (cidade ou zona rural), “locais” para onde se dirigem com determinada frequência, forma de deslocamento, entre outras, compunham outra parte do questionário.

Antes de passarmos às considerações elaboradas a partir dos dados levantados, cabe esclarecer alguns pontos com relação às respostas dos entrevistados em cada cidade.

Quando perguntado se costuma ir para outra cidade, aqueles que indicaram que sim podiam citar mais de um destino, o que implicava, na maior parte dos casos, em duas ou mais respostas. Isso também se deu para frequência de deslocamento, motivo do deslocamento e meio/forma de deslocamento, aumentando a quantidade de dados recolhidos. Assim, no decorrer do texto, ao trabalharmos com um número determinado de pessoas, não raro teremos uma quantidade maior de informações, ou seja, num universo de 10 pessoas, por exemplo, poderemos ter 20 informações sobre os fluxos, se cada uma citar duas cidades de destino.

Em relação à frequência de deslocamento estabelecemos algumas opções que variavam de *uma vez por ano*, *de vez em quando* (mais de uma vez por ano e menos que uma vez por mês), *todo mês* (uma vez por mês), *mais de uma vez por mês*, *uma vez por semana*, *mais de uma vez por semana* e *todos os dias*. Cabe ainda pontuar que alteramos a forma de perguntar “quais serviços faltam em sua cidade?”, questão que muitas vezes levava a uma confusão

de associar serviços a empregos, substituindo pela pergunta “o que falta em sua cidade?”, o que incluía a categoria serviços de uso coletivo e também emprego, para qual não havíamos atentado antes da pesquisa de campo, como um dado que leva as pessoas a se deslocarem para outro centro.

As informações recolhidas permitiram-nos visualizar um pouco mais de perto como se dão as interações espaciais das cidades consideradas.

#### **4.3.1. Sobre as frequências e formas/meios de deslocamentos: até que ponto a renda condiciona a lógica das interações espaciais?**

Lembrando-nos de Catelan (2013b), a temporalidade dos fluxos se constitui como fator de importância para analisarmos as interações espaciais, aqui expressas na frequência de deslocamento a partir das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul para outros centros urbanos. Nesse âmbito de análise, podemos definir certo grau de coesão espaço-temporal na produção das interações espaciais e da rede urbana.

Analisando-se o rendimento dos entrevistados com o deslocamento ou não para outro centro urbano, assim como a frequência e forma/meio de deslocamento daqueles que indicaram ir para outra cidade, verificamos entre as cidades estudadas dados parecidos, todavia com algumas especificidades. Consideremos, primeiramente, aqueles entrevistados que indicaram não se deslocar para outra cidade.

Com base na pesquisa de campo, podemos inferir que para alguns centros urbanos do Sudoeste do estado a renda média familiar<sup>165</sup> parece não constituir fator considerável no estabelecimento de interações espaciais interurbanas. Em Bonito, Nioaque e Bodoquena<sup>166</sup> existem entrevistados que mesmo apresentando um rendimento acima de 02 salários mínimos, indicaram não se deslocar para outro centro urbano. Todavia nas outras cidades estudadas

---

<sup>165</sup> Os valores de rendimento são baseados no salário mínimo em 2015, ou seja, R\$ 788,00.

<sup>166</sup> Os dados que recolhemos nessas cidades, quanto ao rendimento associado ao deslocamento, são: em Bonito, do total de 50 entrevistados, 22 indicaram que não se deslocam para outra cidade, sendo que a renda desses variava entre 01 (um) a 04 (quatro) salários mínimos – apenas 01 (um) alegou deter renda familiar acima de 03 salários, 11 (onze) acima de 01 (um) até 03 (três) salários, e 10 indicaram deter renda média de 01 (um) salário mínimo; em Nioaque verificamos que, dos 50 entrevistados, 15 indicaram não se deslocar para outro centro, sendo que a renda desses variava entre 01(um) que indicou deter renda variável, 07 (sete) que indicaram deter renda familiar até 01 (um) salário mínimo, 05 (cinco) acima de 01 (um) a 02 (dois) salários mínimos, e 02 (dois) acima de 02 (dois) a 04 (quatro) salários mínimos; e em Bodoquena, do total de 50 pessoas entrevistadas, 17 apontaram que não se deslocam para outro centro urbano, sendo que a renda desses, se mostra bastante variada: são 08 (oito) pessoas com rendimento até 01 (um) salário mínimo, 07 (sete) com rendimento acima de 01 (um) até 02 (dois) salários mínimos, e 02 (duas) com rendimento acima de 02 (dois) até 04 (quatro) salários mínimos.

(Porto Murтинho, Caracol, Bela Vista, Jardim e Guia Lopes da Laguna)<sup>167</sup>, com algumas variações, verificamos que a renda não muito elevada dos entrevistados – nesses centros os rendimentos dos que indicaram não se deslocar situavam-se abaixo de 02 salários mínimos – influi como fator considerável do não deslocamento no espaço interurbano.

Entretanto, apesar dessas constatações, cabe apontar que dentro do grupo dos entrevistados que indicaram se deslocar para outros centros urbanos, a partir dessas cidades, há entrevistados que indicaram deter rendimentos baixos. Verifiquemos, então, estes dados:

**Quadro 14**

**Municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul  
Rendimento familiar e deslocamento dos entrevistados**

Cidades	Frequência	Total	Até 01 salário mínimo	Acima de 01 - 03 salários mínimos	Acima de 03 - 05 salários mínimos	Acima de 05 salários mínimos
<b>BONITO</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	0	0	0	0	0
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	11	02	01	04	04
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	17	07	08	03	0
<b>NIOAQUE</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	03	0	01	01	01
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	11	0	03	02	06
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	24	11	08	02	03

<sup>167</sup> Com relação a esses centros urbanos, temos os seguintes dados: Porto Murтинho – do total de 51 entrevistados, 08 pessoas indicaram não se deslocar para outro centro urbano, sendo que o rendimento dos mesmos variava entre menor que 01 (um) salário mínimo (02 pessoas), 01 (um) salário mínimo (03 pessoas), acima de 01 (um) até 02 (dois) salários mínimos (02 pessoas) e acima de 02 (dois) até 03 (três) salários mínimos (01 pessoa); Caracol – dos 50 entrevistados, 16 indicaram não se deslocar para outra cidade, sendo que o rendimento desses não ultrapassava 02 (dois) salários mínimos (dessas 16 pessoas, 01 não soube informar o rendimento), 05 (cinco) alegaram possuir rendimento menor que um salário mínimo, 08 (oito) indicaram deter 01 (um) salário mínimo, e 02 (dois) acima de 01 (um) até 02 (dois) salários mínimos; Bela Vista – visualizamos que, do total de 52 entrevistados, apenas 05 (cinco) apontaram que não se deslocam para outro centro, sendo que o rendimento mensal variava entre menor que 01 (um) salário mínimo (02 pessoas) e de 01 (um) até 1,5 (um e meio) salário mínimo (03 pessoas); Guia Lopes da Laguna – do total de 50 entrevistados, 08 (oito) indicaram não se deslocar para outra cidade, sendo que suas rendas se situavam em torno de 01 (um) salário mínimo, 03 (três) indicaram que suas rendas não alcançavam 01 (um) salário mínimo, 02 (dois) que possuíam 01 (um) salário mínimo mensal, e 03 (três) que possuíam renda pouco superior a 01 (um) salário mínimo; e Jardim – do total de 50 entrevistados, 13 indicaram não se deslocar para outro centro, sendo que seus rendimentos variavam entre aqueles que indicaram deter 01 (um) salário mínimo mensal (05 pessoas), acima de 01 (um) a 02 (dois) salários mínimos (07 pessoas) e 01 (um) que não soube especificar o rendimento mensal.

Cidades	Frequência	Total	Até 01 salário mínimo	Acima de 01 - 03 salários mínimos	Acima de 03 - 05 salários mínimos	Acima de 05 salários mínimos
<b>BODOQUENA</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	05	01	01	01	02
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	06	0	04	01	01
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	28 <sup>168</sup>	10	11	02	04
<b>PORTO MURTINHO</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	02	01	0	01	0
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	12	05	01	04	02
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	41 <sup>169</sup>	18	08	10	04
<b>CARACOL</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	02	0	02	0	0
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	15	06	04	03	02
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	21 <sup>170</sup>	14	03	02	01
<b>BELA VISTA</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	14	08	03	02	01
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	19	05	08	05	01
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	26	13	08	04	01
<b>GUIA LOPES DA LAGUNA</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	19	05	08	05	01
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	19	08	07	03	01
	Fluxos esporádicos (de vez em quando e 01 vez por ano)	16	08	06	02	0
<b>JARDIM</b>	Fluxos semanais (uma ou mais vezes por semana)	2	01	0	0	01
	Fluxos mensais (uma ou mais vezes por mês)	12	01	04	02	05

<sup>168</sup> Uma pessoa indicou que tem rendimento mensal variável, se deslocando para outro centro de vez em quando.

<sup>169</sup> Uma pessoa, que se desloca de vez em quando para outro centro, não soube informar rendimento.

<sup>170</sup> Uma pessoa, que se desloca de vez em quando para outro centro, não soube informar o rendimento.

Cidades	Frequência	Total	Até 01 salário mínimo	Acima de 01 - 03 salários mínimos	Acima de 03 - 05 salários mínimos	Acima de 05 salários mínimos
	Fluxos esporádicos (de vez em quando ou 01 vez por ano)	29 <sup>171</sup>	11	09	05	02

Fonte: GOMES, I. R. P. Pesquisa de Campo, 2015.

Org: GOMES, 2016.

A princípio, pensávamos que a renda era fator determinante do deslocamento para outro centro; todavia, conforme pode-se observar, ocorre que a partir de todos os centros urbanos considerados, mesmo entre aqueles de menor rendimento, há o deslocamento, apesar de a frequência ser, majoritariamente, esporádica (de vez em quando).

Em Bonito e Nioaque verificamos uma proporção entre a frequência de deslocamento e o rendimento: quanto maior a renda, maior a frequência. Em Jardim essa tendência é mínima, havendo um pequeno aumento nas frequências de deslocamento conforme o aumento da renda – a partir da faixa acima de 05 salários mínimos.

Em Bodoquena e Porto Murtinho, todavia, não percebemos esta tendência, tendo considerável número de entrevistados acima de 03 salários que se deslocam apenas de vez em quando. Chama a atenção o número de entrevistados de menor rendimento que se deslocam com maior frequência (mensal e semanal) a partir de Bela Vista e Guia Lopes da Laguna – cidades situadas próximas de outros centros urbanos, formando pequenas aglomerações com Bella Vista Norte (PY) e Jardim, respectivamente. Com relação a Caracol, não parece clara uma variação na frequência de deslocamento entre as faixas de renda, com peso considerável de entrevistados de menor rendimento que se deslocam esporadicamente.

Cabe ressaltar que a maior parte dos fluxos que partem das cidades que compõem o Sudoeste do estado tem uma frequência, em maior proporção, baixa (são 202 fluxos esporádicos, no total), com exceção de Bela Vista e Guia Lopes da Laguna. Com relação a Porto Murtinho podemos atribuir a baixa frequência de deslocamento (41 fluxos esporádicos) ao fator distância<sup>172</sup> dos demais centros urbanos – a cidade brasileira mais próxima é Caracol, cerca de 120 km de distância de Porto Murtinho –, com exceção, pontue-se, de Puerto Carmelo Peralta (PY), separada geograficamente de Porto Murtinho apenas pelo Rio Paraguai. Para esse centro, o deslocamento configura uma coesão temporal maior com fluxos mensais e até semanais.

<sup>171</sup> Duas pessoas, que indicaram se deslocar de vez em quando para outro centro, não souberam indicar o rendimento.

<sup>172</sup> As distâncias aqui citadas incluem a rota pelas rodovias, portanto, não numa linha reta (abstrata), mas de acordo com a materialidade da rede rodoviária. Para inferir as distâncias foi utilizado o Google Maps (<https://www.google.com.br/maps>), indicando como meio de transporte o carro.

O deslocamento, bem como sua intensidade/periodicidade, está associado a outros fatores que não só os econômicos, como nos lembra Whitacker (2003). Em aproximação às ideias do autor, necessidades e desejos movem os usos do e no espaço, o que nos leva a ponderar que as interações espaciais estruturadoras do espaço em rede são movidas por necessidade e desejos dos entrevistados em diferentes dimensões da produção de seus modos de vida<sup>173</sup>. Nesse sentido vemos que apesar de considerável número de entrevistados indicar possuir rendimento até 01 salário mínimo, ocorre o deslocamento para outro centro urbano, assim como entrevistados de rendimento acima de 02 ou 03 salários mínimos não se deslocavam pela rede urbana.

Apesar de a renda não se colocar como fator determinante do deslocamento e sua frequência, em algumas das cidades estudadas – Bonito, Jardim, Nioaque, Porto Murtinho e Guia Lopes da Laguna – verificamos que a renda condiciona a forma/meio com que esse deslocamento se dá.

Em Bonito, entre os de menor rendimento (09 pessoas que detinham até 01 salário mínimo) a forma de deslocamento era o transporte disponibilizado pela prefeitura (van ou ônibus), carona, e/ou de ônibus da viação que faz a linha de transporte no Sudoeste do estado<sup>174</sup>. Já os que indicaram renda a partir de 02 (dois) salários mínimos (20 pessoas), majoritariamente, o meio de transporte era carro próprio; apenas 02 (duas) pessoas indicaram se deslocar por meio da van da prefeitura e da van de uma empresa que faz a linha Bonito-Campo Grande.

Com relação a Jardim, os meios/formas de deslocamentos citados pelos entrevistados de menor rendimento (até 01 salário mínimo) foram: ônibus (citado 09 vezes), veículo da prefeitura (citado 02 vezes), carona (citada 01 vez) e carro (citado 01 vez). Para 12 pessoas com renda de 01 a 03 salários mínimos observamos que o carro foi citado 07 (sete) vezes, sendo seguido por ônibus (citado 04 vezes), van (citada 02 vezes) e veículo da prefeitura (citado 01 vez). Os 06 entrevistados com renda de 03 a 05 salários mínimos indicaram que se deslocam de carro – apenas 01 (um) acrescentou que se desloca também de ônibus. Para 06 (seis) entrevistados que indicaram rendimento acima de 05 (cinco) salários mínimos as formas de deslocamento foram carro (citado 04 vezes) e ônibus (citado 02 vezes).

---

<sup>173</sup> Como exemplo, não raro, no decorrer da entrevista, ao perguntarmos a idosos se iam para outra cidade, alguns apontavam se deslocar por motivos de saúde, o que implica certa periodicidade de consultas, exames, tratamentos, etc. Ao depararmos com entrevistados mais jovens, lazer e compras apareciam como motivo de deslocamento, o que implica também em frequências variadas de deslocamento.

<sup>174</sup> Viação Cruzeiro do Sul LTDA.



Com relação a Nioaque, os de menor rendimento (11 pessoas, com renda até 01 salário mínimo) indicaram se deslocar de carro (citado 07 vezes), ônibus (citado 05 vezes), carona e van da prefeitura (citadas uma vez cada uma). De 12 entrevistados com renda de 01 a 03 salários mínimos o meio de transporte mais citado foi o carro (06 vezes), seguido por ônibus (05 vezes), carona, moto, van e veículo da prefeitura, que apareceram uma vez cada um nas respostas. Para 04 entrevistados com renda de 03 a 05 salários mínimos a forma de deslocamento era carro, apenas um acrescentou que também utiliza-se de ônibus. Para 08 (oito) com renda superior a 05 salários mínimos a forma de deslocamento indicada foi o carro.

No tocante a Porto Murinho, 18 entrevistados que possuíam até 01 (um) salário mínimo indicaram se deslocar de ônibus, alguns indicaram que se deslocam de barco (para Puerto Carmelo Peralta-PY), e apenas 01 (um) acrescentou que também se desloca de carro. Já entre os 15 que detinham renda acima de 01 (um) até 04 (quatro) salários mínimos a forma de deslocamento variava entre carro (citado 08 vezes), ônibus (citado 08 vezes) e van da prefeitura (citado 01 vez). Dos 09 (nove) que possuíam renda superior a 04 (quatro) salários mínimos, todos indicaram se deslocar de carro, apenas 02 (dois) acrescentaram que também se deslocam de barco (para Puerto Carmelo Peralta-PY) e 01 (um) de ônibus. Apenas 01 (um) agente que não soube informar a renda familiar indicou que se desloca de ônibus.

Em relação a Guia Lopes da Laguna, das 17 pessoas que alegaram renda até 01 (um) salário mínimo<sup>175</sup> os meios de deslocamento utilizados se dividiam entre carro (citado 05 vezes), ônibus (citado 07 vezes), veículo da prefeitura (citado 02 vezes), circular (citado 05 vezes), moto (citado 02 vezes) e a pé (citado 01 vez). Das 16 pessoas que indicaram deter renda acima de 01 (um) até 02 (dois) salários mínimos a forma de deslocamento varia entre carro (citado 07 vezes), moto (citado 03 vezes), ônibus (citado 02 vezes) veículo da prefeitura (citado 02 vezes), carona (citada 02 vezes), circular (citado 02 vezes), moto táxi (citado 01 vez) e bicicleta (citada 01 vez); entre aqueles de rendimento acima de 02 salários mínimos (09 pessoas), todos indicaram se deslocar de carro, apenas dois acrescentaram que também se deslocam de ônibus e circular.

Conforme pontuamos, para esses centros urbanos, visualizamos que dependendo da renda a forma de deslocamento utilizado modifica-se. De modo geral, entre os de maior rendimento predomina o uso do automóvel particular, sendo que para os de menor renda predomina o uso do ônibus. Todavia, como percebemos, ocorre de algumas pessoas de menor renda utilizarem-se do carro para se locomover, assim como entre os de maior rendimento aparece o

---

<sup>175</sup> Em relação a 01 (um) desses 17 entrevistados, não recolhemos informações quanto ao meio de transporte utilizado.

uso do ônibus, característica que fica mais evidente na análise dos centros urbanos de Bela Vista, Bodoquena e Caracol.

Quanto à forma de deslocamento dos entrevistados em Bela Vista: os 22 que detinham renda até 01 (um) salário mínimo se deslocavam<sup>176</sup> de carro (citado 07 vezes), moto (citado 07 vezes), ônibus (citado 06 vezes), carona (citado 01 vez), van (citado 01 vez), bicicleta (citado 02 vezes) e a pé (citado 01 vez). Entre aqueles que se situam dentro da faixa acima de 01 (um) a 03 (três) salários mínimos (16 pessoas<sup>177</sup>) o meio deslocamento citado foi carro (citado 07 vezes), ônibus (citado 06 vezes), moto (citado 03 vezes), veículo da prefeitura (citado 01 vez) e a pé (citado 01 vez). Entre os 06 (seis) entrevistados de rendimento acima de 03 (três) a 05 (cinco) salários mínimos a forma de deslocamento era, majoritariamente, de carro (citado 05 vezes); três, porém, acrescentaram que também se deslocam de moto, sendo que apenas 01 (uma) pessoa indicou se deslocar de moto ou de ônibus. Os de renda superior a 05 (cinco) salários mínimos (03 pessoas) indicaram se deslocar de carro.

Em Bodoquena, 01 pessoa, com renda variável se desloca por meio da utilização do veículo da prefeitura. Para 10 entrevistados com renda de até 01 salário mínimo a forma de deslocamento era variada: 02 (dois) indicaram se deslocar de carro, 03 (três) de ônibus, 02 (dois) com veículos da prefeitura e 01 (um) indicou se deslocar de carona<sup>178</sup>. Entre 09 (nove) entrevistados com rendimento acima de 01 a 02 salários mínimos, 02 (dois) indicaram se deslocar de carro, 02 (dois) de moto e 04 (quatro) de ônibus<sup>179</sup>. Entre 08 pessoas com renda acima de 02 a 04 salários mínimos, 06 (seis) utilizavam-se de carro para se locomover e apenas 02 (dois) indicaram se deslocar de ônibus. Por fim, das 05 pessoas de rendimento superior a 04 salários mínimos apenas 01 alegou se deslocar de ônibus, as demais indicaram utilizarem-se de carro.

Quanto a Caracol, comparando a renda com o meio de deslocamento, verificamos que dos 19 que indicaram renda até 01 (um) salário mínimo, 09 (nove) citaram ônibus, 08 (oito) indicaram carro, 04 (quatro) alegaram se deslocar de carona e 01 (uma) indicou se deslocar com táxi. Dos 12 que indicaram possuir renda acima de 01 (um) até 04 (quatro) salários mínimos, foram citados como meios de deslocamento: carro (09 pessoas), ônibus (03 pesso-

---

<sup>176</sup> Uma pessoa indicou que se desloca com ônibus da equipe do esporte que pratica.

<sup>177</sup> Apenas com relação a uma pessoa dessas dezesseis não recolhemos informações quanto à forma/meio de deslocamento.

<sup>178</sup> Nas respostas de três desses 10 entrevistados não foram coletadas informações quanto ao meio de transporte utilizado.

<sup>179</sup> Nas respostas de dois desses 09 entrevistados não foram coletadas informações quanto ao meio de transporte utilizado.

as), moto (01 pessoa) e veículo da prefeitura (01 pessoa). Duas pessoas que indicaram deter renda superior a 04 (quatro) salários mínimos se deslocam de carro.

Com relação a esses últimos centros, percebemos que a forma de deslocamento não varia muito comparando as diferentes classes de renda, conforme já apontamos acima, na utilização de veículos particulares ou coletivos. Cabe pontuar, todavia, que os de maior renda podem optar por se deslocar com veículo particular ou coletivo.

Pontos interessantes a levantar são as formas de deslocamento produzidas a partir de alguns centros: em razão da proximidade entre Bela Vista e Bella Vista Norte (PY), ocorrem deslocamentos por meio de bicicleta, e até mesmo a pé, tal como ocorre entre Jardim e Guia Lopes da Laguna, o que se dá entre aqueles de menor rendimento. A existência de circular e a utilização de moto-táxi nos deslocamentos entre Jardim e Guia Lopes da Laguna também são dados a valorizar; e os deslocamentos por meio de pequenos barcos entre Porto Murinho e Puerto Carmelo Peralta. São meios de transporte que, além de evocarem elementos de singularidades na análise das cidades do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, demonstram certo grau de interações interurbanas.

#### **4.3.2. Consumo do e no espaço dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul: sobre a ausência de serviços, funções e bens de consumo**

Uma parte do questionário, como já apontamos, se voltava a questões sobre a ausência de serviços de uso coletivo, funções e de bens/produtos nas cidades pesquisadas. Com base nessas informações, podemos visualizar parte da complexidade funcional dos centros urbanos, aproximando-nos dos motivos que levam as pessoas a se deslocarem pela rede urbana.

De modo geral, nas cidades que compõem o Sudoeste do estado, os serviços e funções ausentes que mais levam os entrevistados a se deslocarem para outros centros são serviços de saúde especializados, que apareceu ao todo 231 vezes nos questionários, seguido da ausência de empregos, citado 81 vezes, ausência de serviços de saúde em geral, ao todo citado 47 vezes, e ausência de ensino técnico e/ou superior, citado 43 vezes, dentre outros citados menos vezes. Excetuando-se a ausência de serviços de saúde especializados, que se destaca na

fala dos entrevistados de todas as cidades<sup>180</sup>, as ausências variam conforme a cidade considerada: postos de trabalho/empregos<sup>181</sup> parece ser mais evidente em Porto Murtinho, Bodoquena, Nioaque, Jardim e Caracol; quanto a serviços superior e/ou ensino técnico<sup>182</sup>, nos centros de Bela Vista e Bodoquena são mais explícitos.

Em relação ao consumo de bens, visualizamos que as cidades de Bonito, Nioaque, Porto Murtinho, Bela Vista e Jardim contam com um setor comercial que atende à demanda da população local, pois parcela considerável dos entrevistados nesses centros urbanos (acima de 40 entrevistados em todos eles) indicaram encontrar tudo de que precisam na localidade. Outro grupo pode ser formado por Bodoquena, Caracol e Guia Lopes da Laguna, onde parcela considerável dos entrevistados não encontra os bens de que necessitam na localidade<sup>183</sup>, sendo mais marcante essa característica em Guia Lopes da Laguna. Para esses centros, conforme pontuaremos a seguir, outros centros urbanos são acionados como complementares às suas relações comerciais: Miranda, com relação a Bodoquena; Bela Vista, com relação a Caracol; e Jardim, com relação a Guia Lopes da Laguna.

Todavia, de modo geral, parcela considerável dos entrevistados (para 119 deles), indicou que os preços praticados nas cidades do Sudoeste são elevados. Tal fato nos leva a pensar na assertiva de Corrêa (2006) sobre o ciclo de produção-circulação-consumo capitalista, na qual as cidades pequenas e cidades locais estão no final desse ciclo, onde os preços de determinados bens são mais elevados.

---

<sup>180</sup> Com relação à ausência de serviços de saúde especializados nos centros do Sudoeste do estado, recolhemos os seguintes números: em Bonito foi citada 29 vezes, em Nioaque 34 vezes, em Bodoquena 22 vezes, em Porto Murtinho 34 vezes, em Caracol 21 vezes, em Bela Vista 28 vezes, em Guia Lopes da Laguna 33 vezes e em Jardim 30 vezes.

<sup>181</sup> Com relação a estes dados, em Bonito foi citado 03 vezes a ausência de empregos, em Nioaque foi citado 13 vezes, em Bodoquena 16 vezes, em Porto Murtinho 21 vezes, em Caracol 10 vezes, em Bela Vista 06 vezes, em Guia Lopes da Laguna 02 vezes e em Jardim 10 vezes.

<sup>182</sup> Quanto a ausência de ensino técnico e/ou superior foram citados nas cidades pesquisadas: 04 vezes em Bonito, 06 vezes em Nioaque, 13 vezes em Bodoquena, 02 vezes em Porto Murtinho, 03 vezes em Caracol, 11 vezes em Bela Vista e 04 vezes em Jardim. Em Guia Lopes da Laguna, nas respostadas obtidas, nenhum entrevistado indicou a ausência de ensino superior.

<sup>183</sup> Com relação aos bens não encontrados em Bodoquena foram citados: alimentos, eletrodomésticos, eletrônicos, material para artesanato, móveis, medicamentos e roupas; alguns indicaram faltar variedade de produtos, lojas de departamentos e supermercados. No que trata da ausência de bens no comércio de Caracol, foram citados eletrodomésticos (citado 04 vezes), eletrônicos (citado 01 vez), alimentícios (citado 04 vezes), móveis (citado 03 vezes), remédios (citado 03 vezes), produtos para revenda (citado 01 vez). Algumas pessoas apontaram que o setor do comércio da cidade é pouco diversificado: somente um posto de gasolina, o que leva ao monopólio do preço da mesma; ausência de lojas de departamentos; poucos supermercados; baixa variedade de produtos. Em relação aos bens de consumo que os entrevistados indicaram não encontrar em Guia Lopes da Laguna, foram citados: peças (citada 01 vez), remédios (citado 01 vez), ferramentas (citada 01 vez), roupas (citadas 02 vezes), produtos alimentícios (citado 03 vezes), eletrônicos (citados 03 vezes), móveis (citados 04 vezes), peças automotivas (citadas 04 vezes) e eletrodomésticos (citados 11 vezes). Outros ainda indicaram faltar na cidade lojas de departamentos (citadas 03 vezes) e variedade de produtos.

Alguns entrevistados, visando “fugir” aos preços praticados, e também à baixa variedade de produtos nas cidades do Sudoeste, indicaram utilizar-se da rede de internet para o consumo. Todavia esse número era baixo: em Bonito e Nioaque eram apenas 09 dos 50 entrevistados, em Bodoquena 13 das 50 pessoas entrevistadas indicaram consumir pela internet, em Porto Murtinho eram 12 dos 51 entrevistados, em Caracol foram apenas 04 pessoas que indicaram tal meio de consumo, em Bela Vista 06 entrevistados consumiam pela internet, em Guia Lopes da Laguna o número de usuários de internet entre os 50 entrevistados era de 07 pessoas, e em Jardim tal número era de 13 pessoas. Cabe pontuar, que a temporalidade com que se dava a utilização da rede de internet para consumo, entre os entrevistados, era baixa, sendo que em sua maior parte eles apontaram realizar estas operações apenas de vez em quando (citado 56 vezes essa frequência, ao todo).

Com relação a seis desses centros urbanos (Bonito, Nioaque, Bodoquena, Caracol, Bela Vista e Jardim) conseguimos identificar que os entrevistados possuíam rendimento mensal considerável (com médias acima de 03 salários), com considerável grau de instrução<sup>184</sup>. Para Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim e Nioaque, há a especificidade da faixa etária dos entrevistados se restringir de 22 a 59, ou seja, um grupo composto de jovens e de pessoas com idades não muito avançadas. Apenas Porto Murtinho, ao qual os entrevistados indicaram média aproximada de 3,5 salários mínimos, apresentando variados níveis de instrução e idade, e Guia Lopes da Laguna, com variados níveis de rendimento, instrução e idade não conseguimos visualizar um perfil de usuários da rede de internet.

#### **4.3.3. A disposição espacial dos fluxos: as interações espaciais e a estruturação da rede urbana**

---

<sup>184</sup> Quanto aos graus de instrução: Bonito – distribuía-se em Ensino Médio (05 pessoas) e Ensino Superior (04 pessoas); Nioaque – 03 (três) possuíam Ensino Fundamental, 03 (três) possuíam Ensino Médio, 01 (um) Ensino Superior Incompleto, 01 (um) Ensino Superior Completo e 01 (um) Nível Técnico; Bodoquena – se distribuía em 01 (um) com Ensino Fundamental Incompleto, 07 (sete) Ensino Médio e 05 (cinco) Ensino Superior; Caracol – se distribuía entre Ensino Médio (02 pessoas) e Ensino Superior (02 pessoas); Bela Vista – 04 (quatro) pessoas com ensino superior, 01 (uma) Ensino Médio incompleto e 01 (uma) Ensino Médio completo; Jardim – se dividia entre 02 (duas) pessoas com Ensino Fundamental completo, 04 (quatro) com Ensino Médio completo e 07 (sete) com Ensino Superior.

#### 4.3.3.1 Sobre o papel de centralidade de Campo Grande: a estruturação hierárquica da rede urbana

Com base nos dados levantados, fica explícito o papel de centralidade de Campo Grande sobre os centros que compõem a região (de planejamento) Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, confirmando, em parte, o estudo da REGIC de 2007 (IBGE, 2008). Em parte, pois Caracol e Bela Vista apareciam indiretamente, em 2007, sob a região de influência de Dourados (Capital Regional C), mediados por Ponta Porã (Centro de Zona A), que continua projetando sua centralidade sobre algumas cidades do Sudoeste, como veremos adiante. Todavia, o que se mostrou foi que esses centros se inclinam para a Capital Regional A (Campo Grande), direta ou indiretamente.

Com relação a Bonito, dos 28 entrevistados que indicaram se deslocar para outro centro, 22 (vinte e duas) pessoas indicaram ter Campo Grande (no centro do estado, distante cerca de 270 km) como destino de deslocamento. Quanto à temporalidade/frequência e motivos pelos quais se dão esses fluxos: 10 (dez) afirmaram se deslocar para a capital *de vez em quando* – tendo como motivo saúde (citada 05 vezes), visita a familiares (citada 05 vezes), lazer (citado 03 vezes) e compras (citada 03 vezes); 08 (oito) se deslocam *uma vez por mês* – para trabalho (citado 01 vez), compras (citada 02 vezes), visita a familiares (citada 04 vezes), e saúde (citada 04 vezes); 03 (três) alegaram ir para Campo Grande *mais de uma vez por mês* – para lazer (citado 03 vezes), compras (citada 02 vezes), saúde (citada 02 vezes), e família, estudo e trabalho foram citados apenas uma vez; e 01 (um) *uma vez por ano*, para utilização de serviços de saúde. Destaque-se a frequência das interações de Bonito com Campo Grande, somando-se aqueles que indicaram se deslocar *todo mês* e *mais de uma vez por mês* temos um total de 11 ligações, sendo que lazer, compras, visita a familiares e serviços de saúde foram os motivos que mais vezes foram citados, pelo total de 22 respostas, que indicaram Campo Grande como destino.

Em Nioaque, a proporção de pessoas que indicou se deslocar para Campo Grande (cerca de 190 km de distância) é a mesma que a de Bonito, dos 35 entrevistados que indicaram se deslocar para outro centro, a capital do estado foi citada 22 vezes. Todavia, a maior parte desses fluxos é de pessoas que se deslocam apenas *de vez em quando* (13 pessoas), mas aparecem também 06 (seis) pessoas que indicaram se deslocar *todo mês* para Campo Grande e 03 (três) pessoas que indicaram se deslocar *mais de uma vez por mês*. Dentre os motivos citados estão: trabalho (citado 01 vez), estudo (citado 01 vez), serviços bancários (citado 01 vez),

lazer (citado 02 vezes), compras (citada 03 vezes), família (citada 10 vezes) e saúde (citada 12 vezes).

No tocante às interações estabelecidas entre Bodoquena e Campo Grande (cerca de 260 km de distância), dos 33 entrevistados que indicaram se deslocar para outro centro, a Capital Regional A foi citada 16 vezes. Com relação à temporalidade desses fluxos e os motivos que os produzem: 01 (uma) dessas pessoas indicou se deslocar apenas *uma vez por ano*, 12 indicaram se deslocar *de vez em quando*, 02 (duas) *todo mês* e 01 (uma) *uma vez por semana*, sendo que os motivos de deslocamentos variavam entre: compras (citada 03 vezes), saúde (citada 09 vezes), lazer (citado 03 vezes) e visita a familiares (citada 09 vezes).

Dos 43 entrevistados de Porto Murtinho que indicaram se deslocar para outro centro, Campo Grande apareceu como destino de 36 pessoas. A frequência de deslocamento, em sua maior parte baixa para Campo Grande, se deve, pontuemos, em fator da distância (440 km de Porto Murtinho): 02 (dois) indicaram se deslocar apenas *uma vez por ano*, 28 apontaram se deslocar *de vez em quando*, e 06 (seis) alegaram se deslocar *todo mês*. Todavia, os motivos de deslocamento são variados: esporte e estudo (citados 01 vez), trabalho (citado 03 vezes), compras (citada 06 vezes), lazer (citado 07 vezes), saúde (citada 20 vezes) e visita a familiares (citada 23 vezes). Cabe apontar que quando se deslocam essas pessoas estabelecem mais de um tipo de relação, o que ocorre para 25 desses 36 entrevistados.

Apesar de estar situada a distância considerável de Porto Murtinho, podemos perceber como Campo Grande tem importância nas interações espaciais estabelecidas com esta cidade. Resgatando um princípio discutido por Christaller (CAMAGNI, 1993), podemos inferir que a Capital Regional A projeta seu *alcance espacial* (distância máxima que um bem ou serviço alcança demanda) sobre ampla área do estado do Mato Grosso do Sul, por dispor de serviços diferenciados de saúde, alcançando Porto Murtinho, no extremo Sudoeste do estado.

Com relação aos fluxos que partem de Jardim, dos 37 entrevistados que indicaram se deslocar para outro centro, Campo Grande (cerca de 240 km de distância) foi citada 27 vezes como destino. Quanto à temporalidade dessas interações espaciais: 19 pessoas indicaram que se deslocam apenas *de vez em quando*, 07 (sete) apontaram que se deslocam *todo mês* e 01 (um) entrevistado *mais de uma vez por mês*. Apesar de prevalecer uma frequência menor de deslocamento (de vez em quando), 08 (oito) entrevistados apontaram uma frequência mensal de deslocamento. Dentre os motivos que movimentam essas pessoas para esse centro estão: visita a familiares (citada 19 vezes), saúde (citada 16 vezes), lazer (citado 06 vezes), compras

(citada 03 vezes), trabalho (citado 02 vezes) e encontros religiosos (citado 01 vez). Note-se que são várias as relações socioespaciais acionadas nas interações com Campo Grande.

Com relação a Caracol, Bela Vista e Guia Lopes da Laguna, observamos que as interações estabelecidas com Campo Grande situam-se num segundo plano. Para esses centros urbanos, outras cidades se põem como principais destinos de seus fluxos: para Caracol, Bela Vista é o centro urbano com maior importância nas suas interações, sendo citado 25 vezes entre os 34 entrevistados que indicaram se deslocar pela rede urbana; Bella Vista Norte (PY) é o centro para qual se deslocam 33 dos 47 entrevistados em Bela Vista; e Jardim foi citado por 30 dos 42 entrevistados em Guia Lopes da Laguna que indicaram se deslocar para outro centro.

Caracol e Guia Lopes da Laguna, como centros locais, se ligam, respectivamente, a Bela Vista e Jardim (centros de zona B) numa hierarquia de relações, sendo integradas à região de influência de Campo Grande. As interações espaciais estabelecidas entre Bela Vista e Bella Vista Norte (PY) são de complementariedade, uma vez que o centro paraguaio não chega a subordinar a cidade brasileira.

Entretanto, parte significativa dos fluxos de Bela Vista se inclinam também para Campo Grande (que dista cerca de 325 km), sendo citada 20 vezes no questionário, estruturando-se numa relação hierárquica. Tal fato contrapõe o estudo da REGIC de 2007 (IBGE, 2008), como já mencionamos, que situava Bela Vista na região de influência de Dourados, sendo mediada por Ponta Porã, centros que foram citados 10 e 08 vezes, respectivamente, nos questionários.

Com relação à temporalidade das interações entre Bela Vista e Campo Grande variava: *de vez em quando* (citado 12 vezes), *todo mês* (citado 04 vezes) e *mais de uma vez por mês* (citado 02 vezes). Quanto aos motivos que impulsionam tal deslocamento estão compras (citada 01 vez), lazer (citado 01 vez), visita a familiares (citada 10 vezes) e serviços de saúde (citado 13 vezes).

Caracol, por sua vez, integra-se indiretamente à área de influência de Campo Grande, por se situar na hinterlândia de Bela Vista, todavia, observamos articulações diretas com a Capital Regional A. Das 34 pessoas que indicaram se deslocar para outro centro, Campo Grande (cerca 380 km de distância) foi citada 15 vezes. Os deslocamentos, em sua maior parte (09 pessoas), eram *de vez em quando*, sendo que 05 (cinco) pessoas alegaram se deslocar *todo mês* e 01 (uma) *mais de uma vez por mês*. Dentre os motivos que levam esses entrevistados a se deslocar estão: compras (citada 03 vezes), saúde (citada 06 vezes), lazer (citado 01



vez), trabalho (citado 02 vezes), estudo (citado 01 vez) e visita a familiares (citada 08 vezes), demonstrando uma variedade maior de interações espaciais, em parte conferida pelo dinamismo funcional de Campo Grande.

Com relação a Guia Lopes da Laguna, inserida na região de influência de Jardim, ligando-se indiretamente à Capital Regional A, estabelece grau considerável de interações espaciais diretamente com Campo Grande (cerca de 230 km de distância). Dos 42 entrevistados que indicaram se deslocar para outros centros, Campo Grande foi citada 17 vezes. A temporalidade e motivos que movimentam essas interações espaciais se dividiam em: *de vez em quando* (07 pessoas), *todo mês* (08 pessoas), *mais de uma vez por mês* (01 pessoa) e *uma vez por semana* (01 pessoa). Considerável é o número daqueles que se deslocam mensalmente para a Capital do estado. Dentre os motivos de deslocamento estavam: lazer (citado 01 vez), estudo (citado 01 vez), compras (citada 04 vezes), família (citada 07 vezes) e saúde (citada 09 vezes).

Do total de fluxos dos centros urbanos do Sudoeste do estado que se destinavam a Campo Grande os principais motivos foram saúde, sendo indicada 97 vezes, visita a familiares, citada 94 vezes, e compras, citada 30 vezes. Indicando-nos que as interações espaciais ao mesmo tempo em que se produzem num sentido hierárquico, pela centralidade conferida pelos serviços de saúde mais especializados e oferta de bens (por atacado, e produtos especializados) em Campo Grande – como procuramos apontar nos Capítulos I, e em alguns trechos do Capítulo III –, articula-se também em torno dos laços familiares, que significam parte considerável dos fluxos espaciais. Cabe pontuar que apesar da variável visita a familiares não aparentar demonstrar um grau de articulação funcional entre as cidades, não pode ser descartada como elemento de análise das interações espaciais, uma vez que aqueles que moram no centro de destino podem ter migrado para trabalhar, estudar, assim como aqueles que se deslocam para visitar familiares acionam, mesmo que numa escala pequena de relações socioespaciais, diferentes funções urbanas (comércios e serviços).

Cabe apontar, todavia, que as interações espaciais, a partir do Sudoeste do estado, tendem a complexificar o sentido hierárquico da rede urbana estruturada em torno do papel de centralidade de Campo Grande, seja pela centralidade exercida por Dourados, projetando-se, então, duas áreas de influências sobre algumas cidades do Sudoeste, seja pela existência de relações de complementaridade, onde a não subordinação parece constituir a lógica dos fluxos, ou seja, ainda, por interações espaciais não funcionais que ocorrem entre familiares situados em diferentes cidades. Passemos então a verificar quais são esses centros urbanos.

#### 4.3.3.2 Demais centros que compõem a rede urbana a partir do Sudoeste do estado: hierarquias, complementariedades e outras interações.

Iniciemos esse item a partir dos três últimos centros urbanos considerados na análise anterior (Bela Vista, Caracol e Guia Lopes da Laguna), os quais não estabelecem a maior parte de suas interações espaciais com Campo Grande: a partir de Caracol vemos que as interações espaciais se inclinam para Bela Vista; Guia Lopes da Laguna, por sua vez, tem maior grau de articulação com Jardim; e Bela Vista estabelece considerável número de interações com Bella Vista Norte (PY). Detalhemos um pouco mais essas interações, acrescentando à análise os demais centros urbanos para quais os fluxos se destinam.

Com relação à Caracol, dista cerca de 60 quilômetros de Bela Vista (centro de zona B), inserindo-se em sua região de influência, de acordo com a REGIC de 2007 (IBGE, 2008), o que confirmamos durante a realização da pesquisa, conforme já defendemos anteriormente. Cabe acrescentar à influência exercida por Bela Vista o papel (principalmente comercial) de Bella Vista Norte (PY), centralizando os fluxos de Caracol. Do total de 34 entrevistados que indicaram se deslocar para outro centro urbano, a partir de Caracol, Bela Vista foi citada 25 vezes como destino.

A temporalidade desses fluxos variava entre: *de vez em quando* (13 pessoas), *todo mês* (06 pessoas), *mais de uma vez por mês* (04 pessoas), *uma vez por semana* (01 pessoa) e *mais de uma vez por semana* (01 pessoa). Observamos aqui como as interações espaciais de Caracol com Bela Vista têm considerável grau de coesão sob a dimensão temporal dos deslocamentos, demonstrando maior intensidade de relações caracterizada por fluxos mensais e até semanais.

Quanto aos motivos de deslocamento estão: compras (citada 09 vezes), saúde (citada 03 vezes), lazer (citado 07 vezes), trabalho (citado 01 vez), família (citada 12 vezes), serviços jurídicos (citado 01 vez) e serviços bancários (citado 02 vezes). A variedade de motivos de deslocamento demonstra o papel de centralidade que Bela Vista exerce sobre Caracol, complementando em variadas funcionalidades as necessidades dos entrevistados dessa cidade, com destaque para compras e lazer. A oferta de bens em Bela Vista e também Bella Vista Norte (PY) no comércio de importados, acrescente-se, atende também a demanda de Caracol,

que busca, conforme pudemos constatar, produtos variados e a preços menores. Quanto ao lazer está, em parte, associado ao consumo de bens, mas também, acrescente-se no caso de Bela Vista/Bella Vista Norte, pelas relações culturais propiciadas pelos modos de vida na fronteira (festividades, comidas, etc.).

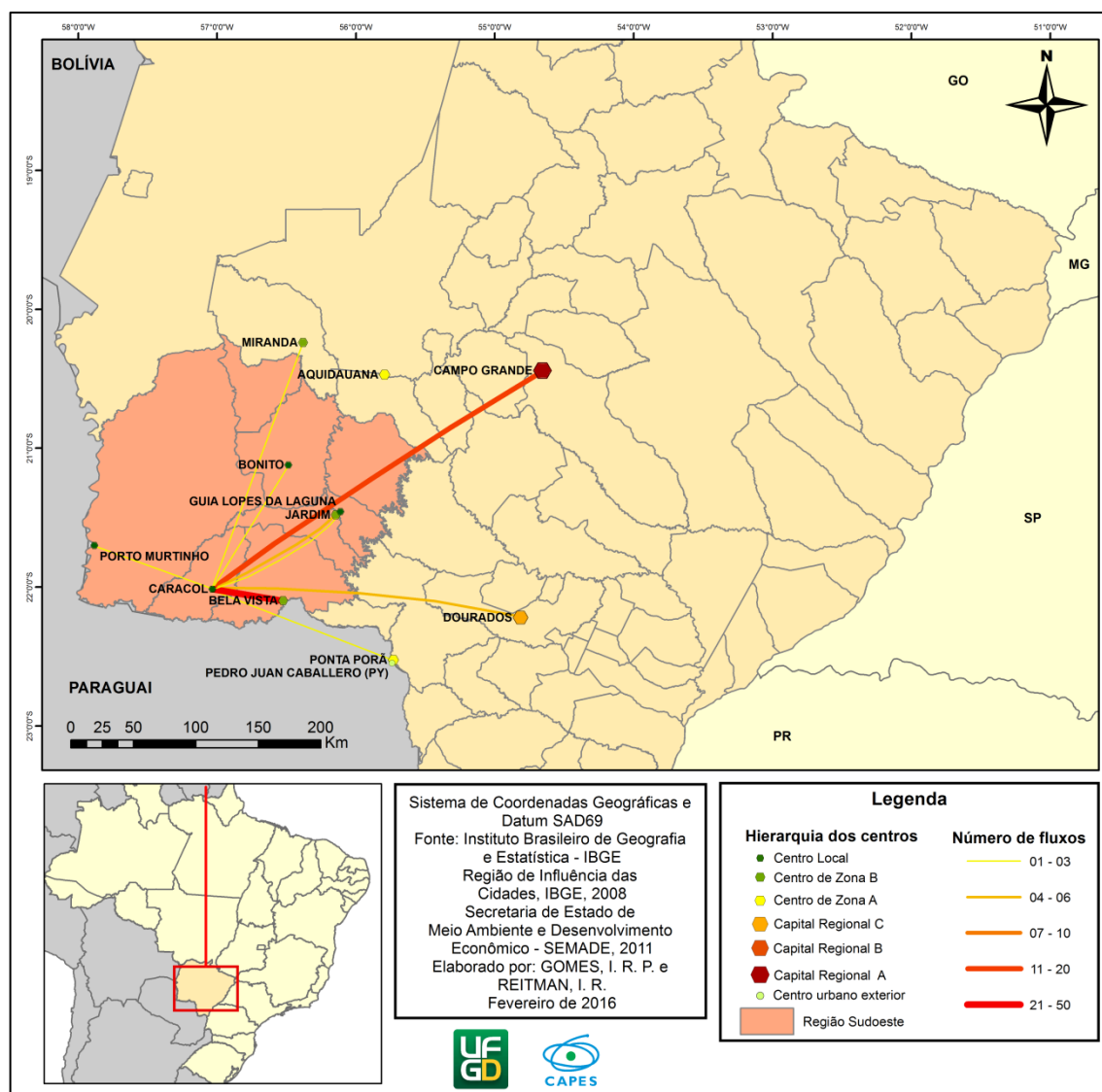
Outros centros aparecem como destino de deslocamento dos entrevistados em Caracol: Bonito (na região Sudoeste, a cerca de 150 km de distância), Guia Lopes da Laguna (na região Sudoeste, distante cerca de 140 km), Miranda (centro-oeste do estado, 280 km de distância, aproximadamente) e Ponta Porã (BR)/Pedro Juan Caballero (PY) (distante cerca de 190 km) – essas cidades foram citadas apenas 01 (uma) vez no questionário, com exceção de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, citadas duas vezes; Dourados (no centro-sul do estado, distante cerca de 280 km) e Jardim (na região Sudoeste, cerca de 140 km de distância) situam-se em outro patamar de relações com Caracol, sendo citadas 05 (cinco) vezes cada uma no questionário (**Figura 7**).

Dentre as cidades citadas menos vezes no questionário (Bonito, Guia Lopes da Laguna, Miranda, Ponta Porã/Pedro Juan Caballero e Porto Murtinho) a frequência de deslocamento para elas era, em sua maioria, *de vez em quando*; apenas com relação a Porto Murtinho uma entrevistada indicou se deslocar *todo mês* para realização de estudos – papel interessante que Porto Murtinho exerce com relação ao ensino superior<sup>185</sup>, apesar de estar mais distante das demais cidades do Sudoeste do estado. Dentre os motivos que movem os deslocamentos para as demais cidades estão, majoritariamente, a visita a familiares, com exceção de Ponta Porã (BR)/Pedro Juan Caballero (PY), para qual o foram citados também compras, saúde e lazer – o que demonstra certa complexidade funcional exercida pelas cidades gêmeas fronteiriças. Destaque-se o comércio de importados em Pedro Juan Caballero, assim como alguns serviços de uso coletivo encontrados em Ponta Porã<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> Porto Murtinho conta com um Polo Regional de Formação Acadêmica, funcionando na modalidade de ensino a distância. Segundo o Prefeito de Porto Murtinho, no âmbito da graduação, o polo atende, atualmente, cerca de 600 alunos, e no âmbito da pós-graduação, cerca de 100 alunos.

<sup>186</sup> Considerando-se as vagas oferecidas no ensino superior em 2012, Ponta Porã fica em 5º lugar no Mato Grosso do Sul (sem considerar as vagas oferecidas por Pedro Juan Caballero-PY). Com relação à saúde, conta com 03 (três) hospitais gerais e 07 (sete) clínicas especializadas (sem considerar, novamente, essas mesmas ofertas em Pedro Juan Caballero-PY).



**Figura 7:** Fluxos interurbanos a partir de Caracol-MS.

Com relação a Dourados e Jardim, citadas cinco vezes cada, o deslocamento varia um pouco mais: foram indicados 03 (três) deslocamentos *de vez em quando* e 02 (dois) *todo mês* para as duas cidades. Porém o motivo do deslocamento variava: enquanto que para Jardim os entrevistados indicaram se deslocar para compras (citada 01 vez), trabalho (citado 02 vezes) e visita a familiares (citada 04 vezes), para Dourados 04 (quatro) indicaram se deslocar para saúde e 03 (três) para visita a familiares<sup>187</sup>.

No tocante às interações espaciais estabelecidas a partir de Guia Lopes da Laguna, Jardim (cerca 03 km de distância), como já apontamos, é o centro urbano com maior grau de

<sup>187</sup> Funcionalmente os serviços de saúde exercem um papel de centralidade maior no estabelecimento de uma rede urbana de relações, enquanto que a visita a familiares pode ser situada numa dimensão mais afetiva das relações socioespaciais, o que nos leva a ponderar que Dourados tem papel mais importante que Jardim, com relação às interações espaciais que estabelece com Caracol.

articulação, sendo indicado 30 vezes nas respostas dos 42 entrevistados que alegaram se deslocar para algum centro urbano. Voltando-nos à temporalidade com que ocorrem esses deslocamentos, vamos observar um grau considerável de coesão espaço-temporal entre ambos os centros urbanos: 06 (seis) pessoas indicaram se deslocar *de vez em quando*, 06 (seis) apontaram ir para Jardim *todo mês*, 11 alegaram ir *uma vez por semana* e 07 (sete) pessoas indicaram se deslocar *mais de uma vez por semana*.

Quanto aos motivos que impulsionam estes deslocamentos foram citados: saúde (citada 01 vez), trabalho (citado 01 vez), visita a familiares (citada 04 vezes), serviços bancários (citado 05 vezes), lazer (citado 07 vezes) e compras (citada 23 vezes). Esses dados demonstram como as interações espaciais estabelecidas com Jardim, a partir de Guia Lopes da Laguna, são importantes, principalmente no que se refere à realização de compras (desde itens da cesta básica até bens semiduráveis e duráveis), estruturando uma relação de complementariedade entre os dois centros.

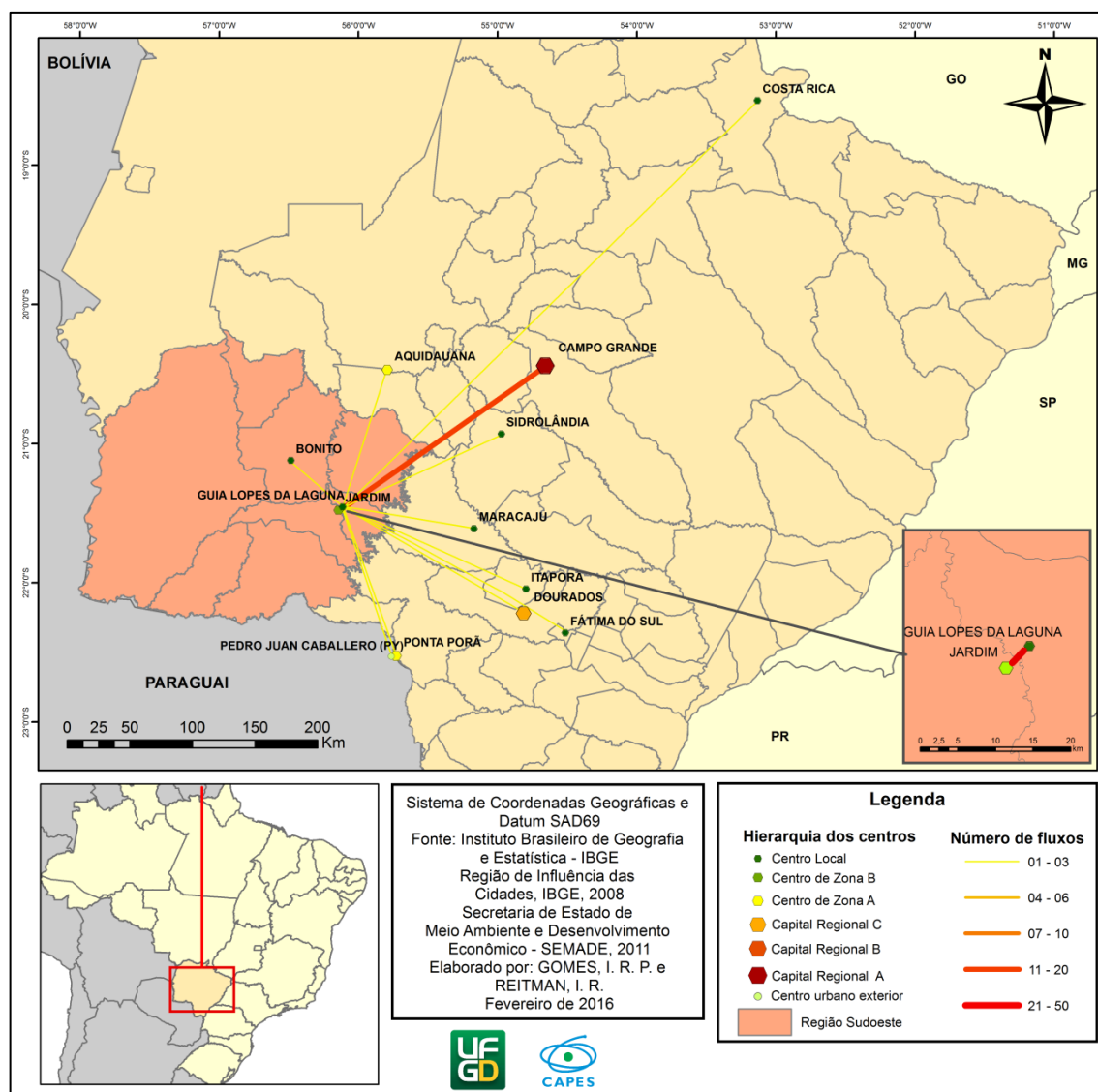
Essa configuração interurbana se assemelha às relações estabelecidas entre Caracol e Bela Vista, aproximando-se das considerações já apontadas pela REGIC de 2007 (IBGE, 2008), na qual Guia Lopes da Laguna e Caracol aparecem na região de influência de Jardim e Bela Vista, respectivamente.

Todavia, acrescentemos que tal estrutura hierárquica da rede urbana deve ser completada com o fato de que para além de relações de subordinação funcional, podemos visualizar relações de complementariedade uma vez que o dinamismo comercial de ambas as cidades (Jardim e Bela Vista) só se justifica pela demanda de consumidores desses outros centros.

A partir de Guia Lopes da Laguna, observamos ainda que fluxos partem para outros centros urbanos: Costa Rica (no norte do estado, cerca de 580 km de distância), Fátima do Sul (no centro-sul do estado, distante cerca de 270 km), Itaporã (também no centro-sul do estado, a cerca de 190 km de Guia Lopes da Laguna), Maracaju (no centro do estado, cerca de 110 km de distância), Pedro Juan Caballero (no Paraguai, cerca de 180 km de distância) – esses centros foram citados apenas uma vez no questionário<sup>188</sup>; Aquidauana (no centro-oeste do estado, a cerca de 140 km de distância), Bonito (na região Sudoeste, cerca de 70 km de Guia Lopes da Laguna), Dourados (no centro-sul do estado, distante cerca de 200 km), Ponta Porã (no sul do estado, a cerca de 180 km de distância) e Sidrolândia (no centro do estado, distante cerca de 160 km), foram citadas apenas duas vezes no questionário (**Figura 8**).

---

<sup>188</sup> Uma pessoa colocou ainda que se desloca para várias cidades do entorno, sem especificá-las.



**Figura 8:** Fluxos interurbanos a partir de Guia Lopes da Laguna-MS

Dentre essas cidades menos citadas como destino de deslocamento, a frequência, em sua maior parte, é *de vez em quando*; apenas com relação a Bonito, Aquidauana, Dourados e Ponta Porã, alguns indicaram se deslocar *todo mês*. Os laços que amarram essas relações de menor frequência são, em sua maior parte, laços familiares, com exceção de Dourados, Ponta Porã e Sidrolândia, para quais os entrevistados indicaram se deslocar também para a utilização de serviços de saúde, para compras, lazer e trabalho. Destaque-se o papel de centralidade de Dourados, com relação à variável saúde, exercendo influência (mesmo que baixa) sobre Guia Lopes da Laguna.

As interações espaciais produzidas a partir de Bela Vista se voltam, em sua maioria, para o centro urbano paraguaio vizinho, Bella Vista Norte (PY). Dos 47 entrevistados que indicaram se deslocar para outro centro, Bella Vista Norte (PY) foi citada 33 vezes como des-

tino – formam cidades-gêmeas<sup>189</sup>, segundo a concepção teórico-metodológica de alguns autores –, tendo uma coesão temporal num grau mais desenvolvido, o que se verifica na frequência dos deslocamentos, variando entre *de vez em quando* (citado 06 vezes), *todo mês* (citado 06 vezes), *mais de uma vez por mês* (citado 03 vezes), *uma vez por semana* (citado 07 vezes) e *mais de uma vez por semana* (citado 11 vezes).

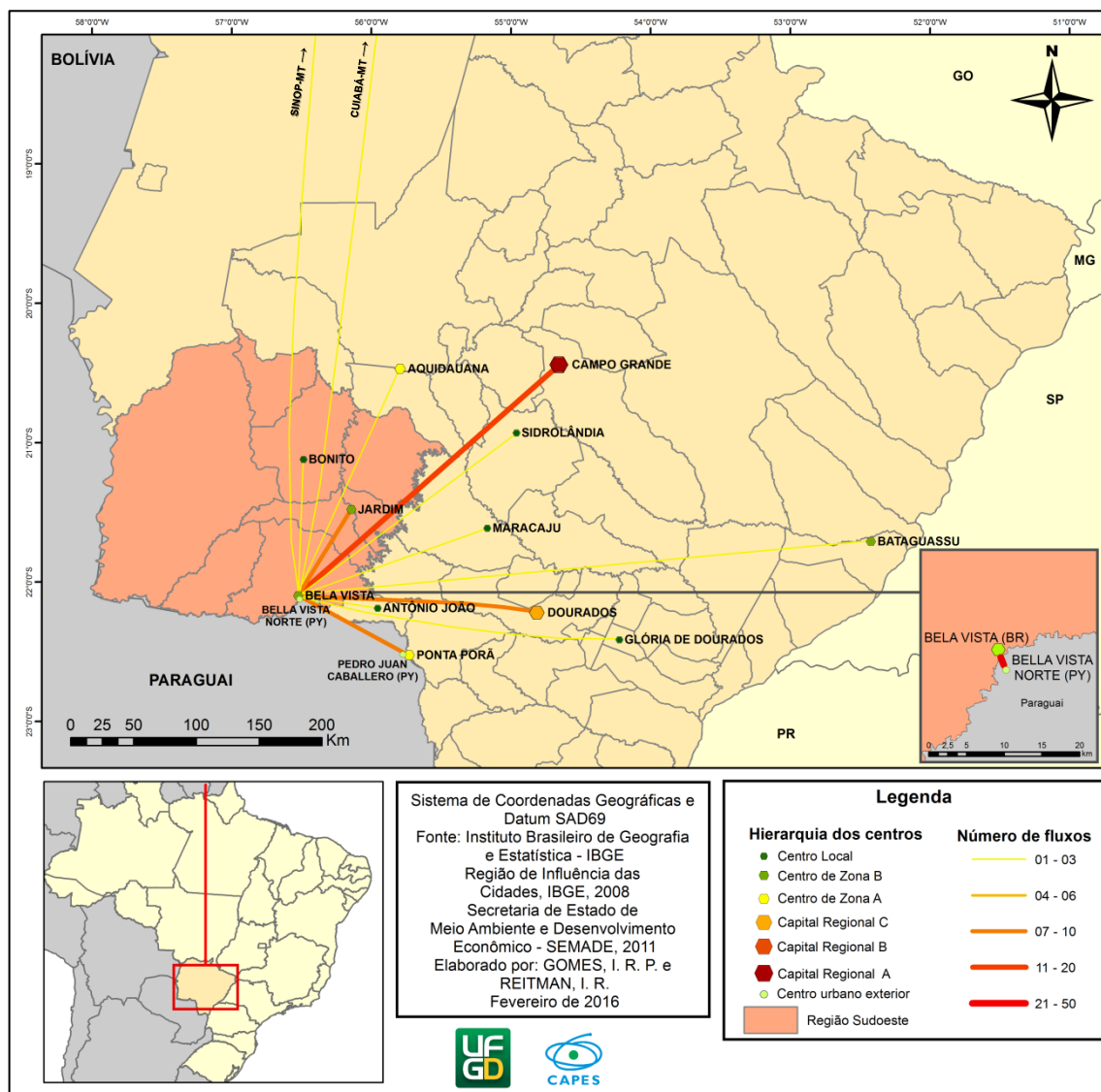
Dentre os motivos citados para o deslocamento aparecem compras (citado 25 vezes), lazer (citado 06 vezes), visita a familiares (citada 06 vezes) e encontros religiosos (citado 01 vez). Destaque-se o papel de comércio da cidade paraguaia, motivo que atrai o maior número de interações espaciais (transnacionais), podendo conferir destaque também para a visita a familiares, donde os 06 (seis) entrevistados que indicaram se deslocar para esse fim nasceram no Paraguai.

Destaquemos que tais interações espaciais ganham característica interessante pela especificidade da fronteira, centralizando parte do consumo de bens, em razão dos preços mais baixos, apesar das variações nas cotações do dólar. Verifica-se, inversamente, fluxos que se dirigem do Paraguai ao Brasil, no consumo de serviços de uso coletivo, conforme veremos adiante. Os laços de parentesco complexificam essa rede, conforme pudemos observar.

Outras cidades, ainda, foram citadas pelos entrevistados em Bela Vista: Antônio João (cerca de 70 km de distância), Bataguassu (no extremo leste do estado, a cerca de 540 km de distância), Bonito (na região Sudoeste, cerca de 150 km de distância), Glória de Dourados (no centro-sul do estado, distante cerca de 305 km), Maracaju (no centro do estado, cerca de 205 km), Sidrolândia (no centro do estado, distante cerca de 155 km), Aquidauana (no centro-oeste do estado, a cerca de 230 km de distância), Cuiabá (no estado de Mato Grosso, cerca de 950 km de distância) e Sinop (também no estado de Mato Grosso, distante cerca de 1.400km) – essas cidades foram citadas apenas uma ou duas vezes nos questionários. Ponta Porã/Pedro Juan Caballero-PY (no sul do estado, a cerca de 130 km de distância), Jardim (na região Sudoeste, distante cerca de 90 km) e Dourados (no centro-sul do estado, a aproximadamente 220 km de distância) podem ser situadas num outro patamar de interações espaciais com Bela Vista, sendo citadas 08 (oito), 09 (nove) e 10 vezes, respectivamente, nos questionários (**Figura 9**).

---

<sup>189</sup> São espaços produzidos por relações socioespaciais fronteiriças, com um nível de territorialidade desenvolvido do ponto de vista das interações/complementariedades entre ambos os lados da fronteira (MACHADO et al., 2005).



**Figura 9:** Fluxos interurbanos a partir de Bela Vista-MS.

A coesão temporal das interações espaciais que se estabelecem com as cidades citadas menos vezes (Antônio João, Bataguassu, Bonito, Glória de Dourados, Maracaju, Sidrolândia, Aquidauana, Cuiabá-MT e Sinop-MT) é baixa, uma vez que para essas cidades os deslocamentos se dão, em maior proporção, apenas *de vez em quando*, com exceção de Antônio João e Maracaju, para qual dois entrevistados se dirigem *todo mês*. O principal motivo de deslocamento para esses centros urbanos é a visita a familiares; para Aquidauana, além da visita a familiares, foi indicado o trabalho como motivo de deslocamento; em Antônio João o deslocamento ocorre em razão da prática de esportes; em Bonito foram citados compras e lazer como motivos de deslocamento e em Cuiabá, além da visita a familiares, foi citado a utilização de serviços de saúde.



Noutro patamar de interações espaciais temos os centros de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY), Jardim e Dourados. A frequência dos fluxos para Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY)<sup>190</sup> variava entre *de vez em quando* (citado 02 vezes), *todo mês* (citado 04 vezes), *mais de uma vez por mês* (citado 01 vez), o que nos indica uma coesão temporal considerável nas interações espaciais. O que já se diferencia com relação à Jardim, pois das 09 (nove) respostas em que apareceu Jardim, 07 (sete) delas indicavam uma frequência menor de deslocamento (*de vez em quando*), outras 02 (duas) respostas indicaram deslocamento *todo mês* e *mais de uma vez por mês*, ou seja, uma coesão temporal menor das interações espaciais. Para Dourados, citada 10 vezes<sup>191</sup> como destino de deslocamento a frequência variava entre *de vez em quando* (citado 06 vezes), *todo mês* (citado 01 vez) e *mais de uma vez por mês* (citado 01 vez), a coesão temporal não difere muito das observadas com relação à Jardim.

Quando nos voltamos aos motivos que impulsionam esses deslocamentos, notaremos que diversas relações socioespaciais são acionadas no âmbito das interações estabelecidas entre Bela Vista e esses centros.

Com relação à Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY), dentre os motivos citados estavam compras (citada 04 vezes), lazer (citado 02 vezes), visita a familiares (citada 02 vezes), saúde (citada 01 vez) e esporte (citado 01 vez); para Jardim os motivos citados foram: lazer (citado 04 vezes), família (citada 04 vezes), compras (citada 01 vez), serviços bancários (citado 01 vez) e encontros religiosos (citado 01 vez); em relação a Dourados, saúde (citada 03 vezes), visita a familiares (citada 04 vezes), compras (citada 02 vezes) e encontros religiosos (citado 01 vez) estão entre os motivos de deslocamento. Destaque-se a diversidade de dinâmicas acionadas nesses deslocamentos com destaque para compras em Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY), lazer em Jardim, e utilização de serviços de saúde em Dourados.

Some-se a lógica dessas interações entre Bela Vista e Bella Vista Norte (PY) com a estruturação hierárquica das interações com Campo Grande, para termos um quadro da rede urbana a partir desse centro fronteiriço. Com relação a Campo Grande, visualizamos o padrão hierárquico de uso do espaço interurbano em busca de serviços de saúde especializados, apesar de os entrevistados apresentarem ter laços familiares que dão ligação a essa rede também. Com relação à Bella Vista Norte (PY), todavia, as interações se manifestam na dimensão eco-

---

<sup>190</sup> Em relação as respostas obtidas dos que indicaram se dirigir para Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY), de uma pessoa não obtemos informações quanto a frequência de deslocamento.

<sup>191</sup> Dessas 10 respostas, em 02 (duas) não obtivemos informações quanto à frequência de deslocamento para Dourados.

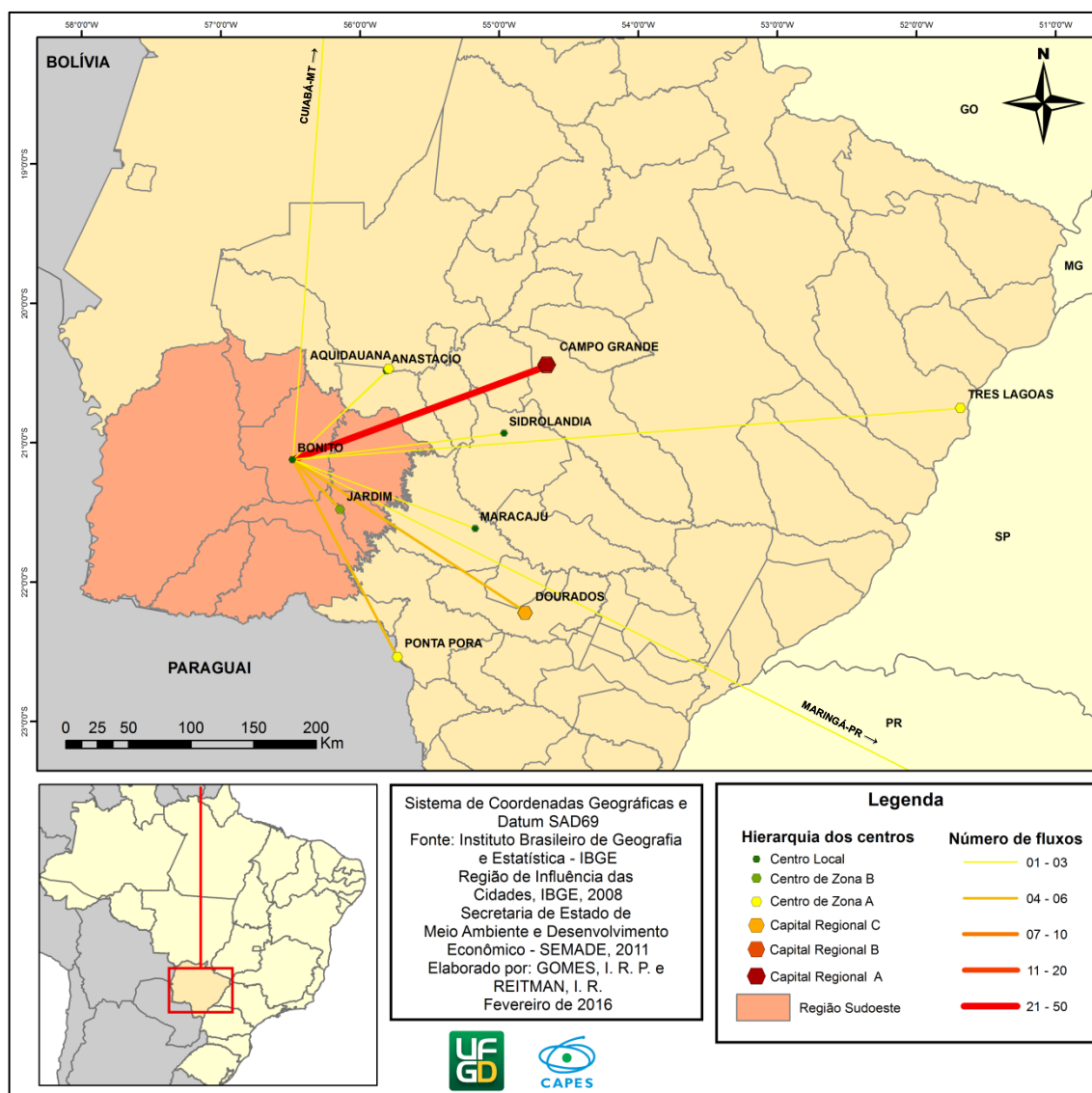
nômico-comercial dirigindo-se os fluxos para a cidade paraguaia, e funcional no caso do uso de serviços de uso coletivo, direcionando-se para a cidade brasileira.

Tornando a nos referir às demais cidades que compõem o Sudoeste do estado, além de estabelecerem interações espaciais com Campo Grande, tecem relações com outros centros urbanos.

Em Bonito, entre as cidades citadas como destino de deslocamento estão: Cuiabá (no Mato Grosso, a cerca de 850 km de distância), Maringá (no Paraná, distante cerca de 700 km), Três Lagoas (no leste do estado, distante cerca de 600 km), Maracaju e Sidrolândia (no centro do estado, distantes aproximadamente 180 km e 230 km, respectivamente) – essas cidades foram citadas uma vez apenas dentre os questionados; Anastácio e Aquidauana (formam uma pequena aglomeração urbana, cerca de 120 km de distância) foram citadas 02 (duas) e 03 (três) vezes, respectivamente; Dourados (citada 04 vezes) – no centro-sul do estado, a cerca de 270 km de Bonito –, Jardim (citada 05 vezes) – dentro do Sudoeste, a aproximadamente 60 km de distância –, e Ponta Porã (citada 06 vezes) – no sul do estado, cerca de 250 km de distância –, podem ser encaixadas num terceiro patamar de relações interurbanas dos entrevistados em Bonito (**Figura 10**).

Dentre as cidades citadas menos vezes (Cuiabá, Maringá, Três Lagoas, Maracaju e Sidrolândia, incluindo também Anastácio e Aquidauana) a frequência de deslocamento é, majoritariamente, *de vez em quando* (08 pessoas); apenas com relação a Três Lagoas e Sidrolândia duas pessoas indicaram se deslocar *uma vez por mês*.

Além de considerar a distância como fator de relevância dessa baixa frequência de deslocamento, pois alguns centros distam muitos quilômetros de Bonito (Cuiabá, Maringá, Três Lagoas), os motivos do deslocamento são em sua maior parte para visitar familiares. Alguns acrescentaram que viajam a trabalho (Cuiabá e Maringá), e uma para compras e saúde (Sidrolândia) – com relação a essa última, a entrevistada nos disse que se desloca para Sidrolândia; aproveitando-se da proximidade com relação à capital do estado (70 km), desloca-se para Campo Grande para utilização/consumo de bens e serviços.



**Figura 10:** Fluxos interurbanos a partir de Bonito-MS.

Com relação a Dourados, 03 (três) afirmaram se deslocar apenas *de vez em quando* para utilização de serviços de saúde e visita a familiares (01 pessoa), lazer e compras (01 pessoa), e somente para utilização de serviços de saúde (01 pessoa); e 01 (um) alegou se deslocar *uma vez por mês* para visitar familiares. Para Jardim, afirmaram deslocar-se 04 (quatro) pessoas *de vez em quando* – no consumo de lazer (01 pessoa); compras, saúde e visita a familiares (01 pessoa); visita a familiares (02 pessoas); e 01 (um) *uma vez por mês* apenas para visita a familiares. Ponta Porã, apesar de distar 250 km de Bonito, foi citada 06 (seis) vezes, sendo que 04 (quatro) pessoas alegaram se deslocar *de vez em quando* – saúde (citada 01 vez), visita a familiares (citada 01 vez), compras (citada 03 vezes), lazer (citado 01 vez) –, 01 (uma) pessoa *uma vez por mês* – para realização de compras e visita a familiares – e 01 (uma) *mais de uma vez por mês*, para realização de compras e lazer. Cabe pontuar a importância, retomando

a noção de alcance espacial de Christaller (CAMAGNI, 1993), de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero quando focamos na dimensão comércio de importados, exercendo influência sobre a cidade de Bonito.

Além da importância das interações espaciais de Bonito com Campo Grande, cabe ressaltar as interações estabelecidas com Ponta Porã (não esqueçamos de Pedro Juan Caballero), sendo a segunda cidade mais citada, e também com Jardim, cidade dentro da região (Sudoeste) com que Bonito estabelece maior grau de interações espaciais.

Tornando a nos referir a Nioaque, dentre os demais centros citados como destino estão: Bonito (dentro da região Sudoeste, cerca de 115 km de distância de Nioaque), Miranda (na porção centro-oeste do estado, cerca de 160 km de distância), Ponta Porã (no sul do estado, distante cerca de 230 km), Porto Murtinho (dentro da região Sudoeste, mais precisamente no extremo sudoeste, cerca de 260 km de distância), Sidrolândia (no centro do estado, cerca de 120 km de Nioaque), Vista Alegre (distrito de Maracaju, cerca de 120 km de Nioaque), Castilho (no estado de São Paulo, cerca de 600 km de distância), Foz do Iguaçu (estado do Paraná, cerca de 690 km de distância) – esses centros urbanos foram citados uma vez no questionário. Guia Lopes da Laguna (cerca de 50 km de Nioaque), Maracaju (cerca de 100 km de distância) e Dourados (distante cerca de 200 km) foram citadas apenas duas vezes no questionário. Aquidauana (distante cerca de 90 km de Nioaque) e Jardim (cerca de 50 km de distância) situam-se em outro patamar das relações interurbanas com Nioaque, sendo citadas nove e onze vezes, respectivamente (**Figura 11**).

A frequência de deslocamento dentre os centros urbanos citados menos vezes (Bonito, Dourados, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Miranda, Ponta Porã, Porto Murtinho, Sidrolândia, Vista Alegre, e Castilho-SP e Foz do Iguaçu-PR, fora do estado) é, em maior proporção, *de vez em quando* – o que se justifica, em parte, pela distância de alguns centros, e também pelo motivo de deslocamento (visita a familiares). Apenas Bonito, Sidrolândia e Vista Alegre foram citados com frequência de deslocamento *todo mês* – são centros mais próximos de Nioaque, sendo um fator importante. Os motivos de deslocamento para esses centros, em sua maioria, são para visitar familiares; apenas em Bonito, Dourados, Maracaju e Ponta Porã apareceram outros motivos para o deslocamento. Em Bonito, o lazer foi indicado como motivo do deslocamento; em Dourados, além da visita a familiares, a saúde e o lazer foram citados como motivos de deslocamento; em Maracaju, além da família, foi citada a saúde; e Ponta Porã (lembremo-nos de Pedro Juan Caballero) foi citada como destino para compras e lazer.

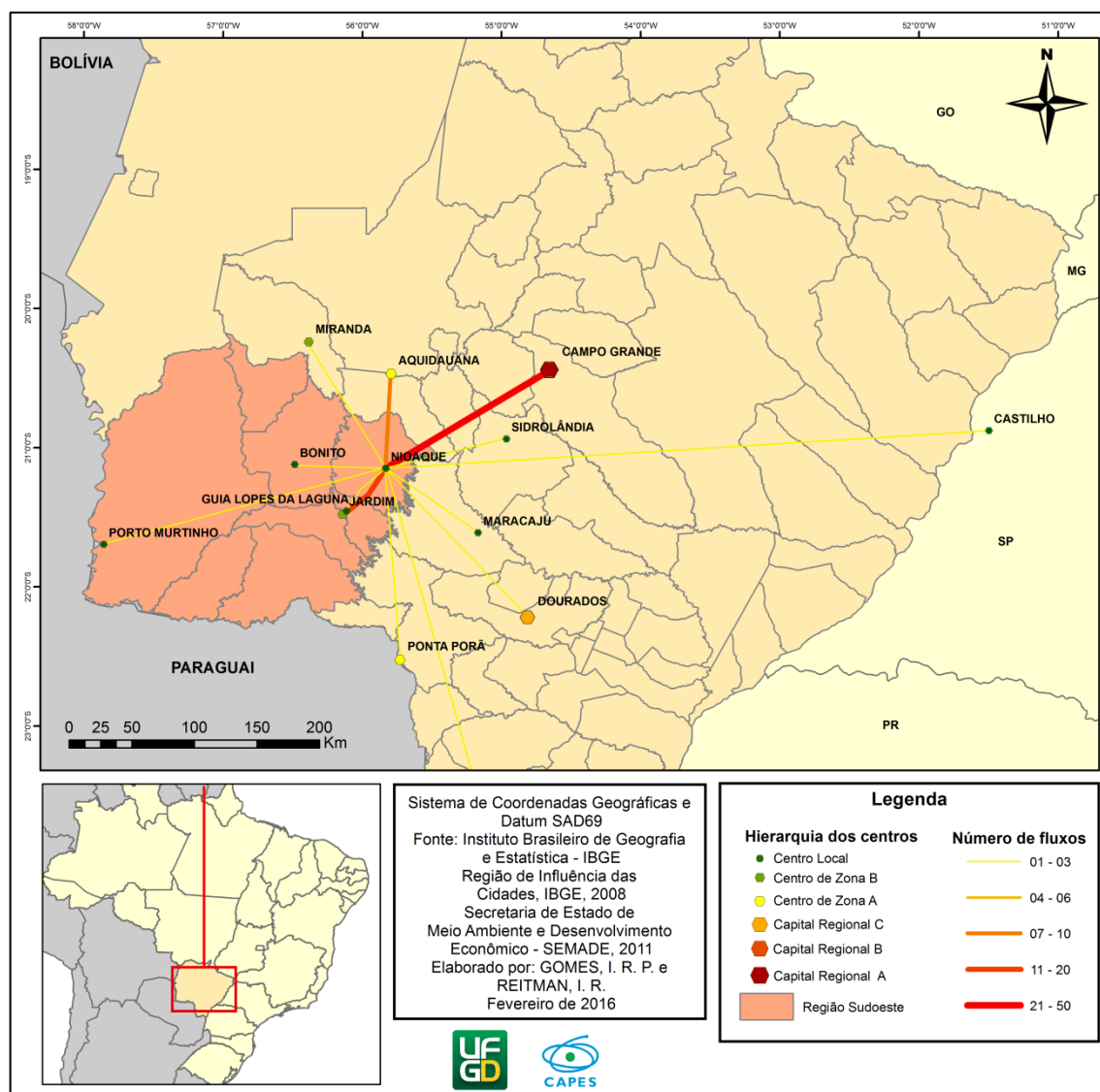


Figura 11: Fluxos interurbanos a partir de Nioaque-MS.

A frequência de deslocamento para Aquidauana e Jardim, em outro patamar de interações espaciais com Nioaque, era, também, majoritariamente *de vez em quando* (15 pessoas, somando-se os fluxos das duas cidades), entretanto, apareceram entrevistados que indicaram também se deslocar para Jardim *uma vez por semana* (02 pessoas) e *todo mês* (01 pessoa) e para Aquidauana *mais de uma vez por semana* (01 pessoa) e *todo mês* (01 pessoa). Quanto aos motivos de deslocamento para Aquidauana estão: saúde (citada 03 vezes), lazer (citado 01 vez), trabalho (citado 01 vez), estudo (citado 01 vez) e família (citada 04 vezes); em relação a Jardim os motivos de deslocamento eram: compras (citada 03 vezes), saúde (citada 01 vez), lazer (citado 03 vezes), família (citada 06 vezes) e serviços bancários (citado 01 vez).

Interessante pontuar como as interações espaciais de Nioaque se dão significativamente além de Campo Grande, também com Jardim e Aquidauana, centros que concentram

determinados serviços: de saúde e de ensino superior no caso de Aquidauana, responsável por conferir certo grau de centralidade a essa cidade<sup>192</sup>, e compras e serviços bancários com relação a Jardim, demonstrando o destaque que o setor comercial tem para além do espaço intraurbano da cidade, assim como alguns serviços bancários disponibilizados para a região e de lazer.

A partir de Bodoquena, verificamos que dentre outros centros urbanos citados como destino estão: Anastácio (cerca de 130 km de distância de Bodoquena), Caracol (na região Sudoeste, cerca de 220 km de distância), Corumbá (no extremo oeste do estado, distante cerca de 270 km), Dourados (no centro-sul do estado, cerca de 340 km de Bodoquena), Jardim (na região Sudoeste, distante cerca de 140 km), Três Lagoas (no extremo leste do estado, cerca de 640 km de distância), Americana (no estado de São Paulo, a 1.210 km de distância de Bodoquena), Bauru (estado de São Paulo, cerca de 990 km de distância), Cuiabá Paulista (estado de São Paulo, distante cerca de 700 km), Guararapes (estado de São Paulo, cerca de 770 km de distância), São Paulo-SP (a 1.270 km de distância, aproximadamente), Mineiros (no estado de Goiás, cerca de 750 km de distância) e Porto Seguro (no estado da Bahia, a aproximadamente 2.460 km de Bodoquena) – todas essas cidades foram citadas apenas uma vez no questionário, com exceção de São Paulo (citada duas vezes). Bonito (cidade mais próxima de Bodoquena dentro da região Sudoeste, distante cerca de 70 km) pode ser incluída num segundo patamar, sendo citada cinco vezes nos questionários. Miranda (no centro-oeste do estado, cerca de 60 km de Bodoquena) e Aquidauana (também no centro-oeste do estado, cerca de 130 km de distância) situam-se num outro nível de relações, sendo citadas seis e oito vezes, respectivamente (**Figura 12**).

Dentre as cidades menos citadas (Anastácio, Caracol, Corumbá, Dourados, Jardim, Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; Americana, Bauru, Cuiabá Paulista, Guararapes, São Paulo, no estado de São Paulo; Mineiros em Goiás; e Salvador na Bahia) a frequência de deslocamento era menor, sendo que todos indicaram se deslocar para essas localidades apenas *de vez em quando*, tendo como o motivo principal de deslocamento a visita a familiares; apenas para Dourados que uma pessoa indicou se deslocar para utilização de serviços de lazer.

---

<sup>192</sup> As instituições de ensino superior de Aquidauana, em 2012, ofertaram 640 vagas de ensino superior, com destaque para a existência na cidade de um polo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Com relação à saúde são três hospitais gerais, oito clínicas especializadas e 145 leitos disponíveis, com relação ao ano de 2010. Fonte: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em: 12/08/2015.

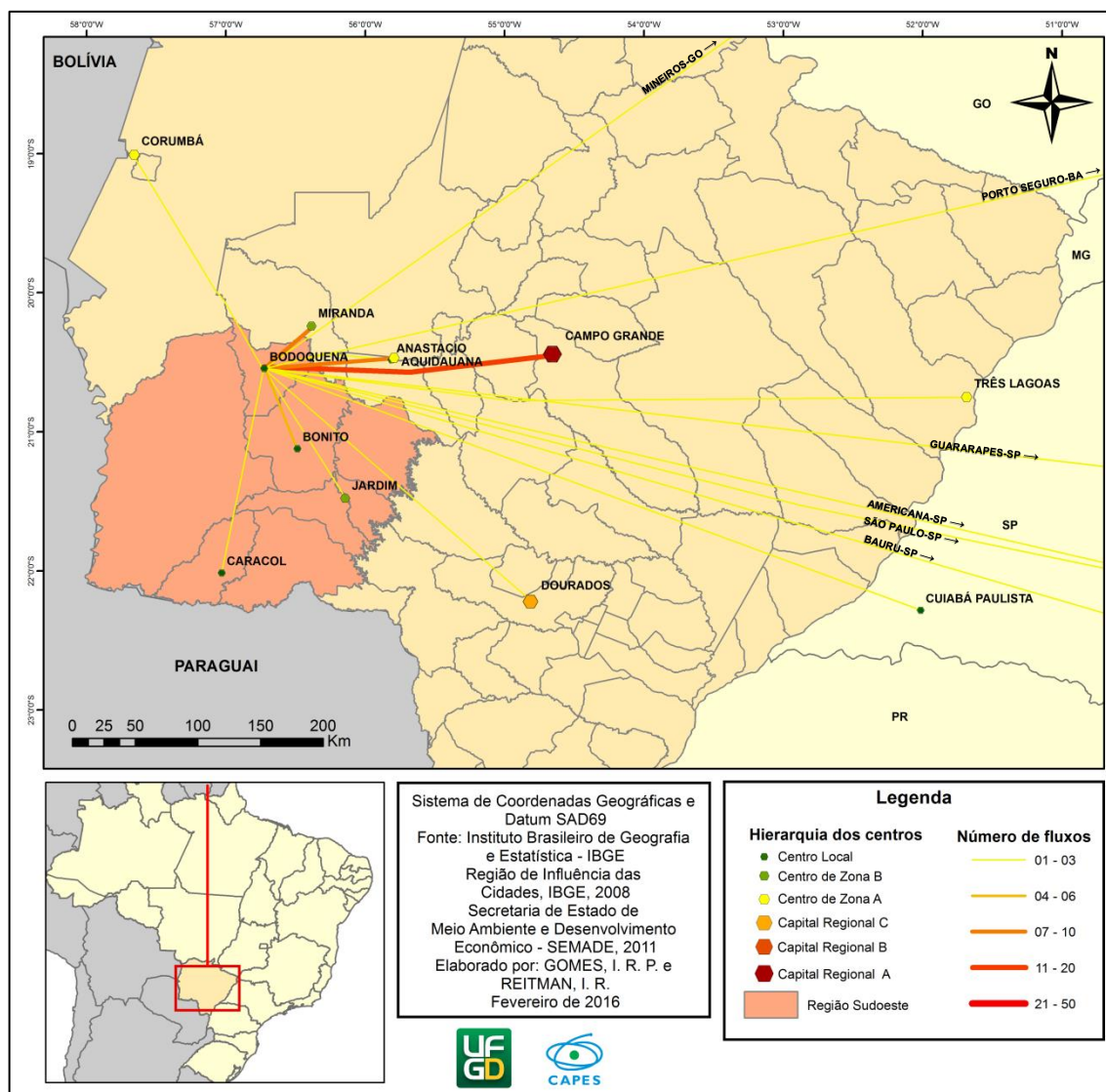


Figura 12: Fluxos interurbanos a partir de Bodoquena-MS.

Para Bonito, citada 05 (cinco) vezes, 03 (três) entrevistados indicaram se deslocar apenas *de vez em quando*, 01 (um) indicou se deslocar *todo mês* e 01 (um) *uma vez por semana*, sendo que o motivo do deslocamento para o consumo de serviços de lazer (citado 02 vezes) – lembremos da especificidade turística de Bonito – e visita a familiares (citado 03 vezes).

Em relação a Miranda, os entrevistados indicaram se deslocar *de vez em quando* (03 pessoas), *todo mês* (01 pessoa), *uma vez por semana* (01 pessoa) e *mais de uma vez por semana* (01 pessoa), sendo os motivos de deslocamento variados: compras, saúde, lazer, trabalho, estudo, família – pelo menos uma vez os entrevistados citaram essas opções, demonstrando uma variedade de tipos de relações com Miranda, que apesar de ter um grau de relacionamento baixo, tanto do ponto de vista do número de deslocamento quanto da frequência,

demonstram como essa cidade complementa em algumas funcionalidades as interações espaciais a partir de Bodoquena.

Para Aquidauana, indicaram se deslocar 08 (oito) pessoas, sendo que cinco delas apontaram se deslocar apenas *de vez em quando*, 01 (uma) *todo mês*, 01 (uma) *mais de uma vez por mês* e 01 (uma) *uma vez por semana*, sendo que os motivos de deslocamento eram compras, saúde, estudo e família – demonstrando também um grau considerável de interações espaciais com Bodoquena. Destaque-se a centralidade exercida pelos serviços de saúde e ensino superior e técnico de Aquidauana<sup>193</sup>.

Cabe pontuar com relação à Bodoquena que o grau de articulação com as cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul é relativamente baixo. Bodoquena estabelece interações, conforme pudemos notar, apenas com Jardim (01 ligação), Caracol (01 ligação) e Bonito (05 ligações), sendo mais intensa com essa última, com destaque para os serviços de lazer.

Nesse sentido, parece-nos que na regionalização que estabeleceu a Região Sudoeste, Bodoquena tende a “escapar” de uma possível coesão socioespacial que pudesse definir uma região reticular/polar – um dos princípios adotados na definição das regiões –, inclinando-se escalonadamente para Miranda, Aquidauana e Campo Grande. Visualizamos, assim, que funcionalmente, Bodoquena insere-se na rede urbana sul-mato-grossense nesse seguimento, que tem como cidade central principal Campo Grande, Capital Regional A.

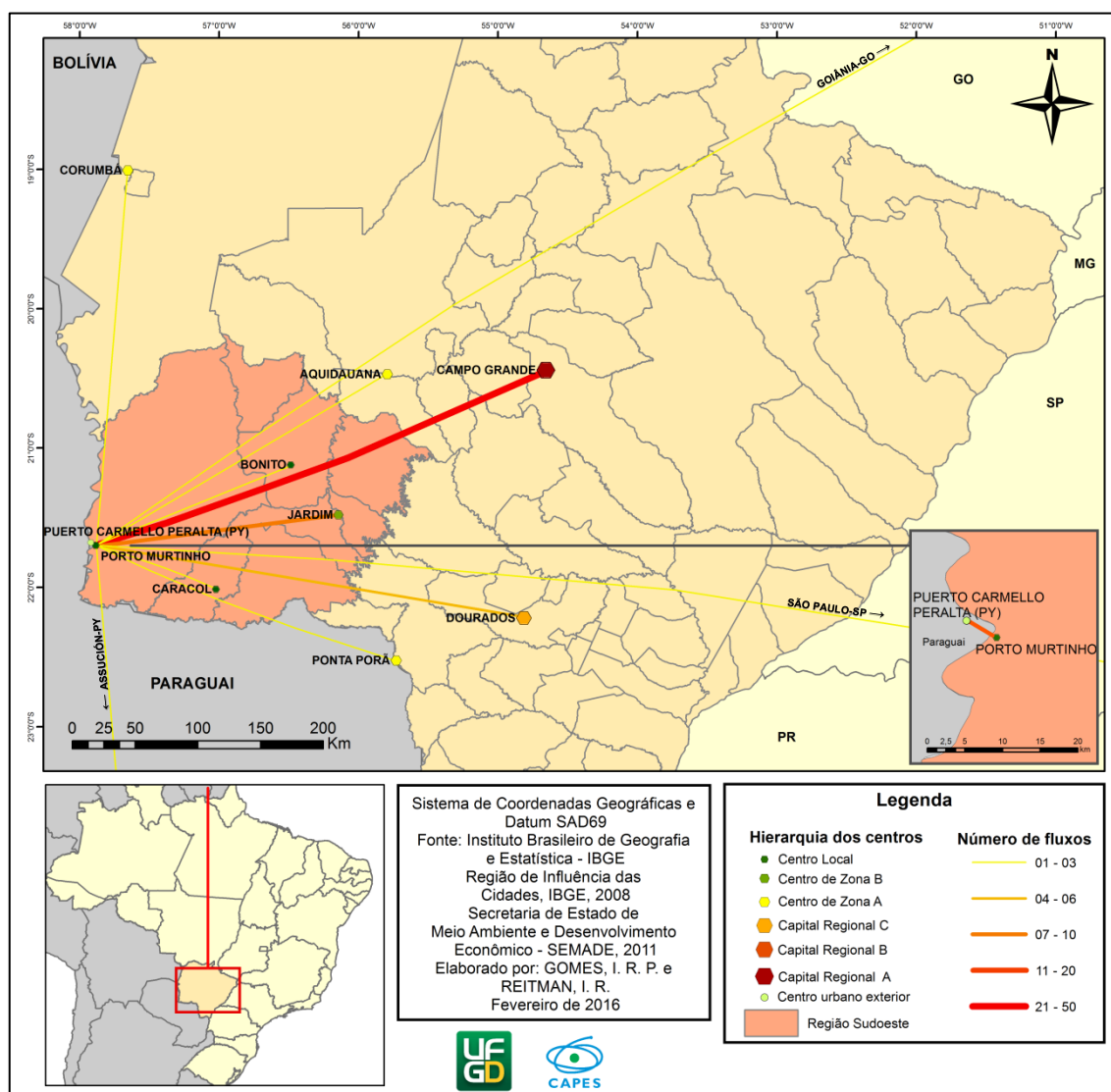
Com relação a Porto Murtinho, os demais centros apontados como destino de deslocamento foram: Aquidauana (no centro-oeste do Mato Grosso do Sul, distante cerca de 340 km de Porto Murtinho), Bonito (na região Sudoeste do estado, a cerca de 210 km de distância), Corumbá (no extremo oeste do Mato Grosso do Sul, a cerca de 560 km de distância por vias terrestres), Ponta Porã (no Sul do estado, distante cerca de 310 km), Goiânia-GO (cerca de 1.310 km de Porto Murtinho) e São Paulo-SP (distante, aproximadamente, 1.330 km) – essas cidades foram citadas apenas uma vez no questionário. Caracol (na região Sudoeste, cidade mais próxima de Porto Murtinho, cerca de 120 km de distância) e Assunción-PY (capital do Paraguai, distante cerca de 650 km de Porto Murtinho) foram citadas apenas duas vezes no questionário. Dourados (no centro-sul do estado, cerca de 400 km de distância) pode ser situada em outro patamar de interações espaciais com Porto Murtinho, sendo citada 05 vezes no questionário. Jardim (na região Sudoeste, cerca de 200 km de distância) e Puerto Carmelo

---

<sup>193</sup> Considerando-se o período de 2010 a 2018 foram, estão a ser e serão ofertados 26 cursos técnicos em quatro instituições de ensino de Aquidauana (02 Escolas Estaduais, 01 Instituto Federal e 01 Centro de Educação Profissional) Fonte: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>>. Acessado em: 22/01/2016.



Peralta-PY (cerca de 2 km de distância de Porto Murtinho) foram citadas 07 (sete) e 08 (oito) vezes, respectivamente, no questionário (**Figura 13**).



**Figura 13:** Fluxos interurbanos a partir de Porto Murtinho-MS.

Dentre as cidades citadas menos vezes como destino de deslocamento (Aquidauana, Bonito, Caracol, Corumbá, Ponta Porã, São Paulo-SP, Assunción-PY, Goiânia-GO) a frequência com que se dão os fluxos, em sua maior parte, era *de vez em quando*. Apenas com relação à Ponta Porã, Caracol e Assunción-PY três pessoas indicaram se deslocar *todo mês* ou *mais de uma vez por mês*.

Dentre os motivos de deslocamento, a visita a familiares foi indicada para Aquidauana, Caracol, Ponta Porã e Assunción-PY; lazer foi indicado como motivo de deslocamento para Bonito; para Corumbá e Goiânia-GO uma pessoa indicou se deslocar a trabalho; e para São

Paulo-SP um entrevistado indicou se deslocar para tratamento de saúde especializado<sup>194</sup> – destaque-se o papel de influência da Grande Metrópole Nacional no que trata de algumas especialidades médicas.

Dourados, citada 05 (cinco) vezes, demonstra ter determinado grau de interações com Porto Murtinho, apesar de que a temporalidade da frequência ser predominantemente *de vez em quando*, os motivos de deslocamento demonstram uma variedade de dinâmicas acionadas nessas relações: compras (citada 01 vez), saúde (citada 01 vez), trabalho (citado 01 vez) e visita a familiares (citada 02 vezes).

Para Jardim, citada 07 (sete) vezes, os entrevistados indicaram se deslocar com frequência *de vez em quando* (06 pessoas) e *todo mês* (01 pessoa), demonstrando também uma coesão socioespacial não muito significativa se considerarmos a temporalidade dos fluxos. Cabe acrescentar, todavia, que os motivos de deslocamento citados foram saúde (citada 02 vezes), lazer (citado 01 vez), trabalho (citado 01 vez) e visita a familiares (citada 05 vezes), indicando-nos também uma variedade de funcionalidades acionadas nas interações, apesar de pouco expressivas.

Em relação à Puerto Carmelo Peralta (PY), citada 08 (oito) vezes nos questionários, pequeno centro, separado de Porto Murtinho apenas pelo Rio Paraguai, observamos um grau de interação espacial considerável. Apesar de não haver ligação entre ambos os centros urbanos por vias terrestres, ao contrário do que ocorre com Bela Vista e Bella Vista Norte (PY), as relações se dão por meio de barcos, lanchas e embarcações de diferentes portes. No caso dos fluxos aqui analisados, principalmente, as interações se dão por meio de pequenas lanchas que fazem a travessia para ambos os lados da fronteira.

Dos 08 (oito) entrevistados, 03 (três) indicaram se deslocar *de vez em quando*, 02 (dois) *todo mês*, 01 (um) *mais de uma vez por semana* e 02 (dois) *uma vez por semana* para a cidade vizinha. Observamos aqui que os fluxos apresentam maior coesão temporal, pois ocorrem com maior frequência se comparados aos centros urbanos anteriores. Dentre os motivos citados para o deslocamento estão: compras (citada 01 vez), lazer (citado 02 vezes), trabalho (citado 01 vez)<sup>195</sup>, família (citada 02 vezes) e encontros religiosos (citado 01 vez) – pontue-se a diversidade de interações que ocorrem com a cidade paraguaia, com destaque para visita a familiares, fato que aliás marca a composição populacional na fronteira, com imbricações de nacionalidades –; aliás, 03 (três) desses entrevistados que indicaram se deslocar para o Para-

---

<sup>194</sup> Oncologia.

<sup>195</sup> A entrevistada nos falou que trabalha com turismo na fronteira.

guai nasceram nesse país. Os encontros religiosos também são um ponto interessante a destacar, os quais vamos associar, com o risco de simplificação, à especificidade da fronteira.

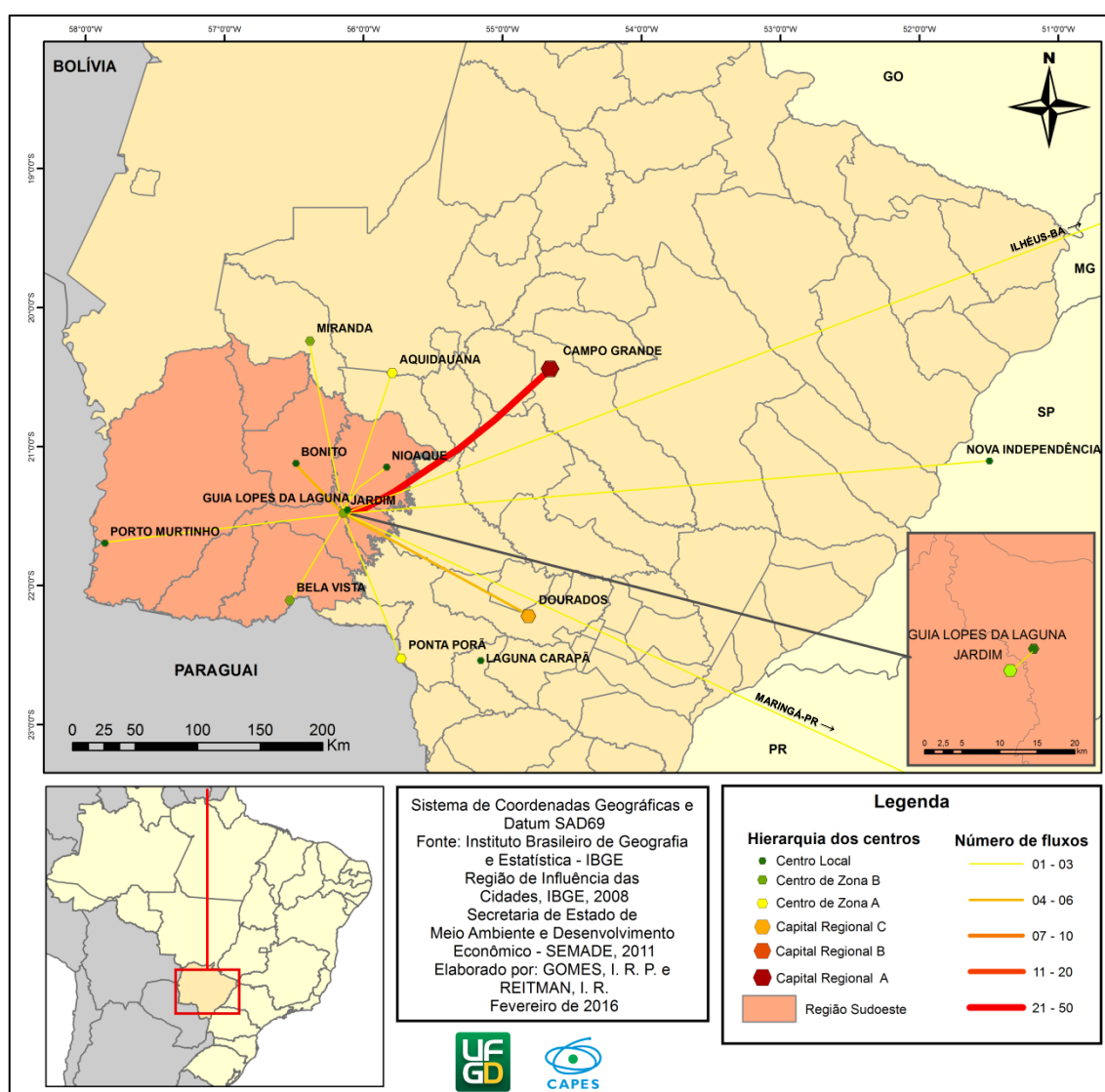
No tocante às demais interações estabelecidas a partir de Jardim, foram citados como centros urbanos de destino: Aquidauana (no centro-oeste do estado, a cerca de 140 km de distância de Jardim), Guia Lopes da Laguna (cidade vizinha, a 3 km de distância), Laguna Carapã (no sul do estado, a cerca de 250 km de Jardim), Miranda (no centro-oeste do estado, cerca de 205 km distância), e Ilhéus (no estado da Bahia, cerca de 2.440 km de distância de Jardim), Maringá (no estado do Paraná, cerca de 635 km de distância), e Nova Independência (no estado de São Paulo, cerca de 615 km de distância) – essas cidades foram citadas apenas uma vez no questionário. Porto Murtinho (na região Sudoeste, a cerca de 200 km de distância) foi citada duas vezes no questionário, indicando um grau, mesmo que pequeno, de interações espaciais com Jardim. Bela Vista (na região Sudoeste, cerca de 90 km de distância), Nioaque (na região Sudoeste, cerca de 50 km de distância) e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (no sul do estado, cerca de 210 km de distância) foram citadas 03 vezes no questionário, apresentando, também, um pequeno grau de interações espaciais com Jardim. Noutro patamar de interações espaciais estão as cidades de Bonito (na região Sudoeste, distante 70 km) e Dourados (no centro-sul do estado, a cerca de 205 km de distância), sendo citadas 05 (cinco) vezes cada uma no questionário (**Figura 14**).

Em relação à frequência de deslocamento dos entrevistados para as cidades citadas menos vezes (Aquidauana, Guia Lopes da Laguna, Laguna Carapã, Miranda, Porto Murtinho, e Ilhéus-BA, Maringá-PR, e Nova Independência-SP), todos os entrevistados indicaram se deslocar apenas *de vez em quando* para esses centros, demonstrando uma coesão temporal fraca dos fluxos espaciais.

Com exceção de Aquidauana, para qual uma pessoa indicou se deslocar para utilização de serviços de saúde, Guia Lopes da Laguna, para lazer, e de Maringá a qual é buscada para realização de compras e a trabalho, todas as demais cidades citadas são destino de entrevistados que se deslocam para visita a familiares.

Para Bela Vista, Nioaque e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY), citadas 03 (três) vezes cada uma, a frequência de deslocamento já apresenta alguma variação com relação aos anteriores, apesar de predominar, ainda, a frequência *de vez em quando*; apenas para Bela Vista uma pessoa acrescentou se deslocar *mais de uma vez por mês* e Nioaque para a qual um entrevistado indicou se deslocar *uma vez por semana*.

Para esse último centro urbano, os entrevistados indicaram que se deslocam para visita a familiares (citada 02 vezes) e a trabalho (citado 01 vez); para Bela Vista os deslocamentos se dão para compras (citada 02 vezes), a lazer (citado 01 vez) e para visita a familiares (citada 01 vez); e para Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY) os deslocamentos são para realização de compras (citada 02 vezes) e para utilização de serviços de saúde (citado 01 vez). Notamos que algumas funcionalidades são acionadas nessas interações espaciais, com destaque para as atividades comerciais nas cidades de fronteira (Bela Vista/Bella Vista Norte-PY e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero-PY) e utilização de serviços de saúde em Ponta Porã.



**Figura 14:** Fluxos interurbanos a partir de Jardim-MS.

Para Bonito e Dourados, citadas 05 vezes no questionário, a frequência de deslocamento predominante ainda era *de vez em quando*, todavia, 02 (duas) pessoas indicaram que se

deslocam *todo mês* para Dourados, e com relação a Bonito uma pessoa indicou que se desloca *mais de uma vez por mês* e outra *mais de uma vez por semana*.

Quanto aos motivos que impulsionam esses deslocamentos para Bonito estão: lazer (citado 03 vezes), visita a familiares (citada 02 vezes) e trabalho (citado 01 vez); para Dourados os motivos eram: serviços de saúde (citado 04 vezes), visita a familiares (citada 04 vezes), lazer (citado 02 vezes), compras (citada 01 vez) e encontros religiosos (citado 01 vez). Com relação a esse último centro urbano, percebemos um número maior de relações socioespaciais acionadas no âmbito das interações a partir de Jardim, com destaque para os serviços de saúde e visita a familiares.

Com base no exposto, visualizamos outras interações espaciais que estruturam a rede urbana, para além daquelas estabelecidas com Campo Grande: algumas de caráter hierárquico, outras de complementaridade, outras ainda que se encaixam em outra dimensão das relações socioespaciais, como os laços familiares. Hierarquicamente, percebemos como a projeção da centralidade de Dourados, que se exerce principalmente sobre o centro-sul e sul do estado de Mato Grosso do Sul, alcança, em parte, as cidades do Sudoeste, como Caracol, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Bonito e mesmo Porto Murtinho. Alcance espacial de serviços, principalmente, de saúde especializada, ao qual também devemos somar à estruturação desses fluxos, a visita a familiares. Podemos somar a essa centralidade, conforme veremos mais à frente, o papel de centralidade exercido pelos serviços de ensino superior em Dourados.

Hierarquicamente, outros dois centros podem ser apontados como estruturadores da rede urbana a partir das cidades do Sudoeste: Ponta Porã e Aquidauana (ambos centros de zona A). Em relação ao primeiro, visualizamos que centraliza os fluxos de Caracol, Bela Vista e Bonito, sobretudo, pelo papel de centralidade garantido pelas atividades comerciais, ao qual devemos somar o dinamismo garantido por Pedro Juan Caballero (PY), centro aglomerado a Ponta Porã – em algumas funcionalidades, conforme veremos adiante, essa centralidade é reforçada pelos serviços de saúde e ensino superior.

Com relação a Aquidauana, visualizamos que se estrutura parte da lógica dos fluxos que partem de Nioaque e Bodoquena, principalmente, pelo papel de centralidade garantido pelos serviços de saúde especializada e ensino superior, os quais, conforme juntaremos mais à frente, centralizam fluxos de outras cidades do Sudoeste.

Relações de complementaridade podem ser notadas nos fluxos que partem para Jardim e Bonito. Em relação a essa última cidade, centraliza fluxos que partem de Bodoquena e

Jardim, principalmente na dimensão do lazer, em razão da especificidade turística de seus papéis; acrescentemos que alguns deslocamentos para visita a familiares constituem parte considerável desses fluxos.

Jardim, por sua vez, centraliza fluxos de Guia Lopes da Laguna, Caracol, Bela Vista, Bonito, Nioaque e Porto Murtinho, acionando diversas funcionalidades como serviços de saúde, serviços de lazer e atividades comerciais; assim como visita a familiares, que impulsiona parte considerável dos deslocamentos. Constitui-se, a nosso ver, um nó importante na rede urbana, sobretudo por outros papéis que assume, conforme acrescentaremos adiante.

#### **4.4. As interações espaciais a partir da concepção dos representantes dos poderes públicos das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul**

Visando complementar o quadro reticular urbano sob a perspectiva de análise das interações espaciais a partir do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, buscamos obter informações junto aos poderes públicos das cidades em estudo por meio de entrevistas.

Os diálogos travados foram breves (em torno de 12 minutos), estruturados em perguntas que se voltavam, sobretudo, a buscar compreender as relações socioespaciais, numa dimensão política (de ações, ou tomadas de decisões) que inferiam no estabelecimento de fluxos (pessoas, ordens, informações, recursos) a partir dessas cidades.

Destacamos, nesse sentido, alguns pontos da entrevista. Optamos por não fazer a transcrição literal dos diálogos, uma vez que as perguntas eram objetivas (Veja Apêndice IV), mas por articulá-las na forma dissertativa, conforme seguem.

Em Bonito entrevistamos o Vice-Prefeito Municipal<sup>196</sup>. Com relação às interações espaciais estabelecidas no âmbito dos serviços de saúde, ele nos colocou que se dão, em maior parte, com Campo Grande. Todos os dias, Bonito envia um micro-ônibus com 36 pessoas para a Capital Regional A. Ocorrem, também, complementaridades de relações nesse sentido com Jardim e Guia Lopes da Laguna, na utilização de infraestruturas/equipamentos entre esses municípios na área da saúde.

---

<sup>196</sup> Entrevista realizada com Josmail Rodrigues, no dia 09 de dezembro de 2015.

Ainda com relação à saúde, o Vice-Prefeito de Bonito citou a Caravana da Saúde, um projeto do Governo Estadual que começou a funcionar a partir de 2015<sup>197</sup>, projetando-se sobre as microrregiões do estado, que se instalará temporariamente em Jardim, a qual, como já apontamos, é considerada cidade polo, que irá atender parte da população de Bonito. Outras parcerias/relações estabelecidas pelo Poder Público Municipal se dão na área de esportes, para a realização de campeonatos intermunicipais em Bonito, mas ele não entrou em detalhes.

Com relação ao turismo, ponto forte da economia do município, ocorrem relações, como citou, com Jardim e Porto Murtinho, sendo que a atividade tem, nesse sentido, caráter regional, aproveitando-se das especificidades naturais desses municípios<sup>198</sup>, que funcionam como extensões de Bonito.

As interações espaciais aqui se dão numa lógica interessante: têm um sentido vertical, pois acionam fluxos de diferentes pontos do território (nacional e internacional)<sup>199</sup>, se reunindo numa estrutura montada/produzida por ações horizontais, entre os poderes públicos dos municípios que compõem o Sudoeste do Mato Grosso do Sul.

Com relação à atividade turística, o entrevistado nos informou que a alta do dólar em 2015 favoreceu o aumento dos fluxos para o município, elevando a arrecadação interna. Outras atividades, como já sublinhamos anteriormente, como o Festival de Inverno (realizado em parceria com o Governo do Estado) e seminários, encontros e congressos nos centros de convenções (privados) da cidade, se dão na baixa temporada.

No que concerne ao ensino superior, ocorre uma parceria entre o Poder Público Municipal com uma associação de alunos, que se deslocam diariamente para estudar na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Jardim, na qual a Prefeitura cede ônibus e motorista, e os alunos pagam o combustível. Conforme já observamos no Capítulo III, esses fluxos também são de alunos que fazem cursos técnicos nas instituições de ensino de Jardim.

Percebemos, nesse sentido, como Jardim tem papel diferenciado com relação ao entorno, centralizando fluxos, no tocante aos serviços de ensino, de estudantes de Bonito. Destaque-se, como já colocamos anteriormente, que a unidade da UFMS de Bonito não funciona

---

<sup>197</sup> Projeto do Governo Estadual, que visa a levar atendimentos de média e alta complexidade para a população das cidades do interior do Mato Grosso do Sul. Utiliza-se da divisão das microrregiões do estado, instalando-se temporariamente nas cidades polo. Dentre as especialidades estão: ortopedia, cirurgia geral, oftalmologia, urologia, otorrinolaringologia e cirurgia ginecológica. Para mais informações acessar: <<http://www.caravanadasaude.ms.gov.br/a-caravana/>>. Acessado em: 06/02/2016.

<sup>198</sup> O Vice-Prefeito fez menção também ao Geoparque Nacional da Serra da Bodoquena, que em breve, segundo nos passou, terá um programa de visitação em funcionamento.

<sup>199</sup> É importante pontuar sobre as relações descontínuas/verticais em Bonito, a existência do aeroporto regional que recebe voos regulares de Campinas e voos fretados de outros pontos do território nacional. Disponível em: <<http://www.portalbonito.com.br/a-cidade/como-chegar>>. Acessado em: 21/03/2016.

regularmente, o que nos foi confirmado pelo Vice-Prefeito. Cabe destacar uma de suas falas: “Eu acho que foi um dinheiro que tinha que ser pensado diferente para se fazer”. Nesse sentido, reiteramos que apesar do planejamento estatal, que tende a ser racional sobre o espaço – daí a importância dos estudos regionais –, age de forma aparentemente irracional, o que, todavia, guarda uma lógica, que Santos (2011) chamou de “guerra dos lugares”, na qual Bonito ofereceu maiores vantagens em comparação a Jardim para a instalação da unidade da UFMS.

Em suma, destaque-se que dessas informações obtidas junto ao Poder Público, somadas aos dados trabalhados no item anterior, visualizamos que as interações espaciais de Bonito, além de se darem com Campo Grande, da qual se sobressaem o papel de centralidade exercido pelos serviços de saúde na capital, ocorrem também num grau considerável com Jardim, na dimensão dos serviços de ensino técnico e superior.

Em Nioaque entrevistamos, rapidamente, o Prefeito atual<sup>200</sup>. Em relação às políticas públicas que acionam relações com outras cidades do entorno, o Prefeito nos falou que elas se resumem aos serviços de lazer. Por meio do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da cidade o Poder Público leva idosos para Bonito, Jardim e Guia Lopes da Laguna para a utilização de balneários, nos dois primeiros municípios, e festividades, juntamente com os idosos de Guia Lopes da Laguna. Ocorre também o deslocamento de jovens para outras cidades, como Campo Grande, para utilização de serviços de lazer – cinema.

Com relação à utilização de serviços de saúde, o Prefeito informou-nos uma situação preocupante para o município – o não funcionamento do hospital municipal –, tendendo a ocorrer o deslocamento para outros centros para determinados procedimentos. Quanto à saúde especializada, Nioaque estabelece relações com Aquidauana e Campo Grande, sendo que a frequência dos deslocamentos ocorre todos os dias, viabilizada por meio de cinco ou seis carros.

Ocorrem também relações interurbanas, conforme nos informou, na dimensão dos serviços de ensino técnico e superior. Com relação a esse último, há deslocamentos diários para Jardim e Aquidauana por meio de micro-ônibus cedido pela prefeitura, que custeia também o motorista e o combustível. Quanto ao ensino técnico, os deslocamentos são menos frequentes, a ocorrer mensalmente, ou de dois em dois meses, para as cidades de Miranda e Maracaju, que ofertam o curso de técnico agrícola.

Com relação às informações obtidas, visualizamos o reforço nas interações espaciais estabelecidas com Campo Grande, Aquidauana e Jardim. Conforme já havíamos apontado

---

<sup>200</sup> Entrevista realizada com Gerson Garcia Serpa, no dia 01 de outubro de 2015.



anteriormente, boa parte dessas interações se inclina à centralidade exercida pelos serviços de saúde de média e alta complexidade de Aquidauana e Campo Grande; caracterizando-se, também, pelos fluxos que partem em direção a Jardim, para utilização de serviços de ensino superior, o qual se dá também para Aquidauana. Cabe ponderar que a dimensão do lazer foi citada na entrevista com o Prefeito, na qual ocorrem relações horizontais com as cidades do entorno.

Em Bodoquena estabelecemos um pequeno diálogo com o Prefeito atual<sup>201</sup>. Segundo nos informou, as principais relações estabelecidas com os municípios do entorno se dão na área do turismo. Nesse setor, Bodoquena, juntamente com Bonito, Jardim e Miranda formam um circuito turístico; o objetivo, segundo nos indicou, é estabelecer um corredor turístico para a região. Nessa dimensão, podemos visualizar uma coesão socioespacial para a região Sudoeste, dada pela atividade turística na Serra da Bodoquena, que integra os municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena.

No que se refere às relações interurbanas no âmbito dos serviços de saúde, o entrevistado indicou que a primeira referência de Bodoquena é Aquidauana, seguida de Campo Grande. Todos os dias ocorrem deslocamentos, por meio de ônibus, van, carros pequenos ou ambulâncias, para essas cidades. Às vezes ocorrem deslocamentos para Dourados, Corumbá e Três Lagoas, porém são raros, conforme ponderou.

As relações que se dão no âmbito dos serviços de ensino superior se inclinam para Miranda e Aquidauana. Para a primeira cidade há um micro-ônibus que leva os alunos, e para Aquidauana o transporte é realizado por meio de um ônibus grande. Em ambos os deslocamentos, a prefeitura cede ônibus e custeia o motorista e o combustível.

Em relação ao setor comercial da cidade, o prefeito nos apontou que o fato de considerável número de pessoas se deslocar para consumir em Miranda se deve à baixa diversidade, dinamismo e “complexidade” do comércio local.

O Prefeito nos expôs um fato interessante com relação às relações interurbanas comerciais entre Bodoquena e Miranda: antes, caminhões de lojas de departamentos de Miranda se fixavam temporariamente na cidade para vender produtos, atividade que ele passou a coibir, a partir de sua gestão. Nesse sentido, lembrando-nos também do caso da Caravana da Saúde, percebemos que os serviços também se deslocam no espaço, gerando outras lógicas.

Com relação a Bodoquena, verificamos que parece haver significativo grau de interação espacial com as cidades de Miranda, Aquidauana e Campo Grande, principalmente no que se refere aos serviços de ensino superior e na dimensão comercial, com relação as duas

---

<sup>201</sup> Entrevista realizada com Jun Iti Hada, no dia 09 de dezembro de 2015.

primeiras, e a nível de saúde especializada com relação as duas últimas – corroborando os dados apresentados no item anterior desse capítulo. Com as cidades do Sudoeste, parece haver pequeno grau de interações, na esfera das políticas públicas regionais, voltadas para o turismo.

Na cidade de Porto Murтинho, entrevistamos o Prefeito da gestão atual<sup>202</sup>. Um primeiro ponto a destacar em sua fala é a reativação do porto da cidade, que objetiva exportar parte das *commodities* produzidas no Mato Grosso do Sul, por meio do Rio Paraguai – a área de influência, conforme nos informou, alcança um raio de 400-500 km a partir de Porto Murтинho –, o que favorecerá o dinamismo econômico de Porto Murтинho.

O Prefeito apontou que a localização geográfica de Porto Murтинho, distante em relação às demais cidades do entorno, dificulta, em parte, o estabelecimento de inter-relações, levando o Poder Público a se esforçar por garantir condições, na área da saúde e educação, para que a população local não precise se deslocar.

Dentre algumas especialidades disponíveis com determinada frequência na cidade, o Prefeito citou ortopedia, neurologia e cirurgia geral. Porto Murтинho atende parcela da população de Caracol, em casos de ultrassonografia, por exemplo, demonstrando certo grau de complementaridade com relação a esse centro local. Contudo, nos casos que exigem maior complexidade de serviços de saúde, os pacientes de Porto Murтинho são encaminhados para Campo Grande ou Aquidauana.

Apesar de apontar a dificuldade estabelecida com relação à distância das demais cidades, ocorrem algumas parcerias/inter-relações, como empréstimos de ambulâncias para o deslocamento de pacientes. Lembrou-nos também do projeto de implantação de um hospital regional em Jardim, que atenderá parte da demanda dos pacientes de Porto Murтинho.

Outras inter-relações se estabelecem com as cidades do entorno na dimensão cultural (música), do lazer (idosos) e meio ambiente, por meio do CIDEMA (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa)<sup>203</sup> e do Geoparque Nacional da Serra da Bodoquena<sup>204</sup>.

---

<sup>202</sup> Entrevista realizada com Heitor Miranda dos Santos, no dia 17 de novembro de 2015.

<sup>203</sup> Nasceu de preocupações quanto à preservação da bacia hidrográfica do Rio Apa que banha Antônio João, Bela Vista, Caracol e Porto Murтинho, sendo agregada, posteriormente, a bacia hidrográfica do Rio Miranda. O consórcio integra os poderes públicos de Antônio João, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Maracaju, Anastácio, Ponta Porã, Caracol, Miranda e Porto Murтинho. Tem por função “[...] a gestão associada de objetivos de interesse comum dos municípios consorciados, pela melhoria do serviço público e promoção do desenvolvimento territorial[...]”. Para mais informações consulte: <<http://cidema.com.br/br/>>. Acessado em: 07/02/2016.

<sup>204</sup> O Geoparque possui uma área que integra totalmente ou em parte a área de 13 municípios do Mato Grosso do Sul: Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Jardim,

Quanto aos serviços de ensino superior, não há recursos para deslocamentos de alunos para outras cidades, uma vez que a distância inibe um deslocamento diário pendular, a não ser que incluíssemos Jardim nessa consideração. Todavia, o alcance espacial desse centro, pela pouca oferta/concentração de cursos superiores, não centraliza os fluxos de Porto Murtinho.

Há na cidade, conforme nos informou o Prefeito, uma unidade de ensino superior que funciona na modalidade de ensino a distância que, além de atender a demanda local, centraliza alguns fluxos de Caracol e mesmo de Jardim nos cursos de graduação e pós-graduação que oferta.

No que concerne ao ensino básico, em razão da extensão territorial do município (segundo maior do estado), o Poder Público encontra dificuldades de atender todos os que moram na zona rural, apesar das 29 extensões de escolas situadas no campo. Ao todo, são 11 linhas de ônibus que trazem os alunos para estudar nas escolas da cidade, todavia, ocorrem casos em que alunos estudam em outras cidades (Bonito, Caracol), em razão da distância ser menor do que Porto Murtinho – nesses casos, o Poder Público estabelece parcerias com outras Prefeituras para custeio de combustível.

Por estar situada na fronteira com o Paraguai, Porto Murtinho, assim como ocorre em Bela Vista, acaba por atender parte da demanda da cidade vizinha (Puerto Carmelo Peralta-PY), como já apontamos anteriormente, no que se refere aos serviços de saúde e ensino. Nesse sentido, nos apontou o Prefeito, há um convênio com o governo da cidade vizinha, assim como com o governo do Departamento do Alto Paraguai<sup>205</sup>.

Outras inter-relações/articulações se dão no âmbito da atividade turística, que acionam serviços dos dois lados da fronteira mediadas por ações dos poderes públicos. O comércio também, conforme nos informou, é dinamizado pelas relações bidirecionais de ambas as localidades, demonstrando o grau de coesão que a atividade confere às cidades fronteiriças.

Apesar da falta de uma via de articulação terrestre entre Porto Murtinho e Puerto Carmelo Peralta (PY), como já apontamos anteriormente, ocorre número considerável de interações entre as duas cidades. Todavia, conforme nos apontou o Prefeito de Porto Murtinho, há intenção de se construir uma estrada até o Pacífico, favorecendo as interações espaciais que se dão na fronteira.

---

Ladário, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. Para mais detalhes: <<http://www.geoparkbodoquenapantanal.ms.gov.br/>>. Acessado em: 07/02/2016.

<sup>205</sup> Alto Paraguai é um dos 18 Departamentos em que se divide o território nacional do Paraguai. Esse Departamento demarca a porção norte do país, na qual se insere a cidade Puerto Carmelo Peralta.

Conforme pudemos notar, além de corroborar o fato de Porto Murtinho estabelecer interações significativas com Campo Grande, há variadas articulações horizontais que se dão com as cidades do entorno. A distância de outros centros urbanos ficou corrente na fala do entrevistado, o que condiciona o Poder Público a dotar de funcionalidades urbanas a cidade (serviços de saúde e de ensino superior), o que se traduziu não só na centralização dos fluxos locais, mas também de centros do entorno, apesar de isso se dar numa escala menor.

Em Caracol entrevistamos a Secretária de Administração e Finanças<sup>206</sup>. Em relação às políticas públicas/ações estabelecidas pelo Poder Público da cidade com demais localidades, ela nos informou que há um convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, visando dar apoio aos pequenos produtores rurais de Caracol numa aproximação com Campo Grande.

Na dimensão da saúde ocorrem parcerias com cidades do entorno, como Bela Vista e Porto Murtinho<sup>207</sup>, no empréstimo de UTI Móvel; pacientes são encaminhados, segundo a entrevistada, principalmente para Ponta Porã<sup>208</sup>. Verificamos aqui considerações que atestam o estudo da REGIC de 2007 (IBGE, 2008), que coloca Caracol na região de influência de Ponta Porã. Todavia, deslocamentos se dão também para Campo Grande e Dourados (segunda, quarta e sexta-feira), disponibilizado por meio da utilização de van ou ônibus; ocorre também o uso de carros pequenos quando surgem vagas fora desses dias da semana. Ela citou também Aquidauana em sua fala, todavia os deslocamentos para essa cidade são voltados mais para a especialidade de ortopedia.

Ainda no tocante à saúde, assim como ocorre em Porto Murtinho e Bela Vista, por estar situada na faixa de fronteira, Caracol estabelece grau considerável de interações espaciais com o Paraguai. Sendo assim, a cidade atende, às vezes, pacientes advindos do país vizinho, entretanto, cabe pontuar que em razão da infraestrutura urbana de Caracol ser pequena, e da não proximidade com outro centro urbano de tamanho considerável, tais fluxos são menores se comparados aos de Bela Vista e Bella Vista Norte (PY). Esclareça-se que os paraguaios atendidos no Brasil possuem também documento brasileiro, o que lhes confere o direito aos serviços de uso coletivo.

Em relação ao ensino superior também ocorrem parcerias com Bela Vista para o deslocamento de alunos. Assim estudantes, diariamente, partem de Caracol para Bela Vista, para

---

<sup>206</sup> Entrevista realizada com Luciene Lopes Lescano, no dia 06 de novembro de 2015.

<sup>207</sup> Nas falas dos representantes do Poder Público de Porto Murtinho e Bela Vista, foi citado que eles atendem parte da demanda de Caracol, estabelecendo uma relação de complementariedade.

<sup>208</sup> Para o ano de 2016, a entrevistada nos indicou que esses deslocamentos se darão para a cidade Jardim.

daí se deslocarem ou para Ponta Porã, em maior número, ou para Jardim, numa proporção menor.

De posse das informações obtidas junto ao Poder Público de Caracol, podemos acrescentar alguns pontos nas considerações tecidas sobre as interações espaciais da cidade. Destaque-se o grau de articulação que estabelece com Ponta Porã, na dimensão da saúde, indicada como principal destino dos encaminhamentos de pacientes, e na dimensão do ensino superior, na qual existem alunos que se deslocam diariamente para estudar nesse centro (não podemos esquecer também de Pedro Juan Caballero-PY).

Assim, considerando o grau de articulação de Caracol com Campo Grande, Bela Vista (na região de influência de Campo Grande) e Ponta Porã (na região de influência de Dourados), podemos ter uma noção mais próxima das lógicas que orientam as interações espaciais a partir dessa cidade. Nesse sentido, Caracol parece estar situada na área de influência das duas capitais regionais do Mato Grosso do Sul.

Em Bela Vista entrevistamos o Chefe de Gabinete da gestão atual da Prefeitura Municipal<sup>209</sup>. Segundo nos informou, Bela Vista estabelece inter-relações com Caracol, centralizando, a nível de atendimentos de saúde, fluxos de pacientes para o hospital da cidade. Jardim, nessa mesma dimensão, funciona como complementariedade de Bela Vista, uma vez que para essa cidade se encaminham alguns pacientes<sup>210</sup>.

A especificidade de Bela Vista estar situada na fronteira com o Paraguai leva a produção de interações transnacionais (fluxos bilaterais que transpõem os territórios nacionais), conforme já apontamos anteriormente.

Segundo o Chefe de Gabinete, a cidade de Bela Vista atende a estudantes, nas escolas estaduais e municipais, advindos do Paraguai – cabe acrescentar que, não raro, esses possuem documentos brasileiros (dupla nacionalidade), garantindo o direito à utilização de serviços públicos em Bela Vista. Tal ocorre, também, com relação à saúde, que leva a cidade a atrair fluxos do Paraguai. Fato interessante citado pelo entrevistado é que moram no Paraguai de 10.000 a 12.000 de brasileiros que não são contabilizados nos censos, sendo que as verbas/recursos de outras esferas da administração estatal, repassados a Bela Vista para a viabilização desses serviços, não levam tal dado em conta<sup>211</sup>.

<sup>209</sup> Entrevista realizada com Adilson César, no dia 02 de outubro de 2015.

<sup>210</sup> Em entrevista com o Prefeito de Jardim, conforme veremos mais à frente, a cidade apresenta um número significativos de atendimentos médicos, mais elevado que de sua população municipal.

<sup>211</sup> Pontue-se que já havíamos identificado essas relações, com relação a outras localidades na fronteira Brasil X Paraguai, em outro trabalho: GOMES, Igor Ronyel Paredes. “Territórios” e “Fronteiras” na fronteira: espaços, fatos e relatos a partir de uma aula de campo. *Revista MovimentoAção*, v. 02, n. 02, p. 86-107, 2015.

Ainda no que se refere às interações estabelecidas na dimensão da saúde, o Chefe de Gabinete citou quatro cidades para as quais se deslocam pacientes de Bela Vista: Campo Grande, sendo em média de 20 a 30 pessoas, que se deslocam todos os dias, por meio de ônibus e carros pequenos, se necessário; Ponta Porã, sendo em média 18 pessoas que se deslocam com veículos públicos pequenos, sendo a frequência de deslocamento segunda, quarta e sexta-feira; Aquidauana e Dourados, com frequência de uma ou duas vezes por semana, para as quais os pacientes se deslocam de ambulância ou carro pequeno.

Com relação ao Ensino Superior, nos foi informado que a Prefeitura estabelece parcerias com associações de alunos para deslocamento à Jardim (uma associação) e Ponta Porã (duas associações) por meio de repasses de verbas. Nesse sentido, Caracol se aproxima dessa parceria, tendo alunos desse centro que se deslocam para as cidades indicadas. Pontuou-nos, ainda, que alunos de Bella Vista Norte (PY) também se deslocam, por esses meios, para estudar em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (PY).

Além de centralizar fluxos de Caracol e Bella Vista Norte (PY), conforme já havíamos observado anteriormente, notamos também que os fluxos partem de Bela Vista para Jardim (cidade de mesmo nível hierárquico), no que se trata à saúde (mais no sentido de complementariedade) e ao ensino superior. Todavia, com relação à Ponta Porã (Centro de zona A), Aquidauana (Centro de zona A) e Campo Grande (Capital regional A), verifica-se o padrão hierárquico da rede urbana, ligado à utilização de serviços de saúde e ensino superior, com relação ao primeiro centro, e de saúde com relação aos dois últimos.

Em Guia Lopes da Laguna entrevistamos o Prefeito<sup>212</sup> atual. Sobre as relações estabelecidas com outras cidades do entorno, citou, primeiramente, as parcerias estabelecidas com a Apae de Guia Lopes da Laguna e o Sindicato Rural de Jardim, em serviços de equoterapia<sup>213</sup>. Citou-nos, também, que há uma aproximação com outras prefeituras (Jardim, Bonito, Nioaque) para o empréstimo de veículos para o deslocamento de pacientes, às quais Guia Lopes da Laguna também cede veículos. Outro ponto que tocou é a utilização do aterro sanitário de Jardim (em fase de término), que atenderá, além de Jardim e Guia Lopes, Bela Vista, Nioaque e Bonito.

Na dimensão dos serviços de saúde, a cidade para qual os pacientes de Guia Lopes da Laguna mais se deslocam é Campo Grande. Para esse centro urbano, segundas, quartas e

---

<sup>212</sup> Entrevista realizada com Jácomo Dagostin, no dia 18 de dezembro de 2015.

<sup>213</sup> Segundo o site da Associação Nacional de Equoterapia, essa prática se constitui como “um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais”. Ver: <[http://equoterapia.org.br/articles/index/article\\_detail/142/2022](http://equoterapia.org.br/articles/index/article_detail/142/2022)>. Acessado em: 07/02/2016.

sextas-feiras há um ônibus que viabiliza o deslocamento; nas terças e quintas-feiras é disponibilizada uma van, contando ainda com ambulâncias nos casos de urgências. Ocorrem, às vezes, fluxos para Aquidauana e Dourados, todavia são menos expressivos do que para Campo Grande. O entrevistado citou, ainda, Jardim em alguns casos, funcionando mais como complementariedade de serviços de saúde de Guia Lopes da Laguna.

No tocante aos serviços de ensino superior, a Prefeitura tem parceria com uma associação de estudantes para o deslocamento diário de alunos de Guia Lopes da Laguna, juntamente com alunos de Jardim, para Dourados. Verifica-se, nesse sentido, como o alcance espacial de Dourados, na dimensão dos serviços de ensino superior, tem importância, centralizando fluxos diários de cidades (Jardim e Guia Lopes da Laguna) situadas a 200 km de distância. Ainda com relação aos serviços de ensino superior, a Prefeitura de Guia Lopes da Laguna disponibiliza um ônibus para o deslocamento diário de alunos para Jardim, no qual os mesmos não pagam nenhum valor.

No que se refere a Guia Lopes da Laguna, podemos acrescentar algumas considerações àquelas elaboradas no item anterior. Além de significativo grau de articulação com Jardim e Campo Grande, corroborado pela fala do Prefeito, na dimensão do ensino superior e saúde especializada, respectivamente, destaca-se um grau considerável de interações espaciais com Dourados, que recebe fluxos diários de Guia Lopes da Laguna e Jardim. Sendo assim, além da importância das interações espaciais estabelecidas com Jardim e Campo Grande, cabe apontar as relações que esse centro urbano estabelece com a Capital Regional C (Dourados).

Em Jardim entrevistamos o Prefeito atual<sup>214</sup>. Um dos primeiros pontos que podemos destacar desse diálogo é o papel regional de Jardim. Esclarecendo sobre a instalação de instituições voltadas à demanda regional, o Prefeito indicou que são estabelecidas parcerias com os outros entes federativos (Governo Estadual e Governo Federal). Com relação ao Instituto Federal, com o polo em fase de construção na cidade, informou-nos que há articulação entre o Município, que entra com o terreno e infraestrutura (terraplanagem), e o Governo Federal, que direciona recursos para a construção do prédio.

Quanto ao Hospital Regional, a ser implantado na cidade durante os anos de 2016 e 2017, as relações se dão articulando os três entes federativos: o Governo Federal entra com uma parte do recurso, o Governo Estadual entra com outra parte e o Município entra com o terreno, o projeto e a infraestrutura de terraplanagem. O Hospital Regional visa a atender 07 municípios: Bonito, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim e

---

<sup>214</sup> Entrevista realizada com Erney Cunha Bazzano Barbosa, no dia 21 de dezembro de 2015.

Nioaque. Podemos inferir que o papel de centralidade de Jardim após a instalação do Hospital Regional aumentará significativamente, ressignificando parte dos fluxos espaciais que partem dos municípios que compõem a região Sudoeste para as cidades de maior complexidade funcional.

Por enquanto, as demandas de média e alta complexidade são atendidas por Campo Grande, Aquidauana e Dourados. Para a Capital do estado os deslocamentos são mais intensos em razão do papel exercido pelas instituições Santa Casa, Hospital Regional e Hospital Universitário, ocorrendo às terças, quintas e sábados para casos de média e alta complexidade. Para Aquidauana, especificamente para hemodiálise, os fluxos se dão nas segundas, quartas e sextas-feiras. Para Dourados os fluxos são menos frequentes, conforme nos informou. Para a efetivação desses deslocamentos a Prefeitura dispõe um ônibus, uma van e carros pequenos, conforme a demanda.

Apesar de se inclinar para essas cidades, Jardim centraliza os fluxos de municípios do Sudoeste do Mato Grosso do Sul, conforme a fala do entrevistado. As unidades básicas de saúde, juntamente com o hospital municipal, têm uma média aproximada de 40.000 atendimentos por mês, sendo que a população municipal, segundo o Censo de 2010, era de 24.346 pessoas.

Outra funcionalidade regional de Jardim é o aterro sanitário, ligado à dimensão ambiental das interações espaciais. O projeto, que tem previsão de término para abril de 2016 e funcionamento para maio do mesmo ano, integra 05 municípios: Jardim, Bela Vista, Guia Lopes, Nioaque e Bonito.

No tocante ao ensino superior, ele nos informou sobre a instalação do polo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Bonito, a qual deveria ser implantada em Jardim, mas pela falta de interesse da gestão municipal passada (suporte de logística, terreno e outras relações – que não especificou) acabou sendo instalado em Bonito.

Reforcemos ponderações anteriores, de que o polo não funciona regularmente em razão da baixa demanda de discentes, o qual, se implantado em Jardim, a nosso ver, não estaria nessa situação, uma vez que a Unidade Universitária da UEMS de Jardim, com apenas alguns cursos, continua a centralizar fluxos de Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Nioaque e Bonito.

Ainda com referência ao ensino superior, cabe destacar também, de acordo com o que nos informou o Prefeito, que há um convênio com uma associação de estudantes de Jardim para o deslocamento diário para estudar em Dourados. Ocorre um repasse mensal para uma associação de alunos, que complementa os recursos para a contratação de um ônibus e



motorista. Visualizamos, nessa dimensão, o papel de centralidade de Dourados, no que se refere a dimensão ensino superior, alcançando Jardim, juntamente com Guia Lopes da Laguna, como apontamos anteriormente.

Do diálogo com o representante do Poder Público de Jardim, podemos inferir que a cidade detém um papel regional considerável, com relação às articulações que estabelece com os municípios do entorno, tanto que é tida como local para implantação de serviços (saúde e ensino técnico) de cunho regional.

Podemos acrescentar, com relação às ponderações do item anterior, no qual identificamos grau considerável de interações espaciais com Campo Grande, as interações estabelecidas com Dourados, no que se refere à dimensão do ensino superior.

Apesar da lógica hierárquica que rege boa parte dos fluxos a partir das cidades estudadas, de acordo com as informações obtidas junto aos representantes dos poderes públicos, percebe-se também a produção de horizontalidades, caracterizadas por relações de cooperação e complementariedade. A baixa complexidade funcional que caracteriza os papéis urbanos é contornada mediante as ações dos poderes públicos, no sentido de buscar nos centros do entorno serviços, equipamentos e funções ausentes, pouco abrangentes, insuficientes. Na dimensão da saúde, equipamentos, leitos, serviços são compartilhados, demonstrando uma cooperação que contraria a lógica da competitividade entre os lugares; tal se dá, também, nas dimensões do lazer, do turismo, do ensino e meio ambiente. Muito mais do que uma guerra entre lugares, as proximidades que caracterizam essas interações espaciais podem desdobrar-se (e já se traduzem) em uma “solidariedade interurbana”, preenchendo a rede de outro sentido, que não a hierarquização dos fluxos.

#### **4.5. Sobre a síntese dos fluxos: algumas considerações**

Por fim, cabe um esforço de síntese, numa perspectiva analítica das cidades estudadas em conjunto, em suas ligações com outros centros urbanos. Para tal, nos valem das respostas dadas pelos agentes sociais (moradores) abordados durante a pesquisa de campo.

Cabe pontuar que os fluxos somados/agregados, a partir das respostas dos entrevistados podem conter disparidades no que se refere à articulação temporal com que se dão no espaço. Assim, ao agregar diferentes frequências de deslocamento (*uma vez por ano, de vez em quando, todo mês, mais de uma vez por mês, uma vez por semana, mais de uma vez por*

*semana, todo dia*) na análise, generalizamos, repita-se, os diferentes graus de coesão com que as interações espaciais são estabelecidas. Todavia, consideramos que a apresentação dos dados agregados pode enriquecer a análise a partir da escala regional.

Assim, vejamos o Quadro 15, de síntese das respostas dos que indicavam se deslocar para algum centro urbano, para determinado fim.

**Quadro 15**

**Mato Grosso do Sul  
Destino dos fluxos populacionais urbanos a partir da região Sudoeste**

<b>Cidade de destino</b>	<b>Número de vezes que foi citada</b>
Campo Grande	175
Jardim	68
Dourados	34
Bella Vista Norte (PY)	33
Bela Vista	28
Aquidauana	26
Ponta Porã/Pedro Juan Caballero (PY)	24
Bonito	16
Miranda	9
Carmelo Peralta (PY)	8
Sidrolândia	6
Maracaju	5
Guia Lopes da Laguna	4
Anastácio	3
Caracol	3
Nioaque	3
Porto Murtinho	3
São Paulo (SP)	3
Assunción (PY)	2
Corumbá	2
Cuiabá (MT)	2
Maringá (PR)	2
Três Lagoas	2
Americana (SP)	1
Antônio João	1
Bataguassu	1
Bauru (SP)	1
Castilho-SP	1
Costa Rica	1
Cuiabá Paulista (SP)	1
Fátima do Sul	1
Foz do Iguaçu	1

Glória de Dourados	1
Goiânia (GO)	1
Guararapes (SP)	1
Ilhéus (BA)	1
Itaporã	1
Laguna Carapã	1
Mineiros (GO)	1
Nova Independência (SP)	1
Porto Seguro (BA)	1
Sinop (MT)	1
Vista Alegre (Maracaju)	1
Cidades do entorno	1

**Fonte:** Pesquisa de campo.

**Org.** GOMES, 2015.

Fica evidente o papel que Campo Grande (Capital Regional A) cumpre com relação aos centros urbanos que compõem a Região (de planejamento) Sudoeste, sendo citada ao todo 175 vezes pelos entrevistados. Podemos inferir, confirmando os estudos da REGIC de 2007 (IBGE, 2008), que os centros urbanos em questão estão sobre a região de influência de Campo Grande; todavia, aparece um centro que tende a exercer papel de nó dentro da região Sudoeste: Jardim.

Esse centro, citado 68 vezes no questionário, demonstra deter atualmente papel significativo nesse segmento da rede urbana pela concentração de determinados serviços e ofertas de bens – conforme procuramos demonstrar ao longo dos Capítulos III e IV. Já detém alguns papéis de complementaridade com relação ao entorno e visualizamos a tendência do aumento de sua centralidade após a instalação do Hospital Regional e do efetivo funcionamento do polo do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

Localizada no centro-sul do estado, Dourados, não obstante exercer influência sobre todo o centro-sul e sul do estado de Mato Grosso do Sul, projeta parte de sua influência sobre as cidades que compõem o Sudoeste do estado, o que fica evidente pelo fato de ocupar o terceiro lugar da lista acima, sendo o destino de 34 fluxos, que partem, principalmente, de Bela Vista, Bonito, Caracol, Porto Murtinho, Jardim e Guia Lopes da Laguna.

Bella Vista Norte (PY) ocupa a quarta posição devido à intensidade de interações espaciais que estabelece com a cidade brasileira vizinha, sendo que o total de fluxos (33) que a cidade recebe advém de Bela Vista (BR). Essa última, por sua vez, ocupa a quinta posição do total de fluxos das cidades que compõem o Sudoeste, onde a maior parcela provém de Caracol, que complementa funcionalidades ausentes em sua estrutura urbana em interações com Bela Vista.

Aquidauana, citada 26 vezes, ocupa a sexta posição, principalmente pelas interações estabelecidas com Nioaque e Bodoquena, todavia poderíamos alçá-la a outro patamar nessa classificação, uma vez que nas falas dos representantes dos poderes públicos das cidades estudadas parte significativa das interações espaciais estabelecidas na dimensão da saúde e ensino superior se direciona para esse centro urbano.

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (PY), consideradas em conjunto, centralizam 24 fluxos das cidades estudadas, com destaque para as interações produzidas a partir de Bonito, Bela Vista e Caracol, sendo essas duas últimas indicadas na REGIC de 2007 (IBGE, 2008) sob a região de influência de Ponta Porã. Destaque-se as dimensões de comércio de importados, saúde especializada e ensino superior que garantem boa parte das interações para esses centros urbanos fronteiriços.

Bonito ocupa a oitava posição, na classificação apresentada, demonstrando certo grau de interação com as cidades estudadas e, conseqüentemente, certo grau de centralidade, o que nos leva a pensar Bonito em outro patamar de classificação hierárquica: centro de zona B, um nível acima do que a classificação da REGIC de 2007 (IBGE, 2008), centro local. Tal centralidade é garantida, sobretudo, pela dimensão do lazer, que apesar de ocorrer, em maior proporção, no território municipal, aciona outras funcionalidades que garantem certo grau de complexidade à estrutura urbana da cidade, conforme apresentamos no Capítulo III.

Os demais centros apontados como destino dos deslocamentos foram citados menos de 10 vezes, dos quais podemos destacar Miranda, em inter-relação com Bodoquena, e Puerto Carmelo Peralta (PY), em interação com Porto Murtinho.

Guia Lopes da Laguna situa-se na 13ª posição, sendo citada apenas 04 vezes; Caracol, Nioaque e Porto Murtinho, na 15ª, 16ª e 17ª posições, respectivamente, foram citadas apenas 03 vezes como destino. Apesar do baixo grau de recebimento dos fluxos, indicam que esses não se direcionam somente num sentido hierárquico, voltando-se, também, para essas cidades locais. Bodoquena não foi citada como destino por nenhum dos entrevistados abordados, o que reforça nossa consideração de que essa cidade “escapa” da definição regional Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul.

Por fim, com base nos dados, acreditamos que ainda não podemos falar de uma rede urbana regionalmente articulada no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, mas sim de um segmento da rede urbana sul-mato-grossense sob a região de influência de Campo Grande. Todavia, projeta-se certo grau de articulação e coesão interurbana horizontal nessa porção do

território sul-mato-grossense, garantida por um centro urbano, Jardim, que parece amarrar parte desses fluxos, que partem, todavia, para a Capital Regional A, Campo Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede urbana, como conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos, é expressão material do movimento da sociedade no espaço e ao mesmo tempo condição para o movimento socioespacial. Esse conjunto articulado de centros urbanos, aqui focado na escala do território do estado de Mato Grosso do Sul, integra-se à rede urbana nacional – à Grande Metrópole Nacional (São Paulo) –, por inúmeras interações, de variados sentidos e temporalidades. Mais apropriado seria empregarmos a noção de sistema urbano (conjunto de redes urbanas)<sup>215</sup>, uma vez que tomar a escala do todo nacional pressupõe considerar várias regiões de influências comandadas por diversas cidades. Todavia, o sistema urbano não se limita à escala nacional<sup>216</sup>, o que esse trabalho já mostrou ao constatar a existência de interações, a partir, principalmente, das cidades de fronteira estudadas.

Ao nos referirmos ao conjunto articulado de centros urbanos, devemos lembrar de sua diferenciação espacial – pressuposto, aliás, para a existência de interações espaciais (mercadorias, informações, capitais, pessoas), conforme nos lembra Corrêa (2012) –, revelada pelos diferentes tamanhos, papéis, funções, dinamismos dos centros que compõem a rede urbana. Essa diferenciação, resgatando Calixto (2013), se traduz em relações dialéticas de cooperações e complementaridades entre os centros.

Numa perspectiva temporal, a diferenciação espacial decorre de um processo, sendo que os centros urbanos, como produtos da materialização em pontos do território de determinado grupo, inserem-se em diferentes momentos/períodos do movimento espaço-temporal da sociedade. Alguns adquirem dinamismo, guardando inúmeras dinâmicas sociais, reunindo funções e papéis urbanos, resultando no seu desenvolvimento, enquanto outros parecem estagnar-se no tempo, revelando, em suas formas espaciais, a “letargia” que caracteriza seu papel na rede.

A diferenciação espaço-temporal dos centros que compõem a rede urbana sul-matogrossense revela-se por meio da análise de sua estrutura urbana (da distribuição espacial das cidades, seus níveis de desenvolvimento econômicos e sociais)<sup>217</sup>, que é constituída por 79 centros urbanos, sendo que em 53 desses (incluindo seu território municipal), no início da década segundo o censo de 2010, apresentavam população inferior a 20.000 habitantes. Soma-

---

<sup>215</sup> SPOSITO, 2011.

<sup>216</sup> Egler (2012), por exemplo, faz uma discussão da rede urbana na escala da América do Sul.

<sup>217</sup> EGLER, 2012

se a essa característica o fato de que apenas dez municípios concentram 60% da população sul-mato-grossense nesse período<sup>218</sup>.

A estrutura urbana, com a população concentrada em poucos centros urbanos, expressa um quadro macrocefálico (LE BOURLEGAT, 2000). A macrocefalia, termo empregado na anatomia – que significa crescimento exagerado de uma cabeça<sup>219</sup> –, pode ser entendida pela existência, no ano de 2010, de apenas quatro centros urbanos – Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Campo Grande – com população urbana próxima ou superior a 100.000 habitantes, demonstrando também maior grau de complexidade funcional, sendo que essa última com 776.242 habitantes<sup>220</sup>.

Campo Grande e Dourados, segundo a classificação conferida pelo IBGE (2008), são as únicas Capitais Regionais do estado, cidades que se desenvolveram, ascendendo à condição de Capitais (palavra que vem do latim *caput*, que significa “cabeça”)<sup>221</sup>, demonstrando como algumas “cabeças” crescem em detrimento dos demais componentes do sistema; em outras palavras, como o curso da formação territorial e da urbanização do estado levou ao desenvolvimento de alguns centros urbanos em detrimento de outros.

Com relação a essas Capitais Regionais, vemos como seus papéis são importantes na articulação da rede urbana, projetando-se duas regiões de influência no estado de Mato Grosso do Sul, uma comandada por Campo Grande e outra por Dourados – configuração apontada pela REGIC de 2007 (IBGE, 2008). Essa característica foi observada por nós no decorrer da pesquisa: esses dois centros urbanos projetam sua centralidade sobre as cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul.

Convém relembrarmos que esse papel de centralidade foi construído ao longo do processo de formação territorial e da urbanização no estado. São processos que remontam, principalmente, de meados do século XX em diante. As políticas de ocupação e integração do território, por meio da implantação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), da estruturação da rede rodoviária (um pouco antes temos a estruturação ferroviária), sendo seguida pelos Planos de Desenvolvimento (I e II PND, principalmente esse último) que se desdobraram em Programas (PRODEGRAN, POLOCENTRO, PRODEPAN), alteraram a estrutura populacional do Mato Grosso do Sul, bem como propiciaram a intensificação e complexidade das interações espaciais, redefinindo seu papel na divisão territorial do trabalho. Uma

---

<sup>218</sup> MATO GROSSO DO SUL, 2011.

<sup>219</sup> Ver: <<http://www.dicio.com.br/macrocefalia/>>. Acessado em: 02/03/2016.

<sup>220</sup> Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdweb/>>.

<sup>221</sup> Ver: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/capital/>>. Acessado em: 02/03/2016.

interesalaridade começa a se desenhar para esses centros (Campo Grande e Dourados), que comandavam/comandam áreas produtoras de *commodities*, integrando-os verticalmente a outros territórios internacionais (países consumidores) e horizontalmente como fornecedores de bens e serviços aos demais centros urbanos do estado de Mato Grosso do Sul.

Os centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho) inserem-se em diferentes períodos do processo de formação territorial em curso. Nesse âmbito, temos centros urbanos que guardam trajetórias que remontam ao século XIX (Bela Vista, Nioaque e Porto Murtinho); outros que remontam a segunda década do século XX (Bonito e Caracol); e aqueles de “história mais recente” como Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bodoquena, que remontam a meados do século XX.

Apesar de alguns centros estudados terem trajetórias com considerável acúmulo de tempo histórico, se caracterizam pelo pequeno porte populacional e pela baixa complexidade funcional, com ausência de determinadas funções urbanas, podendo ser classificados como cidades pequenas ou cidades locais. O curso que a urbanização tomou no estado, concentrando papéis e funções e, conseqüentemente, população em poucos centros urbanos, reflexo da fraca divisão territorial do trabalho no estado (em aproximação a Le Bourlegat, 2000), nos dá pistas para o entendimento dessa configuração.

No âmbito dessa diferenciação espacial, na escala do território sul-mato-grossense, vemos que os centros urbanos que compõem a Região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul inclinam-se, na produção de interações espaciais, principalmente para a Capital Regional A (Campo Grande). Estrutura-se assim a rede urbana, sob a centralidade garantida, sobretudo, conforme pudemos verificar, pela oferta de serviços de saúde especializada e bens de consumo (por atacado ou bens sofisticados), configurando uma relação interurbana hierárquica.

As interações espaciais dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado inclinam-se também em direção a Dourados, pelos papéis diferenciados que esse centro adquiriu ao longo de seu desenvolvimento socioespacial. Para Dourados (Capital Regional C) partem fluxos de Caracol, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Bonito e Porto Murtinho, que são centralizados, principalmente, pelo papéis de saúde especializada e ensino superior ofertados<sup>222</sup>. Não obstante se darem num grau de intensidade e temporalidade menor que com relação a Campo Grande, percebemos a projeção de duas áreas de influência sobre os centros urbanos pesquisados.

---

<sup>222</sup> A funcionalidade ensino superior exerce influência, principalmente, sobre Jardim e Guia Lopes da Laguna, que estabelecem relações diárias com Dourados.



Pelos papéis urbanos e regionais, dois centros (classificados como centros de zona A pelo IBGE, 2008) também compõem a rede de relações hierárquicas a partir do Sudoeste do estado – Aquidauana e Ponta Porã. Em relação ao primeiro centro, centraliza fluxos de Nioaque e Bodoquena, num grau mais intenso, na dimensão dos serviços de saúde especializada e ensino superior (em relação à última variável, em razão da proximidade dos centros, ocorrem fluxos diários) e Caracol, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Jardim, num grau menor de interação, na dimensão dos serviços de saúde especializada.

Com relação a Ponta Porã (a qual devemos juntar Pedro Juan Caballero-PY, como complementar ao papel de centralidade da cidade brasileira), interações espaciais são produzidas com Caracol e Bela Vista num primeiro grau de relações, sob o papel de centralidade exercida pela oferta de serviços de saúde especializada e ensino superior; com Bonito, Guia Lopes da Laguna e Jardim, as interações se dão num grau menor, ao qual os fluxos se direcionam em razão dos papéis comerciais das cidades gêmeas.

A estruturação da rede urbana em torno das interações espaciais estabelecidas a partir dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado tem, como visualizamos ao longo do capítulo IV, parte de sua lógica definida por interações com outros centros. Assim, dentro do recorte analítico da região de planejamento Sudoeste, veremos significativo grau de interações horizontais estabelecidas com Jardim, Bela Vista e Bonito, e ainda, fora do recorte regional, Bella Vista Norte (PY).

No que concerne a esse último centro urbano paraguaio, que forma uma pequena aglomeração urbana com Bela Vista (BR), mostrou-se como destino de um número significativo de entrevistados no decorrer da pesquisa. Cabe pontuar, todavia, que suas interações espaciais são estabelecidas principalmente com Bela Vista, em razão da oferta de bens e alguns serviços a preços menores, sobretudo pelo papel comercial que exerce.

Invertendo a direção dos fluxos, percebemos a existência de fluxos de Bella Vista Norte (PY) para Bela Vista (BR), no consumo de serviços públicos de uso coletivo, mediante a condição de dupla nacionalidade, que parte dessa população detêm. Algumas interações espaciais, ainda, são amarradas por laços familiares que caracterizam as inter-relações entre ambos os lados do limite internacional. Em relação às interações espaciais estabelecidas entre esses centros não visualizamos um caráter hierárquico de subordinação; aparentam ter uma estrutura urbana com presença e ausência das mesmas funções, serviços e bens. O que difere, conforme já pontuamos, são os preços praticados e a oferta pública de serviços.

Além de centralizar fluxos de Bella Vista Norte (PY), conforme apontamos, o papel de centralidade de Bela Vista (BR) se projeta sobre Caracol, complementando funções urbanas ausentes nesse último centro, principalmente no consumo de bens, utilização de serviços de saúde, lazer, serviços bancários, entre outros. Tais relações nos permitiram comprovar os estudos do IBGE (2008) que situava Caracol (centro local) na área de influência de Bela Vista (centro de zona B). Outras relações são acionadas, como já apontamos, com centros urbanos de maior complexidade funcional, principalmente Ponta Porã.

Outro centro que aparenta deter significativa importância quando nos voltamos para as interações espaciais estabelecidas é Bonito, que centraliza fluxos, conforme pudemos observar, sobretudo, pelos serviços de lazer ofertados tanto em sua estrutura urbana quanto em seu território municipal. Além de centralizar parte dos fluxos dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, lembremo-nos da atividade turística que aciona outras escalas de interações espaciais, com fluxos advindos até mesmo do exterior. As inter-relações estabelecidas com os demais centros urbanos estudados não configuram uma subordinação, uma hierarquia, sendo a lógica de seu funcionamento orientado por uma especificidade da dimensão econômica (turística), que se traduz numa diferenciação espacial, na qual a complementaridade rege as interações espaciais. A centralidade de Bonito, lembremos, atualmente poderia ser maior, se incluíssemos a dimensão do ensino superior; no entanto, como verificamos, o polo da UFMS localizado na cidade não funciona regularmente.

Cabe lembrar ainda que além das interações espaciais que se orientam em direção a Campo Grande, outro centro se destacou no decorrer da pesquisa: Jardim. Além de centralizar boa parte dos fluxos que partem de Guia Lopes da Laguna, inter-relação já identificada pelos estudos do IBGE (2008), visualizamos que fluxos consideráveis partem de Bela Vista, Bonito e Nioaque, e num grau menor, também, de Porto Murtinho e Caracol. Em relação a Guia Lopes da Laguna, que forma uma pequena aglomeração urbana com Jardim, o maior número de interações é impulsionado para o consumo de bens no comércio de Jardim, bem como para utilização de serviços de ensino superior na cidade. Função, aliás, que centraliza os fluxos diários advindos de Bela Vista, Bonito e Nioaque, a qual devemos acrescentar também os cursos técnicos ofertados.

Numa escala menor de centralidade visualizamos que os serviços de lazer e saúde também desempenham papel importante nas interações espaciais estabelecidas com o entorno. A condição diferenciada da centralidade de Jardim no Sudoeste do estado é constituída também pelo papel de centro de gestão de determinados órgãos (bancos, INSS, Receita Federal,

Segurança Pública). Por se constituir sede regional de alguns desses serviços, Jardim acaba também por exercer centralidade sobre o entorno.

Ao longo da pesquisa a busca para o entendimento do papel de centralidade de Jardim foi deixada de lado, uma vez que passamos a nos focar nas interações espaciais estabelecidas a partir das cidades que compõem o Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Todavia, diante dos resultados da pesquisa, onde Jardim aparece como um nó/ponto na rede urbana, recebendo número considerável de fluxos, tal questão, que abriu as investigações sobre a rede urbana sul-mato-grossense, retorna, exigindo algumas considerações.

O papel de centralidade de Jardim guarda um dinamismo da trajetória de sua produção espacial e inserção regional. Dois processos, que nos levam a refletir em duas escalas conceituais<sup>223</sup> (a interurbana e a intraurbana), que se articulam, uma vez que não podemos pensar a inserção de um centro na rede urbana sem considerar as dinâmicas inerentes aos agentes que produzem seu espaço, e vice-versa. Não obstante não aprofundarmos essas considerações ao longo da presente dissertação, cabe resgatar elementos de outras reflexões sobre a cidade de Jardim<sup>224</sup> para considerar sua posição diferenciada nesse segmento da rede urbana.

A diferenciação dos papéis urbanos de Jardim remonta a processos inerentes a produção do núcleo inicial da cidade, ainda no final da década de 1930 e início da de 1940, ligadas a atividades exercidas por uma comissão estatal (Comissão de Estradas e Rodagens – CER-3) que atuou nessa porção do território. A existência da comissão – que estendeu suas atividades até meados da década de 1980, ligada ao Governo Federal pelo exército num primeiro momento e vinculada ao Ministério dos Transportes posteriormente – se constituiu em fator atrativo dos fluxos locais e regionais para Jardim<sup>225</sup>, sobretudo no período (a partir da década de 1970) em que as transformações socioespaciais se intensificaram, gerando maiores fluxos migratórios em direção às cidades. Em uma parcela do território voltada à atividade pecuária, com economia urbana não-industrial, a existência de opções para reprodução da força-de-trabalho no setor de serviços, inerentes às atividades da comissão, destacam sua importância no contexto.

---

<sup>223</sup> CORRÊA, 2003.

<sup>224</sup> Sobre o processo de produção do espaço urbano de Jardim, ver: CAVANHA, Jaquerson Rosa. *O papel da Comissão de Estradas e Rodagem Nº 3 – CER-3 na (re)produção do espaço urbano de Jardim-MS (1945-1984)*. Jardim, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS. Assim como: GOMES, I. R. P. *O processo de produção dos vazios urbanos de Jardim-MS*. Jardim, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

<sup>225</sup> Cf. CAVANHA, 2010.

Interessante notar a importância da comissão na gênese/nascimento da cidade de Jardim, acarretando, durante décadas, funções urbanas<sup>226</sup> inerentes às atividades direta e indiretamente associadas à construção das estradas. Nesse sentido, a coalescência de funções urbanas, dinamizadas pelas atividades exercidas, delineava a inserção regional de Jardim ao longo da segunda metade do século XX.

Outro dado importante a considerar nesse papel diferenciado de Jardim, utilizando-nos das considerações de Corrêa (2011b), refere-se às “múltiplas possibilidades que cada localização oferece para a implantação de atividades econômicas”. Ou seja, fatores locais possibilitados pelas diversas redes de circulação inferem no papel diferenciado de alguns centros. Nesse sentido, Jardim apresenta característica interessante: localiza-se no entroncamento de duas vias importantes (BR-267 e BR-060) no estado, como que no centro da região de planejamento Sudoeste. Assim, a nodalidade do sistema de comunicação<sup>227</sup> (das vias terrestres), como pontos/nós de entrecruzamentos de redes de circulação<sup>228</sup> explica, em parte, a diferenciação de Jardim frente às demais cidades, o que se verifica na existência de algumas funções e serviços ausentes em outros centros.

Apesar de Jardim já deter papéis urbanos que a levam a expressar certo grau de centralidade com relação ao entorno, seus papéis tendem a aumentar após o efetivo funcionamento do Instituto Federal e, sobretudo, após a instalação de um hospital regional na cidade. Nesse sentido, projeta-se uma redefinição da lógica das interações espaciais e conseqüentemente na estruturação da rede urbana.

Cabe também lembrar que as interações espaciais, apesar de configurarem, em considerável medida, inter-relações funcionais e de sentido hierárquico, guardam outras lógicas. Produto de agentes, com diferentes interesses, necessidades e desejos, as interações espaciais assumem diversos sentidos e temporalidades. A princípio pensávamos que a lógica que movia esse movimento no espaço reticular era determinada pelo rendimento mensal, decaindo na proporção da diminuição da renda entre os agentes estudados. Entretanto, o que se verificou foi uma diversidade de destinos, frequências e formas de deslocamento entre os de menor rendimento.

---

<sup>226</sup> Cf. CAVANHA, 2010.

<sup>227</sup> Le Bourlegat (2000) aponta como a nodalidade, estruturada da convergência de eixos viários e fluxos imateriais, foi fator a contribuir na definição dos papéis urbanos e regionais de alguns centros urbanos.

<sup>228</sup> Egler (2012) traz diferentes concepções com que o princípio de nodalidade foi trabalhado ao longo do desenvolvimento dos estudos sobre a dimensão espacial do desenvolvimento. Dentre eles, sendo o primeiro a formular e empregar a noção, está Mackinder, que realizou um estudo sobre a Grã Bretanha, publicando-o no início do século XX. A nodalidade e os pontos nodais, para o autor, são estruturados pela convergência de sistemas de comunicação.

Se os agentes de menor rendimento se tornam fluxos e se deslocam pela rede urbana, ou mesmo são apenas perpassados pelos fluxos, é importante inferir que não se deslocam como os de maior rendimento. Não se deslocam a centros distantes para realização de compras, ou mesmo por lazer. Quando muito, tornam a pontos (cidades) na rede onde têm um familiar (que lá deixou, ou que para lá migrou), todavia, a frequência desse deslocamento é esporádica. Muitos de rendimento baixo se deslocam, também, por motivos de saúde, com veículos das prefeituras. Para os de maior rendimento as possibilidades de uso da rede urbana são ampliadas (tanto com relação ao destino, como a frequência de deslocamento). Todavia, conforme visualizamos na pesquisa, alguns não se deslocam entre as cidades, levando-nos a pontuar que necessidades e desejos moldam essas relações.

Cabe resgatarmos, ainda, que parte considerável dos fluxos que amarram os laços dos centros urbanos que compõem o Sudoeste do estado, tanto entre si, quanto com centros de maior complexidade (Campo Grande e Dourados), se dá por meio de interações produzidas por visitas a familiares, que se encaixam, conforme observamos, em outra dimensão que não funcional das relações socioespaciais.

Na ausência de um termo melhor para precisar esse tipo de relação socioespacial situemo-la num nível afetivo das relações sociais, o que não configura, a princípio, uma relação hierárquica. A princípio, pois, não raro, os deslocamentos para visita a familiares estão associados a um deslocamento para utilização de serviços de saúde ou mesmo para compras. Temos de considerar também as possibilidades associadas ao motivo da fixação dos familiares nesse centro, os quais podem ter migrado em razão da busca de empregos/postos de trabalho ou para cursar ensino superior, variáveis/funcionalidades que se estruturam hierarquicamente na rede.

Em se tratando das relações socioespaciais de caráter familiar, visualizamos também que os fluxos podem seguir o caminho contrário com relação a sua estruturação hierárquica, partindo de centros de maior complexidade para centros menores. Diante do exposto, acreditamos que, mais do que uma articulação funcional de centros urbanos e suas hinterlândias<sup>229</sup>, é conveniente somarmos a essa definição a noção da rede urbana, num sentido mais amplo e atualizado apresentado por Corrêa (2011b), como a rede-síntese das demais redes sociais espacializadas, englobando, assim, outras dimensões à análise geográfica do espaço reticular.

Como um último ponto, cabe destacarmos as relações de cooperação/complementariedade entre as cidades pequenas estudadas. De acordo com o observado

---

<sup>229</sup> CORRÊA, 2006.

junto aos representantes dos poderes públicos, as interações espaciais estabelecidas ganham outros sentidos que estruturam a rede urbana. A cooperação, na dimensão da saúde, ensino, turismo, meio ambiente, lazer, além de fortalecer a proximidade entre os centros, pode favorecer a instalação de outras atividades no território, na forma de um circuito – tal como já ocorre, há alguns anos, na dimensão do turismo<sup>230</sup> –, de modo a desenhar-se um reequilíbrio nas assimetrias das interações espaciais interurbanas, que inclinam-se, principalmente, para os centros de maior complexidade funcional do estado. Assim, poderíamos, talvez, no futuro, falarmos de uma rede urbana do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, funcionalmente coesa por laços de cooperação.

---

<sup>230</sup> Nesse sentido, podemos considerar além dos atrativos turísticos localizados nos territórios municipais dos centros urbanos de Bonito, Bodoquena e Jardim, cabe pontuar a existência de um aeroporto regional em Bonito, de sua rede hoteleira, da rede hoteleira de Jardim e também de Bodoquena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense. contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em:

<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=18804](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18804)> Acessado em: 20/06/2010.

ALMEIDA, Márcia Ajala. *Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área da Bodoquena em Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP. Disponível em:

<[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/05/05\\_MARCIA\\_AIALA\\_ALMEIDA.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_MARCIA_AIALA_ALMEIDA.pdf)>. Acesso em: 20/06/2012.

BESSA, Kelly. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. *GeoTextos*, v. 8, n. 1, p.147-165, jul. 2012.

Banco Central do Brasil, Relação de agências e postos bancários. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELAGPAB>>. Acessado em: 06/01/2016.

BRASIL. Vivências Brasil: Aprendendo com o Turismo Nacional: Viagem Técnica: Bonito. Ecoturismo & Turismo de Aventura – 25 a 29 de setembro de 2006. Relatório Final. 2006. 39 p. 39 f. Disponível em:

<[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas\\_acoes/qualificacao\\_equipamentos/galeria\\_qualificacoes\\_equipamentos/Relatorio\\_Bonito.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/qualificacao_equipamentos/galeria_qualificacoes_equipamentos/Relatorio_Bonito.pdf)>. Acesso em: 17/04/2015.

CAMAGNI, Roberto. *Economía urbana*. Barcelona: Antonio Bosh, 1993.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. In: XI WORKSHOP DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS – RECIME. 2013, Dourados. *Anais...*, Dourados, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CATELAN, Márcio José. Heterarquia urbana e interações espaciais interescares: proposta analítica para estudos na rede urbana. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro, 2013a.

\_\_\_\_\_. As interações espaciais interescares como perspectiva analítica: da estruturação às articulações – a hierarquia e a heterarquia na rede urbana. In: \_\_\_\_\_. *Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013b, Cap. 1, p. 37-82.

CAVANHA, Jaquerson Rosa. *O papel da Comissão de Estradas e Rodagem Nº 3 – CER-3 na (re)produção do espaço urbano de Jardim-MS (1945-1984)*. Jardim, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

CIDEMA – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa, Conheça o CIDEMA. Disponível em: <<http://cidema.com.br/br/conheca-o-cidema/>>. Acessado em: 07/02/2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 279-318.

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 30, p.05-12. 2011a.

\_\_\_\_\_. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Cidades*, v. 9, n. 16, p.199-218, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma nota sobre o urbano e a escala. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11, 12 e 13, p.133-136, set./out. 2003.

\_\_\_\_\_. *A Rede Urbana*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

EGLER, Claudio. Red urbana en América del Sur: aportes preliminares. In: TRINCHEIRO, Héctor Hugo; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Los lenguajes del territorio platino*. 1ª. ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires e Editora UFGD, 2012.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (Org.). *Desigualdades, redes e espacialidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.

ENGEL, Priscila Estevam. *Shopping Centers e a redefinição dos fluxos em cidades médias: apontamentos iniciais sobre Presidente Prudente-SP e São José do Rio Preto-SP*. *Élisée*, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v. 4, n.1, p. 140-155, jan./jun. 2015.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, v. 9, n. 20, p.75-81, set./dez. 2010.



\_\_\_\_\_. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. *Geografia*, Londrina, vol. 10, n. 01, p. 27-34, jan/jun. 2001.

GEIGER, Pedro; DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 23, n. 2, p. 263-362, abr. jun. 1961.

Geopark Bodoquena-Pantanal, Sobre o Geopark Bodoquena-Pantanal. Disponível em: <<http://www.geoparkbodoquenapantanal.ms.gov.br/>>. Acessado em: 07/02/2016.

GOMES, Igor Ronyel Paredes. “Territórios” e “Fronteiras” na fronteira: espaços, fatos e relatos a partir de uma aula de campo. *Revista Movimentação*, v. 02, n. 02, p. 86-107. 2015.

\_\_\_\_\_. *O processo de produção dos vazios urbanos na cidade de Jardim-MS*. Jardim, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – UEMS.

GONÇALVES, Maria Flora. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 28, p. 67-79. 1989.

GOTTDIENER, Mark. O debate sobre a teoria do espaço. In: \_\_\_\_\_. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, EDUSP, 1993. p.120-158.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

\_\_\_\_\_. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

\_\_\_\_\_. Série estatísticas. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10/04/2015

\_\_\_\_\_. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 16/12/2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario\\_PNAD.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/glossario_PNAD.pdf)>. Acesso em: 22/12/2015.

\_\_\_\_\_. Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/default.shtm>>

INNOCÊNCIO, Ney Rodrigues. As vias de transporte. In: GALVÃO, Marília Velloso (Org). *Geografia do Brasil, grande região centro-oeste*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

LAMOSO, Lisandra. Indústria, desindustrialização e território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, n. 3, p. 408-429. 2013.

LEÃO, Carla. A rede urbana e as pequenas cidades. In:\_\_\_\_\_. *A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da região de Governo de Dracena-SP*. Presidente Prudente, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP. Cap. 1. p. 22-44.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. Presidente Prudente, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT. UNESP. Presidente Prudente.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Teoria do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedepar, 2009 (Texto para discussão).

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério; RIBEIRO, Leticia; STEIMAN, Rebeca; PEITER, Paulo; NOVAES, André. O desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). *Território sem limites: estudos sobre fronteira*. Campo Grande: UFMS, 2005. Cap. 2. p. 87-112.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (Org.). *Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. 1 ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 138-158.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outros nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento*. Campo Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=108323>> Acessado em: 14/11/2012.

\_\_\_\_\_. *Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento*. Campo Grande, 2015. Disponível em: <[http://www.semec.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/estudo\\_dimensao\\_territorial\\_2015.pdf](http://www.semec.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf)>. Acessado em: 10/07/2015.

MILANI, Patrícia Helena. *Dinâmica territorial da rede urbana na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul*. Três Lagoas, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CPTL/UFMS.

Ministério da Educação, Instituições de ensino superior e cursos cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10/12/2015

\_\_\_\_. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino#>>. Acessado em: 03/01/2016.

Ministério de Previdência Social, Localizador de Agências da Previdência Social. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/enderecoaps/mps1.asp>>. Acesso em: 06/01/2016.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo. *Terra Livre*. Goiânia, v. 2, n. 25, p. 81-93, jul./dez. 2005.

MOREIRA, Emilia; SILVA, Richarde da; SILVA, Ricélia Maria da; TARGINO, Ivan; SALES, Luis Gustavo; CORREIA, Maria Gerlane; SILVA, Wellington da. Espaço urbano e terciário: um olhar geográfico. *Cadernos do Logepa*. João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 103-119, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PAIXÃO, Roberto Ortiz; YANOMINI, Sérgio Seiko. Mato Grosso do Sul: dinâmica urbano-regional do Estado. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. *Dinâmica urbano-regional, rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2010.

Portal Bonito, Como Chegar. Disponível em: <<http://www.portalbonito.com.br/cidade/como-chegar>>. Acessado em: 21/03/2016.

Portal tributário, ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>>. Acessado em: 02/01/2016.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Caminhos e fronteiras”: vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Org). *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

Receita Federal do Brasil, Unidades de Atendimento ao Contribuinte – Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/contato/unidades-de-atendimento/mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 07/01/2016.

ROMERO, Hamilton; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. A redefinição da centralidade urbana em Dourados-MS: um estudo a partir do Shopping Avenida Center. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_. *Espaço e sociedade: ensaios*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Estrutura do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.bombeiros.ms.gov.br/comando/215-2/>>. Acessado em: 07/01/2016.

\_\_\_\_\_. Polícia Civil de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.pc.ms.gov.br/>>. Acessado em: 07/01/2016.

\_\_\_\_\_. Polícia Militar de Mato Grosso Do Sul. Disponível em: <<http://www.pm.ms.gov.br/>> Acessado em: 07/01/2016.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE, Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acessado em: 12/08/2015.

\_\_\_\_\_. Dados estatísticos dos municípios de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/dados-estatisticos-dos-municipios-de-ms/>>. Acessado em: 02/01/2016.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis da Amazônia Brasileira. *Mercator*. Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 67-84, mai./ago. 2013.

SILVA, Maclóvia Corrêa da. *As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964*. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História) – DEHIS/UFPR.

SILVA, Oséias Teixeira da. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro da. Técnica e a qualificação do território. In: \_\_\_\_\_. *A lógica da territorialização da indústria: o parque industrial em Três Lagoas-MS de 1990-2010*. Três Lagoas, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CPTL/UFMS. Cap. 2. p. 70-93.

SILVA, Walter Guedes da. Integração e exclusão agrícola da região da Grande Dourados ao território nacional no período de 1967 a 1990. In: 8 Bienal del coloquio de transformaciones territoriales. Asociación de Universidades Grupo Montevideo – AUGM, 2010, Montevideo. *Mesa-redonda: Desarrollo rural y la cuestión agraria*. Disponível em: <[http://www.catedras.fsoc.uba.ar/panaia/augm/rm3\\_rm6i.html](http://www.catedras.fsoc.uba.ar/panaia/augm/rm3_rm6i.html)>. Acessado em: 09/07/2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-146.

\_\_\_\_\_. *Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras*. Belém: FASE/ICSA-UFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete (Org). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-89.

\_\_\_\_. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Território*, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n. 4, jan./jun., 1998, p. 27-37.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. *Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur (Org). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 53-64.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Comarcas - Endereços. Disponível em: <<http://www.tjms.jus.br/comarcas/comarcas.php>>. Acessado em: 06/01/2016.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS Jardim. Disponível em: <<http://www.portal.uems.br/jardim>>. Acessado em: 05/01/2016.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Histórico – Campus de Bonito. Disponível em: <[http://cpbo.sites.ufms.br/?page\\_id=33](http://cpbo.sites.ufms.br/?page_id=33)>. Acessado em: 05/01/2016.

VELASCO, Lana Cavalcante. Divisão regional do Brasil a partir da divisão do trabalho. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, vol. 7/8, n. 1/2, jan/dez 1987/1988.

VIEIRA, Maurício Coelho. A pecuária. In: GALVÃO, Marília Velloso (Org). *Geografia do Brasil, grande região centro-oeste*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

WHITACKER, Arthur Magon. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. In: XI Seminario Internacional RII y IV Taller de Editores RIER, junto ao Grupo temático 5: Ciudades intermedias: transformaciones y perspectivas, 2010, Mendoza, Argentina. *Anales del XI Seminario Internacional RII y IV Taller de Editores RIER*. Mendoza: Universidad Nacional del Cuyo, 2010. v. 1. p. 1-20.

\_\_\_\_. *Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto*. Presidente Prudente, 2003. Tese. (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.

#### *Entrevistas:*

BARBOSA, Erney Cunha Bazzano. Entrevista [21 de dezembro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (09 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

CÉSAR, Adilson. Entrevista [02 de outubro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (09 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

DAGOSTIN, Jácomo. Entrevista [18 de dezembro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (09 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

HADA, Jun Iti. Entrevista [09 de dezembro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (12 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

LESCANO, Luciene Lopes. Entrevista [06 de novembro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (12 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

RODRIGUES, Josmail. Entrevista [09 de dezembro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (15 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

SANTOS, Heitor Miranda dos. Entrevista [17 de novembro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (12 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

SERPA, Gerson Garcia. Entrevista [01 de outubro de 2015]. Entrevistador: Igor Ronyel Paredes Gomes. 1 arquivo mp3 (14 min.). Entrevista concedida a Igor Ronyel Paredes Gomes.

APÊNDICE I – Questionário aplicado nas cidades do Sudoeste de Mato Grosso do Sul

**Deslocamentos e consumo em cidades pequenas**  
 Data: 08-09-15  
 CIDADE: Caracol

1. Sexo ( ) F ( ) M	2. IDADE	1. Sexo ( ) F ( ) M	2. IDADE
3. Local de nascimento:			
4. BAIRRO:			
5. Escolaridade:			
5.1 PROFISSÃO:			
5.2 Renda: _____			
6. Morou em outra cidade ou fazenda/chácara... antes de vir para cá? ( ) sim ( ) não	6.1 Onde?	6. Morou em outra cidade ou fazenda/chácara... antes de vir para cá? ( ) sim ( ) não	6.1 Onde?
7. Costuma ir para outra cidade? ( ) sim ( ) não	7.1. Qual?	7. Costuma ir para outra cidade? ( ) sim ( ) não	7.1. Qual?
7.2. Quantas vezes você vai para lá? ( ) todo dia ( ) mais de uma vez por semana ( ) 1 vez por semana ( ) 1 vez por mês ( ) mais de uma vez por mês ( ) todo mês ( ) de vez em quando	7.3 O que você vai fazer lá? ( ) trabalho ( ) lazer ( ) estudo ( ) compras ( ) saúde ( ) família ( ) outras	7.2. Quantas vezes você vai para lá? ( ) todo dia ( ) mais de uma vez por semana ( ) 1 vez por semana ( ) 1 vez por mês ( ) mais de uma vez por mês ( ) todo mês ( ) de vez em quando	7.3 O que você vai fazer lá? ( ) trabalho ( ) lazer ( ) estudo ( ) compra: ( ) saúde ( ) família ( ) outras
7.4 Como você vai? ( ) carro ( ) moto ( ) onibus ( ) carona ( ) outros	8. Quais serviços faltam em sua cidade?	7.4 Como você vai? ( ) carro ( ) moto ( ) onibus ( ) carona ( ) outros	8. Quais serviços faltam em sua cidade?
8.1 Quais produtos você não encontra aqui?	9. Utiliza a internet para comprar algum produto que não encontra aqui? ( ) sim ( ) não	8.1 Quais produtos você não encontra aqui?	9. Utiliza a internet para comprar algum produto que não encontra aqui? ( ) sim ( ) não
9.1 Com que frequência?	9.1 Com que frequência?	9.1 Com que frequência?	9.1 Com que frequência?

**APÊNDICE II – População, PIB, atacados e serviços dos municípios sul-mato-grossenses em 2010**

<b>.Localidade</b>	<b>População total</b>	<b>PIB</b>	<b>Estabelecimentos atacadistas</b>	<b>Serviços</b>
Campo Grande	786.797	R\$ 13.875.046.175,00	706	1.821
Dourados	196.035	R\$ 3.543.857.562,00	213	353
Corumbá	103.703	R\$ 3.248.680.865,00	72	165
Três Lagoas	101.791	R\$ 2.821.908.887,00	75	271
Ponta Porã	77.872	R\$ 968.520.869,00	145	149
Naviraí	46.424	R\$ 780.740.365,00	46	172
Aquidauana	45.614	R\$ 531.516.489,00	11	46
Nova Andradina	45.585	R\$ 771.132.145,00	21	109
Sidrolândia	42.132	R\$ 688.745.054,00	28	110
Paranaíba	40.192	R\$ 601.014.875,00	33	86
Maracaju	37.405	R\$ 906.438.170,00	32	132
Amambai	34.730	R\$ 379.388.896,00	22	53
Coxim	32.159	R\$ 475.788.956,00	32	73
Rio Brilhante	30.663	R\$ 841.909.530,00	28	68
Caarapó	25.767	R\$ 488.225.583,00	18	64
Miranda	25.595	R\$ 257.077.372,00	3	41
Jardim	24.346	R\$ 248.439.593,00	15	34
Anastácio	23.835	R\$ 209.936.311,00	13	19
Bela Vista	23.181	R\$ 256.123.162,00	9	12
Ivinhema	22.341	R\$ 287.999.748,00	8	44
Aparecida do Taboado	22.320	R\$ 451.592.638,00	9	26
São Gabriel do Oeste	22.203	R\$ 623.369.902,00	28	217
Cassilândia	20.966	R\$ 329.310.063,00	14	53
Ribas do Rio Pardo	20.946	R\$ 471.173.366,00	36	38
Itaporã	20.865	R\$ 301.987.532,00	20	30
Bataguassu	19.839	R\$ 488.307.920,00	12	88
Costa Rica	19.695	R\$ 510.385.911,00	21	58
Chapadão do Sul	19.648	R\$ 682.300.367,00	34	111
Ladário	19.617	R\$ 136.151.476,00	1	10
Bonito	19.587	R\$ 240.022.146,00	7	57
Fátima do Sul	19.035	R\$ 179.729.423,00	11	23
Rio Verde de Mato Grosso	18.890	R\$ 246.092.850,00	6	33
Itaquiraí	18.614	R\$ 249.361.128,00	8	16
Terenos	17.146	R\$ 213.040.309,00	6	22
Mundo Novo	17.043	R\$ 229.489.697,00	23	53
Nova Alvorada do Sul	16.432	R\$ 356.397.067,00	6	40
Porto Murtinho	15.372	R\$ 255.649.571,00	5	18
Iguatemi	14.875	R\$ 215.817.617,00	4	11
Sonora	14.833	R\$ 254.374.538,00	10	30
Água Clara	14.424	R\$ 371.425.653,00	17	54
Nioaque	14.391	R\$ 153.968.091,00	1	10
Coronel Sapucaia	14.064	R\$ 95.737.905,00	4	10



Camapuã	13.625	R\$ 236.285.885,00	8	39
Paranhos	12.350	R\$ 81.241.137,00	7	6
Deodópolis	12.139	R\$ 125.676.609,00	6	23
Brasilândia	11.826	R\$ 213.317.097,00	5	23
Eldorado	11.694	R\$ 166.371.745,00	4	28
Batayporã	10.936	R\$ 215.899.956,00	2	23
Sete Quedas	10.780	R\$ 105.335.371,00	10	10
Guia Lopes da Laguna	10.366	R\$ 118.095.994,00	0	11
Dois Irmãos do Buriti	10.363	R\$ 107.790.407,00	4	6
Aral Moreira	10.251	R\$ 212.010.378,00	18	12
Tacuru	10.215	R\$ 107.141.814,00	2	6
Glória de Dourados	9.927	R\$ 99.290.110,00	3	26
Angélica	9.185	R\$ 194.280.569,00	1	25
Anaurilândia	8.493	R\$ 116.065.237,00	0	5
Antônio João	8.208	R\$ 169.720.206,00	7	3
Bodoquena	7.985	R\$ 148.006.450,00	4	11
Pedro Gomes	7.967	R\$ 127.475.863,00	4	6
Japorã	7.731	R\$ 45.817.618,00	0	5
Inocência	7.669	R\$ 149.816.324,00	1	10
Santa Rita do Pardo	7.259	R\$ 154.789.092,00	0	2
Bandeirantes	6.609	R\$ 115.578.788,00	5	14
Laguna Carapã	6.491	R\$ 157.338.671,00	9	16
Jaraguari	6.341	R\$ 88.021.718,00	3	7
Selvília	6.287	R\$ 115.894.446,00	3	3
Vicentina	5.901	R\$ 76.405.884,00	0	17
Juti	5.900	R\$ 87.867.012,00	2	6
Caracol	5.398	R\$ 79.759.628,00	1	4
Douradina	5.364	R\$ 54.712.224,00	4	13
Rio Negro	5.036	R\$ 55.618.817,00	1	7
Novo Horizonte do Sul	4.940	R\$ 66.453.294,00	2	2
Rochedo	4.928	R\$ 94.692.804,00	1	8
Corguinho	4.862	R\$ 71.176.671,00	1	11
Alcinópolis	4.569	R\$ 106.732.214,00	2	3
Jateí	4.011	R\$ 85.618.354,00	0	2
Taquarussu	3.518	R\$ 68.237.948,00	0	1
Figueirão	2.928	R\$ 57.494.620,00	1	3

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>>

Acesso em: 12/08/2015

**Org:** GOMES, 2015.

**APÊNDICE III - Síntese de informações sobre educação e saúde nos municípios sul-mato-grossenses.**

Localidade	Educação			Saúde		Total de Leitos**
	Escolas - Educação Básica	Salas de Aula Existente	Ensino Superior Vagas Oferecidas (2012)	Hospital Geral	Clínica Especializada/ Ambulatório de Especialidade	
Campo Grande	450	5.174	21.695	15	171	2.413
Dourados	122	1.220	8.935	7	33	520
Corumbá	55	716	845	2	13	194
Três Lagoas	54	622	4.995	3	25	295
Ponta Porã	51	525	1.240	3	7	107
Naviraí	22	259	623	3	7	91
Aquidauana	36	364	640	3	8	145
Nova Andradina	35	315	1.120	2	5	79
Sidrolândia	28	246	0	1	5	39
Paranaíba	23	314	850	2	6	183
Maracaju	28	261	80	1	0	50
Amambai	24	241	380	2	0	118
Coxim	19	212	280	2	5	65
Rio Brillhante	20	205	0	1	1	43
Caarapó	18	165	100	1	4	30
Miranda	22	236	0	2	0	36
Jardim	23	203	140	1	6	43
Anastácio	22	169	0	1	1	26
Bela Vista	26	191	0	1	2	30
Ivinhema	10	124	90	2	3	47
Aparecida do Taboado	13	112	0	2	6	94
São Gabriel do Oeste	18	151	0	2	4	58
Cassilândia	17	184	798	2	6	64
Ribas do Rio Pardo	11	125	0	1	0	16
Itaporã	14	114	0	1	1	14
Bataguassu	14	139	0	1	1	35
Costa Rica	16	133	240	2	1	52
Chapadão do Sul	15	154	300	1	1	18
Ladário	12	115	0	1	0	34
Bonito	18	129	50	1	2	26
Fátima do Sul	14	170	480	2	3	114
Rio Verde de Mato Grosso	15	144	140	2	0	60
Itaquiraí	11	83	0	1	0	35
Terenos	12	115	0	0	0	0
Mundo Novo	12	108	80	2	2	67
Nova Alvorada	10	94	0	1	2	9



\*\* Abrange o total de leitos de centros de saúde, postos de saúde, hospitais gerais, hospitais especializados e clínicas.

do Sul						
Porto Murtinho	11	98	0	1	0	20
Iguatemi	14	116	0	2	1	56
Sonora	11	87	0	1	0	22
Água Clara	10	107	0	1	0	11
Nioaque	11	117	0	1	0	32
Coronel Sapucaia	11	95	0	1	1	9
Camapuã	15	108	0	1	1	18
Paranhos	8	99	0	1	1	10
Deodópolis	11	77	0	2	0	56
Brasilândia	12	88	0	1	0	20
Eldorado	12	96	0	1	0	46
Batayporã	6	80	0	1	1	23
Sete Quedas	9	98	0	2	0	64
Guia Lopes da Laguna	7	58	0	1	2	26
Dois Irmãos do Buriti	8	80	0	0	0	9
Aral Moreira	9	66	0	1	0	15
Tacuru	4	57	0	1	1	8
Glória de Dourados	9	81	100	1	0	36
Angélica	7	59	0	1	0	26
Anaurilândia	7	60	0	1	0	44
Antônio João	9	69	0	1	0	7
Bodoquena	10	69	0	1	0	8
Pedro Gomes	7	59	0	1	1	8
Japorã	5	45	0	0	0	0
Inocência	5	47	0	1	0	8
Santa Rita do Pardo	6	52	0	0	0	8
Bandeirantes	8	57	0	0	0	12
Laguna Carapã	6	51	0	1	0	6
Jaraguari	6	35	0	0	0	0
Selvíria	5	46	0	1	0	6
Vicentina	5	51	0	1	0	5
Juti	5	33	0	1	0	5
Caracol	3	30	0	1	0	8
Douradina	5	36	0	0	0	0
Rio Negro	5	45	0	1	0	24
Novo Horizonte do Sul	4	36	0	1	0	14
Rochedo	5	29	0	0	0	8
Corguinho	4	41	0	0	0	6
Alcinópolis	4	39	0	0	0	0
Jateí	4	36	0	1	1	23
Taquarussu	4	40	0	0	0	4
Figueirão	2	16	0	1	0	13

**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Banco de dados do estado de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>> Acesso em: 12/08/2015

**Org:** GOMES, 2015.

## APÊNDICE IV – Questões para entrevistas com os representantes dos poderes públicos do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (Nioaque e Jardim)

 <p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA</p> <p style="text-align: center;">Mestrando: Igor Ronyel Paredes Gomes Orientadora: Maria José Martinelli Calixto</p> <p>Entrevista a ser realizada com o prefeito de Nioaque-MS</p> <p>Nome completo: _____</p> <p>Local de Nascimento: _____</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quais são, a nível de políticas públicas/ações, as relações que Nioaque estabelece com as cidades do entorno e/ou cidades mais distantes? <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais são as parcerias estabelecidas com outras cidades da região e mesmo fora dela?</li> </ul> </li> <li>No tocante à saúde: como se dão as relações (deslocamento, transferências, encaminhamentos) do poder público municipal com a Capital, ou se houver, com Aquidauana?</li> <li>Há recursos para o deslocamento de estudantes de ensino superior? Para qual cidade?</li> <li>Com qual(is) cidade(s) Nioaque mantém um maior grau de articulação? Quais são essas articulações?</li> <li>Nioaque tem um grande território municipal, com número considerável de indivíduos vivendo no campo. Todos os alunos residente na zona rural estudam no município, ou há deslocamento para outro? <ul style="list-style-type: none"> <li>Em relação à saúde, se dá da mesma forma?</li> </ul> </li> </ol>	 <p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA</p> <p style="text-align: center;">Mestrando: Igor Ronyel Paredes Gomes Orientadora: Maria José Martinelli Calixto</p> <p>Entrevista a ser realizada com o prefeito de Jardim-MS</p> <p>Nome completo: _____</p> <p>Local de Nascimento: _____</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Jardim é considerado, por diferentes estudos, o polo regional do Sudoeste do Mato Grosso do Sul, assumindo funções diferenciadas com relação a sua região. Nesse sentido quais são os serviços públicos voltados a atender, além da população local, a demanda regional?</li> <li>O princípio de nodalidade, por estar situada na confluência entre as BRs 060 e 267, justificam a posição de Jardim como polo da região. Assim como se dá a relação entre as esferas da administração estatal (do município com o estado e a Federação) para a implantação de um hospital regional (que será construído na cidade) e de um Instituto Federal (com sede a ser construída também)? <ul style="list-style-type: none"> <li>No mesmo sentido, senhor prefeito, poderia me esclarecer se houve alguma disputa com Bonito quanto à implantação de uma unidade da UFMS?</li> </ul> </li> <li>Quais são, a nível de políticas públicas/ações, as relações que Jardim estabelece com as cidades do entorno e/ou cidades mais distantes? <ul style="list-style-type: none"> <li>Quais são as parcerias estabelecidas com outras cidades da região e mesmo fora dela?</li> </ul> </li> <li>No tocante à saúde: como se dão as relações (deslocamento, transferências, encaminhamentos) do poder público municipal com a Capital, ou se houver, com Dourados?</li> <li>No tocante ao ensino superior: como se dá a parceria para o deslocamento dos alunos de Jardim e Guia Lopes para estudar em Dourados?</li> <li>Com qual cidade Jardim mantém um maior grau de articulação? Quais são essas articulações?</li> </ol>
---	--

### APÊNDICE V – Organização hierárquica dos centros urbanos

<p>Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas 1966 (IBGE, 1972):</p> <p>Campo Grande (2º nível, 2a) ← Aquidauana (3º nível, 3b) ← <u>Jardim</u> (4º nível, 4b) ← <u>Bonito</u> e <u>Guia Lopes da Laguna</u> (Centros Locais)</p> <p>Campo Grande (2º nível, 2a) ← <u>Bela Vista</u> (4º nível, 4b) ← <u>Caracol</u> e Antônio João (Centros Locais)</p> <p>Campo Grande (2º nível, 2a) ← Corumbá (4º nível, 4ª) ← <u>Porto Murtinho</u> e <u>Nioaque</u> (Centros Locais)</p>
<p>Regiões de influência das cidades 1978 (IBGE, 1987):</p> <p>Campo Grande (Centro Submetropolitano) ← Aquidauana (Centro Sub-Regional) ← <u>Jardim</u> (Centro de Zona) ← <u>Guia Lopes da Laguna</u> e <u>Nioaque</u> (Municípios Subordinados)</p> <p>Campo Grande (Centro Submetropolitano) ← Aquidauana (Centro Sub-Regional) ← <u>Bonito</u> (Centro de Zona) ← <u>Porto Murtinho</u> (Município Subordinado)</p> <p>Campo Grande (Centro Submetropolitano) ← <u>Bela Vista</u> (Centro de Zona) ← <u>Caracol</u> (Município Subordinado)</p>
<p>Regiões de influência das cidades 1993 (IBGE, 2000)</p> <p>Campo Grande (Capital Regional) ← <u>Jardim</u> (Centro de Zona) ← <u>Bela Vista</u>, <u>Caracol</u>, <u>Guia Lopes da Laguna</u>, <u>Nioaque</u> e <u>Porto Murtinho</u> (Centros Locais)</p> <p>Campo Grande (Capital Regional) ← Aquidauana (Centro Sub-Regional) ← <u>Bonito</u> e <u>Bodoquena</u> (Centros Locais)</p>
<p>Regiões de influência das cidades 2007 (IBGE, 2008)</p> <p>Campo Grande (Capital Regional A) ← <u>Jardim</u> (Centro de Zona B) ← <u>Guia Lopes da Laguna</u> (Centro Local)</p> <p>Dourados (Capital Regional C) ← <u>Bela Vista</u> (Centro de Zona B) ← <u>Caracol</u> (Centro Local)</p> <p>Campo Grande (Capital Regional A) ← <u>Bonito</u>, <u>Porto Murtinho</u> (Centros Locais)</p> <p>Campo Grande (Capital Regional A) ← Aquidauana (Centro de Zona A) ← <u>Nioaque</u> (Centro Local)</p> <p>Campo Grande (Capital Regional A) ← Miranda (Centro de Zona B) ← <u>Bodoquena</u> (Centro Local)</p>

**Fonte:** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

**Org:** GOMES, 2016